

Classes? Que Classes?

Ciclo de Debates sobre Classes Sociais

Fundação Perseu Abramo e
Fundação Friedrich Ebert
(org.)

Classes? Que Classes?

Ciclo de Debates sobre Classes Sociais

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

 **FUNDAÇÃO**
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidente: Iole Iliada

Diretores: Luciana Mandelli, Artur Henrique, Fátima Cleide, Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Revisão

Cecília Figueiredo

Revisão técnica

Vilma Bokany

Capa e editoração eletrônica

Antonio Kehl

Crédito das fotografias

Eduardo Marcos Fahl e Antonio Kehl

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br
Portal da FPA: <http://www.fpabramo.org.br>

Fundação Friedrich Ebert
Av. Paulista, 2001 – 13º Andar – cj. 1313
01311-931 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3253-9090
fesbrasil@fes.org.br
www.fes.org.br

A Fundação Friedrich Ebert (FES) é uma instituição política alemã criada em 1925, sob o ideário da democracia social, atuante em mais de cem países e presente no Brasil desde 1969. São diretrizes do seu trabalho internacional a promoção da democracia, da paz e da justiça social, por meio de programas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a segurança e a globalização solidária. Com parceiros nacionais e internacionais, a FES acompanha a formação e consolidação de estruturas democráticas, promovendo a construção de estratégias políticas.

Sumário

Saudação aos leitores e leitoras.....	7
Apresentação	9
<i>Josué Medeiros</i>	
Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo	21
<i>André Singer</i>	
Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora.....	39
<i>Gustavo Venturi, José Reinaldo Riscal e Vilma Bokany</i>	
As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira	53
<i>Jessé Souza</i>	
Nova classe média ou nova composição de classe?.....	65
<i>Giuseppe Cocco</i>	
Uma nova classe trabalhadora: indagações	87
<i>Marilena Chaui</i>	
O mercado de trabalho reitera relações desiguais que se constroem no âmbito das relações econômicas e sociais.....	105
<i>Marilane Oliveira Teixeira</i>	

Quem precisa de uma definição de classe média?	125
<i>Diana Coutinho e Ricardo Paes de Barros</i>	
Cidades e luta de classes no Brasil	139
<i>Ermínia Maricato</i>	
As mudanças sociais recentes e a questão racial	163
<i>Mário Theodoro</i>	
O lulismo e o petismo	173
<i>Lincoln Secco</i>	
Estrutura de classe do capitalismo industrial em transição	187
<i>Marcio Pochmann</i>	
Adeus ao partido classista: a luta do SPD pelas camadas médias da população	199
<i>Peter Lösche</i>	
Conheça o material completo do Ciclo de Debates Classes Sociais realizado pela Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert	219
Sobre os autores	221

Saudação aos leitores e leitoras

Dez anos que transformaram o Brasil

Nos marcos de uma década de governo federal petista (2003-2013), a Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Fundação Friedrich Ebert (FES) propuseram debater a inédita ascensão social de 40 milhões de brasileiros(as). Uma ascensão majoritariamente negra, feminina, periférica e do campo, abarcando o país como um todo.

Estimulava-nos a retomada, em círculos mais amplos, do debate sobre classes sociais e intrigava-nos discutir as recentes mudanças a partir do que se chamou outrora de “o ponto de vista do proletariado”.

Como pensar essa ascensão social desde a esquerda? Quais as consequências dessa mobilidade na composição de classe? Haveria uma nova classe? Média? Trabalhadora? Quais as lutas dessa nova classe? Que política e valores defendem esses setores emergentes? Tais questões e inquietações ganharam outros contornos a partir da força das mobilizações de junho de 2013, que perduram e indicam mudanças de longo curso na política brasileira.

Nesse sentido, organizamos o Ciclo de Debates Classes Sociais em dez sessões, que contaram com a participação de autores de distintas posições políticas, ângulos, abordagens e perspectivas de estudos. São esses textos que

compõem o livro, acrescido dos textos de Lincoln Secco e Peter Lösche e da apresentação do relator do Ciclo, Josué Medeiros. Todos os debates foram transmitidos pela internet e continuam disponíveis no canal tevêFPA, assim como a relatoria, que pode ser encontrada no portal da FPA.

Tentamos contribuir para o debate partidário, pensando e lutando pela continuidade e aprofundamento das mudanças em curso no Brasil.

Boa leitura!

Fundação Perseu Abramo
Fundação Friedrich Ebert

Apresentação

Josué Medeiros

Quando o debate ganha as ruas: o PT, as classes sociais e as jornadas de junho

Para uma organização ou partido de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) – que pretende transformar a realidade social –, dois predicados são necessários e desejados, a saber, a presença, ao mesmo tempo, da *fortuna* e da *virtude*.

A metáfora, criada por Maquiavel, no século XVI, é conhecida. O Príncipe, para conquistar seu objetivo, precisa ter a companhia dessas duas “deusas”, como ele mesmo as chama. A *virtude* simboliza a capacidade do ator político de transformar sua vontade em ato – estratégia, ciência, nos termos da modernidade. A *fortuna* representa as circunstâncias, o acaso, a realidade mesmo, sobre a qual a ação política vai se desenrolar. Esta é “deusa” arisca, tira fácil as glórias que concedeu também facilmente, e, por isso, o Príncipe deve se sustentar na *virtude*, “deusa” mais difícil de conquistar, porém mais estável, mais duradoura. Quando a *fortuna* faltar, a *virtude* deve se fazer presente.

A célebre frase de Marx, “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem”, seria outra forma de sintetizar essa relação entre ação e estrutura, entre vontade e necessidade. Contudo, devemos a outro italiano,

Antônio Gramsci, a atualização da reflexão maquiaveliana para a tradição da moderna esquerda socialista.

Gramsci recoloca a problemática de Maquiavel para o século XX, pensando não mais em um indivíduo salvador, mas em um ator coletivo que vai encarnar a *virtude* e transformar o mundo pela política. O Moderno-Príncipe é o partido político dos trabalhadores e trabalhadoras, aquele que vai terminar o processo de transformação que somente a ação sindical não dá conta. Lição que Gramsci extraiu das grandes greves de 1919, quando ele estava ao lado dos operários ocupando as fábricas em Turim. Lição aprendida por Lênin também, no famoso outubro vermelho.

Tudo isso importa ao PT de hoje, dez anos no governo, maior partido de esquerda da América Latina. Após uma década de muitos feitos e em um país onde ainda há tanto por se fazer, o petismo, enquanto tradição coletiva do povo brasileiro, tem a obrigação de perseguir o Moderno-Príncipe, de buscar a *virtude*, isto é, de procurar conhecer a realidade brasileira, de entender como nosso país está inserido nas dinâmicas estruturais do capitalismo internacional, para então elaborar um programa de transformação social e reassumir um papel dirigente na política em nosso país.

O Ciclo de Debates Classes Sociais, promovido pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e Fundação Friedrich Ebert (FES), veio para contribuir nesse processo. Isso porque um dos principais embates coletivos do país hoje é justo aquele do surgimento de uma nova classe social no Brasil, o “lulismo”. Afinal, todos os atores políticos estão de acordo que o Brasil está vivendo uma mudança na sua estrutura de classes. 40 milhões de brasileiros(as) ascenderam socialmente, muitos adentraram no mercado de trabalho e no mundo do consumo pela primeira vez. Os encontros, contudo, terminam por aí.

As forças do mercado apresentam uma narrativa na qual essa nova estrutura de classes começou a ser gestada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ao fazer isso, procuram apagar o fato de que a recessão provocada pelas políticas neoliberais, durante o governo tucano, terminou por aumentar a desigualdade e reforçar o contingente de excluídos. Ademais, essa visão fala no surgimento de uma nova classe média, a classe C, que agora pode consumir o que ela quiser. Ou seja, a ascensão social, na visão neoliberal, não se dá pelos direitos, mas somente pelo consumo. Essa posição possui muita

influência na mídia conservadora e em alguns setores da academia, e orienta a direita brasileira em sua tentativa de reconquistar a Presidência da República.

As forças de esquerda começam, com algum atraso, a construir uma narrativa alternativa. A base dessa visão contra-hegemônica está em caracterizar a novidade da estrutura de classes no país (surgida após as políticas do governo Lula para promover o crescimento econômico, porém, pela primeira vez na história do Brasil, com distribuição de renda), a partir da ideia de emergência de uma nova classe trabalhadora, pois os ex-miseráveis entram no mercado de trabalho pela base da pirâmide – com salários baixos e jornada de trabalho intensa. O mais importante dessa construção é reafirmar que esse contato inicial com o mundo dos direitos, via mercado de trabalho, e com o mundo do consumo, não é garantidor da cidadania plena. Esta só virá com a desmercantilização da educação, saúde, transporte, cultura, da cidade.

O governo Dilma é hegemônico pela primeira vez. Não que a presidenta compre na íntegra o discurso do mercado. Mas, ao mesmo tempo em que Dilma reafirma a importância de efetivar a cidadania prevista na Constituição de 1988 – para ojeriza das forças do mercado –, ela o faz tendo como horizonte a construção de uma “nação de classe média”, processo já em curso graças à existência desta “nova classe média” aclamada pelo mercado, pela mídia e pela mandataria brasileira. Enfim, foi nessa disputa estratégica que o ciclo de debates se inseriu, aproveitando a feliz circunstância – novamente, *virtude* e *fortuna* – de que a maioria do PT pensa diferente do governo, não concordando em assimilar a noção de “nova classe média”.

Entretanto, o melhor de tudo, é que todo esse debate feito a quente, com as ruas vivas, graças às jornadas de junho. Uma vez mais é a *fortuna* acompanhando a *virtude*.

As formulações, polêmicas e sínteses produzidas no ciclo são contribuições valiosas para os dilemas vividos pelo PT após um decênio governando o Brasil; após junho, tal valor se tornou ainda mais efetivo, não por esgotar o assunto, ou produzir consensos definitivos – o qual nunca nos propusemos, pois não existe Moderno-Príncipe orientado por intelectuais iluminados – e sim porque nosso ciclo se deixou afetar por junho.

Antes mesmo das primeiras mobilizações, a hipótese dessa explosão já era ventilada em nossas rodas. Não se trata de disputar o título de profeta, mas de

registrar que todas e todos no ciclo, sem exceção, falávamos sobre as possibilidades de mobilização política das classes, em especial da nova classe trabalhadora que surgiu após os dez anos de governos Lula/Dilma, e de como isso poderia ser bom para a esquerda e para o PT.

Quando então as manifestações explodem, nosso “objeto de estudo” ganha vida. A sociologia se faz política, a frieza das estatísticas é substituída pela fervura selvagem dos conflitos sociais. Os consensos mais gerais do nosso ciclo dão lugar à polêmica sobre como interpretar as jornadas de junho. A *fortuna* exige uma nova *virtude*, qual seja, entender o que vem se passando no Brasil desde junho de 2013, tarefa ainda não acabada, com o qual o presente livro pretende contribuir.

Novo capitalismo

Nessa busca da *virtude* que é entender a nova classe trabalhadora, alguns consensos emergiram do debate, e podem ajudar o PT a refletir sobre a realidade brasileira e a formatar um novo programa de transformações, retomando seu papel dirigente. O primeiro trata do *novo capitalismo*. Caracterizá-lo não é fácil, na verdade existe mesmo um *déficit* da esquerda em entender a nova configuração da luta de classes entre o final do século XX/início do XXI. O fato é que vivemos uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, distinta daquela que viveu na maior parte do século XX, o *fordismo*.

Sobre o *novo capitalismo*, Marcio Pochman afirma que “não se trata mais de fazer uma oposição entre capital externo ou interno”, dicotomia que pautou a esquerda brasileira por décadas, mas sim de perguntar qual é “o tipo de capital que predomina”? A resposta vem via Jessé Souza, quando chama o novo capitalismo de “Capitalismo do capital financeiro”. Este é, portanto, o setor do capital que hegemoniza a nova configuração produtiva. Marilena Chaui fala em “um deslocamento do poder de decisão do capital industrial para o capital financeiro, que se torna o coração e o centro nervoso do capitalismo”. Essa visão é partilhada por Giuseppe Cocco, que critica um certo marxismo ortodoxo que insiste em caracterizar o domínio financista “como uma anomalia, um sinal de crise do capital”, quando isso na verdade é “a própria configuração fundamental do novo capitalismo”. Por isso, conclui ele, “se o capital financeiro entra em crise, o que ocorreu em 2008, todo o capitalismo desmorona”.

Finalmente, Ermínia Maricato traduz essa problemática para a questão urbana, o que é fundamental para interpretar a nova classe trabalhadora, habitante das nossas médias e grandes cidades. Segundo ela, o capital imobiliário é o braço do capital financeiro “a hegemonizar as metrópoles no mundo todo, com verdadeiros *tsunamis* de capital especulativo, e em especial nos países de capitalismo periférico como o Brasil”, produzindo cidades insustentáveis sob qualquer ponto de vista que envolva qualidade de vida ou bem-estar coletivo.

As condições de vida

O tema das cidades nos remete a outra questão geral sobre a qual construímos, nesses dez encontros, sólidos acordos: a qualidade de vida da nova classe trabalhadora. Se ninguém discorda que o governo Lula promoveu uma ascensão social de dezenas de milhões de brasileiros, a *virtude* exige da esquerda uma postura crítica sobre essa mobilidade, investigando como vivem essas pessoas que ascenderam, pois sabemos que no capitalismo não basta “subir de vida” para conquistar a cidadania.

Aqui, um aspecto foi enfatizado, qual seja, o caráter predatório desse novo capitalismo, que produz cidades caóticas, que exige jornadas de trabalho intensas, que desregulamenta os direitos ao mercantilizar todas as dinâmicas na vida. É nesse quadro que a nova classe trabalhadora constrói sua sociabilidade.

Uma vez mais, a paisagem urbana é descrita por Ermínia Maricato como atravessada pela “moradia precária, transporte caótico, que exila os trabalhadores e a juventude do direito à cidade” e que termina por criar “um verdadeiro não lugar para a classe trabalhadora” como um todo, e para a nova classe em particular. A nova classe trabalhadora, “ao entrar no mercado de trabalho, entra na base da pirâmide”, como enfatiza Marcio Pochmann, sempre ganhando entre um a dois salários mínimos, e com isso, diz ele, “sofrendo mais intensamente os problemas das grandes e médias cidades”.

Ademais, Jessé Souza agrega o elemento das intensas jornadas de trabalho para montar o quadro das condições de vida da nova classe trabalhadora. Para ele, “o novo capitalismo precisa da superexploração. Onde o novo capitalismo vai achar pessoas dispostas a trabalhar 14 horas por dia? Somente nos países

com amplas parcelas de excluídos isso é possível”. As jornadas intensas são preço cobrado por esse novo capitalismo para abrir as portas do consumo e do trabalho.

Finalmente, a questão dos direitos merece uma análise detalhada, em especial em um país como o Brasil, onde eles jamais foram universalizados. Esse ponto é muito importante para o PT na medida em que o partido e sua coletividade reafirmam, em meio ao pragmatismo (muitas vezes desmedido) das alianças e das políticas públicas, a utopia do socialismo democrático, da construção de uma sociedade na qual o desenvolvimento seja o bem viver, a cidadania, e não apenas o crescimento econômico.

Giuseppe Cocco analisa a desregulamentação dos direitos no mundo todo como um resultado da nova dinâmica produtiva pós-industrial. Esse processo, segundo ele, se justifica “não porque o capitalismo não possua mais indústrias, mas sim porque o trabalho se transformou, não cabe mais dentro de uma fábrica, se tornou imaterial. Por exemplo, somente 4% do valor de um perfume é material. O resto é simbólico”.

E a questão, continua Cocco, é que os direitos foram formatados na época do “capitalismo industrial, vinculados ao mundo do trabalho”. É preciso ampliar esse horizonte para atingir a nova classe trabalhadora, que está majoritariamente no setor dos serviços, “na nova composição do trabalho metropolitano, com os camelôs, favelados, os migrantes, os trabalhadores precários do telemarketing etc”.

André Singer agrega ainda a questão distributiva, fundamental para a universalização da cidadania. “A resolução do problema da concentração de renda, histórico do capitalismo brasileiro, segue mais atual do que nunca no novo capitalismo.” Inclusive, prossegue Singer, porque o período que ele chama de lulismo – “redução acentuada da miséria e diminuição lenta da desigualdade, sem conflito com o capital” – não tem mais como se repetir após a grande crise de 2008. “O capital recoloca a questão distributiva, atacando os avanços obtidos nos últimos dez anos”, produzindo um conflito social cujo resultado pode ser uma deterioração das condições de vida da nova classe trabalhadora.

Nova classe trabalhadora é mulher e negra

A questão de gênero e a questão racial foram temas de encontros específicos em nosso ciclo, e nem por isso ficaram restritas a esses dois momentos, marcando presença em todos os debates, pois é impossível entender o Brasil, sua configuração social, as condições de vida da nova classe, sem aprofundar o debate sobre o gênero e a raça.

Nesse sentido, Marilane Teixeira enfatizou que a relação histórica entre dominação de gênero e dominação de classe se reforça no novo capitalismo, “na medida em que o trabalho precário, as jornadas intensas e a ausência de proteção social são maiores entre as mulheres do que entre os homens”. Ela ressalta ainda que, se levamos em conta a jornada de trabalho global – que agrega trabalho doméstico com o trabalho formal – “as mulheres trabalham seis horas a mais por semana”, número que aumenta quando a trabalhadora é informal. A superexploração do novo capitalismo é tão feminina como o era no capitalismo industrial, e a isso se soma a desregulamentação do mercado de trabalho para consolidar uma sociabilidade na qual a mulher “arca sozinha com os custos da reprodução enquanto partilha os custos da produção com os homens”.

Ao mesmo tempo, Mário Theodoro demonstra, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad, IBGE), que a ascensão social não favoreceu os pobres negros e os pobres brancos da mesma forma. Ele conta que “70% dos pobres são brasileiros negros e negras. O normal seria que a cada dez pessoas que saem da pobreza, sete fossem negros. Porém, não é isso que ocorre, e a pobreza fica mais negra no Brasil, devido ao peso do racismo em nossas relações sociais”. Os dados mostram que os negros e negras da nova classe trabalhadora têm as piores jornadas de trabalho, moram nos piores lugares, têm menos acesso à cidadania.

Quem é essa nova classe trabalhadora?

O derradeiro consenso do nosso virtuoso ciclo de debates corresponde à caracterização sociológica da nova classe trabalhadora. Em meio aos muitos nomes forjados para interpretar esse segmento – *subproletariado*, *batalhadores*, *precarizado* – e que dão conta da riqueza das formulações, houve um acordo sobre as características gerais do nosso “objeto de estudo”. A nova classe trabalhadora

está situada “na base da pirâmide do trabalho” (Pochmann); apresenta “uma composição social complexa e heterogênea, que vai muito além do operariado industrial clássico” (Chauí); é composta por “jovens trabalhadores com baixa qualificação, mas com alguma qualificação que garante emprego formal e com isso direitos e renda” (Singer); são trabalhadores “sem passado sindical, ‘empreendedores’ com seus próprios pequenos negócios familiares, habitantes das periferias que não se mudam de bairro quando ascendem socialmente” (Souza); são, enfim, “os pobres que estimulados pelas políticas sociais e pela distribuição de renda estão produzindo suas demandas, suas lutas” (Cocco).

Todavia, foi Gustavo Venturi quem agregou alguns elementos novos para essa caracterização, uma vez que ele apresentou uma extensa pesquisa de opinião elaborada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) com brasileiros de todas as classes sociais, mas com ênfase especial naquelas pessoas que ascenderam socialmente nos últimos dez anos. As respostas são animadoras para quem quer interpretar a nova classe desde uma perspectiva de esquerda. Sessenta e nove por cento dos entrevistados se percebem como *classe trabalhadora/povo* e 28% se veem como *classe média*. Entre os estratos médios, 51% da população, mas que não são classe média, 71% se dizem *classe trabalhadora/povo* e 27% se definem como *classe média*. Entre os estratos médios ascendentes, 70% se declaram *classe trabalhadora/povo* e 27% afirmam ser de *classe média*.

A narrativa do mercado não está sozinha. A força da identidade popular/trabalhadora é evidente. Como afirma Lincoln Secco, em artigo neste livro, “o setor ‘desorganizado’ também luta e se organiza, embora não da maneira politizada pelos valores tradicionais da esquerda. A classe trabalhadora de baixíssima renda porta valores, consciência e projeto político como todas as demais frações de classe”.

Os dados fornecidos por Diana Coutinho, representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo federal – na qual Marcelo Neri, principal formulador do conceito de “nova classe média”, exerce papel de destaque – corroboram as percepções sobre o papel do trabalho na ascensão social. Diz ela que “mais de 50% das pessoas que ascenderam socialmente conseguiram isso graças à entrada no mercado de trabalho formal. O peso é muito maior que o Bolsa Família, que fica em torno de 30%”.

E, em meio a tudo, eis que as lutas explodem nas jornadas de junho.

Por uma interpretação positiva das jornadas de junho

Os milhões de jovens que ocuparam as ruas das grandes e médias cidades brasileiras provocaram um terremoto político no Brasil. Academia, grande mídia, partidos de esquerda, movimentos sociais, poderes da República, todas e todos fomos afetados pelas jornadas que mexeram com a nossa sociedade a partir de junho. O mesmo ocorreu no nosso ciclo de debates: quando as classes sociais ganharam vida nas ruas, os consensos deram lugar às polêmicas, às múltiplas interpretações sobre as jornadas de junho. A política das ruas é sempre mais viva que a sociologia dos números.

Tentando contribuir com a *virtude* – que exige uma interpretação consistente das jornadas – e aproveitando a *fortuna* de relatar um ciclo de debates sobre classes sociais, em meio à explosão das ruas, alguns comentários sobre junho para encerrar.

As jornadas de junho provocaram sentimentos ambíguos na esquerda, que se viu dividida entre a esperança e o medo, entre apoiar e recusar as mobilizações. A presença da direita nos atos, o apoio da mídia conservadora, as críticas contra o sistema político brasileiro (do qual o PT é o principal partido) e contra o Estado, cuja figura máxima é petista, a ação “violenta” de grupos radicais, as agressões sofridas por militantes do PT e de movimentos sociais em alguns atos são elementos que nutriram os temores.

Entretanto, os sinais de esperança são mais fortes. A insígnia “não é só por 20 centavos, é por direitos” simboliza o aspecto positivo das manifestações. Os jovens em marcha recusaram o moralismo das elites e sua ênfase na corrupção, e seguiram exigindo a universalização da cidadania, exigindo mais saúde, educação, democracia. A importância dessas reivindicações não pode ser minimizada. As jornadas de junho foram a certidão de nascimento política da nova classe trabalhadora. O fato de identificar que a classe média também se fez presente nos atos não muda o quadro de que, pela primeira vez, a nova classe trabalhadora, criada durante o governo Lula, se tornou ator político.

Depois de junho, uma nova conjuntura se abriu no Brasil. Não ganharemos as eleições de 2014, nem seguiremos mudando o país, apenas dizendo o que o PT fez no governo. O partido precisa, enquanto Moderno-Príncipe, construir uma nova aliança de classes compatível com a nova estrutura criada

nos últimos dez anos. Nova classe trabalhadora, setores progressistas da classe média e o conjunto da classe trabalhadora “clássica” precisam estar unificados para gerar não somente um país sem miséria, mas um país de cidadania plena, uma nova *virtude* para as próximas décadas.

Voltando à pesquisa da FPA, Gustavo Venturi reforça a ideia de que o *não associativismo* é marca dominante em todos os estratos. Porém, ele nos diz também que “o individualismo não apaga a percepção, bastante sólida entre os estratos ascendentes, de que os avanços sociais são resultado do governo do PT”. Ventura conclui com uma indicação importante para a esquerda: “O avanço na consciência dos direitos existe, o que indica que a situação não é tão negativa quando a esquerda pensa. Por outro lado, esse avanço não é maior justamente pela falta de ações da esquerda”.

Foi essa consciência coletiva em formação, para lembrar o historiador inglês E. P. Thompson, que se materializou nas ruas do Brasil em junho. O “individualismo” dos milhares de cartazes não apaga o conteúdo das reivindicações: mais cidadania, mais bem viver, mais democracia, temas caros à esquerda, rejeitados pela direita. Nenhum apego aos carros de som e faixas unificadas dos atos da esquerda agora chamada de “tradicional”. O que importa, mesmo, é a substância das demandas, e o resultado concreto, e não se existe uma faixa unificada ou milhares de cartazes pulverizados.

Antes das mobilizações, a experiência coletiva dessa classe era pautada pela hegemonia do mercado, do individualismo, do consumo, ao lado da percepção negativa sobre sua qualidade de vida nas cidades médias e grandes e da expectativa positiva em torno das ações sociais do Estado. A partir das jornadas, essa experiência está em transformação pela prática política, pela vivência insubstituível do fazer, do protagonismo, da ação.

Para melhorar a situação, a *demofobia* histórica e criminosa das nossas elites já afastou a direita das ruas. Eles bradam, sem parar, contra os “vândalos”, ao mesmo tempo em que se calam diante da violência cotidiana das polícias militares contra os jovens das periferias e favelas, e contra os manifestantes que teimam em ocupar as ruas de algumas cidades, como segue ocorrendo com força no Rio de Janeiro. Calam contra as prisões arbitrárias de ativistas, contra o Estado de Sítio instituído contra o povo carioca. Calam contra o mercado que transforma nossas cidades e nossos direitos em mercadoria.

Nós, de esquerda, do PT, temos que ir para a posição oposta. Reforçar as ruas, denunciar a violência do Estado como uma ameaça à democracia, atualizar o nosso programa para captar a experiência coletiva da nova classe trabalhadora, dos jovens de classe média que nunca viveram a hegemonia do neoliberalismo, das novas reivindicações da classe trabalhadora sindicalizada, pois só assim poderemos seguir mudando o Brasil, em busca da desmercantilização da vida e da cidadania. Essa é a *virtude* que a nova *fortuna* exige.

Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo¹

André Singer

Retomo aqui algumas ideias expostas antes², tentando, a partir delas, dar alguns passos à frente, ainda que titubeantes. Assim, o que se lerá a seguir são notas que usam metodologia eclética em busca de formular hipóteses sobre o problema das mudanças na estrutura e nas coalizões de classe ocorridas durante a década lulista (2003-2013). O aspecto fragmentado da exposição trai a esperança de que com o tempo e as críticas, se conforme um arranjo mais consistente para as ideias aqui expostas. Utilizo dados, instrumentos conceituais e intuições variados, ainda sem unidade, sujeitos, portanto, à revisão e reinterpretação. Organizado na forma de quatro notas, o texto procura dar conta das seguintes questões.

Nos últimos dez anos houve um processo de ascensão social no Brasil, o qual mexeu positivamente com ao redor de 40 milhões de pessoas. Isso

¹ Este artigo, escrito em novembro de 2013, nasceu na forma de uma conferência pronunciada para a Fundação Perseu Abramo e para a Fundação Friedrich Ebert em 2 de maio de 2013. Agradeço o convite de Joaquim Soriano e Jean Tible para realizá-la. Com os acontecimentos de junho, fui obrigado a refazer partes inteiras, de modo que o roteiro original ficou bem modificado, mantendo, contudo, certa informalidade típica da exposição oral.

² SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

gerou um debate sobre o possível surgimento de nova classe média no país. Em *Os sentidos do lulismo* sugeri que não estava aparecendo uma nova classe média, mas sim um novo proletariado³, que viria migrando do subproletariado, por exemplo, para a carteira assinada, o que lhe daria uma “cidadania trabalhista” que o proletariado propriamente dito tem desde os anos 1940. Um dos aspectos que desejo ressaltar nesta ocasião é que apesar da referida migração ter se confirmado, o subproletariado continua a ser uma realidade importante no país.

Não há dúvida que se está combatendo a pobreza e a desigualdade, mas de maneira lenta. Estudo do economista Serguei S. Dillon Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que o ritmo de queda do índice de Gini é compatível com os melhores momentos da construção do *welfare state* na Inglaterra e nos Estados Unidos⁴. Só que o nosso patamar de partida foi muito pior que o deles. Quando a Inglaterra e os EUA fizeram a forte redução da desigualdade, ao redor dos anos 1930, partiram de um Gini que girava em torno de 0,40, e nós, 70 anos depois, partimos de um Gini de 0,60. Eis aí uma boa expressão do atraso brasileiro.

Embora o Gini nacional venha caindo de maneira regular⁵, nesse passo levaremos mais uma geração para chegar à situação da Espanha pré-crise de 2008. Além disso, em função da diminuição do crescimento econômico no governo Dilma Rousseff, é possível que não se consiga manter o andamento anterior. A força que terá a redução da desigualdade daqui para frente dependerá de importantes decisões relativas ao próximo mandato presidencial. Seja como for, o subproletariado continuará a existir por muito tempo, o que, paradoxalmente, garante a permanência de uma base lulista.

O segundo aspecto que desejo indicar aqui é que os protestos de junho de 2013 parecem ter tido significativa participação do novo proletariado, embora fossem manifestações predominantemente de classe média. A presença do

³ Idem, p. 212.

⁴ SOARES, Serguei S. D. *O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?* In: Rev. Economia Política, v. 30, n. 3, jul-set. 2010, p. 369-70.

⁵ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad, IBGE) 2012, divulgados em meados de 2013, mostraram, entretanto, uma interrupção do movimento de queda pela primeira vez em uma década. Mas ainda não está claro se isso representa uma nova tendência.

novo proletariado nas demonstrações confirma a hipótese de que politização tende a acompanhar a ascensão social. No entanto, é um erro imaginar, e a ambiguidade dos protestos o mostraram, que tal politização se dará necessariamente à esquerda. Na realidade, o novo proletariado tanto pode caminhar para a esquerda, posição mais próxima de seus interesses objetivos, quanto para a direita, que oferece uma perspectiva de mercado para os setores que vem subindo. Mais ainda, penso que um centro pós-materialista pode também representar opção aceitável para tal setor, embora a maneira pela qual viria a ocorrer tal conexão não seja óbvia⁶.

Em terceiro lugar, é preciso reconhecer a possibilidade de surgimento de uma pequena nova classe média, composta dos que deram um passo a mais no movimento ascensional, como se tivessem subido dois degraus em lugar de um. Para tal camada, os apelos do centro e da direita fazem mais sentido do que os da esquerda, embora não se possa descartar que parte dela se incline para valores progressistas, como, aliás, ocorre no seio da própria classe média tradicional.

Por fim, quero indicar mudanças recentes nas coalizões de classe, com um aparente rombo na coalizão produtivista. Durante o mandato de Dilma Rousseff ocorreram dois movimentos opostos, ambos de grande significado e ainda à espera de adequada compreensão. Em um primeiro momento, aprofundou-se o esquema de aliança de classe desenhado nos dois mandatos de Lula. Em maio de 2011, a tradicional Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) assinou um programa comum com as centrais sindicais, formalizando o que eu vinha chamando de coalizão produtivista. Em seguida, a presidenta colocou em prática a plataforma resultante do acordo. Mas o efeito econômico foi frustrante. Em lugar de alavancar o crescimento, que vinha em declínio, este definiu em 2012. Diante do fracasso, o governo começou a recuar em 2013, não impedindo com isso, entretanto, o que parece ser uma reunificação da burguesia em torno da coalizão rentista.

⁶ A respeito desse assunto ver: SINGER, André. *Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos*. Cebrap, n. 97, nov. 2013.

Nota 1. Permanência do subproletariado

Há três indícios, todos eles apenas presumíveis, de que o subproletariado continua a englobar parcela expressiva da população brasileira. O primeiro é a quantidade de gente que ainda é atendida pelo programa Bolsa Família. A melhora na qualidade de vida propiciada pelas políticas do lulismo não tira, por si só, a pessoa da condição subproletária. Pode representar um alívio na pobreza, mas sem superar a pobreza. O governo Dilma decidiu colocar como limite para identificar a pobreza extrema 70 reais per capita por mês. Significa que, do ponto de vista oficial, qualquer pessoa que receber um pouco mais de 2 reais por dia saiu da pobreza extrema. Com o programa Brasil Carinhoso, Dilma promoveu uma expansão do valor do auxílio e da cobertura do Bolsa Família (BF). Com isso, a partir de março de 2013 o governo garante que todos os beneficiários do BF recebem no mínimo 70 reais per capita por mês, ficando, portanto, acima da pobreza extrema.

A própria dimensão e importância que alcançou o BF mostra o tamanho da camada que vive com baixíssima renda no Brasil. Ao completar dez anos, em setembro de 2013, o BF atendia algo como 50 milhões de pessoas⁷. Trata-se de um quarto da população brasileira⁸, a qual vive com uma renda aquém daquela que permitiria a reprodução de sua força de trabalho em condições “normais”⁹.

Para ilustrar o quanto o BF é indispensável para os seus beneficiários, cabe lembrar o que ocorreu no fim de semana de 18 e 19 de maio de 2013, quando se espalhou o boato de que o programa iria acabar. Em questão de horas, centenas de milhares de pessoas em 13 estados da Federação, quase todos do Norte e do Nordeste¹⁰, correram para caixas eletrônicos, que regis-

⁷ Ver: “Bolsa Família completa dez anos com 13,8 milhões de famílias beneficiárias”. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/noticias/2013/10/bolsa-familia-completa-10-anos-com-13-8-milhoes-de-familias-beneficiarias>>. Consulta em: 9 nov. 2013.

⁸ Segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, a população brasileira é de 201 milhões de habitantes.

⁹ Convém lembrar que, além disso, existem cerca de 2,5 milhões de pessoas muito pobres, que o governo não havia ainda conseguido cadastrar no programa Bolsa Família.

¹⁰ A única exceção foi o Rio de Janeiro.

traram quase 1 milhão de saques, além de depredações onde não foi possível retirar o dinheiro.

Um segundo elemento diz respeito à quantidade de trabalhadores que ainda recebem baixos salários no país. Cruzando dados sobre ocupação e remuneração, o economista Paul Singer estimava, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 1976, que o subproletariado (composto dos que “oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”¹¹) representava 50% da População Economicamente Ativa (PEA). A categoria incluía todos os que tinham renda per capita de até um salário mínimo (SM) e a metade dos assalariados não-agrícolas que tinham renda per capita entre um e dois SM.

Aplicando o mesmo critério para a Pnad de 2012, temos que 24 milhões de trabalhadores, algo como 26% dos 93,5 milhões que compõem a PEA, recebiam até um SM. Acrescidos de metade de todos os que recebem entre um e dois SM, que são 24%, a proporção de subproletários chegaria a 38% da força de trabalho¹². A Pnad 2012 revela ainda que 43% das famílias brasileiras apresentavam renda média mensal domiciliar *per capita* de um salário mínimo. Isso representa 27 milhões de domicílios e algo em torno da metade da população.

É claro que nenhuma afirmação rigorosa pode ser feita a partir dos dados acima. O que tenciono indicar é tão somente a permanência, também no plano da renda, de elementos que permitem supor expressivo contingente subproletário passados dez anos de lulismo.

O terceiro número sobre o qual quero chamar a atenção diz respeito à quantidade de trabalhadores ainda sem carteira assinada no Brasil, ou seja, que não têm acesso à proteção trabalhista, aos sindicatos e ao instrumento de greve, ficando assim à margem das conquistas que caracterizam a fração

¹¹ SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade. Estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 22.

¹² Ver: “IBGE: cresce volume de trabalhadores que ganham menos de um salário”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/ibge-cresce-volume-de-trabalhadores-que-ganham-menos-de-um-salario-1-10176438>, 27/09/2013>. Consulta em: 09 nov. 2013. “Quase um quarto da população sem renda na RMF”. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com.br/materia.asp?codigo=1322485>>. Consulta em: 23 out. 2013 e 9 nov. 2013. Não estão excluídos aqui os trabalhadores agrícolas, como fez Paul Singer.

organizada da classe trabalhadora. O **Quadro 1** mostra que, em 2009, 20% dos empregados continuavam sem carteira de trabalho. Se somarmos a estes uma parte significativa dos trabalhadores domésticos, que ainda trabalham na informalidade, e outra parte dos assim chamados “trabalhador por conta própria”, parcela dos quais são apenas trabalhadores informais, veremos que uma proporção razoável do proletariado carece de cidadania trabalhista.

Quadro 1 – Estrutura da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais no Brasil, 2009.

Empregados com carteira assinada: 39%
Empregados sem carteira assinada: 20%
Trabalhadores domésticos: 8%
Trabalhador por conta própria: 21%
Empregadores: 4%
Trabalhadores não-remunerados: 5%
Trabalhadores na produção para consumo próprio: 5%
Trabalhadores na construção para uso próprio: 0,1%.

Fonte: Dieese, Anuário dos trabalhadores, 2010-2011. Reelaborado pelo autor. Valores arredondados, perfazendo mais de 100%.

Embora o governo tenha se empenhado, com resultados positivos, em aumentar a formalização do trabalho doméstico, sabe-se que boa parte dos milhões que vivem dessa atividade continua à margem da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O mesmo se aplica ao trabalhador por conta própria, que pode ser desde o peão que faz bicos em obras avulsas até o microempresário. É verdade, também, que o lulismo criou mais de 17 milhões de postos com carteira de trabalho assinada, porém não se pode esquecer que todo ano milhões de jovens chegam ao mercado de trabalho, exigindo uma forte expansão do número de postos formais somente para manter o quadro como está. Significativamente, a proporção de empregados com carteira assinada não passava de 40% em 2009.

Em resumo, os três elementos apresentados que apontam na direção da permanência do subproletariado são: em 2013, cerca de 25% da população precisava de maneira imperiosa do BF; em 2012, 38% da PEA tinha ren-

da compatível com a condição subproletária, usando critério aproximado ao dos anos 1970; em 2009, ao menos 20% trabalhavam sem carteira assinada, acompanhados de 21% de trabalhadores por conta própria e 8% de trabalhadores domésticos, boa parte dos quais deve ser incorporado ao universo dos que carecem de cidadania trabalhista. Assim, o subproletariado, como fração específica dentro do proletariado, parece ainda pesar na formação social brasileira.

Nota 2. Novo proletariado em movimento

A vasta parcela de trabalhadores que está aquém da condição proletária, propriamente dita, marca a formação social do país e produz o paradoxo de que o proletariado, propriamente dito, ocupa uma posição intermediária no Brasil, o que pode levar, numa visão equivocada, a confundir-lo com a classe média. De fato, ele é uma fração de classe *intermediária*, porque sob ela há outra camada, mas isso não o caracteriza como classe média. Por outro lado, se, na formulação clássica de Marx, o proletariado não tem nada a perder, aqui ele sempre teve o que perder. O proletariado pode cair no subproletariado quando há desemprego, assim como pode sair dele quando o emprego aumenta.

O novo proletariado – os jovens e jovens adultos que entraram no mercado de trabalho na última década – seria um grupo em transição que está chegando agora à condição proletária. Ele tanto pode se fundir com o setor organizado da classe trabalhadora – o velho proletariado –, quanto desviar-se dele, partindo para formas próprias de comportamento político.

Tenho usado como parâmetro, para pensar o novo proletariado, o telemarketing, que foi pesquisado pelos sociólogos Ruy Braga e Ricardo Antunes¹³. O telemarketing, que empregava 1,4 milhão de pessoas em 2012, é interessante para pensar o novo proletariado porque recruta jovens para o primeiro emprego. Em geral, esses jovens têm ensino médio (ou superior) e salário baixo¹⁴.

¹³ ANTUNES, R.; BRAGA, R. *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁴ “Telemarketing emprega 1,4 milhão no país; veja como é o trabalho no setor”. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Consulta em: 09 nov. 2013. O salário médio de um operador era de 706 reais, 14% maior do que o mínimo da época, mas mesmo assim baixo.

Apesar do jovem operador estar com um pé fora do subproletariado, uma vez que pelo menos tem a carteira assinada, as suas condições de trabalho são chocantes. Por exemplo: como precisam falar o tempo todo, ingerem grande quantidade de água, mas são impedidos de ir ao banheiro. A expectativa era que esses trabalhadores, uma vez tendo acesso ao sindicato, começassem a reivindicar melhorias e direitos.

Mas qual seria a postura dos sindicatos e partidos em relação a eles? Como estamos em face de um movimento sindical que também sofreu transformações, já não sendo o da década democrática (1978-88), cabe perguntar se haverá verdadeiro interesse em dar guarida a potencial revolta do novo proletariado. De outra parte, no passado o PT generalizaria a experiência dessa geração na forma de um programa político de enfrentamento do capital. Porém, tal não é a perspectiva do lulismo. Por isso, a possível experiência espontânea de politização do novo proletariado talvez não encontre correspondência no plano da luta sindical e partidária, levando a outro tipo de engajamento.

De acordo com algumas análises, a experiência espontânea das greves que vêm se dando no telemarketing, assim como nos canteiros de obras das hidrelétricas em construção e nos estádios da Copa teriam sido precursoras da participação do novo proletariado nos acontecimentos de junho¹⁵. Não tenho como aferir tal afirmação, mas olhando os dados a respeito de junho com atenção, pode-se deduzir a presença do novo proletariado nas ruas¹⁶.

Em primeiro lugar as manifestações foram de jovens (até 25 anos) e jovens adultos (até 39 anos), que juntos representavam 80% dos presentes. À primeira vista, pareciam jovens de classe média, pois somando os diplomados aos que estavam cursando universidade, tinha-se um vasto contingente (quase 80%) das manifestações de São Paulo, em 17 e 20 de junho, assim como a de Belo Horizonte, em 22 de junho (quase 70%), com acesso ao ensino superior. Se lembrarmos que, segundo o Ministério da Educação, em 2011 apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados em universidades, mesmo tendo

¹⁵ BRAGA, Ruy. *Sob a sombra do precariado* In: MARICATO, Ermínia et alli. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013. Braga prefere falar em *precariado*, enquanto eu adoto a expressão *novo proletariado*. Para o que vem ao caso aqui, a divergência é menor.

¹⁶ Os próximos parágrafos seguem de perto: SINGER, André. *Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas*. *Novos Estudos*, Cebrap, n. 97, nov. 2013.

duplicado o número de ingressantes em uma década¹⁷, pode-se supor que apenas a elite se engajou nos protestos.

Também o alto volume (92%) dos que tinham pelo menos o curso médio completo nas oito capitais pesquisadas pelo Ibope e no Rio de Janeiro (86%), praças para as quais não dispus da quantidade isolada de universitários, confirma que o nível educacional apurado naquelas ocasiões aponta para a metade superior da sociedade, com um perfil, no mínimo, de classe média baixa (ensino médio)¹⁸, mas com fortes tintas de classe média tradicional (universidade)¹⁹.

No entanto, a renda revela um cenário diferente (**Quadro 2**). Os que tinham até cinco salários mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto *respondiam por cerca de 50% dos manifestantes*. Em outras palavras, uma parte substantiva estava na metade inferior da distribuição de renda, criando um contraste em relação à imagem que havia sido sugerida pela escolaridade, dimensão na qual a quase totalidade dos manifestantes encontrava-se na metade superior.

¹⁷ WEBER, Demétrio. *Brasil tem 6,7 milhões de universitários*. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com>>. Acesso em: 26 set. 2013.

¹⁸ Sobre a classe média baixa, ver SOUZA e LAMOUNIER, op. cit., p. 20 e 21.

¹⁹ O conjunto de dados que analisei foi o seguinte: duas pesquisas realizadas pelo Datafolha em São Paulo, nas manifestações dos dias 17 de junho (766 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais ou para menos) e 20 de junho (551 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais ou para menos). Disponível em: <<http://www.datafolha.com.br>>. Consulta em: 22 set. 2013. A segunda foi consultada na edição impressa da Folha de S.Paulo, em 22 jun. 2013, p. C6. Pesquisa realizada na manifestação do Rio de Janeiro, no dia 20 de junho, pela Plus Marketing, com 498 entrevistas entre 16h e 20h30 e seleção aleatória por intervalo de tempo com manifestantes acima de 15 anos. A margem de erro foi de 4,2 pontos percentuais. Pesquisa nacional realizada pelo Ibope nas manifestações do dia 20 de junho, com 2002 entrevistas em oito cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília. As entrevistas foram feitas com manifestantes acima de 14 anos de idade e a margem de erro foi de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Consulta em: 22 set. 2013. Pesquisa feita em Belo Horizonte na manifestação do dia 22, pelo Instituto Innovare, com 409 entrevistas de cinco minutos, e margem de erro de cinco pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em: <<http://www.innovare-pesquisa.com.br>>. Consulta em: 22 set. 2013.

Agradeço a Antônio David ter-me alertado para a pesquisa do Ibope, assim como aos institutos Plus Marketing e Innovare pelo envio dos respectivos relatórios.

Quadro 2 – Renda familiar mensal dos manifestantes

Faixas	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	34% (Até 1 SM)	15% (Até 2 SM)	20% (Até 2 SM)
Intermediária 1	54% (De 2 a 5 SM)	30% (De 2 a 5 SM)	36% (De 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (De 6 a 10 SM)	26% (De 5 a 10 SM)	24% (De 5 a 10 SM)
Alta	10% (Mais de 10 SM)	23% (Mais de 10 SM)	21% (Mais de 10 SM)
	100%	100%*	100%

Fonte: Rio de Janeiro, Plus Marketing. Oito capitais, Ibope. Belo Horizonte, Innovare.

* 6% não responderam.

Ao que parece, estamos em face de um contingente de jovens com renda baixa, mas escolaridade média ou até alta. Esses manifestantes se encontrariam dentro da faixa na qual o economista Waldir Quadros inclui ocupações como balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure²⁰. A classificação pela renda familiar não nos permite saber a renda *per capita* do manifestante, mas, ao dizer que 45% dos participantes em oito capitais e 56% em Belo Horizonte não tinham renda familiar acima de cinco salários mínimos, os institutos de pesquisa Ibope e Innovare estão nos indicando que boa parte deles poderia ter uma das profissões descritas por Quadros, não pertencendo, pois, à classe média tradicional, que se caracteriza por abrigar profissionais liberais ou funções não manuais, técnicas e administrativas, como especificam Souza e Lamounier²¹. As ocupações acima arroladas por Quadros estariam dentro da categoria “médio-inferior” estabelecida por Souza e Lamounier, ou seja, na metade de baixo da estratificação por ocupações²².

Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado recentemente no emprego – significativamente, o Ibope mostrou que 76%

²⁰ Para chegar a esse resultado, fiz uma conversão, em salários mínimos da época, da classificação apresentada em: QUADROS, Waldir. *Brasil: um país de classe média?* Le Monde Diplomatique Brasil, a. 4, n. 40, 01 nov. 2010.

²¹ Ver SOUZA e LAMOUNIER, p. cit., p. 164.

²² Ibidem.

dos manifestantes *estava* no mercado de trabalho nas oito capitais, a Innovare encontrou proporção parecida em Belo Horizonte (71%) e a Plus Marketing no Rio de Janeiro (70%) –, a hipótese da presença do novo proletariado nas manifestações torna-se plausível²³.

Foram, portanto, no seu conjunto, protestos de jovens e jovens adultos de alta escolaridade. Mas como tem assinalado o sociólogo Gustavo Venturi, em função “do processo relativamente acentuado de escolarização ao longo da última década e meia”²⁴, é razoável pensar que o novo proletariado tenha nível escolar elevado. Em função disso, deve-se cogitar a possibilidade de ter estado presente nas manifestações uma parcela de jovens de escolaridade mais alta que a renda, que é, aliás, a caracterização do operador de telemarketing, que tende a ter pelo menos escolaridade média completa, e, às vezes, universitária, com salário médio abaixo de 1,5 SM. Convém registrar que com a ampliação das vagas nas universidades públicas, com o Prouni e a explosão do ensino superior privado, a quantidade de ingressantes nas universidades pulou de 1 para 2,3 milhões por ano, entre 2001 e 2011²⁵.

Se é verdade que para trabalhadores de baixa renda ainda está posta uma agenda materialista, deve-se considerar que esquerda e direita têm respostas para ela: mais Estado, de um lado, e mais mercado, de outro. Um novo centro, por sua vez, tenta escapar do dilema por meio do recurso “maior participação social”, proposta da qual, em tese, ninguém discorda, mas que colocada fora do conflito distributivo só interessa a quem já está com seus problemas materiais resolvidos.

No entanto, é possível que, embora materialmente distante, o universo da classe média tradicional, que oscila entre a direita e o centro, seja alvo de desejo de jovens que começam a se mover naquela direção, por meio da elevação educacional. Ensina a sociologia que, quando não existem fortes subculturas

²³ Embora o dado deva ser visto com cuidado, pelas razões já mencionadas, cabe registrar que a Plus Marketing encontrou 88% dos manifestantes do Rio de Janeiro na faixa de até cinco salários mínimos.

²⁴ VENTURI, Gustavo. *PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária*. In: Rev. Perseu, n. 5, a. 4, 2010, p. 204.

²⁵ WEBER, Demétrio. *Brasil tem 6,7 milhões de universitários*. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com>>. Acesso em: 26 set. 2013.

de classe em ação, os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vêm.

Cabe lembrar que esse novo proletariado nasceu em um ambiente cultural com forte carga capitalista. Em primeiro lugar, houve a expansão da chamada teologia da prosperidade, que envolve uma série de igrejas pentecostais e neopentecostais. Essa visão de mundo propõe que o esforço individual de cada um o fará conseguir a ascensão social e o sucesso almejados. Em segundo lugar, a profunda impregnação que a sociedade vem sofrendo há algumas décadas pelo neoliberalismo tem como resultado, por exemplo, a adoração das marcas que vem se espalhando pela juventude das periferias das metrópoles brasileiras. A adoração das marcas é algo que combina muito bem com a teologia da prosperidade, ambas remetendo para valores capitalistas.

Segundo o Ibope, na noite de 20 de junho, quando levadas em consideração as três principais reivindicações espontaneamente levantadas pelos manifestantes entrevistados, a mudança do ambiente político ficou em primeiro lugar, tendo sido mencionada por 65% dos presentes, com 50% fazendo referência especificamente à corrupção, bandeira adotada como prioritária pela direita e pelo centro nas manifestações a partir de 17 de junho. Bandeiras de esquerda, como a questão do transporte, ficaram em segundo lugar, com 54% das respostas; os gastos com a Copa vieram em terceiro, com 40%. Seria interessante pesquisar, no futuro, se houve alguma associação entre essas opções, a escolaridade e a renda dos entrevistados.

Com as evidências atuais não é possível afirmar para que lado pendeu o novo proletariado. Tanto pode ter tido uma compreensão de que os problemas postos só poderão ser resolvidos com gastos sociais por parte do Estado, como pensa a esquerda, quanto uma adesão à noção contrária, defendida pela direita, de que só o combate à corrupção pode levar a uma maior produção de riqueza. Assim como, é plausível ter havido uma simpatia pela ideia de que a solução dos problemas sociais brasileiros passa por maior participação social e uma redução do Estado, como quer o centro pós-materialista.

O que percebemos é que, no auge das manifestações, as diversas correntes ideológicas estavam presentes na rua (**Quadro 3**). Apesar da expulsão simbólica da esquerda partidária da avenida Paulista na noite da quinta-feira, 20 de junho, onde tudo havia começado duas semanas antes, a esquerda social

lá permaneceu, representando uma parcela significativa (22%), embora não majoritária, do protesto. Da mesma maneira, havia uma direita, a qual, contudo, era bem menor (10%) do que fizeram pensar as primeiras impressões a respeito do acontecido. O centro, por sua vez, predominava do ponto de vista numérico (31%, no mínimo, e 66%, no máximo, se somados a centro-esquerda e a centro-direita). Nada impede que o novo proletariado tenha se dividido entre essas orientações, o que futuras pesquisas poderão esclarecer.

Quadro 3 – Localização dos manifestantes no espectro ideológico

Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	Não sabe
22%	14%	31%	11%	10%	13%

Fonte: Datafolha.

Nota 3. Pequena nova classe média

O economista Marcelo Neri sustenta que a classe C, uma categorização que vem das pesquisas de mercado e é feita a partir de faixas de renda e de consumo, incorpora cerca de 50% da população brasileira, como se pode ver no **Quadro 4**. Por isso, a classe média teria se tornado majoritária no país. Ocorre que a classe C, que prefiro chamar de faixa C para não criar confusão sociológica, não é a classe média no sentido tradicional, que se poderia caracterizar como está no livro dos cientistas políticos Bolivar Lamounier e Amaury de Souza: aquela que está estabelecida como tal há pelo menos *uma geração, ou seja, que já tem acesso a determinados bens e serviços desde os pais*²⁶.

Quadro 4 – Estratificação da população brasileira em faixas de renda, 2009*.

Faixas A e B:	11%
Faixa C:	50%
Faixas D e E:	39%

Fonte: Marcelo Neri. *A nova classe média, o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 28 set. 2010 (versão 3.0), p. 13, consultado em: cps.fgv.br, 26 jun. 2012. Dados reelaborados pelo autor (André Singer).

* Números arredondados.

²⁶ SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. *A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Quais são os bens e serviços que caracterizam esse padrão de vida da classe média tradicional no Brasil? Sem pretender uma resposta rigorosa, talvez se pudesse pensar no acesso aos planos de saúde e às escolas particulares para os ensinos fundamental e médio (já que no ensino superior o setor público ainda é considerado melhor).

Do ponto de vista numérico, a classe média tradicional coincide com o que as pesquisas de mercado assimilam como faixas A e B, por volta de 10% da população (**Quadro 4**). Do ângulo eleitoral isso é um problema para a oposição que, enquanto estiver isolada nesse estrato, tem poucas chances de ganhar a eleição presidencial. Daí o seu desafio ser o de quebrar tal barreira. O sociólogo Jessé de Sousa tem razão quando assinala que interessa à oposição chamar os grupos emergentes de classe média, porque ao fazê-lo ajuda a criar neles uma identidade e um elo com a classe média tradicional, que tende a ser oposicionista.

Apesar disso, talvez devêssemos considerar a hipótese de que exista, dentro da faixa C, um grupo relativamente pequeno que deu um salto maior e que está, de fato, se aproximando da faixa B, com acesso a planos de saúde privados e a escolas particulares, por exemplo. Neste caso, fiando-me em informações fragmentárias, como relatos de campanha política, filmes e descrições de pesquisa de campo, poder-se-ia pensar em indivíduos que, vindos de um meio subproletário, conseguiram uma melhora superior à retratada na imagem do operador de telemarketing. Esses casos, relativamente excepcionais, começariam a ter aspirações de classe média, como aparece no filme *Família Braz – Dois tempos*, de Arthur Fontes e Dorrit Harazim, de 2010, deixando para trás a identificação com o universo popular. A experiência histórica mostra que em processos de ascensão individual pode haver uma ruptura rápida com a base de onde se proveio, em troca de uma identificação com o lugar para o qual se quer ir.

Como vimos, no **Quadro 1** há uma vasta parcela (21%) que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) chama de trabalhadores por conta própria. Uma parte pequena deles deve ser não o trabalhador que vive de bicos, o típico membro do setor informal, porém indivíduos que estão tentando mudar de vida por meio de atividades ou negócios autônomos, fugindo e/ou sendo excluídos do assalariamento. Aí o empreendedorismo estaria associado à pequena camada que se aproxima de padrões de classe média.

Esse cidadão é candidato a uma ideologia hipercapitalista, porque na sua experiência o esforço pessoal, portanto o mérito, ocupa lugar central, ao passo que os direitos coletivos pouco representam. Além disso, ele é um atual ou futuro empregador, portanto está, virtual ou realmente, do outro lado do balcão da relação capital-trabalho. Da mesma maneira como o novo proletariado tem condições materiais de existência que combinam com uma posição de esquerda, a pequena nova classe média teria interesses objetivos ao centro e à direita, sendo muito sensível à ideia de que o Estado atrapalha. É possível, por exemplo, que uma parte dos estudantes do Prouni compartilhe de tal ponto de vista. Se assim for, eles teriam chegado à universidade por meio de uma política governamental voltada para a inclusão, mas podem preferir que o governo se afastasse da economia e diminuísse os impostos, mesmo que ao custo de cortar programas sociais, para que pequenos empreendedores possam ter mais sucesso.

Assim, como as que se referem ao novo proletariado, a hipótese sobre a pequena nova classe média merece ser pesquisada, para que surjam elementos quantitativos e qualitativos capazes de precisar o que está de fato acontecendo.

Nota 4. Mudança nas coalizões de classe

A reativação do mercado interno por baixo, realizada nos dois governos Lula, juntamente com a manutenção de linhas macroeconômicas neoliberais, parecia ter estabilizado, ao final do segundo mandato do ex-presidente, duas coalizões de classe contrapostas. De um lado, uma coalizão produtivista, reunindo facções da burguesia e da classe trabalhadora organizada, ambas supostamente interessadas em aumentar a produção e o consumo internos. De outro, uma coalizão rentista, reunindo a facção financeira do capital e a classe média tradicional, as duas voltadas para altos ganhos financeiros, numa perspectiva de divisão internacional do trabalho na qual o Brasil se concentraria em exportar *commodities*, importando os produtos de alto valor agregado que não seria capaz de produzir. Dividida, por sua vez, entre o interesse de ter um real desvalorizado e, ao mesmo tempo, manter fluidas as vias de comércio exterior com um mercado nacional aberto às importações, a burguesia agroexporta-

dora estaria associada a uma e outra das coalizões acima referidas, oscilando entre ambas²⁷.

Em um contexto de expansão mundial, Lula foi capaz de equilibrar o peso das coalizões, fazendo concessões ora a uma ora a outra, sem confrontar interesses essenciais. Sustentado por uma fração específica de classe – o subproletariado – o lulismo teria logrado avançar o combate à pobreza sem radicalização política, não por acaso o programa dos setores mais vulneráveis e excluídos da própria participação na luta de classes sobre os quais se apoiou.

Em maio de 2011, com a assinatura de um protocolo entre as principais centrais sindicais (CUT e Força Sindical) e a mais poderosa federação industrial do país (Fiesp), a coalizão produtivista se formalizou. Redução da taxa de juros, desvalorização cambial, investimento produtivo e manutenção do emprego foram o programa firmado por trabalhadores e empresários. No horizonte estava a perspectiva de reindustrialização, permitindo haver crescimento com distribuição de renda.

Algumas semanas depois do referido protocolo ser formalizado, o Banco Central iniciou uma expressiva redução da taxa Selic, envolvendo, na sequência, vigorosa pressão do Ministério da Fazenda para a diminuição dos *spreads* praticados pelos bancos privados. Alguns meses mais tarde (fevereiro de 2012), o governo procederia a uma desvalorização cambial, estendendo, de maneira significativa, o raio de ação do Estado em benefício dos produtores nacionais. Na mesma linha, em maio de 2012, Dilma promulgou uma delicada mudança nas regras de remuneração da caderneta de poupança, de modo a permitir que a redução da taxa de juros prosseguisse além do que nunca havia ido desde o início do lulismo. Para completar, no final de 2012, interveio no setor elétrico, reorganizando contratos e obrigando a uma redução das tarifas de energia.

Tudo leva a crer que na conjuntura de prolongada retração mundial que se reabriu, em meados de 2011, a presidenta entendeu ser necessário dar os passos para garantir a continuidade do crescimento econômico e do combate à desigualdade. Em consequência, entre meados de 2011 e meados de 2012, houve no Brasil um verdadeiro ensaio desenvolvimentista. Ao enfrentar o capital financeiro que, pela primeira vez desde o início do lulismo, havia perdido

²⁷ SINGER (2012a), especialmente capítulos 3 e 4.

o controle do Banco Central, o governo tentou romper com os limites impostos anteriormente e, assim, dar continuidade ao projeto lulista.

Com a área econômica do governo unificada (Fazenda e Banco Central), Dilma orientou no sentido da expressiva queda da taxa de juros, pressionando o setor financeiro a adotar conduta voltada para estimular a produção e não o rentismo. Assim, foram alterados dois dos três mandamentos da economia política neoliberal – as metas de inflação e o câmbio flutuante –, sendo que o terceiro pilar, o superávit primário, já tinha de algum modo sido flexibilizado no período anterior. Em outras palavras, as linhas da política macroeconômica saíram do padrão neoliberal.

O problema é saber porquê o ensaio desenvolvimentista fracassou. O crescimento econômico de 2012 (0,9% do PIB) mostra que, embora corajosas, as iniciativas governamentais foram ineficazes para alcançar o objetivo principal (retomada do crescimento com distribuição da renda), levando o governo a suspender a orientação produtivista, retomando a política de juros altos e câmbio livre, além de promover privatizações em diversos setores e desonerar os empresários de recolher o devido à Previdência Social sobre a folha de pagamentos. Aparentemente, e para usar expressão que ouvi em debate recente, “a burguesia faltou outra vez ao encontro”, como o fizera antes de 1964, não realizando os investimentos esperados pelo governo e, com isso, causando a queda do ritmo de crescimento.

Se o lado burguês da coalizão rentista decepcionou, a reação da coalizão rentista às medidas desenvolvimentistas foi o esperado. Instaurou-se uma verdadeira guerra contra o “intervencionismo na economia”. Aparentemente, a ofensiva teve o condão não apenas de pressionar o governo a voltar atrás como de dividir a coalizão produtivista, atraindo o capital produtivo para a órbita da coalizão rentista. À medida que o capital produtivo se afastava da coalizão inicial, começando uma série de manifestações contra o “intervencionismo”, o governo, isolado da burguesia, suspendia o ensaio desenvolvimentista. Em abril de 2013 os juros voltaram a subir, ameaçando a perspectiva de crescimento pelo terceiro ano consecutivo, os controles sobre o capital especulativo estrangeiro foram suspensos e adotou-se postura privatizante em setores estratégicos.

O maior sinal de que a coalizão produtivista se desfez é o reposicionamento dos empresários em relação aos trabalhadores, sobressaindo a posição de

que o crescimento da economia dependeria agora de uma redução do custo da mão de obra, como fica claro no documento da Confederação Nacional da Indústria – “101 propostas para modernização trabalhista” –, divulgado em dezembro de 2012. Até o momento em que estas notas eram finalizadas (novembro, 2013), a formação de um bloco burguês reunificado contra a candidatura Dilma Rousseff em 2014 parecia o elemento distintivo em relação ao arranjo de classe da experiência lulista anterior.

Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora

Gustavo Venturi

José Reinaldo Riscal

Vilma Bokany

A mobilidade econômica de um contingente expressivo da população ao longo do governo Lula (2003-2010) levantou um debate sobre o impacto desse fenômeno na estrutura de classes da sociedade brasileira: cresceram as classes médias, a ponto de se tornarem demograficamente majoritárias? Terá se alterado a constituição das classes sociais – com o surgimento de uma ‘nova classe média’ – ou apenas a composição (a proporção) entre as classes trabalhadoras e médias? Ou nem isso, o movimento de ascensão se deu, sobretudo, dentro das próprias classes já existentes, apenas transformando-as internamente?

Tal discussão tem implicações além de um relevante debate acadêmico: se o Brasil avançou celeremente e até já se tornou “um país de classe média”, disso decorrem não só consequências econômicas, mas também políticas – seja quanto à manutenção ou redefinição de prioridades nas políticas públicas em curso e a serem implementadas, seja em termos da composição de forças na luta por direitos e no permanente conflito entre interesses de classe na relação capital/trabalho.

Em uma dimensão cultural mais ampla, no plano dos valores o sentimento de pertença a esta ou àquela classe social pode ter implicações de fundo sobre a percepção da realidade presente, sobre o horizonte da sociedade perseguida – por exemplo, quanto ao grau de desigualdade considerado tolerável – e sobre

os caminhos para alcançá-la. Trata-se, portanto, de cenários muito distintos: um, se as camadas populares emergentes, em parte resgatadas da miséria para a pobreza, em parte da pobreza para um padrão melhor de consumo material, ainda assim (ou agora sim) tendem a se perceber como quem só dispõe de sua força de trabalho para vender no mercado e, reforçando sua identidade como classe trabalhadora, tendem a se organizar coletivamente por novos direitos; outro, passam a assumir (ou continuam comprando) o ideal do empreendedorismo e a ideologia da distinção (ou dos caminhos para conquistá-la) que, ora um ou outra, ora ambos, caracterizam a identidade das classes médias.

Como contribuição para a compreensão do amplo fenômeno de mobilidade observado e de seu potencial impacto político na sociedade, este artigo pretende responder, primeiro, se há base empírica para a afirmação de que um grande contingente populacional migrou das classes trabalhadoras para as classes médias. Para tal, analisaremos dados extraídos de um *survey* nacional, realizado pelo Núcleo de Estudos e de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (FPA)¹, focando tanto indicadores objetivos, quanto a percepção de identidade de classe dos segmentos que experimentaram (ou não) ascensão econômica. Uma segunda parte da análise será apenas esboçada: consiste em especular sobre a perspectiva política dos grupos emergentes no curto prazo – eleições de 2014 – e, a partir de seu grau de assunção a alguns princípios políticos investigados, também no médio prazo, tomando-o como indício de adesão a posturas conservadoras ou reformistas.

¹ Atendendo ao chamado da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) por estudos que contribuíssem para entender a questão das classes sociais no Brasil contemporâneo, o Neop/FPA levou a campo em agosto de 2012, o *survey* “Estratos sociais emergentes e cultura política”. Universo: população brasileira com 16 anos de idade e mais; amostragem: aplicação de questionário estruturado em 3.307 entrevistas pessoais e domiciliares, a partir de critério probabilístico nos primeiros estágios (sorteio de municípios, setores censitários, quarteirões e domicílios), com controle de cotas de sexo e idade no estágio final (seleção dos indivíduos); distribuição geográfica nas áreas urbanas e rurais de 148 municípios de 25 estados, estratificada por natureza geoadministrativa (capitais, regiões metropolitanas e interior) e porte dos municípios (divisão em tercís: pequenos, médios e grandes); margem de erro: até 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. Os resultados podem ser acessados (banco de dados e questionário), por meio do Consórcio de Informações Sociais (CIS). Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>.

Classes sociais *versus* estratos socioeconômicos: interfaces objetivas e subjetivas

Em maio de 2012, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) divulgou relatório de uma Comissão para a definição da classe média no Brasil. Elaborado sob a coordenação do então subsecretário de Ações Estratégicas da SAE, Ricardo Paes de Barros, o relatório justifica a adoção do conceito de classe média de forma um tanto peculiar: “O uso da denominação ‘classe’ é certamente inadequado (...). Não parece haver qualquer evidência de que aqueles que cruzaram a linha de pobreza nos últimos anos tenham similaridades marcantes – seja no campo dos valores, atitudes e expectativas, seja no campo da forma de inserção no mercado de trabalho, constituição familiar ou posição no ciclo de vida (...). Além disso, (...) não há qualquer dúvida de que a junção dos emergentes com a tradicional classe média forma um grupo extremamente heterogêneo (...), cobrindo um amplo segmento da sociedade brasileira sem qualquer identidade clara”.

O objetivo desse estudo é delimitar o grupo central da pirâmide social brasileira que se expandiu de forma acentuada ao longo da última década em função dos progressos sociais alcançados. A rigor, (...) esse grupo mereceria ser denominado apenas de ‘grupo do meio’. No entanto, dado o uso já corrente do termo ‘nova classe média’, adotaremos a denominação de classe. Fazemos esse uso sem buscar qualquer justificativa conceitual e empírica, e, portanto, apenas como uma forma de facilitar a comunicação, usando um termo já em uso²”.

De fato, o esforço para cunhar os estratos sociais ascendentes como classe média teve início anos antes: já em 2008, o economista Marcelo Neri anunciava estudos que coordenara na Fundação Getúlio Vargas (FGV), “que colocaram no mapa a nova classe média, leia-se a família de classe C³”. Em 2012, Neri⁴ escreve que “a classe C aufere, em média, a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média no sentido estatístico” (Neri, 2012,

² Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

³ “Metade nova classe média”, Valor Econômico, 07 out. 2008.

⁴ No mesmo ano Marcelo Neri assumiu a Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da SAE.

p.83). Em sintonia, Neri e Barros assumem que o conceito de classes que adotam, fundamentalmente assentado em um critério sintético de renda domiciliar per capita, é desprovido do conteúdo social, político e/ou cultural com que diferentes tradições sociológicas e historiográficas – clássicas (Marx e Weber) ou contemporâneas (W. Mills, Thompson e Bourdieu, entre outros) – lhe atribuem.

Em linha com diferentes análises, à sua maneira crítica a essa abordagem (Souza, 2010; Scalón & Salata, 2012; Pochmann, 2012), vejamos como os dados do *survey* da FPA corroboram a avaliação da insuficiência ou inadequação do critério unidimensional de renda, para a definição das classes sociais no Brasil atual.

Aplicando-se os pontos de corte de renda domiciliar per capita (RDpC) da SAE para 2012, os estratos intermediários (médio-baixo, médio-médio e médio-alto, de 291 a 1.019 reais) atingiram 55% dos indivíduos da amostra; os estratos baixos (extremamente pobres, pobres e vulneráveis) somaram 20% e os estratos altos (baixo-alto e alto-alto) 17%⁵. Como esperado, encontrou-se a maioria na ‘classe média’ estatística, ou seja, nas faixas intermediárias de renda⁶.

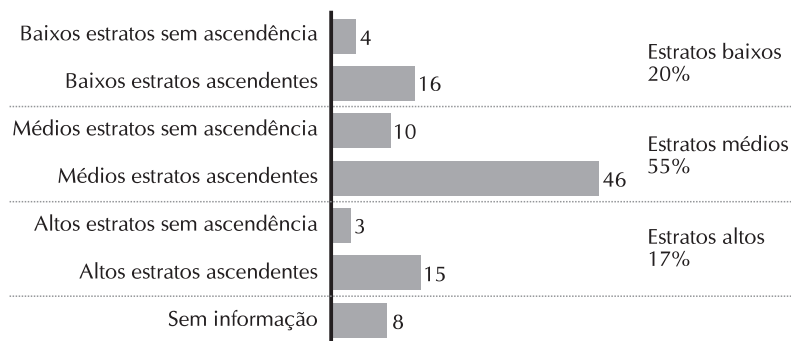
Para controle da mobilidade, na falta de estudo anterior da mesma natureza que permitisse uma análise longitudinal, aplicou-se uma pergunta sobre a percepção de mudanças: “comparando com cerca de oito ou 10 anos atrás”, afirmaram que a vida está muito melhor 39%, um pouco melhor 42%, pior 6% e que não mudou 12%. A avaliação entre os que experimentaram algum grau de mobilidade ascendente foi semelhante para todos, girando em torno dos 82% nos três grupos de estratos (baixos, médios e altos) – componente importante, diga-se, para a aprovação quase unânime do governo Lula, que “agradou de miseráveis a banqueiros”.

Combinando a RDpC com a percepção de mobilidade, obtém-se a distribuição expressa no **Gráfico 1**, onde o maior contingente é constituído pelo estratos intermediários ascendentes (45%).

⁵ 8% não puderam ser classificados em função da não resposta a alguma das variáveis utilizadas para o cálculo da RDpC.

⁶ Com base na evolução dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad, IBGE) 2003-2009, a taxa projetada pela SAE de “classe média” para 2012 era de 54%. Relatório da Comissão para a Definição da Classe Média no Brasil.

Gráfico 1 – estratos de renda per capita e percepção de mobilidade – em %



BASE: Total da amostra

P94. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, considerando salários, benefícios, aposentadorias ou qualquer outra fonte, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado?

P92. Quantas pessoas moram com você, aqui nesta casa?

P64. Comparando com cerca de 8 ou 10 anos atrás, você diria que sua vida hoje está melhor, está pior ou não mudou?

O acesso a bens materiais foi operacionalizado por meio da construção de um “Índice de Consumo de Bens e Serviços” com dez itens⁷, considerando-se a posse e o tempo de aquisição do bem mais recente, ou seja, da última troca, caso houvesse mais de um exemplar no domicílio. A distribuição dos níveis de consumo em grau baixo (33%), médio (42%) e alto (8%) mostrou-se consistente e estatisticamente significativa, tanto pelos grupos de estratos avaliados em conjunto, como quando discriminados internamente entre ascendentes e sem ascendência. Assim, o baixo consumo variou de 12%, na média dos altos estratos, a 60% na média dos baixos estratos, passando de 29%, nos estratos médios ascendentes, a 47% nos médios sem ascendência (**Tabela 1**); o consumo médio foi de 26% nos estratos médios sem ascendência a 48% nos ascendentes, enquanto que na ponta de cima, o alto consumo variou de 21% na média dos altos estratos, a 6% nos médios e a menos de 1% nos estratos baixos.

⁷ Bem material ou serviço, taxas de posse no domicílio e de aquisição nos últimos cinco anos: celular, 90% e 67%; casa própria, 75% e 13%; máquina de lavar roupa, 66% e 39%; computador de mesa, 44% e 32%; automóvel de passeio, 42% e 28%; TV de plasma, 28% e 26%; notebook, 25% e 23%; moto de passeio, 21% e 15%; máquina de lavar louça, 2% e 1%; aposentadoria ou previdência privada, 14% e 5%.

Tabela 1 - Índice de consumo de bens materiais, Por renda domiciliar per capita e percepção de mobilidade

	RDpC_Mobilidade							Total
	Baixos estratos sem ascendência	Baixos estratos ascendentes	Médios estratos sem ascendência	Médios estratos ascendentes	Altos estratos sem ascendência	Altos estratos ascendentes	Sem informação	
Baixo	68%	58%	47%	29%	15%	11%	25%	33%
Médio	17%	29%	26%	48%	43%	51%	45%	42%
Alto		*	3%	7%	23%	21%	9%	8%
S/ Info.	15%	13%	24%	17%	18%	18%	22%	17%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Significância (Pearson Chi-square): $p < 0,0001$

Fonte: "Estratos Emergentes", FPA 2012

Tal resultado ilustra mais uma vez o aumento do consumo acentuado de bens duráveis, sobretudo entre os emergentes nas faixas médias de renda. Mas, tomando-se como critério de pertencimento à classe média também o acesso a bens culturais, construiu-se ainda um "Índice de Fruição Cultural" com oito itens⁸, considerando-se tanto o consumo de alguns bens imateriais, como a primeira vez em que foram usufruídos. E, nesse caso, não se observa nem a gradualidade do acesso de um grupo de estrato para outro, nem o contraste interno ao estrato médio, entre os ascendentes e os sem ascendência.

Chama a atenção que, diferentemente do consumo de bens materiais, o primeiro ponto do índice, com 33%, corresponde aos que nunca fizeram nenhuma das oito atividades culturais sugeridas – ou seja, um terço da população. Com baixa fruição de bens culturais, seguem 35%; com média (16%) ou alta (2%) fruição apenas 18% – conforme a **Tabela 2**. E mais importante para o tema em questão, os estratos intermediários, com ou sem mobilidade ascendente na última década, apresentam taxas que mais se assemelham às dos estratos baixos do que se aproximam às taxas dos estratos altos. Assim, se

⁸ Bem cultural, taxas de fruição alguma vez e há menos de cinco anos: palestra ou debate, 38% e 21%; peça de teatro, 31% e 13%; visita a museu de arte, 27% e 12%; TV por assinatura, 25% e 19%; ballet ou dança, 17% e 9%; curso por hobby, 14% e 10%; viagem de avião no Brasil, 18% e 10%; viagem ao exterior, 6% e 3%.

a fruição média/alta é de 37% na média dos altos estratos e de apenas 8% nos estratos baixos, nos intermediários é de 15%. E na outra ponta, não tiveram nenhuma fruição cultural (entre os itens considerados) 49% dos estratos baixos e 36% dos médios, contra apenas 9% na média dos altos.

Tabela 2 - Índice de fruição cultural, por renda domiciliar per capita e percepção de mobilidade

	RDpC_Mobilidade							Total
	Baixos estratos sem ascendência	Baixos estratos ascendentes	Médios estratos sem ascendência	Médios estratos ascendentes	Altos estratos sem ascendência	Altos estratos ascendentes	Sem informação	
Nenhuma	55%	47%	35%	36%	7%	12%	18%	33%
Baixo	31%	32%	42%	33%	33%	36%	39%	35%
Médio ou alto	8%	8%	9%	16%	43%	35%	24%	18%
S/ info.	6%	13%	15%	15%	17%	17%	19%	15%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Significância (Pearson Chi-square): $p < 0,0001$

Fonte: "Estratos Emergentes", FPA 2012

A impropriedade de se identificar a classe média a estratos de renda intermediários também pode ser atestada com dados da pesquisa da FPA, confrontados ao esquema de classificação utilizado pelos ingleses Erikson, Goldthorpe e Portocarero⁹ em estudo de inspiração weberiana (desenvolvido justamente para medir mobilidade de classe intergeracional). Levando em conta a natureza e a posição na ocupação dos indivíduos no mercado de trabalho (deixando de fora o empresariado, ou seja, os grandes proprietários detentores do capital – de resto, não disponíveis pra entrevistas de surveys de opinião pública –, em sua versão simplificada tal esquema permite agrupar os ocupados em seis categorias, sendo três consideradas componentes de classes médias (administradores e profissionais liberais; trabalhadores não manuais de rotina e pequenos proprietários) e três de classes trabalhadoras (trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais urbanos semi ou pouco qualificados e trabalhadores rurais).

⁹ Descrito por SCALON & SALATA (2012).

Aplicando tal esquema aos dados das Pnad 2002 e 2009, Scalon e Salata apresentam um achado que por si desmonta a ideia de mudança substantiva na composição das classes média e trabalhadora no período: a despeito do crescimento da população ocupada nesses oito anos e de algumas mudanças na composição interna dos dois grupos de classe, as três categorias de classes médias somadas passam de 30,9% para 32,0% (Scalon & Salata, 2012, p. 396). Abaixo (**Tabela 3**), compara-se a distribuição das seis categorias extraída da Pnad 2009, com a obtida pela recodificação dos ocupados na pesquisa da FPA:

Tabela 3 – Distribuição da população ocupada em classes sócio-ocupacionais. Comparativo: Pnad 2009 e FPA 2012

Classes sócio-ocupacionais	Pnad 2009	FPA 2012
Administradores e profissionais liberais	9,0	4,1
Trabalhadores não manuais (administrativos qualificados)	15,2	12,3
Pequenos comerciantes (inclui autônomos regulares e MEIs)	7,8	11,3
Subtotal Classes Médias	32,0	27,7
Trabalhadores manuais qualificados	24,1	28,4
Trabalhadores manuais semi ou pouco qualificados (urbanos)	26,9	36,4
Trabalhadores rurais	17,1	7,6
Subtotal Classes Trabalhadoras	68,0	72,4

Fonte: Elaboração própria

Naturalmente seria impróprio concluir que houve queda da classe média no período 2009-2012: a aparente diminuição de administradores e profissionais e de não manuais e técnicos qualificados (em parte compensada pelo aumento de autônomos regulares), com a contrapartida de aumento dos trabalhadores na categoria dos manuais semi ou pouco qualificados, explica-se antes pelas diferenças de universo: enquanto os dados da Pnad referem-se aos homens entre 24 e 60 anos de idade, os da FPA abrangem o conjunto dos ocupados, sendo esperadas as principais diferenças encontradas, frente à inclusão das mulheres, dos mais jovens e dos idosos. O mais provável é que estejamos diante da continuidade da estabilidade na proporção das classes média e trabalhadora, já apontada por Scalon e Salata. Isto posto, interessa-nos aqui verificar o grau de correspondência dos estratos de renda per capita com as classes sócio-ocupacionais.

Como se observa na **Tabela 4**, abaixo, a composição de classe dos estratos intermediários – com prevalência de classes trabalhadoras mesmo no médio-alto (68%) e com cerca de $\frac{3}{4}$ de trabalhadores na média dos três substratos (77%) – se aproxima antes da composição dos estratos baixos (92% de classes trabalhadoras), do que dos altos, sendo este o único grupo de estratos com maioria de classes médias (56%).

Tabela 4 – Classes sócio-ocupacionais, por estratos de renda per capita

	Estratos discriminados médios SAE 2012						Total
	Estratos baixos	Baixo-médio	Médio-médio	Alto-médio	Estratos altos	Sem informação	
Classes médias	8%	17%	18%	32%	56%	37%	28%
Trabalhadores	92%	83%	82%	68%	44%	63%	72%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Significância (Pearson Chi-square): $p < 0,0001$
 Fonte: “Estratos Emergentes”, FPA 2012

E a exemplo do que se viu com a fruição de bens culturais, tal padrão se repete mesmo controlando-se a experiência de mobilidade por grupo de estrato (**Tabela 5**): só há maioria de classes médias nos estratos altos, com ou sem ascendência, enquanto nos estratos intermediários prevalecem as classes trabalhadoras, tanto entre os que não ascenderam (83%), quanto entre os emergentes (76%).

Tabela 5 – Classes sócio-ocupacionais, por estratos de renda per capita segundo percepção de mobilidade econômica

	RDpC_Mobilidade							Total
	Baixos estratos sem ascendência	Baixos estratos ascendentes	Médios estratos sem ascendência	Médios estratos ascendentes	Altos estratos sem ascendência	Altos estratos ascendentes	Sem informacao	
Classes médias	13%	6%	17%	24%	67%	54%	37%	28%
Trabalhadores	87%	94%	83%	76%	33%	46%	63%	72%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Significância (Pearson Chi-square): $p < 0,0001$
 Fonte: “Estratos Emergentes”, FPA 2012

Por fim, vejamos a associação dos estratos de renda e das classes sócio-ocupacionais com a autopercepção ou identidade de classe dos sujeitos que os compõem. Perguntados se pertencem à “classe trabalhadora, classe média ou classe empresarial”, identificam-se com essas categorias, respectivamente 76%, 19% e 2% da população; e diante das alternativas “povo, classe média ou elite”, a distribuição das respostas é semelhante, respectivamente 75%, 22% e 1%. Combinadas, temos que 2% consideram-se classe empresarial e/ou elite, 28% classes médias (em ambos ou em um dos enunciados) e 69%, simultaneamente, trabalhadores e povo.

A identidade como classe trabalhadora e povo predomina nos três grupos de estratos de RDpC e nos dois grupos de classes, independentemente da experiência de ascensão econômica ou não. Mas, é bastante elevada e próxima nos grupos de estratos baixos (80%) e intermediários (72%), caindo para cerca de metade nos estratos altos (52%). A identidade de classe média chega a 42% nos estratos altos (5% consideram-se empresários ou elite) e a 36% no grupo das classes médias sócio-ocupacionais (6% se autoclassificam na classe empresarial ou na elite). À primeira vista, portanto, nenhuma das duas formas de classificação parece combinar adequadamente com a identidade de classe média, sempre minoritária.

Chama atenção, no entanto, que ao considerar-se a mobilidade econômica, nos dois critérios as taxas são sempre maiores entre os segmentos emergentes: os que se identificam como classe média oscilam de 23% (não ascendentes) a 26% (ascendentes), no grupo de renda intermediário; de 20% para 25%, respectivamente, no grupo das classes trabalhadoras; e sobem de 12% para 20%, nos estratos de baixa renda. Se associarmos a isso o fato de que a identificação como classe C/B segue o mesmo padrão (de não ascendentes para ascendentes, aumenta 13 pontos percentuais entre os trabalhadores sócio-ocupacionais, 11 p.p. entre os estratos baixos e 12 p.p. entre os médios), temos indícios de que a leitura de que os emergentes constituem uma nova classe média, aparentemente despreziosa e por mera conveniência (apenas “uma forma de facilitar a comunicação”), corresponde na verdade a um artefato não meramente retórico, mas que está a produzir “realidades”.

Como é próprio do caráter lacunar dos discursos ideológicos, cuja eficiência decorre não a despeito, mas justamente em função do que não dizem

(Chauí, 1980), conforme observado em outro espaço “é sintomático que na maior parte das vezes em que esse segmento social [emergentes] é citado, a mídia corporativa e outros se referem a ele como “classe C” – categoria de uma escala de estratificação socioeconômica (...) [que] permite classificar toda a população em um *continuum* que tende a ocultar a noção de antagonismos, de interesses e direitos em conflito – suprimindo, no limite, a ideia de luta de classes” (Venturi, 2011). A designação dos grupos sociais que experimentaram ascensão econômica como classe C, ou novas classes médias, sugere a adesão a uma concepção das relações sociais e econômicas que parece projetar no capitalismo globalizado a sociedade ideal. Provavelmente, não à toa, com Thomas Friedman, Neri classifica “classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro”, e considera que “essa fábrica de realização de sonhos individuais é o motor fundamental para a conquista da riqueza das nações” (Neri, 2012, p. 80).

Em síntese, considerando-se o acesso ao capital cultural e profissão com posição na ocupação, os achados aqui expostos constituem fortes evidências de que a mobilidade econômica que atingiu amplas camadas sociais na última década não “promoveram” massivamente trabalhadores para as classes médias. Já a autoidentidade como classe média, embora minoritária, e/ou como C/B, avançou nos segmentos emergentes, tanto nos estratos de renda intermediários como nos de baixa renda, sugerindo que a disputa política em torno de projetos societários conflitantes, como não podia deixar de ser, segue seu curso.

Mobilidade econômica e perspectivas políticas

No que tange à perspectiva política dos grupos emergentes, na relação de curto prazo (ainda que os dados tenham sido colhidos antes das manifestações de junho de 2013, cuja ambiguidade e significado de seus desdobramentos ainda estão a ser adequadamente decifrados), a pesquisa da FPA apontava para maior adesão ao governo federal e ao PT entre os ascendentes de todos os grupos de estratos de renda e em ambas classes sócio-ocupacionais. Já quanto ao grau de assunção a princípios políticos, tomado como indicador de posturas conservadoras ou reformistas, não se observam contrastes relevantes entre ascendentes e não ascendentes, seja nos estratos de renda, seja nos grupos de

classe média, ou das classes trabalhadoras, mas sim – a exemplo do observado em termos de acesso ao capital cultural – entre classes trabalhadoras e médias, ou entre estratos de renda baixos e médios, de um lado, e altos de outro.

Como não há espaço para a exposição desses dados, limitamo-nos aqui a esboçar duas hipóteses que os mesmos sugerem: ou bem a ascensão a novos patamares de consumo material constitui uma etapa “necessária”, que só mais adiante tende ou pode vir a ter como desdobramento uma mudança de capital simbólico; ou tal ascensão é intrinsecamente insuficiente para promover uma transformação no plano de valores, tendendo apenas a reforçar a adesão ao consumismo capitalista. Seja como for, no médio prazo, o quanto os estratos emergentes das classes trabalhadoras tendem a permanecer submetidos à crença ideológica em soluções primordialmente individualistas, ou mesmo a abraçá-la mais fortemente, em detrimento de uma concepção coletivista da luta pela transformação social; ou, ao contrário, o quanto a ascensão experimentada apontará para a crítica de tais valores, é uma questão que parece estar em aberto. E sendo ambos os caminhos possíveis, evidentemente o papel dos atores políticos (partidos, governos e movimentos da sociedade civil) tende a ser decisivo para os rumos desse processo.

Posto que na dimensão e circunstâncias históricas em que ocorreu, a mobilidade econômica experimentada constitui uma experiência *sui generis*, em vez de aguardar um ciclo de mudanças de visão de mundo, que pode não decorrer “naturalmente” das transformações materiais em curso, às esquerdas (em particular ao PT, pelo lugar que ocupa na coalizão governista e no imaginário popular) conviria disputar a luta pela construção de uma nova hegemonia cultural, com muito mais determinação – entre outras ações, por meio do enfrentamento da concentração das mídias, tão decisivas na conformação cotidiana do nosso modo de ver (ou de não ver criticamente) a realidade que nos cerca.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Condição de classe e posição de classe*. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CHAUÍ, M. S. *O que é ideologia?* 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- ENGELS, F.; MARX, K. *Lutas de classes na Alemanha*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

- LAMOUNIER, B; SOUZA, A. de. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Campus/CNI, 2010.
- MILLS, Charles W. *EUA: estrutura social e política*. In: Wright Mills. São Paulo: Ática, 1985.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média - o lado brilhante da pirâmide*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2012.
- SCALON, C.; SALATA, A. *Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica*. Sociedade e estado. (online). 2012, vol. 27, n. 2, p. 387-407.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo - Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Jessé et alli. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé et alli. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VENTURI, Gustavo. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/opinio-publi-ca/classe-c-e-luta-de-classes>>, Fundação Perseu Abramo, 2011.
- WEBER, Max. *Classe, status, partido*. In: VELHO, O. G; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.) *Estrutura de classes e estratificação social*. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Fontes de documentos disponíveis na Internet

- <<http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/.../Relatório-Definição-da-Classe-Media>>
- <<http://www.sae.gov.br/site/acessoainformacao/>>, acesso em: 30 mai. 2012. *SAE, informe sobre novos critérios para a definição da classe média brasileira*.
- Neop/FPA, survey *Estratos sociais emergentes e cultura política*. Acesso ao banco de dados:<<http://www.cis.org.br>>.

As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira

Jessé Souza

Um dos efeitos mais interessantes do debate público acerca de uma suposta “nova classe média” no Brasil contemporâneo é, precisamente, a volta da categoria da classe social como mecanismo explicativo do funcionamento da sociedade como um todo. No entanto, a “palavra” classe social não se confunde com o “conceito” do mesmo nome. O mecanismo encoberto, que explica tanto a estrutura social em todas as suas dimensões quanto também a “hierarquia moral opaca” que a legitima, só pode ser desvelado com um conceito adequado de classe social. O meu desafio central neste texto é tentar demonstrar de que modo o conceito de classe social é o único caminho para uma compreensão totalizadora da forma como cada sociedade específica funciona verdadeiramente. A gênese e a reprodução das classes é a chave para o esclarecimento do mistério da dominação social em todas as suas dimensões.

A razão para isso é simples. A sociedade moderna legitima-se como uma “sociedade de indivíduos”, justa e igualitária, posto que o “mérito individual” é o fundamento da desigualdade social visível. Em outras palavras: a desigualdade social permanente que vemos é “justa”, posto que decorrente do esforço e inteligência de indivíduos mais capazes. Entre pessoas com socialização de classe semelhante, o tema do mérito pode ser inclusive a base para “privilégios justos”. Para pessoas de classes distintas, no entanto, a justi-

ficativa pelo mérito – que pressupõe privilégios de classe tornados invisíveis na distribuição de “capital familiar” – se transforma em ideologia e violência simbólica. Por conta disso, as ciências dominantes, que legitimam a ordem vigente, têm que esconder a verdadeira gênese das classes, embora falem da “boca para fora” de classes.

Hoje em dia existem, pelo menos, dois inimigos centrais para uma real apreensão da força explicativa da categoria de classe social. A primeira é o “culturalismo conservador” e a segunda é o que poderíamos chamar de “economicismo”. No atual debate acerca da assim chamada “nova classe média”, entre nós temos exemplos dos dois casos. O livro de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza sobre o assunto é um excelente exemplo de culturalismo conservador¹. As classes sociais são analisadas segundo um paradigma não explicitado pelos autores, que é a percepção do Brasil como uma “sociedade patrimonial”. O absurdo teórico que é o uso deste tipo de conceito para uma sociedade moderna, como a brasileira, já foi apontado por mim em diversas ocasiões², dado que em Max Weber este conceito pressupõe a não diferenciação das diversas esferas sociais.

O patrimonialismo, como forma de apropriação “política” do excedente econômico, exige a confusão pré-moderna entre as diversas esferas sociais³. Nesse sentido, patrimonialismo é uma mera “economia ou comunidade doméstica (Hausgemeinschaft)” em grandes proporções⁴. Usar este conceito para um país que é, apesar de tudo, uma das mais dinâmicas economias do mundo – o que exige especialização e diferenciação das esferas sociais – é um “contrabando teórico”, onde o prestígio científico de Weber é utilizado para a defesa das concepções mais superficiais e conservadoras. Esse é precisamente

¹ LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Campus/CNI, 2010.

² Por exemplo, em SOUZA, Jessé et alli. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. UFMG, 2009-2011; e mais recentemente, em SOUZA, J. *Max Weber y la orientacion de la América Latina*. In: WEIZ, E.; LAÍZ, A. *Max Weber Companion*. México: Fondo de Cultura, 2013 (no prelo).

³ SCHWINN, Thomas. *Differenzierung ohne Gesellschaft: Umstellung eines soziologischen Konzepts*. Weilerswist: Velbrück, 2001, p. 211-302.

⁴ WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*. Ed. Johannes Winckelmann. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1985, p. 671-676.

o caso do trabalho de ambos os autores. Basicamente, o que é dito neste livro é que as classes superiores no Brasil merecem todos os seus privilégios injustos, posto que são cognitivamente e moralmente superiores às classes populares, as quais, por sua vez, sequer percebem que a corrupção patrimonialista “apenas no Estado” é o grande problema nacional⁵.

O outro inimigo de uma concepção crítica da ordem social a partir do tema das classes sociais é o economicismo. O economicismo é a redução das relações sociais à sua dimensão “econômica” e “material”. O economicismo pode ser tanto de feição “liberal”, como nos trabalhos de Marcelo Néri, ou de feição marxista, como nos trabalhos de Marcio Pochmann. Na versão liberal, de Neri, reduz-se, na verdade, “classe” a faixas de renda⁶, na crença ingênua de que o “bolso”, a parte mais sensível do ser humano para o autor⁷, explicaria o comportamento social diferencial do agente social. No economicismo marxista, menos superficial, mas também redutor, a crença é a de que a ocupação defina o lugar social do sujeito. O que une as duas perspectivas é a crença na existência de um *homo economicus*, com os mesmos atributos básicos, sendo a distinção social produzida pelo lugar diferencial, em um caso nas diversas faixas de renda, e no outro caso na estrutura ocupacional⁸.

Mas é possível demonstrar com bons argumentos e de modo insofismável, que apenas a consideração do capital econômico, seja na sua versão liberal, seja na sua versão marxista, não só produz uma versão extremamente empobrecida da realidade social, bem como torna impossível perceber as causas da desigualdade social. Procurarei enfrentar este desafio neste texto em dois passos inter-relacionados: primeiro mostrando a presença de outros “capitais” além do econômico, os quais são, inclusive, pressupostos na existência e reprodução

⁵ LAMOUNIER e SOUZA, *Ibid*, p. 7. Para uma crítica em detalhe deste livro ver meu capítulo final em SOUZA, Jessé et alii. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte: UFMG, 2010/2012.

⁶ NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012.

⁷ POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁸ Para uma crítica em detalhe dessas duas perspectivas, ver SOUZA, Jessé. *Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais*. In: Rev. Bras. Sociologia, v. 1, n. 1, jan-jul, 2013.

do próprio capital econômico; e, depois, reconstruindo a hierarquia moral opaca, que classifica e desclassifica os indivíduos ao longo de fronteiras de classe, as quais justificam e legitimam, em última instância, a ordem dominante. Esses são, afinal, os elementos necessários para uma adequada percepção da desigualdade injusta, os quais são tornados invisíveis tanto pelo culturalismo conservador quanto pelo economicismo.

Uma teoria ampliada dos capitais que pré-decidem a competição social

Para uma concepção ampliada da teoria dos capitais é necessário, em primeiro lugar, percebê-lo não apenas como uma categoria “econômica”, mas incluir tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social. Afinal, é precisamente esta a função do capital econômico, por exemplo, em Marx. Para além do capital econômico, uma das maiores descobertas de Pierre Bourdieu para a ciência social crítica foi a descoberta da importância, tão central como a do capital econômico, do “capital cultural”. Capital cultural, para Bourdieu, é tudo que aquilo que logramos “aprender” e não apenas os títulos escolares. O “conhecimento”, a “ciência”, já era fundamental para Marx já que a reprodução do capitalismo depende de conhecimento, seja para “qualificar” sua força de trabalho, seja para auferir ganhos em produtividade, em inovações técnicas aplicadas aos meios de produção.

Mas, o capitalismo em Marx era da fase dita “competitiva”, com relativa pouca incorporação de conhecimento materializado nos meios de produção. Até crianças podiam trabalhar nas tecelagens de Manchester. O capitalismo avançado, ao contrário, é cada vez mais exigente, e existe uma correlação explícita entre o conhecimento técnico materializado nos meios de produção e a qualificação crescente do trabalhador. O capitalismo também deixa de ser apenas “fabril” e desenvolve todo um universo ampliado de ocupações que lidam não apenas com os aspectos comercial e financeiro da economia, mas com os arcabouços contratual, fiscal, jurídico, policial, literário, assistencial, artístico, jornalístico etc., que constroem a relação entre mercado, Estado e esfera pública e ajudam a legitimar a sociedade moderna como um todo.

Como qualquer função no mercado e no Estado, depende crescentemente de conhecimento “incorporado” no trabalhador, este passa a ser tão decisivo para o resultado da competição social por recursos escassos, quanto possuir ou não capital econômico. Na verdade, a propriedade efetiva de capital econômico tende a se reduzir a uma ínfima parcela da sociedade, a dos “endinheirados”, que entre nós, por exemplo, não chega a 1% da população. Para o restante da população o divisor de águas entre as classes, positiva e negativamente privilegiadas, passa crescentemente a ser decidido pela posse ou não de conhecimento técnico, ou literário privilegiado, e altamente reconhecido.

Desse modo, a linha divisória que separa as classes do privilégio e as classes oprimidas passa a ser construída crescentemente a partir da oposição entre classes do trabalho intelectual e classes do trabalho manual. Embora as duas pressuponham incorporação de conhecimento em alguma medida, o privilégio tanto dos altos salários, assim como do prestígio e do reconhecimento social, associado ao conhecimento altamente valorizado, é monopólio das classes do trabalho intelectual. Na nossa perspectiva é a apropriação privilegiada de capital cultural técnico (por exemplo, dos economistas, advogados, engenheiros, médicos) ou literário (por exemplo, dos jornalistas, publicitários, professores) que cria a “classe média verdadeira”, como classe privilegiada em uma sociedade moderna como a brasileira.

Para a constituição do privilégio de classe é sempre necessário o amálgama entre diversos capitais. Assim, uma família de “classe média”, que tem menos capital econômico que os “endinheirados”, só pode assegurar a reprodução de seus privilégios – como empregos de maior prestígio e salário, seja no mercado seja no Estado – se a família possui algum capital econômico para “comprar” o “tempo livre” dos filhos, que não precisam trabalhar cedo como os filhos das classes populares, para o estudo de línguas ou de capital cultural técnico ou literário mais sofisticado. Isso mostra a importância do capital econômico, mesmo para as classes que não se reproduzem majoritariamente a partir dele, como os endinheirados. Ao mesmo tempo, a competição social não começa na escola. Para que possamos ter tanto o “desejo” quanto a “capacidade” de absorção de conhecimento raro e sofisticado, é necessário ter tido, em casa, na socialização com os pais ou quem ocupe esse lugar, o estímulo “afetivo” – afinal nos tornamos “seres humanos” imitando a quem amamos – para, por

exemplo, a “concentração” nos estudos, ou a percepção da vida como “formação contínua”, onde o que se quer ser no “futuro” é mais importante que o que se é no “presente”.

Os filhos das classes médias, com grande probabilidade, possuem esses “estímulos” emocionais e afetivos, ou seja, esse “capital familiar” que é sempre um privilégio de classe e a base de qualquer capital cultural valorizado, o que irá garantir a sua reprodução de classe, como “classe privilegiada” em dois sentidos. Em primeiro lugar, vão chegar como “vencedores” na escola, depois no mercado de trabalho, e ocupar espaços que as “classes populares” – a classe trabalhadora nos seus diversos segmentos e a “ralé” dos excluídos sociais – não poderão alcançar; em segundo lugar, reproduzem também a “invisibilidade” do processo social de produção de privilégios – que se realizam na privacidade dos lares – e que podem “aparecer”, posto que sua gênese é encoberta, como “mérito individual” e, portanto, como “merecimento” dos filhos das classes médias.

Que o “privilégio” apareça como “merecido” é a forma especificamente capitalista e moderna de legitimação da desigualdade social. A “cegueira” do culturalismo conservador e do economicismo é, portanto, dupla: ela é cega em relação aos aspectos decisivos que reproduzem todos os privilégios; e é cega, também, em relação à falsa justificação social de todos os privilégios. Em outras palavras, ambos são congenitamente “conservadores”, posto que jogam água no moinho da reprodução no tempo de todos os privilégios injustos, posto que não possuem meios “científicos” de criticar a ideologia do mérito individual.

Mas os limites de ambos não param aí. O economicismo, por exemplo, que se julga falando do que “realmente importa” no capitalismo, é incapaz até de perceber adequadamente o próprio capital econômico. A reprodução das classes altas – que têm no capital econômico seu elemento principal na luta pelos recursos sociais escassos – também depende em boa medida de outros capitais. Por exemplo, um rico sem “capital cultural” de alguma espécie – nem que seja aquela espécie de “cultura”, que na verdade é consumo conspícuo e se compra com “dinheiro” – não é levado a sério por seus pares. Ao “rico bronco” estão vedadas não apenas as importantes relações entre o capital econômico e o capital cultural, o qual possibilita a “naturalidade”, a “leveza”, o “charme pessoal”, tão importantes no mundo dos negócios como em qualquer outro lugar. Mas, a ele estão vedadas também as relações com uma terceira forma importante

de capital – ainda que secundária em relação aos estudados anteriormente –, que é o “capital social de relações pessoais”. É este capital que permite aquele amálgama específico entre “interesses e afetos”, tão importantes para a gênese e reprodução das amizades, casamentos e alianças de todo tipo no interior de uma classe, onde a reprodução dos direitos de propriedade é tão decisiva.

O culturalismo conservador, por sua vez, imagina o Brasil funcionando como uma sociedade pré-moderna, baseada apenas no capital social de relações pessoais, quer este assuma a forma interpessoal, no “jeitinho brasileiro” de um Roberto DaMatta, quer assuma a forma institucionalizada no patrimonialismo corrupto, apenas do Estado – já que o mercado só possui virtudes – como em Lamounier e Souza, criticados acima. Os nossos liberais, colonizados até o osso, imaginam sociedades – os Estados Unidos percebidos como paraíso na terra – onde não existe “jeitinho”, nem vantagens advindas do jogo das relações pessoais. Como só se tem acesso ao capital social de relações pessoais, quem já é privilegiado por capital econômico e cultural anterior – ou o leitor conhece quem tenha acesso a relações pessoais importantes sem capital econômico ou cultural anterior? – a ênfase única no capital social de relações pessoais, como uma suposta marca distintiva da sociedade brasileira, equivale a tornar invisível o acesso diferencial aos capitais “impessoais”, tanto o cultural quanto o econômico, que são mais fundamentais, posto que pressupostos do capital social de relações pessoais.

Comum a ambas as abordagens aqui criticadas é a cegueira em relação ao mecanismo complexo que produz a “desigualdade justificada com boa consciência”, na medida em que a gênese e a reprodução indefinida no tempo da desigualdade social são sistematicamente, nos dois casos por falta de instrumentos teóricos e empíricos adequados, encobertas. Em ambos, essa cegueira é causada pelo encobrimento sistemático da produção diferencial de seres humanos, a partir de sua socialização de classe. O economicismo parte de *homo economicus* genérico, sem passado, sem família e, portanto, sem classe, cuja renda ou ocupação diferencial é aceita como dado e não como o principal desafio à explicação. O culturalismo conservador opõe “culturas nacionais”, menos ou mais favoráveis à constituição do “indivíduo liberal”, obscurecendo os conflitos internos a cada sociedade nacional e a ação das “culturas de classe específicas”, que são as raízes de todo privilégio. O culturalismo conservador é sem dúvida

mais irritante, posto que ainda “tira onda” de crítico, dramatizando um falso conflito entre Estado corrupto e mercado virtuoso, de modo a legitimar, na verdade, com recursos pseudocientíficos, a mercantilização de todas as esferas da sociedade. Mas a superficialidade da análise é comum a ambos.

A hierarquia moral invisível das sociedades modernas

Se uma teoria ampliada dos capitais em jogo, na competição social por todo tipo de recurso escasso, nos ajuda a perceber “a construção da desigualdade” e não apenas seu resultado mais visível, ela ainda não é toda a história. As pessoas e as classes sociais não lutam apenas por recursos “materiais”, mas, também, por um recurso escasso extremamente relevante: a luta por uma vida dotada de “sentido”. Max Weber já partia de uma “necessidade externa”, de sobrevivência material, e uma “necessidade interna”, de dotação de sentido e justificação da vida que se leva, como dois pressupostos trans históricos, irreduzíveis entre si, que marcam o fundamento de toda a vida individual e coletiva, em qualquer lugar e em qualquer época. O que muda é a forma que essa necessidade, tão importante quanto a sobrevivência material mais imediata, assume historicamente.

Central para a perspectiva do mesmo Weber é a percepção, comum também a Marx, de que este “sentido” da vida para os privilegiados de todo tipo assume uma forma que não se contenta com o usufruto do privilégio enquanto tal, mas, exige, também, a formação de uma autoconsciência do “direito ao privilégio”⁹. Aos oprimidos pela mesma ordem social resta a dor e o sofrimento, impostos como consciência subjetiva do próprio “não valor” por uma ordem social que os desclassifica objetivamente. As armas dos oprimidos para sua defesa são frequentemente pírias, posto que lhes falte os meios cognitivos e emocionais – condenados que são à opção entre uma introjeção de uma imagem depreciadora de si mesmos, ou a uma autodefesa reativa que reafirma a ordem – para tal.

Precisamente para percebermos adequadamente a dor e o sofrimento humanos envolvidos nesta condição, nós acrescentamos – à dimensão bourdieu-

⁹ WEBER, Max. *Zwischenbetrachtungen*. In: Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen: Konfuzianismus und Taoismus, Tübingen, J.C.B. Mohr, 1991.

siana “utilitarista” da teoria dos capitais que não se reduz ao capital econômico – a dimensão “valorativa” do que as sociedades modernas julgam ser a “boa vida”¹⁰. É a noção “prática” de “boa vida” que define o que é a “virtude” e, portanto, o que perfaz um indivíduo digno de respeito ou de desprezo. Essa dimensão é implícita e não articulada, mas todos nós nos julgamos a nós mesmos e julgamos os outros baseados nela, todas as 24 horas do dia. Utilizamos a reconstrução do filósofo social canadense Charles Taylor¹¹, que mostra, como nenhum outro, a relevância dessas categorias que se tornaram “instituições” e, portanto, “prática naturalizada” e irrefletida no mundo moderno. Para Taylor, assim como para Max Weber¹², julgamos socialmente uns aos outros baseados nas figuras do “produtor útil” e da “personalidade sensível”.

Nós nos percebemos o tempo todo segundo essas categorias no mundo cotidiano. Por exemplo, apenas respeitamos como “sujeitos de direitos” os “produtores úteis”, relegando a sub-humanidade todos à margem dessa classificação. Por conta disso, não se pergunta quem é ou não traficante armado ao saber que a polícia matou sete em um tiroteio na favela, da mesma forma ninguém vai preso quando se atropela um marginalizado social. Por outro lado, todas as nossas estratégias de distinção social são baseadas na demonstração de como somos “seres humanos sensíveis”, ou seja, o quanto logramos transformar nossas “paixões naturais” em “sentimentos nobres”, que se mostram como “amor” ou “bom gosto” em tudo que escolhemos. Mas, essa dimensão que constitui a “vida virtuosa” ou “boa vida” nunca é vista como estímulo fundamental para nosso comportamento. Como essa esfera do sentido é tornada “invisível”, ao passo que apenas dinheiro e poder são visíveis como estímulos pragmáticos para o comportamento social, apenas o esforço hermenêutico de pesquisas empíricas, informadas teoricamente, pode resgatar o núcleo das experiências existencial e social nas sociedades modernas.

¹⁰ Para conhecer minha crítica em detalhe, ver: SOUZA, Jessé. *A construção da subcidadania*. 2. ed., com nova introdução e prefácio de Axel Honneth, UFMG, 2003/2012.

¹¹ TAYLOR, Charles. *Sources of the self: the making of modern identity*. Harvard, 1989.

¹² As célebres figuras do “especialista sem espírito” e do “hedonista sem coração”, no final do livro sobre a ética protestante, referem-se a papéis sociais muito próximos aos desenvolvidos por Taylor. Ver: WEBER, Max. *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*, J.C.B. Mohr, 1948.

Para isto, é necessário não só ir além do importante trabalho estatístico – que é o limite do economicismo – mas ir além também da própria autoimagem do entrevistado sobre si mesmo, que é o limite de todo tipo de culturalismo. Que um oprimido social “fantasie” a sua vida e transforme necessidade em virtude; ou que um privilegiado legitime sua posição social, apelando para justificações morais correntes na sociedade, é muito compreensível, já que, na vida social, nosso primeiro compromisso não é com a “verdade”, mas com a legitimação da vida que efetivamente levamos. O que é menos compreensível é que pessoas que tiveram todas as oportunidades de conhecer como as sociedades funcionam, como por exemplo Lamounier e Souza, “comprem” a legitimação da vida como se fosse a verdade sobre ela.

Foi exatamente este tipo de trabalho empírico crítico que permitiu a Bourdieu perceber a importância do “efeito de distinção” – produzido pela noção implícita de “personalidade sensível” –, como o fundamento do privilégio mais importante, precisamente por sua sutileza e invisibilidade, para a legitimação das desigualdades sociais na França dos anos 1960 e 1970 do século passado¹³. Nos nossos estudos das classes populares brasileiras procuramos tornar operacional empiricamente o conceito de “dignidade” do produtor útil. “Dignidade” aqui é um conceito “procedural” e não substantivo, ou seja, ele não “é” um “valor moral específico”, mas um “conjunto de características psicossociais incorporadas praticamente” afetivas, emocionais e cognitivas que fazem com que tanto a “autoestima” pessoal, quanto o “reconhecimento” social sejam possíveis. É essa “seleção prática” que qualquer entrevista de emprego no mercado ou qualquer prova de concurso público procura fazer. É a mesma seleção que fazemos todos os dias acerca de quem apertamos a mão ou de quem evitamos até usar a mesma calçada. Essa dimensão é tão “encoberta” quanto a importância do “bom gosto” para a legitimação dos privilégios sociais nas sociedades modernas, e tão “escamoteada” quanto a dimensão dos capitais não econômicos. Daí que a realidade social tenha que ser “reconstruída” de modo novo em pensamento para que faça sentido.

As classes populares não são apenas despossuídas dos capitais que pré-decidem a hierarquia social. Paira sobre as classes populares também o fantasma

¹³ BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo: Zouk/Edusp, 2010.

de sua incapacidade de “ser gente” e o estigma de ser “indigno”, drama presente em literalmente todas as entrevistas que realizamos. As classes com essa “insegurança generalizada”, como a “ralé¹⁴” e boa parte dos “batalhadores¹⁵”, estão divididas internamente entre o “pobre honesto”, que aceita as regras do jogo que o excluem, e o “pobre delinquente”, o bandido no caso do homem, e a prostituta no caso da mulher. A maioria esmagadora das famílias pobres convive com essa sombra e com essa ameaça, como a mãe da prostituta que a sustentava e que dizia à filha em uma discussão: “já fiz de tudo na vida, minha filha, mas puta eu nunca fui”¹⁶. Como o “estigma da indignidade” ameaça a todos, vale qualquer coisa, contra quem quer que seja, para se conseguir um alívio momentâneo de tamanha violência simbólica.

Assim, as classes do privilégio não dispõem apenas dos capitais adequados para vencer na disputa social por recursos escassos, mas dispõem também da autoconfiança de quem teve todos os cuidados na família, de quem “sabe” que frequentou a melhor escola, que possui a “naturalidade” para “falar bem” línguas estrangeiras, que conta com as economias do pai para qualquer eventualidade ou fracasso, que conta com “exemplos bem sucedidos” na família. Tudo isso é também fonte de recursos “valorativos” que são, também, “privilégio de classe”; como a “crença em si mesmo”, produto de uma autoconfiança de classe, tão necessária para enfrentar todas as inevitáveis intempéries e fracassos eventuais da vida sem cair no alcoolismo e no desespero, e usufruir do “reconhecimento social” dos outros como algo tão natural como quem respira.

O esclarecimento do mistério da nossa desigualdade social tem a ver, em grande medida, com a crítica de concepções que se “vendem” como científicas, mas que, na verdade, “compram” a forma distorcida como a sociedade e os interesses que estão ganhando escondem e escamoteiam a totalidade da realidade social. O debate científico não é nem desimportante, nem mero jogo de vaidades individuais. As ideias têm de estar atreladas a interesses para produzirem efeitos sociais. Mas sem ideias não existem alternativas possíveis para a mudança social. Por outro lado, a crítica de ideias não é “desrespeito ao tra-

¹⁴ SOUZA, Jessé et alli. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. UFMG, 2009/2011.

¹⁵ SOUZA, Jessé et alli. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. UFMG, 2010/2012.

¹⁶ Ver trabalho de Patrícia Mattos em: SOUZA, Jessé et alli. *ibid*, 2009/2011, p. 173 e seguintes.

balho alheio”, como se a ciência fosse uma ação entre amigos, sem nenhuma importância para a vida do resto da sociedade. A crítica de ideias é a primeira trincheira, e uma das mais importantes, na luta para restituir o sentido da ação e da vida daqueles – que entre nós é uma maioria – cuja dor e sofrimento são sistematicamente silenciados por leituras redutoras do mundo social. A forma como o pertencimento de classe constrói, tanto material quanto simbolicamente, indivíduos distintamente aparelhados para todos os desafios da competição social, é para mim o ponto mais central para uma teoria verdadeiramente crítica da realidade social. Ela é também o verdadeiro esclarecimento do “mistério” de nossa abissal desigualdade.

Nova classe média ou nova composição de classe?

Giuseppe Cocco

A grande novidade da última década no Brasil e dos governos Lula e Dilma, não é a retomada do crescimento, mas a transformação da composição social. Pela primeira vez, o crescimento do PIB é acompanhado por um movimento de redução da desigualdade e a consequente mobilidade social vertical de milhões de brasileiros. Esse movimento foi inicialmente apresentado como a pujança da faixa de rendimento intermediária, a “classe C” e hoje se tornou o discurso da “nova classe média”. Nesse artigo, ensaiamos uma reconstituição desse debate e das diferentes posições e abordagens desenvolvidas.

O esgotamento dos interstícios reformistas dos “novos governos”

Diz-se que, às vezes, é melhor problematizar a partir das conclusões. As conclusões que colocamos aqui logo de entrada são, em primeiro lugar, que o “comum” é hoje uma condição prévia¹ e, em segundo lugar, que o desafio para manter aberta e constituinte a dinâmica do comum implica na constru-

¹ Retomamos aqui: REVEL, J.; NEGRI, A. *Inventare il comune degli uomini*. Uninomade 2.0, 4 abr. 2011. Disponível em: <<http://uninomade.org/inventare-il-comune-degli-uomini/>>.

ção de um novo ponto de vista de classe. Por um lado, o comum não é mais um horizonte a ser conquistado por meio de uma transição (socialista). Pelo outro, a construção de um ponto de vista de classe constitui o verdadeiro enigma para que essa nova dimensão do comum se transforme num efetivo terreno constituinte.

Fica claro que essas “conclusões” que aqui antecipamos e das quais pretendemos começar não são, e nem pretendem ser, “soluções”. O filósofo Gilles Deleuze dizia que nossa maneira de pensar, em geral, fica como que refém de um preconceito infantil que nos faz acreditar que os problemas são dados já feitos e que eles desaparecem nas respostas ou nas soluções². “É porque todo o mundo pensa naturalmente que todo o mundo é suposto saber implicitamente o que ele quer pensar (que) a forma geral da representação constitui o elemento de um senso comum como natureza *droite* e boa vontade”³. Essa imagem do pensamento é aquela que compõe uma dogmática ou ortodoxia, ou seja, uma moral abstrata. Assim, o pensamento se torna um anexo das campanhas eleitorais, o lugar para propor “soluções” para problemas definidos a priori. Sabemos que esse método, que nem as campanhas eleitorais ou as denúncias pseudo-radicalis, é o que tem a forma da representação e o discurso do representante: “todo o mundo sabe, ninguém pode negar”⁴. Diante disso, diz Deleuze, o que precisamos é um pensamento sem pressupostos: “ao invés de se apoiar sobre a imagem moral do pensamento, ele toma seu ponto de partida em uma *crítica radical da imagem e dos postulados que ela implica*”⁵. Pensar significa quebrar esse pensamento “natural”, dizer que nem todo o mundo se deixa representar, ou quer representar o que for que seja. Pensar significa

² O recurso a essa abordagem de Deleuze está em: MENDES, Alexandre F. *Para além da “Tragédia do Comum”*. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese de Doutorado em Direito, Faculdade de Direito, UERJ, Rio de Janeiro, março de 2012.

³ DELEUZE, Gilles. *Différence et Répétition*. Paris: PUF, (1968), 11 ed., 2a tiragem, 2005, p. 171.

⁴ *Différence et Répétition*, p. 170. Se trata de uma “forma implícita ou subjetiva de pensamento natural, que permite à filosofia de se dar o ar de começar, e de começar sem pressupostos”. Diante desse “todo o mundo sabe” acontece a contestação, a afirmação de que “há alguém (...) que não consegue saber o que todo o mundo sabe e que nega modestamente o que todo o mundo é suposto saber” (Ibid., p.171). Se trata de alguém que não se deixa representar e não quer representar.

⁵ Ibid., p. 173.

o esforço de singularizar, de alcançar o intempestivo, de colocar questões enquanto “atos que abrem o horizonte do sentido”⁶!

A partir dessas afirmações iniciais, diremos que hoje a crítica das relações de dominação na América do Sul enfrenta o desafio da apreensão da nova composição do trabalho ou, dito de outro modo, da nova composição de classe. Trata-se de saber se no capitalismo contemporâneo ainda faz sentido falar de “classes” e, se for o caso, como funciona hoje uma perspectiva de classe, de luta de classes.

Querer pautar o debate numa perspectiva de classe parece “datado” e até saudosista. Os 30 anos de hegemonia neoliberal, o desmoronamento do socialismo real e o constante enfraquecimento de todas as organizações operárias (desaparecimento dos partidos comunistas, queda das taxas de sindicalização e perda de combatividade dos sindicatos oriundos do chão de fábrica) tornaram obsoleta e/ou residual a noção de “classe trabalhadora”, da forma como era usada nas literaturas socialista e comunista em geral. Ao mesmo tempo, nunca se falou tanto de “classes” no Brasil (e na América do Sul) como durante a primeira década do novo século e as experiências dos “novos” governos. Só que a classe da qual se fala tem o nome de um nível de rendimento (a classe “C”) ou de uma categoria estatística e “moral” (a “nova classe média”).

A noção de “classe” está no cerne dos embates contemporâneos, mas não sabemos mais como apreender seus contornos e funcionamentos. Qual seria essa nova composição das classes, suas lutas e seus comportamentos? Um ponto de vista de classe é hoje ainda possível? Mais ainda, é possível dizer que existe hoje uma composição do trabalho da qual derivaria uma determinada relação entre, por um lado, a divisão social e técnica do trabalho e, por outro lado, a estratificação da sociedade em classes? Ou seja, ainda podemos dizer que é o tipo de inserção nas relações de produção (no sentido de trabalho) que define a estrutura das classes, e podemos assim continuar a falar de classes trabalhadoras? E, se a análise da inserção nas relações de produção não procede, será que isso significa que precisamos de novos critérios, ou que nossa afirmação inicial nos leva diretamente para um impasse?

⁶ MENDES, Alexandre cit.

Cada uma dessas perguntas e o conjunto delas reforçam, a nosso ver, a necessidade de uma reflexão em termos de “classe”. Reflexão que pretendemos desdobrar em uma série de afirmações complementares:

- a. O conflito de classe no capitalismo contemporâneo em geral, e no subcontinente americano em particular, pode ser definido como uma *luta biopolítica*, que opõe o devir-sul da multidão (que chamaremos o “monstro”) ao capital global que “brasilianiza” e *se brasilianiza*⁷. A figura dessa luta biopolítica é aquela que é hoje travada em torno do debate sobre a emergência de uma “nova classe média”.
- b. O devir-sul da multidão tem como figura central da sua composição os *pobres*. Esta centralidade dos pobres é ambivalente: por um lado, ela é a determinação das novas relações de produção que incluem os pobres enquanto tais; por outro, é o resultado constitutivo (embora não planejado) das políticas dos governos “novos” na primeira década do novo século. A figura dessa ambivalência é aquela que diz respeito ao aprofundamento dos processos de fragmentação do “mundo do trabalho”, e a afirmação de políticas de distribuição de renda que associam sua derivação neoliberal com algumas brechas inovadoras (ligadas fundamentalmente à sua massificação).
- c. Esta fase constitutiva da centralidade ambivalente dos pobres *se esgotou* e os impactos paradoxais da crise do capitalismo global indicam um conflito que atravessa os “novos governos” da América do Sul, exatamente no terreno que os determinou (a pobreza): as políticas intersticiais que indicavam (sem querer) uma “política dos pobres”. O esgotamento dos interstícios inovadores dos “novos governos” diz respeito exatamente, por um lado, à incapacidade das forças políticas (partidos e sindicatos) que os sustentam de apreender a nova composição de classe e, pelo outro, ao fato de que os aparelhos desses mesmos partidos e sindicatos perderam suas referências tradicionais e estão sendo totalmente homologados (e cooptados) dentro de um pragmatismo extenuado cuja lógica passa a ser, por um lado, a sua reprodução burocrática e, pelo outro, a sua adesão consensual à ilusão de

⁷ Desenvolvemos os temas da “brasilianização do mundo” em: *Mundobraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

que a crise do capitalismo global (re)abriria o espaço para a volta de um modelo de desenvolvimento racional.

Retomemos o que acabamos de apresentar: a luta que atravessa o capitalismo contemporâneo é biopolítica, exatamente na medida em que a produção investiu a vida como um todo: a vida como fenômeno geral, ou seja, meio ambiente e população⁸. A figura produtiva dessa vida subsumida na produção biopolítica é a figura do pobre: o pobre trabalhador mobilizado nas periferias do mundo e o trabalhador pauperizado nos centros do mundo. Os novos governos do subcontinente americano, por terem articulado algumas tímidas políticas sociais voltadas aos pobres, acabaram encontrando um apoio popular inesperado e potente, algo que se traduziu em verdadeiros terremotos eleitorais e em um ciclo político inovador. Mais que isso, as políticas sociais de distribuição de renda e aquelas de formalização do trabalho e valorização do salário mínimo (SM) acabaram por requalificar – nos terrenos macroeconômico e sociológico – o papel de locomotiva que desempenhou a produção e exportação de *commodities* (agrícolas e minerais) nessa primeira década do novo século. Essa “popularidade” de tipo novo desestabilizou, ao mesmo tempo, os regimes discursivos e as próprias bases sociais das elites (fossem elas as oposições políticas, ou os poderosíssimos *lobbies* da imprensa) e as bases políticas (partidárias) e sociais dos próprios governos⁹.

Mesmo devendo a esse terremoto a reeleição de Lula (em 2006) e a eleição de sua ministra da Casa Civil (em 2010) como sua sucessora, as forças de governo estão longe de entender quais foram esses mecanismos e, muitas vezes, parecem lamentar a perda das suas originárias bases sociais, ou até querer voltar a restaurar elementos tradicionais de seus antigos projetos políticos (em geral, voltados ao “desenvolvimentismo” nacional). E isso, independentemente do fato que o “consenso” proporcionado por essa popularidade seja aproveitado rumo a um pragmatismo extenuado, vazio de qualquer elemento de

⁸ Estamos fazendo referência a FOUCAULT, Michel. *Sécurité, Population et Territoire*. Cours au Collège de France 1977-1978, Hautes Études, Gallimard, Seuil, Paris, 2004.

⁹ Ver *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos Estudos, n. 85, nov. 2009, São Paulo: Cebrap, p. 83-102. A análise de André Singer chama “lulismo” um tipo de “bonapartismo” sustentado pela “base subproletária” que “não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”.

projeto e de transformação social e num marco de total indigência teórica dos partidos dos quais são oriundos. Não por caso, na maioria dos casos, o regime discursivo e as formas de gestão das políticas sociais é de cunho neoliberal, ao passo que a crise do capitalismo global proporciona – no que diz respeito às políticas econômicas – o retorno anacrônico de uma perspectiva neodesenvolvimentista ou vagamente keynesiana¹⁰.

O fato novo, novíssimo e inesperado, é mesmo esse: os pequenos interstícios de política social tiveram efeitos muito maiores do que o “tamanho” dos interstícios que os governos progressistas souberam proporcionar. Não estamos fazendo nenhuma avaliação otimista nem desses governos nem dessas políticas: seus efeitos estão dramaticamente aquém da “dívida social”, ou do que poderíamos definir como “necessário”, para que haja transformações materiais de nível estrutural. Dito de outra maneira, o que é formidável (e, nesse sentido, positivamente reformista) não são as políticas realizadas, mas seus efeitos multiplicadores. Algo que encontramos em todos os níveis: social, econômico, cultural, político. Acontece que, no momento que demandaria sua consolidação, seja pelos necessários aprofundamentos (por exemplo, da distribuição de renda rumo a uma “renda mínima universal”), seja pela crise do capitalismo global, os interstícios se fecham e o pragmatismo dos “novos governos” se torna tão vazio quanto é totalizador seu horizonte neodesenvolvimentista, algo que reverbera na retórica reacionária do “choque de gestão”.

O fato novo – os interstícios potentes – acabou-se: voltamos à uma prosaica rotina. Isso não significa que os “novos governos” entrem em crise, pelo contrário. Eles dispõem em geral de um grande consenso eleitoral, ao passo que as oposições institucionais desmoronaram por um duplo movimento implacável: por um lado, a identificação que os pobres fazem entre os novos governos e as políticas sociais (tímidas mais reais, como dissemos); pelo outro, o fato de que os governos “novos” ocuparam (e cada vez mais ocupam) o terreno centrista e até conservador de uma oposição que atingiu e ultrapassou o “prazo de validade”. Mas, se a “direita” tradicional está vencida, o consenso tem efeitos irônicos: não se trata apenas da “direitização” por excesso de “consenso”

¹⁰ Ver FIORI, José L. *O desenvolvimentismo de esquerda*. Jornal Valor Econômico, 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/2547676/o-desenvolvimentismo-de-esquerda>>.

do maior partido de esquerda, mas também do fato que as maiores derrotas parlamentares (ou em termos de coalizões eleitorais) lhe são infligidas pelos partidos de sua “base aliada”, como no caso do “Código Florestal”).

A centralidade dos pobres: entre o devir-sul da multidão e a homologação como “nova classe média”

Os interstícios acabaram, mas a centralidade dos pobres continua incontornável. Só que essa centralidade aparece agora como o terreno do novo conflito, um conflito que – na melhor das hipóteses – atravessa os novos governos e, cada vez mais, acontece contra os governos. Dito de outro modo, a centralidade dos pobres se articula hoje, na clivagem irreduzível, entre o êxodo constituinte e a normalização desenvolvimentista: nos dois casos, trata-se do que os “pobres” vão se tornar -- o sujeito múltiplo da transformação ou as figuras homologadas nos valores de nova classe média, neoconservadora.

Por um lado, temos os agenciamentos de um êxodo constituinte, a luta biopolítica da multidão dos pobres. Na Bolívia, os índios do Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (Tipnis) lutam contra a lógica autoritária do desenvolvimentismo, ao mesmo tempo em que os favelados do híbrido urbano-rural de El Alto, em La Paz, se revoltaram contra a lógica tecnocrática da gestão dos preços. No Brasil, dezenas de milhares de operários das megabarragens fazem greves e até se revoltam contra as condições de trabalho de Jirau (Rondônia), ou Belo Monte (Pará), contestam e explicitam a lógica de exploração do desenvolvimentismo. Os sem-teto do Pinheirinho, em São Paulo, resistem contra a lógica imoral do “interesse particular” (a propriedade privada, aliás, de um reconhecido fraudador das Leis e do fisco), e das favelas do Rio que lutam contra o discurso do “interesse geral” (os megaeventos planejados pelos poderes públicos transformados em interesse “superior”) para defender sua capacidade de produzir em comum seus espaços e formas de vida.

Por outro lado, temos a homologação dos pobres (inicialmente) como “classe C” e agora como “nova classe média”: uma nova composição social pronta a ser expropriada duas vezes, no terreno do trabalho e naquele da representação. Uma “nova classe média” pronta a fazer da servidão uma opção vo-

luntária. Hoje, a “nova classe média” da América do Sul e do Brasil, em particular, constitui uma nova jazida de acumulação, como que um novo eldorado para uma dupla acumulação primitiva: aquela típica do subdesenvolvimento e aquela “inovadora” do capitalismo cognitivo -- velha e nova escravidão!

A linha de conflito que acabamos de apreender pode ser desenhada no espaço e no tempo de maneira radicalmente diferente do que as tradições teóricas e políticas (do imperialismo, do subdesenvolvimento e da dependência) nos tinham acostumado a fazer. Não se trata mais de um antagonismo que separa (organizando sua subalternidade) o centro da periferia, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, os colonizadores dos colonizados. Trata-se de um antagonismo interno, sem fora, que acontece ao mesmo tempo no centro e na periferia, misturando o desenvolvimento com o subdesenvolvimento, em todas as direções.

Por um lado, o devir-sul da multidão desenha uma linha de fuga constituinte que se articula entre autovalorização e autonomia. Aqui, o “sul” é o terreno do devir-pobre da multidão, ou seja, de um devir-sul do mundo, que é necessariamente um devir-mundo do sul. Do outro lado, o sul é a realidade e o horizonte angustiantes da brasilianização das classes médias do norte, cuja precarização e pauperização está sendo tremendamente aprofundada e generalizada pela crise do capitalismo global. As massas dos pobres sul-americanos são a figura monstruosa, híbrida e ambivalente desse entrecruzamento biopolítico.

A emergência de uma “nova classe”?

Na primeira década do novo século e, em particular, ao longo dos dois governos do presidente Lula, o Brasil teve taxas de crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) bastante “moderadas” – em comparação com os outros BRICs – mas *regulares*. Entre 2003, ano no qual acabou a recessão mundial (consequência da crise asiática de 1997), e 2009, o PIB por habitante cresceu numa média de quase 3%. Em 2010, o PIB cresceu 8%, comparado ao primeiro trimestre de 2009, e 10,8% com relação ao último trimestre de 2009. O crescimento moderado foi, porém, o contexto de mudanças estruturais que amplificaram, de maneira qualitativa, os efeitos do crescimento e o retroalimentaram. Essas mudanças estruturais indicam que o crescimento foi aprovei-

tado para mudanças qualitativas, mais do que proporcionais, ao incremento quantitativo da “riqueza produzida”.

Contudo, essas transformações estruturais são objeto de interpretações diferenciadas que são, nas palavras de Marcio Pochmann, “expressões da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais¹¹”. A nosso ver, se trata de uma disputa teórica e política que não diz apenas respeito às políticas públicas atuais, mas ao horizonte das lutas sociais e políticas das próximas décadas.

Podemos esquematizar as diferentes abordagens dessas transformações em três grandes grupos. Um primeiro grupo, dotado de um dispositivo analítico e discursivo hegemônico, é constituído pelos trabalhos estatísticos que privilegiam a estratificação social atrelada aos níveis de rendimento e consumo. Esses trabalhos têm ocupado e ocupam uma posição hegemônica nas pesquisas e análises de dados das transformações recentes da estrutura social brasileira, bem como na orientação das políticas sociais do governo (em seus diferentes níveis). Eles encontram amplo apoio no regime discursivo adotado pela mídia, mas também pelos marqueteiros eleitorais. Os trabalhos desse grupo se concentraram inicialmente na análise da emergência da “classe C”, que agora passou a ser chamada de “nova classe média”. Um segundo grupo, muito mais disperso e heterogêneo quanto ao referencial teórico e ao tipo de pesquisas realizadas, privilegia uma abordagem mais próxima do marxismo e visa apreender as estruturas sociais do ponto de vista das relações de produção. A classe da qual esses autores tentam falar é a dos “trabalhadores”. Um terceiro grupo, de pesquisas empíricas e reflexões teóricas, se diferencia das duas primeiras abordagens por afirmar a insuficiência, ao mesmo tempo, das análises em termos de níveis de rendimento e daquelas em termos de inserção nas relações de produção. Nesse terceiro grupo, o foco visa as dimensões culturais e simbólicas das clivagens de classe.

A nova classe média

A abordagem em termos de classe “C”, e agora de “nova classe média”, constitui como que a “pauta” do debate, pelo volume dos trabalhos estatísticos reali-

¹¹ POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, p.11.

zados e pelo impacto de sua linha interpretativa¹². Não se trata apenas de uma linha de estudo e de transformação brasileira, mas de algo que diz respeito à dinâmica globais¹³.

Seguindo as imagens sugeridas pelo economista de referência – Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – temos imediatamente uma visão impressionista adequada da mudança que aconteceu e continua em andamento. No Brasil, desde 2001, a desigualdade em termos de renda diminuiu regularmente. A renda *per capita* dos 10% mais ricos da população aumentou em média de 1,49%, ao passo que a dos mais pobres tem aumentado 6,79%. Isso num movimento oposto ao que caracterizou os outros Brics: neles, a desigualdade é originariamente inferior à do Brasil, mas ela aumentou ao invés de diminuir. Em consequência, a pobreza diminuiu constantemente desde 2003. “Estimamos que, entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de brasileiros (o equivalente a uma França) chegaram à condição de nova classe média”, escreve Marcelo Neri¹⁴. Mas, a mobilidade chegou mesmo a ritmos consistentes no período 2003-2011, quando 40 milhões de brasileiros entraram para a classe média. A classe média passou assim de 65,9 a 105,5 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 60%. Segundo as previsões, até 2014, mais 12 milhões migrarão para a classe “C”, e 7,7 milhões irão para as classes “B” e “A”. Com exceção do Nordeste, as classes A, B e C serão a realidade de 75% da população. “A nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas

¹² Apresentando um dos seus numerosos relatórios de pesquisa, Marcelo Neri escreve: “A presente pesquisa analisa a evolução das classes econômicas brasileiras, leia-se A, B, D, E, e, por último, a mais importante a C, que batizamos em pesquisa anterior de nova classe média brasileira”. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres, FGV, Centro de Políticas Sociais, Texto Principal, 2011. Citamos, apenas a título de exemplo, a capa da “Revista da TV”, suplemento dominical do jornal O Globo, de 20 de maio de 2012: “Toda poderosa: em ascensão econômica, classe C é tema de novelas e ganha espaço na programação”. O artigo inicia assim: “Viva o subúrbio. É lá que tá o futuro”. A referência é o economista Marcelo Neri, p. 16.

¹³ Ver: WORLD BANK. *Global Economy Prospects 2007: Managing the Next Wave of Globalization*. Washington, D.C., 2007; e WILSON, D.; DRAGUSANU, R. The expanding middle: the exploding world of middle class and falling global inequality. Goldman Sachs Economic Research. New York: Global Economics Paper, n. 170, jul. 2008.

¹⁴ NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. Rio de Janeiro: FGV-Saraiva, 2012, p. 257.

décadas em países emergentes e desenvolvidos onde a concentração de renda sobe”¹⁵. Os 20% mais pobres crescem mais dos outros países e a desigualdade vem caindo consistentemente, ano após ano. O índice de Gini (cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912) caiu de 0,596 em 2003, para 0,51 em 2011, atingindo a menor série histórica. Quando se analisa a transformação geral por critérios de região, cor, gênero e educação, podemos ver que a mudança foi ainda mais profunda: no mesmo período (2003-2010) a renda dos paulistas aumentou de 7% àquela dos nordestinos de 42%, ou seja 6 vezes mais. A renda dos negros aumentou 42%, e aquela dos brancos 21%; a renda no campo aumentou 49%, na cidade, 21%; a renda das mulheres cresceu 38%, a dos homens 47%. Enfim, encontramos o indicador do fato que passamos mesmo por uma política dos “pobres” na evolução da renda dos analfabetos (+47%), diante da evolução da renda dos universitários (+16%). As transformações foram particularmente rápidas no período de 2003-2008 até o ponto que Marcelo Neri a define como uma “pequena grande década”. Uma dinâmica que a crise global (de 2007-08) abalou sem travar: “a crise não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira. (...) O efeito (da crise de 1997) persistiu cinco anos (...) e o da crise recente começou a ser revertido um mês depois”¹⁶.

Quanto aos critérios “heurísticos” de *mensuração* das “classes”, Neri esclarece: “os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia”¹⁷. O conceito de “média” usado diz respeito a uma situação intermediária entre dois “extremos”, e já nos diz que a classe média do Brasil não é a mesma coisa que as classes médias dos países centrais (a Bélgica). Neri, explicando sua metodologia, nos diz que a opção foi a de olhar para “toda a distribuição de renda e organizá-la sob a forma de estratos”. Assim, a metodologia se centra nos indicadores sociais, baseados em renda per capita, e tem como base os estudos de pobreza realizados no Brasil. Mesmo que em seguida as pesquisas passem a mobilizar outras dimensões (quais estoques de ativos, atitudes e expectativas etc.), o fio condutor da análise é sempre a renda

¹⁵ NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média. O lado brilhante da base da pirâmide*. Rio de Janeiro: FGV-Saraiva, 2012, p. 14.

¹⁶ *Ibid.*, p. 20.

¹⁷ *Ibid.*

por pessoa¹⁸. Com base na métrica da renda, foi criado um índice de potencial de consumo, inspirado no “conceito de renda permanente criado por Milton Friedman em 1957”¹⁹.

Chegamos assim à definição do conceito de “classes”, que é usado e construído por Neri: “Em nossa pesquisa as pessoas *não são* pobres, ricas ou nova classe média, mas estão, ou não, nesses *estados* em diferentes instantes do tempo, quando as pesquisas representativas de toda a população vão a campo”²⁰. Assim, Neri adverte, com uma certa dose de ironia: “os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas etc.), mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana”²¹. A classe média assim definida, diz respeito então ao estrato de população composto pelas pessoas que ganham entre 1.200 e 5.140 reais mensais (2012). Se a metodologia assume a renda familiar, como dado básico de referência, a inserção ou não na categoria classe média depende da distribuição da renda total da família em renda per capita, o que permite uma ponderação fina do real poder aquisitivo de cada pessoa²².

Contudo, Neri tem sim uma definição moral de classe média e, mais em geral, dos valores sociais vigentes. “Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. (...) Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado produtor”²³. Uma definição moral um tanto contraditória com o

¹⁸ Ibid., pp. 77-78.

¹⁹ Ibid. p. 79.

²⁰ Ibid., grifos nossos.

²¹ NERI, Marcelo. *A nova classe média*, cit., p. 17.

²² A metodologia do Neri (cit., p. 81) responde tecnicamente de maneira bastante eficaz a críticas – que compartilhamos em termos de horizonte político –, mas não são adequadas ao deslocamento e, pois, não apreendeu a questão estratégica da renda. Vide por exemplo: “Acima de uma renda de 530 reais por mês, aqui no Brasil, você é classe média. (...) o governo define que a classe média parte de 1.740 e vai até 8.000 reais de renda familiar mensal. O IBGE diz que a renda de uma família é composta, em média, de 3,3 pessoas. Então, (...): 1.740 reais dividido por 3,3 é igual a 527,27 reais”. BAVA, Silvio C. *Classe média? Le Monde Diplomatique Brasil*, mai. 2012, p.3.

²³ NERI, Marcelo. *A nova classe média*, cit., p.18.

individualismo metodológico que ele adotou como lastro explícito. Por um lado, a moral mobilizada é aquela tradicional, de origem corporativa, e que tem como referência a “fábula de La Fontaine” para “distinguir as formigas trabalhadoras das cigarras consumistas”²⁴. Sabemos que o auge dessa ordem moral acabará se afirmando na retórica fascista e especialmente no tipo de “trabalhismo corporativo” que ela mobiliza, como podemos ler no busto de Getúlio Vargas na escadaria da Prefeitura de Porto Alegre: “O trabalho dignifica o homem”, mas que também foi parar, de maneira sinistra, na portão de entrada de Auschwitz: “Arbeit Macht Frei”. Assim, o lado brilhante da base da pirâmide, segundo Neri não é “o consumismo ou o otimismo”, mas “o lado produtor, leia-se educação e trabalho”²⁵. Pelo outro, usando Thomas Friedman, Neri articula essa moral com uma visão de sociedade (com um tipo de sociologia) segundo a qual a classe média se define “como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Essa fábrica de realização de sonhos *individuais* é o motor fundamental para a conquista das riquezas das nações. O combustível é o anseio de subir na vida, o lubrificante seria o ambiente de trabalho e de negócios”²⁶.

Nova classe média?

Por razões de espaço, não consideraremos aqui as críticas internas às abordagens de tipo estatístico e que se opõem ao regime discursivo da classe média no mesmo terreno “quantitativo”, por exemplo, dizendo que: “com uma capacidade de consumo de 17,57 reais por dia, esses brasileiros não são classe média, são pobres que melhoraram um pouco de vida”²⁷. Um primeiro grupo de críticas aos discursos sobre a “nova classe média” brasileira tem como origem a sociologia (ou a economia política) de inspiração marxista ou, em geral, de “esquerda”. Nesse caso, a preocupação é de dizer e tentar demonstrar que o conceito de classe deve estar atrelado ao tipo de inserção que cada conjunto social tem na divisão social e técnica do trabalho. Assim, se Marcelo Neri diz

²⁴ Ibid., p. 79.

²⁵ Ibid., p. 14.

²⁶ Ibid., p. 80.

²⁷ BAVA, Silvio Caccia, cit. (vide nota 20).

explicitamente ter evitado “o uso de faixas de salário mínimo”²⁸, é a partir dessas que o economista Marcio Pochmann organiza suas críticas ao regime discursivo sobre a “nova classe média”²⁹. A preocupação aqui é apreender as transformações da base da pirâmide social brasileira, sob o prisma do trabalho e de sua remuneração, contra as manipulações do “consciente da população em prol de seus próprios desejos mercantis, defendendo consumismo e negando a estrutura de classe, na qual o capitalismo molda a sociedade”³⁰. Assim, a “retórica de classe de rendimento é definida por Pochmann como sendo desprovida de qualquer sentido *estrutural* (...)”³¹. A abordagem é diametralmente oposta à de Marcelo Neri: “em síntese: (...) não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média”³². O foco aqui é o fortalecimento do mercado de trabalho baseado na expansão do setor de serviços, o que “significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal”. Por um lado, Pochmann reconhece que “as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem *inegável ascensão social*”. Pelo outro, ele afirma com força que “o grosso da população emergente *não se encaixa em critérios sérios e objetivos* que possam ser claramente identificados como classe média”³³. A proposta de Pochmann é de se enxergar os milhões de pessoas que conheceram certa mobilidade social, como uma realidade sociológica com “as características gerais das classes populares”³⁴. Mas, em geral, “tendo em vista a importância do emprego de baixa remuneração (...) o debate a respeito da definição da classe social no capitalismo – em parti-

²⁸ Neri invoca duas razões para isso: (1) “o poder de compra do salário mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo (e assim) o “uso do salário mínimo falha em manter constante o poder de compra”; (2) “o uso do salário mínimo. Em geral, não vem acompanhado de diferenciadores de custo da vida regional, conforme usado em nosso índice de classes econômica e de pobreza”. Cit. p. 81.

²⁹ O título do livro de Pochmann (*Nova classe média?*, cit.) põe abertamente em dúvida a assertiva de Marcelo Neri.

³⁰ Cit., p.7.

³¹ Ibid., grifo nosso.

³² Ibid., p. 8. Grifo nosso.

³³ Cit., p.10.

³⁴ Ibid.

cular a da classe média – assume maior complexidade”. Então, “em conformidade com a literatura internacional, esse segmento social deveria ser mais bem considerado na categoria de *working poor* (trabalhadores pobres), pois se trata fundamentalmente de ocupados de salário de base”³⁵.

A abordagem de Pochmann oferece uma outra, e fundamental, perspectiva a esse debate sobre a transformação da composição de classe no Brasil, nas últimas duas décadas. Em particular, suas análises indicam que a década de 2000 foi o teatro da expansão da presença dos postos de trabalho de até 1,5 SM mensal, com redução das vagas sem remuneração e de maior rendimento. O que as pesquisas, em termos de faixas de rendimento, apontam como emergência de uma grande massa de população em condições “médias”, as análises que privilegiam as relações de trabalho e enxergam como uma mobilização dos pobres. A mobilização dos pobres se traduziu em inegável melhora (com graus de ascensão vertical) e, ao mesmo tempo, indica profundas transformações do trabalho. Essas transformações tem o nome de terciarização (aumento absoluto e relativo do setor de serviços), terceirização (trabalho precário e temporário, trabalho doméstico, atividades autônomas etc.). Citaremos, enfim, como emblemático o fenômeno da multiplicação de “estabelecimentos sem a presença de um empregado sequer”³⁶.

Contudo, algumas das premissas teóricas e das conclusões nos parecem insuficientes, porque incapazes de dar conta das transformações políticas e sociais da década de 2000, e isso na medida que, na realidade, a “classe” da qual está se falando é pura e simplesmente uma determinação das relações de capital. Assim, por um lado, a “economia de baixos salários” tem um único determinante, ou seja, a “presença de força de trabalho sobrando às necessidades imediatas e de médio e longo prazos das atividades econômicas (privada e pública)”³⁷. Pelo outro, “tendo em vista o setor de serviços como principal fonte geradora de novas ocupações, compreende-se a reconfiguração de parte significativa da classe trabalhadora. Ou seja, a força dos novos segmentos da classe trabalhadora na base da pirâmide social brasileira nos impede de a identificarmos como uma

³⁵ Cit., p. 30. A referência que Pochmann cita é: HERZ, Jennifer G. Diane. *Working and Poor in 1990*. Monthly Labor Review, dezembro de 1992.

³⁶ Ibid., p. 119.

³⁷ Ibid., p. 23.

nova classe social, muito menos como classe média no país”³⁸. A classe é totalmente determinada pela lógica da acumulação (ou da sub-acumulação) e, para reafirmar a pertinência de uma abordagem em termos de trabalho, Pochmann nega que a classe trabalhadora seja (ou possa ser) “nova”.

Uma classe de “batalhadores”

Um terceiro grupo de pesquisas sobre a transformação social brasileira na última década privilegia uma abordagem sócio-antropológica fortemente inspirada em Pierre Bourdieu. Mais uma vez, encontramos uma crítica explícita ao regime discursivo e às pesquisas em termos de “nova classe média”. Dessa vez não são os “trabalhadores”, mas os “batalhadores” brasileiros que vão permitir formular a pergunta se estamos diante de uma “nova classe média ou (de uma) nova classe trabalhadora?”³⁹. Jessé Souza enfatiza: “dizer que os ‘emergentes’ são a ‘nova classe média’ é uma forma de dizer, na verdade, que o Brasil, finalmente, está se tornando uma Alemanha, uma França ou uns Estados Unidos, onde as ‘classes médias’ e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social”⁴⁰. O problema não é, para Jessé, que o regime discursivo e o projeto político-econômico seja mesmo de “homologar” o Brasil ao modelo social e moral das economias centrais, mas que se trataria de uma afirmação não verdadeira: “Nossa pesquisa empírica e teórica demonstrou que isso é *mentira*”⁴¹. Uma mentira que diz respeito aos jogos, que para Jessé são fundamentais, ou seja, os jogos ideológico e simbólico. Por um lado, as mudanças são reais. Pelo outro, “são mentira” (...) porque essas mudanças reais são todas interpretadas de modo distorcido, sem conflitos e sem contradições”. O risco é de “naturalizar-se a sociedade tal como ela se apresenta”, ao passo que é dessa maneira que se constrói a violência

³⁸ Ibid., p. 123.

³⁹ SOUZA, Jessé (Org.). *Os batalhadores brasileiros - Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. O objetivo prioritário da crítica é: SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010. Por sua vez, em termos empíricos, Souza e Lamounier têm como referência os estudos de Marcelo Neri, citados acima.

⁴⁰ Ibid., p. 20.

⁴¹ Ibid., p. 21.

simbólica necessária para a sua reprodução infinita”. Contudo, o problema não está apenas nas “visões distorcidas” que vêm da “direita”. A “esquerda” também é “envelhecida e algumas vezes mais conservadora que os intelectuais orgânicos da nova dominação do capitalismo financeiro no Brasil”⁴². Com efeito, do lado da direita neoliberal, o problema está em “dizer’ que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular a classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os ‘emergentes’ são uma ‘nova classe média’, por ser um estrato com relativo poder de consumo”⁴³. Tampouco o “marxismo enrijecido não percebe (...) as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano ainda mais importante (...), a uma ‘consciência de classe’ que seria produto desse lugar econômico”. Assim, a abordagem sociológica critica os dois reducionismos economicistas, pois nenhum dos dois “percebe a gênese sociocultural das classes”. Isso porque em todas as sociedades “os indivíduos são produzidos ‘diferencialmente’ por uma ‘cultura de classe’ específica”⁴⁴. A referência aqui é Pierre Bourdieu e seus trabalhos sobre a “distinção”⁴⁵. O que interessa é apreender “a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo”⁴⁶. A composição das classes diz respeito aos estilos de vida, ou seja, a algum capital cultural que inclui também algo como uma “herança” de outro tipo: “Essa herança de classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo”⁴⁷. As análises sociológicas, pois, devem levar em conta como as classe sociais se “apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico”⁴⁸. Essa preocupação pela relação entre acumulação (econômica) e “violência simbólica específica”⁴⁹, leva Jessé Souza a afirmar que o desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, o próprio processo de moder-

⁴² Ibid.

⁴³ Ibid., p. 22.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *La distinction-critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions Minuit, 1979.

⁴⁶ SOUZA, Jessé, cit. p. 23.

⁴⁷ Ibid., p. 24.

⁴⁸ Ibid., p. 25.

⁴⁹ Ibid. p. 29.

nização, produziria “uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”. Essa classe é a “ralé estrutural”⁵⁰. A “ralé” se reproduz – afirma Jessé – como mero ‘*corpo*’, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo, baseado no uso do conhecimento útil para ele”. Mas, a “ralé”, diz Souza, não é o antigo “lumpemproletariado’ marxista”⁵¹. Por que? Porque, segundo suas análises do capitalismo contemporâneo, esse se caracterizaria hoje por mobilizar mão de obra que possui capacidades intelectuais que a “ralé” não tem. É isso que explica o gargalo, “noticiado durante todo o ano de 2008, quando o Brasil crescia velozmente, (...) de pessoas bem treinadas para a ocupação de novo empregos”⁵². A “ralé”, insiste Souza, é mera força muscular, ou seja, mero “corpo”, algo cuja venda responde àquilo que acontece “na prostituição”⁵³. Então, a classe emergente, a nova classe segundo Souza, é aquela que se encontra entre a “ralé” dos excluídos e abandonados e as classes média e alta. “Ela é uma classe incluída no sistema econômico como produtora de bens e serviços, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços”, que antes eram meros privilégios. Enfim, esses “emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro, na última década, constituem (...) uma ‘nova classe trabalhadora brasileira’”⁵⁴. Essa nova classe não é uma classe média, a “linguagem de seu corpo” é diferente: “a nova classe trabalhadora não participa desse jogo de distinção que caracteriza as classes alta e média”⁵⁵.

Nenhuma das três abordagens aqui esquematizadas nos parece adequada, embora todas apresentem um grande interesse. Por que não são adequadas? Porque os conceitos de classe que mobilizam são fundamentalmente oriundos de um capitalismo e de uma relação entre “Estado e sociedade” que no capi-

⁵⁰ Ibid. p. 25. Grifo do autor.

⁵¹ SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 23. Grifos nossos.

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid., p. 24.

⁵⁴ Os batalhadores brasileiros, cit. p. 26.

⁵⁵ Ibid., p. 49.

talismo contemporâneo não funcionam mais do mesmo jeito. Retomamos as três abordagens, na ordem inversa:

1. Jessé Souza se esforça a definir – com a ajuda de Boltanski e Chiapello⁵⁶ –, o “novo espírito do capitalismo”, mas falha profundamente em apreender as suas dinâmicas estruturais. E, isso, sobretudo porque ele separa a “ralé” da “nova classe trabalhadora”. Por um lado, ele tenta opor ao conceito de “nova classe média” aquele de uma nova classe de batalhadores (trabalhadores). Pelo outro, ele separa essa classe como se fosse – de alguma maneira – um conjunto homogêneo, distinto ao mesmo tempo das camadas mais qualificadas do trabalho intelectual e das camadas dos excluídos, sem nenhum capital cultural ou intelectual (a “ralé brasileira”). A falha aparece em toda sua dimensão quando ele qualifica os limites da ralé ao seu ser “mero corpo”. Ou seja, ele não vê, em primeiro lugar, que o capitalismo contemporâneo explora hoje o trabalho vivo e, em segundo lugar, que o corpo não se separa da mente. Ao contrário, mesmo que a condição da “ralé” seja terrível e dramática, ela possui uma potência, essa sim de tipo novo – pela centralidade que hoje o corpo tem e pelo fato de ser, antes de tudo, corpo! Assim, ele não entende que o trabalho servil hoje não é nenhum fato da exclusão ou da permanência de formas arcaicas, mas diz respeito ao cerne de um processo de acumulação que investe as subjetividades e, pois, a própria vida.
2. Marcio Pochmann desenvolve talvez a abordagem mais adequada. Com sua operação de duvidar sobre a existência de uma nova classe média, ele foca o trabalho dos pobres (*working poors*) e sua relação com as novas e antigas formas de precariedade do emprego: trabalho temporário, trabalho doméstico, trabalho nos serviços, trabalho autônomo, trabalho informal. Não por acaso, Pochmann cita a obra pioneira de Eder Sader, que já na década de 1980 conseguia ver nessas formas precárias do trabalho a constituição de novas lutas e a entrada em cena de “novos personagens”⁵⁷. Mas, na medida em que o único sujeito da mudança é o capital, seu trabalho crítico não alcança as novas linhas de composição do trabalho e, tampouco,

⁵⁶ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999

⁵⁷ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena - Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 1988, São Paulo: Paz e Terra, 5ª reimpressão, 2010.

as novas formas de exploração e de luta. Sobretudo, Pochmann continua a fazer a distinção entre os pobres “incluídos” em alguma ocupação e os pobres “sobrantes”, e, nesse sentido, não entende nem o novo modo de funcionar do capitalismo global (e de sua crise), muito menos o horizonte das lutas dos pobres enquanto pobres.

3. As abordagens em termos de estratos de distribuição de renda são de difícil utilização para apreender a relação entre as transformações estruturais que eles observam e quantificam e as novas dinâmicas do trabalho. Mas, essas análises são de longe as mais poderosas. A reverberação midiática e ideológica que elas encontram não explicam seus impactos. Há duas razões que explicam a potência das pesquisas em termos de “nova classe média”. A primeira, podemos encontrá-la nas premissas teórico-metodológicas invocadas por Amaury de Souza e Bolívar Lamounier: “A literatura internacional sobre estratificação social mostra que o fenômeno da classe social, no sentido marxista, dificilmente se configura no mundo atual”⁵⁸. Ou seja, eles assumem que no capitalismo contemporâneo (que eles definem curiosamente de “sociedades de massa”), “estratos homogêneos e com nítida consciência de si constituem eventos de baixa probabilidade”⁵⁹. Se Pochmann tenta refletir sobre os trabalhadores pobres e Jessé se esforça em manter um conceito de “classe trabalhadora”, por meio dos “batalhadores”, Amaury, Bolívar (e Neri) assumem a crise do conceito e da realidade da classe operária (ou seja, a fragmentação do trabalho e a heterogeneidade de sua composição técnica) como o terreno sobre o qual irão construir suas noções de classe média. Com isso, eles trabalham concretamente sobre os processos de fragmentação, que atravessam as relações de trabalho desde o segundo meado da década de 1970. A segunda razão é o fato de, em seguida, privilegiar a abordagem a partir, fundamentalmente, dos níveis (ou gradientes) de distribuição de renda. Diante da heterogeneidade e fragmentação da composição social, as análises a partir da renda funcionam como ferramentas eficazes para apreender as transformações estruturais da pirâmide social e tem uma grande força descritiva e operacional (em

⁵⁸ Cit., p.14.

⁵⁹ Ibid.

termos de políticas públicas e/ou estratégias eleitorais). Contudo, o esgotamento da noção marxiana de classe acaba se misturando mais com um desejo ideológico de pacificação social, ao passo que as análises em termos de renda ficam presas às abordagens neoclássicas. A reintrodução da fábula da cigarra e da formiga não consegue resolver o impasse ao qual leva a total ausência de uma reflexão sobre as transformações do trabalho, inclusive do ponto de vista de suas relações com o consumo.

Cruzando as três abordagens, poderemos ultrapassar cada uma delas e ver que, na realidade, o que está acontecendo no Brasil pós-Lula é a emergência de uma nova composição social do trabalho: um trabalho imaterial e metropolitano cujas dimensões qualitativas não se reduzem nem à mera mobilidade vertical de seu poder de compra, nem aos valores conservadores de uma nova classe média. Por trás da mobilidade, há um processo de mobilização subjetiva que aparece, capaz de constituir uma nova dinâmica de classe. Ao escrevermos essas reflexões, estávamos apenas indicando uma tendência, atualizada pelo levante da multidão em junho de 2013.

Uma nova classe trabalhadora: indagações

Marilena Chaui

O propósito das várias perguntas que aqui serão formuladas é suscitar uma análise futura (esperamos seja feita pela Fundação Perseu Abramo) que refute com dados empíricos e teóricos a afirmação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), de vários cientistas sociais e dos meios de comunicação, de que há no Brasil uma nova classe média.

Sugerimos aqui que há, no Brasil, *uma nova classe trabalhadora* cuja composição, forma de inserção econômica e social, formas de expressão pública e de consciência permanecem ainda muito difíceis de apreender e compreender, mesmo com o auxílio do conceito de Paul Singer de *subproletariado* ou o de *precariado*, proposto por alguns cientistas sociais.

O que segue, portanto, não é uma análise nem uma interpretação da sociedade brasileira contemporânea, mas uma interrogação para provocá-las naquelas que saberão fazê-las.

Propomos como ponto de partida plausível uma breve referência ao que aconteceu com a classe trabalhadora em seu conjunto (e não apenas no Brasil), sob os efeitos do neoliberalismo e suas possíveis consequências para o que estamos chamando de nova classe trabalhadora brasileira. Porém, como dissemos, sem qualquer pretensão de apresentar uma análise dessa nova classe.

Como sabemos, a social-democracia e a economia keynesiana propuseram como modelo econômico-político o Estado do Bem-Estar Social, fundado em dois grandes princípios: 1) direção da maior parte do fundo público ao salário indireto (seguro-desemprego, salário-família, aposentadoria, férias, moradia, serviços gratuitos de saúde, educação, cultura e lazer etc); 2) regulação estatal do mercado, seja diretamente por meio de empresas estatais, seja indiretamente por meio da legislação sobre as empresas privadas.

Sabemos também que, desde seus inícios, a social-democracia keynesiana assim como o *New Deal* estadunidense foram encarnadamente combatidos por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman, que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélérin, na Suíça, à volta do austríaco von Hayek e do estadunidense Milton Friedman. Navegando contra a corrente, das décadas de 1950 e 1960, o grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o que designou com a expressão *Estado Providência*, com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos indivíduos e a competição, sem as quais não há prosperidade.

Essas ideias permaneceram letra morta até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito, por que oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários, que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado processos inflacionários incontrolláveis.

Feito o diagnóstico, o grupo propôs os remédios: 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos públicos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal, para incentivar

os investimentos privados, e reduziu os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade [sic] própria, operasse a desregulação. Em resumo: abolição dos investimentos estatais na produção e nos direitos sociais, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização. O modelo foi aplicado, primeiro no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista ocidental e, após a “queda do muro de Berlim”, para o Leste europeu e, finalmente, alcançando os países asiáticos.

Esse modelo econômico-político tornou-se responsável pela mudança na forma da acumulação do capital, hoje conhecida como “acumulação flexível”, a qual, entretanto, não havia sido prevista pelo grupo do Mont Pélérin. De fato, este propusera seu pacote de medidas na certeza de que abaixaria a taxa de inflação e aumentaria a taxa do crescimento econômico. A primeira aconteceu, mas a segunda não, porque o modelo incentivou a especulação financeira em vez dos investimentos na produção. Em outras palavras, o monetarismo superou a indústria. Onde falar-se em “capitalismo pós-industrial”.

Nascia, assim, o neoliberalismo, cujos traços principais podem ser resumidos da seguinte maneira:

1. Desativação do modelo industrial de tipo fordista, baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, com a centralização e verticalização das plantas industriais, grandes linhas de montagem concentradas num único espaço, formação de grandes estoques orientados pelas ideias de qualidade e durabilidade dos produtos, e uma política salarial articulada ao Estado (o salário direto articulado ao salário indireto, isto é, aos benefícios sociais assegurados pelo Estado). Na forma neoliberal, a produção opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas do trabalho produtivo, com a compra e venda de serviços no mundo inteiro, isto é, com a terceirização e a chamada precarização do trabalho. Desarticulam-se as formas consolidadas de negociação salarial e se desfazem os referenciais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar

nas pequenas unidades terceirizadas de prestação de serviços, no trabalho precarizado e na informalidade, que se espalharam pelo planeta. Desponta uma nova classe trabalhadora cuja composição e definição ainda estão longe de ser compreendidas.

2. O desemprego torna-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão, que se realiza não só pela introdução ilimitada de tecnologias de automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão de obra, que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente, em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos, das organizações e movimentos populares e o aumento da pobreza absoluta. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser acrescida com a existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes surge como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta.
3. Nova articulação do poder de decisão do capital industrial e do capital financeiro, que se torna o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro, porém, não como mercadoria equivalente para todas as mercadorias, mas como moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, provocando, assim, a passagem da economia ao monetarismo. Essa abstração dá à economia a aparência de um movimento fantasmagórico das bolsas de valores, dos bancos e das financeiras – *aparência*, porque oculta o ser da economia (a produção de valor), e *fantasmagórico*, porque não opera com a materialidade produtiva (real) e sim com signos, sinais e imagens como fluxo vertiginoso das moedas.
4. A transnacionalização da economia diminui a importância da figura do Estado nacional, como enclave territorial para o capital, e dispensa as formas clássicas do imperialismo – colonialismo político-militar, geo-

política de áreas de influência etc. –, de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se em organismos extra-estatais (FMI, Banco Mundial etc.) que operam com um único dogma: estabilidade monetária e corte do *déficit* público (entenda-se: dos investimentos nos direitos sociais).

5. No Estado do Bem-Estar Social, a presença do fundo público sob a forma do salário indireto (os direitos econômicos e sociais) desatou o laço que prendia o capital à força de trabalho (ou ao salário direto). Esse laço era o que, tradicionalmente, forçava a inovação técnica pelo capital ser uma reação ao aumento real de salário¹ e, ao ser desatado, três consequências se impuseram: a) o impulso à inovação tecnológica tornou-se praticamente ilimitado, provocando expansão dos investimentos e agigantamento das forças produtivas cuja liquidez é impressionante, mas cujo lucro não é suficiente para concretizar todas as possibilidades tecnológicas, exigindo o financiamento estatal (em outras palavras, embora o capital financeiro opere como centro nervoso do capitalismo, a *materialidade real* do sistema se encontra nos imperativos do capital produtivo); b) o desemprego torna-se estrutural pela introdução ilimitada de tecnologias de automação que acarreta a rotatividade incessante da mão de obra, a qual se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente, ampliando a fragmentação da classe trabalhadora e diminuindo o poder de suas organizações; c) o aumento do setor de serviços também se torna estrutural, *aparecendo* como desligado do setor produtivo ou como autônomo (embora, de fato, continue realmente a ser parte constitutiva da produção), aparência que decorre da desmontagem das grandes plantas industriais e da dispersão da produção sob a forma de empresas localizadas num espaço diverso do antigo espaço fordista das atividades produtivas; d) sob a designação de tecnociência, a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação, mudando, com isso, o modo de inserção social do conhecimento científico e técnico, de

¹ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *O surgimento do anti-valor. Capital, força de trabalho e fundo público*. In: Os direitos do anti-valor. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

maneira que cientistas e técnicos se tornaram agentes econômicos diretos; a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos (donde o surgimento da expressão *sociedade do conhecimento*)².

6. A fragmentação e dispersão da produção leva à experiência social de descontinuidade espacial e temporal que, entretanto, é contrabalançada pela experiência do que David Harvey³ designa como a *compressão espaço-temporal*, acarretada pelos novos meios tecnológicos, isto é, o espaço se comprime no *aqui* (sem referências topológicas nem geográficas) e o tempo se comprime no *agora* (sem referência ao passado e ao futuro, à memória e à expectativa).
7. Politicamente, as novas tecnologias de informação estruturam um *novo poder planetário de vigilância e de controle* que suplanta os Estados nacionais e as particularidades sociais. Trata-se da WEB, sob a forma da Internet e das multimídias, sistema de comunicação que integra diferentes veículos e suportes de comunicação e seu potencial interativo, e que nenhum Estado nacional tem condições para, sozinho, implantar, levando por isso à formação de consórcios empresariais regionais/globais (empresas de armamentos, empresas financeiras, operadoras de comunicação, isto é, empresas de

² Afirma-se que o capital mais importante das empresas é o “capital intelectual”. Como escreve Castells: “O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas sua aplicação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. [...] As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos”. CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 69. Sob um novo paradigma do saber, na “sociedade do conhecimento” os conhecimentos são entendidos como informação, e esta como operações de signos ou sinais codificados. Assim, mudança do lugar social dos cientistas e técnicos determinada pela economia (isto é, pela base material da sociedade) vem exprimir-se teoricamente (isto é, no plano das ideias) no novo paradigma das ciências, qual seja o da informação, que suplanta tanto o paradigma clássico da organização, quanto o paradigma do século XX, a estrutura. Esses dois paradigmas lidam com realidades e objetos concebidos como totalidades; em contrapartida, a informação lida com a fragmentação e dispersão de sinais. A organização concebe as relações entre os elementos de um todo tanto como relações de causa e efeito, quanto como relações funcionais entre meios e fins; a estrutura concebe os elementos de um sistema definido por suas relações recíprocas, e por um princípio interno de conservação e transformação. Em contrapartida, a informação abandona essas formas de relação e opera com a noção de fluxo aleatório de sinais codificados, que se reúnem e se dispersam num processo contínuo e contingente.

³ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1990.

telefonia, de comunicação de massa e provedores de serviços de Internet, e empresas de computadores) que, por meio do Internet Protocol (com duas sedes nos Estados Unidos e uma no Japão), detêm o monopólio de todos os endereços mundiais e controlam todo o sistema informativo/comunicativo em escala planetária.

No caso do Brasil, o modelo neoliberal se implantou nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Neste último, a implantação se realizou com a chamada Reforma do Estado ou, como diziam os tucanos, uma “engenharia política” dita racionalizadora e modernizadora tendo como objetivo redistribuir as atividades estatais em quatro campos: Núcleo Estratégico do Estado (os três poderes; o Poder Executivo presente através dos ministérios) para definição do exercício do poder; Atividades Exclusivas do Estado, definidas pelo Núcleo Estratégico, e que não podem ser delegadas a instituições não estatais; Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não estatais, na qualidade de prestadoras de serviços que incluem educação, saúde, cultura, utilidades públicas; Setor de Produção para o mercado, isto é, as empresas estatais. O fundamento ideológico da reforma foi cristalino: todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorreriam da presença do Estado não só no Setor de Produção para o mercado, mas também nos Serviços Não-Exclusivos, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos devem vir da substituição do Estado pelas empresas privadas no Setor de Produção e no dos Serviços Não-Exclusivos. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República. Isto significa a saída do Estado não apenas do Setor de Produção para o Mercado (como seria de se esperar numa ideologia da “desregulação” econômica), mas, sobretudo, do setor de serviços públicos (educação, saúde, moradia, transporte, cultura etc). Em outras palavras, a reforma excluiu as exigências democráticas dos cidadãos ao Estado e aceitou apenas as exigências feitas pelo capital ao seu Estado, isto é, excluiu todas as conquistas econômicas, sociais e políticas, vindas de lutas populares no interior da luta de classes. Essa identificação entre o Estado e o capital em sua forma neoliberal apareceu de maneira nítida na substituição do conceito de *direitos* pelo de *serviços*, que levou a colocar *direitos* (como saúde, educação, moradia, transporte, cultura)

no setor de *serviços* destinados a se tornar não estatais e definidos pelos interesses de mercado. A reforma, portanto, em consonância com o neoliberalismo, encolheu o espaço público dos direitos e ampliou o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados, desfazendo, assim, a articulação democrática entre poder e direito.

Com todos os problemas, equívocos, idas e vindas, coalizões pouco recomendáveis (fruto do sistema político-partidário e eleitoral legado pela ditadura e seus casuísmos), foi contra o modelo de Estado implantado pela reforma tucana que se ergueram os governos Lula e Dilma como esforço para a construção da cidadania ou a consolidação de direitos.

Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo, alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos. Os programas sociais determinaram mudanças profundas nos costumes (particularmente, no que se refere às mulheres e aos jovens), operando transformações no plano da cultura, isto é, dos valores simbólicos.

De modo geral, utilizando a classificação dos institutos de pesquisa de mercado e da sociologia, o Ipea segue o costume de organizar a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critérios a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão. Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas a 63,5 milhões; também no topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22,5 milhões; mas, a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Essa expansão levou à afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, que teria surgido uma nova classe média no país.

Entretanto, como sabemos, há outra maneira de analisar a divisão social das classes, tomando como critério a *forma da propriedade*. Dizendo o óbvio ululante: no modo de produção capitalista, a classe dominante é proprietária privada dos meios sociais de produção (capital produtivo e capital financeiro); a classe trabalhadora, excluída desses meios de produção e neles incluída como força produtiva, é “proprietária” da força de trabalho, vendida e comprada sob a forma de salário. Marx falava em pequena burguesia para indicar uma classe social que não se situava nos dois polos da divisão social constituinte do modo de produção capitalista. A escolha dessa designação decorria de dois motivos principais: em primeiro lugar, para afastar-se da noção inglesa de *middle class*, que indicava exatamente a burguesia, situada entre a nobreza e a massa trabalhadora; em segundo, para indicar, por um lado, sua proximidade social e ideológica com a burguesia e não com os trabalhadores, e, por outro, indicar que, embora não fosse proprietária privada dos meios sociais de produção, poderia ser proprietária privada de bens móveis e imóveis. Numa palavra, encontrava-se fora do núcleo central do capitalismo: não era detentora do capital e dos meios sociais de produção e não era a força de trabalho que produz capital; situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal (ou nos serviços públicos) e empresarial (ou na administração e gerência), na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio.

É a sociologia, sobretudo de inspiração estadunidense, que introduz a noção de *classe média* para designar esse setor socioeconômico, empregando, como dissemos acima, os critérios de renda, escolaridade, profissão e consumo, a pirâmide das classes A, B, C, D e E⁴, e a célebre ideia de mobilidade social para descrever a passagem de um indivíduo de uma classe para outra⁵.

⁴ As refutações mais contundentes desse tipo de descrição encontram-se nas pesquisas de Jessé de Souza (apresentadas em dois livros e em seminário na Fundação Perseu Abramo) e nas de Celi Scalon e André Salta, mencionadas por Carlos Henrique Pissardo em artigo publicado na [revista eletrônica] Carta Maior, de 19 de julho de 2013. Em todas elas, o que se vê é o crescimento da classe trabalhadora e não o surgimento de uma suposta nova classe média.

⁵ Essa noção, vinda da ideologia liberal, tem como referência os indivíduos e não as classes sociais; desconsidera, portanto, o fato de que a divisão das classes permanece sem qualquer mudança, embora os indivíduos possam passar de uma classe a outra sem que se altere a *forma* da sociedade. Se o que determina a *forma* de uma sociedade é a *forma* da propriedade dos meios sociais de produção, responsável pela divisão social das classes, então o fato de indivíduos mudarem de classe social não altera em nada a *forma* da sociedade. Em suma: a ideia de mobilidade social permanece no plano do *aparecer* social e não alcança o ser da sociedade.

Se abandonarmos essa descrição sociológica, se ficarmos com a constituição das classes sociais no modo de produção capitalista (ainda que adotemos a expressão “classe média”); se, no caso do Brasil, considerarmos as pesquisas que mencionamos e os números que elas apresentam, relativos à diminuição e ao aumento do contingente demográfico nas três classes sociais; e se, por outro lado, no caso do modo de produção capitalista em geral, levarmos em conta as mudanças sociais acarretadas – a) pelo desaparecimento da produção industrial sob a forma fordista e sua substituição pela fragmentação e dispersão da produção; b) pelo surgimento da tecnociência e a mudança no modo de inserção social de cientistas e técnicos; e c) pela passagem das antigas profissões liberais autônomas à condição assalariada –, poderemos fazer algumas considerações provisórias que talvez auxiliem análises e interpretações das classes sociais no Brasil, particularmente da nova classe trabalhadora:

1. Os projetos e programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais (educação, saúde, moradia, alimentação) e econômicos (Bolsa Família, aumento do salário mínimo; políticas de emprego; seguro-desemprego; reforma agrária; cooperativas da economia solidária etc.) indicam que o que cresceu no Brasil foi a classe trabalhadora, cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas “tradicionais”;
2. o critério dos serviços como definidor da classe média não se mantém na forma atual do capitalismo por dois motivos:
 - a) com a desativação do modelo de produção industrial de tipo fordista, os serviços que faziam parte dessa planta industrial foram terceirizados, mas continuam articulados à produção industrial e são um ramo dela – sua dispersão espacial e seu *aparecer* sob a forma de empresas autônomas não significa que seus trabalhadores deixaram de estar vinculados à produção. A escolaridade exigida desses novos trabalhadores é imposta pelas condições tecnológicas de seus serviços e por isso o critério da escolaridade, das habilidades e competências não os define como membros da classe média;
 - b) a ciência e as técnicas (a chamada tecnociência) se tornaram forças produtivas e os serviços por elas realizados, ou delas dependentes, estão diretamente articulados à acumulação e reprodução do capital. Nas formas

anteriores do capitalismo, as ciências, ainda que algumas delas fossem financiadas pelo capital, se realizavam, em sua maioria, em pesquisas autônomas cujos resultados poderiam levar a tecnologias aplicadas pelo capital na produção econômica. Essa situação significava que cientistas e especialistas técnicos só indiretamente se relacionavam com a acumulação do capital e pertenciam à classe média. Hoje, porém, as ciências e as técnicas tornaram-se parte essencial das forças produtivas, e, por isso, cientistas e técnicos especializados passaram da classe média à classe trabalhadora como produtores de bens e serviços articulados à relação entre capital e tecnociência. Novamente: renda, propriedades e escolaridade não são critérios para distinguir entre os membros da classe trabalhadora e os da classe média.

3. o critério da profissão liberal também se tornou problemático para definir a classe média, uma vez que a nova forma do capital levou à formação e à ampliação de empresas de saúde, advocacia, educação, comunicação, alimentação etc., de maneira que seus componentes se dividem entre proprietários privados e assalariados, e estes devem ser colocados na classe trabalhadora.
4. a figura da pequena propriedade familiar também não é critério para definir a classe média, porque a economia neoliberal ao desmontar o modelo fordista, fragmentar e terceirizar o trabalho produtivo em milhares de microempresas (grande parte delas, familiares), dependentes do capital transnacional, transformou esses pequenos empresários em força produtiva que, juntamente com os prestadores individuais de serviços (seja na condição de trabalhadores “precários”, seja na condição de trabalhadores informais), é dirigida e dominada pelos oligopólios multinacionais. Em suma, os transformou numa parte da nova classe trabalhadora mundial.

Restaram, portanto, como espaços para alocar a classe média as burocracias estatal e empresarial, os serviços públicos, a pequena propriedade fundiária, o pequeno comércio não filiado às grandes redes de oligopólios transnacionais e os profissionais liberais ainda não assalariados. No Brasil, essa classe se beneficiou com as políticas econômicas dos últimos dez anos, cresceu e prosperou, mas (conforme pesquisas que mencionamos) não no mesmo grau nem na mesma intensidade que a classe trabalhadora.

Assim, quando dizemos que se trata de uma *nova* classe trabalhadora, consideramos que a novidade não se encontra apenas nos efeitos das políticas sociais e econômicas dos governos petistas, mas também nos dois elementos trazidos pelo neoliberalismo, quais sejam, de um lado, a fragmentação, terceirização e “precarização” do trabalho, e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média.

Donde uma pergunta: o que sabemos efetivamente dessa nova classe trabalhadora?

Uma classe social não é um *dado* fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma *práxis*, um fazer histórico. Se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil. E é exatamente por isso também que a classe média coloca uma questão política de enorme relevância para nós.

Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado (que pertence à classe dominante), nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso a coloca numa posição que a define não somente por sua posição econômico-política, mas também, e, sobretudo, por *seu lugar ideológico*, e este tende a ser contraditório.

Por sua posição no sistema social, a classe média tende a ser fragmentada, raramente encontrando um interesse comum que a unifique. Todavia, certos setores, como é o caso, por exemplo, de estudantes, professores, setores do funcionalismo público, intelectuais, lideranças religiosas tendem a ser organizar e a se opor à classe dominante em nome da justiça social, colocando-se na defesa dos interesses e direitos dos excluídos, dos espoliados, dos oprimidos; numa palavra, tendem para a esquerda e, via de regra, para a extrema esquerda e o voluntarismo, isto é, por uma relação com o tempo como descontínuo e volátil que exige ações imediatas. No entanto, essa configuração é contrabalançada por outra, exatamente oposta. Fragmentada, perpassada pelo individualismo

competitivo, desprovida de um referencial social e econômico, sólido e claro, a classe média tende a suprir a experiência de um tempo descontínuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial. Desejo, ordem e segurança também porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária; para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante.

Cabe ainda particularizar a classe média brasileira, que, além dos traços anteriores, é também determinada pela estrutura autoritária da sociedade brasileira, marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público, e fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece; as diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência, e as desigualdades são naturalizadas. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e com os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada assume a forma da opressão, de sorte que a divisão social das classes é sobre-determinada pela polarização entre a carência (das classes populares) e o privilégio (da classe dominante). A classe média não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica, trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço, por meio da astúcia para operar com os procedimentos do mercado.

E é nisto que reside o problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira, pelo imaginário de classe média, absorção que atualmente, no Brasil, se manifesta na disputa entre duas formulações ideológicas que enfatizam a individualidade bem-sucedida: a “teologia da prosperidade”, do pentecostalismo, e a “ideologia do empreendedorismo”, da classe média neo-

liberal (o sonho de virar burguesia). Em outras palavras, visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao *modo de aparecer do social* como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira.

Essa crença é reforçada por sua entrada no consumo de massa. De fato, do ponto de vista simbólico, a classe média substitui a falta de poder econômico e de poder político, seja pela guinada ao voluntarismo de esquerda, seja, à direita, pela busca do prestígio e dos signos de prestígio, como por exemplo, os diplomas e os títulos vindos das profissões liberais, e pelo consumo de serviços e objetos indicadores de autoridade, riqueza, abundância, ascensão social – o apartamento no “bairro nobre” com 4 “suítes”, o carro importado, a roupa de marca, o número de serviçais etc. Em outras palavras, o consumo lhe aparece como ascensão social em direção à classe dominante, e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, ao ter acesso ao consumo de massa, tende a tomar esse imaginário por realidade e a aderir a ele.

Donde uma nova pergunta: se, pelas condições atuais de sua formação, a nova classe trabalhadora brasileira está cercada por todos os lados pelos valores e símbolos neoliberais difundidos pela classe média, como desatar esse nó?

Uma primeira possibilidade de resposta poderia ser formulada se mantivermos nossa observação anterior de que uma classe social não é uma coisa ou um dado fixo, e sim uma práxis. Desse ponto de vista, compreende-se porque a situação da classe média é contraditória e que, se ela pode tender para posições conservadoras e reacionárias, pode também tomar a direção oposta, lutando contra formas de injustiça, opressão e dominação. Essa oscilação esteve presente numa prática recente, isto é, nas manifestações de junho e julho de 2013, na cidade de São Paulo⁶, transparecendo em lutas entre os próprios manifestantes

⁶ Não nos referiremos a outras cidades por dois motivos: em primeiro lugar, porque acompanhamos mais de perto apenas as manifestações paulistanas e, em segundo, porque tudo indica que, quando nos voltamos para todo o país, as manifestações foram muito diferenciadas em suas motivações, finalidades e formas de aparição.

na disputa pela rua (como se viu, por exemplo, na cidade de São Paulo, durante a manifestação em que os integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) saíram às ruas para comemorar a vitória e foram agredidos e espancados por outros manifestantes). O artigo de Carlos Pissardo, que mencionamos nesse artigo, é particularmente importante ao indicar que, na cidade de São Paulo, as manifestações de junho de 2013 foram majoritariamente de classe média porque, de fato, essa classe, ao ter sido menos favorecida do que a classe trabalhadora pelos programas sociais do governo Lula, se sente descontente uma vez que deseja manter padrões tradicionais de vida e consumo (a educação privada, os planos de saúde privados, o uso de empréstimos bancários para a aquisição de imóveis em condomínios e de veículos etc.), se sente ameaçada com o surgimento da nova classe trabalhadora. Isso explicaria porque houve conflitos e disputas entre os manifestantes, uma parte com posições à esquerda e outra, à direita.

Todavia, é preciso também considerar que nessa prática, na cidade de São Paulo, estiveram presentes três outros tipos de manifestantes vindos diretamente da nova classe trabalhadora: de fato, entre os estudantes, muitos pertenciam à classe trabalhadora (vindos do Prouni, do Reuni e de cotas nas universidades públicas) e, entre os jovens, uma parte veio dos movimentos populares das periferias e favelas, muitos deles pertencentes ao contingente dos novos trabalhadores que, na falta de outro termo, chamaremos provisoriamente de “precários”, e, enfim (sobretudo como se viu entre junho e outubro de 2013), uma parcela integra grupos de anônimos (como, por exemplo, os chamados Black Blocs), cuja composição é fluida, incluindo estudantes das periferias e das favelas, jovens trabalhadores “precários” e estudantes de classe média. Esses três tipos de manifestantes não parecem aderir às duas modalidades ideológicas, propostas pela classe média, isto é, a “teologia da prosperidade” e o “empreendedorismo”, nem parecem movidos pelas miragens do consumo e da competição.

Donde mais uma pergunta sobre os novos trabalhadores: a que ideário dão adesão e o que os move social e politicamente?

Aqui, cremos, surge um indício que merece atenção. Retomemos, por um momento, as manifestações paulistanas (de junho a outubro). Como em outras cidades, a convocação foi feita por meio das redes sociais. Apesar deste

tipo de comunicação se contrapor ao monopólio da informação pela mídia, entretanto, possui algumas características que o aproximam dos procedimentos desta última: 1) é *indiferenciada*: a convocação poderia ser para um show da Madonna ou da Beyoncé, para uma maratona esportiva, etc. e calhou ser por causa da tarifa do transporte público; 2) tem a forma de um *evento*, ou seja, é pontual, sem referência temporal ao passado, ou ao futuro, porque, embora tenham partido de um movimento social (o MPL), à medida que cresceram, as manifestações passaram à recusa gradativa do enraizamento sócio-temporal (enraizamento característico de um movimento social) para se tornar um espetáculo de massa porque, ao se apresentarem como uma ação da juventude, fizeram supor que o universo dos manifestantes seria homogêneo ou de massa, ainda que, efetivamente, fosse heterogêneo do ponto de vista econômico, social e político; 3) assume gradativamente uma *dimensão mágica*, cuja origem se encontra na natureza do próprio instrumento tecnológico empregado, pois este parece operar magicamente, uma vez que os usuários são, exatamente, *usuários* e, portanto, não possuem o controle técnico e econômico do instrumento que usam; esse uso é mágico porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer numa tela, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer. Ora, além da ausência de controle real sobre o instrumento, a magia repõe um dos recursos mais profundos da sociedade de consumo difundida pelos meios de comunicação, qual seja, a ideia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação.

Essas características nos recolocam diante do que acima apresentamos sumariamente como a forma da experiência descontínua do espaço e do tempo pela classe média, cujo imediatismo inevitável aparece seja à esquerda, seja à direita. No entanto, sabemos que as manifestações paulistanas trouxeram às ruas diferentes classes sociais e diferentes segmentos delas. Por isso, vale a pena observar que algo mais se apresenta nessa forma de expressão política, quando a articulamos à experiência da nova classe trabalhadora com o mundo do trabalho.

Grande parte desses novos trabalhadores são jovens cujas qualificações são dadas por sua capacidade para lidar com as tecnologias eletrônicas – estas são seu modo de ser no universo da produção e dos serviços a ela articulados. Ora, vimos que uma das consequências da forma neoliberal do capitalismo é a fragmentação do espaço e do tempo e sua compressão pelos meios tecnológicos,

isto é, a redução do espaço ao *aqui*, e do tempo ao *agora*. Isso significa, em primeiro lugar, que os novos trabalhadores estão submetidos a uma experiência cotidiana de fragmentação real e unificação imaginária do mundo; em segundo lugar, que a ameaça contínua do desemprego (como vimos ao examinar as características da economia neoliberal) os lançam num mundo onde o *agora* não parece provido de amanhã e de futuro; em terceiro, que a ausência, por enquanto, de referenciais de organização e luta, capazes de dar a esses novos coletivos continuidade à ação, os lançam nas formas tradicionais da ação direta e imediata⁷ contra a violência econômica, social, política, policial e cultural a que estão cotidianamente submetidos. Se os dois primeiros aspectos os aproximam do universo simbólico da classe média, entretanto, o terceiro os afastam dele e, não por acaso, vemos seus agentes criminalizados pelos meios de comunicação de massa como “vândalos”.

Repomos nossa pergunta: dada a proximidade e a distância da nova classe trabalhadora com relação à classe média, proximidade posta pela materialidade das condições de trabalho (isto é, os meios eletrônicos que fragmentam realmente e unificam imaginariamente o mundo) e distância (isto é, a ação direta anônima e coletiva), como desatar esse nó?

⁷ Tradicionais porque fazem parte da tradição anarquista e, no Brasil, também da tradição do quebra-quebra.

O mercado de trabalho reitera relações desiguais que se constroem no âmbito das relações econômicas e sociais

Marilane Oliveira Teixeira

Introdução

Em qualquer configuração histórica em que se analisem as relações econômicas e sociais, essas somente se efetivam por meio da articulação de duas dimensões: a produção econômica e a reprodução social. A produção econômica entendida como a esfera do mercado, de produção de bens e serviços com valor monetário, e a reprodução social, como sendo o espaço em que se realiza todo o trabalho de reprodução da vida humana. Na função específica do trabalho reprodutivo¹, visto como principal atribuição das mulheres, que encontramos a origem da divisão sexual do trabalho² presente em todas as sociedades e que se estrutura a partir de um princípio hierárquico.

¹ O trabalho reprodutivo pode ser desagregado em três componentes: 1) reprodução biológica que se refere à procriação e aos cuidados das crianças; 2) reprodução da força de trabalho que está associada à manutenção cotidiana da força de trabalho, à educação, às técnicas de produção, à socialização e à ideologia do trabalho; e 3) reprodução social que implica a transmissão e o acesso ao controle de recursos econômicos de uma geração para outra, por meio de instituições, especialmente as famílias.

² Na sociologia há duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho. A primeira se refere a uma conceitualização em termos de “vínculo social”, em que prevalece a ideia de complementariedade entre os sexos, de conciliação dos papéis em que o aspecto vínculo social, integração social, é claro. A segunda se refere a uma conceitualização em termos de “relação

Nesse contexto, a produção “vale” mais do que a reprodução, e a produção masculina “vale” mais do que produção feminina. Esse problema do “valor” perpassa toda a reflexão da divisão sexual do trabalho e sugere uma hierarquia social. Esse reconhecimento só viria com o aparecimento de um número crescente de estudos e documentações sobre o trabalho das mulheres.

A pesquisa empírica vem permitindo uma melhor compreensão sobre a natureza do trabalho das mulheres e os fatores que afetam a divisão sexual do trabalho em todos os níveis. É a partir dessa reflexão que surge a necessidade de se ampliar o conceito de trabalho, incluindo o “trabalho” não remunerado realizado no âmbito doméstico, o trabalho não remunerado realizado para o mercado e o trabalho voluntário. Constitui-se, portanto, conforme Hirata (2002:276), um vasto campo de estudos em que os conceitos de emprego e trabalho são questionados e, em oposição, se introduz a noção de atividade.

No entanto, os estudos econômicos, assim como os das demais ciências sociais, sobre o trabalho se referem fundamentalmente ao trabalho remunerado. Desde a metade do século XIX, os movimentos reivindicatórios de mulheres denunciavam a invisibilidade do trabalho das mulheres na esfera doméstica.

Na verdade, as atividades realizadas pelas mulheres no interior dos domicílios não são menos econômicas que as dos homens, pois os bens e serviços produzidos pelas mulheres são consumidos pelos membros da unidade doméstica; e suas tarefas não remuneradas geram renda, ainda que de forma indireta.

A divisão do trabalho entre os sexos

Na França, na década de 1980, os conhecidos trabalhos de Daniele Kergoat e outras pesquisadoras de origem francesa introduziram as noções de trabalho doméstico e esfera da reprodução em suas pesquisas (Hirata, *et al*, 2000). Os desenvolvimentos teóricos sobre o trabalho doméstico que questionam sua exclusão do domínio econômico colocam que essa omissão não deriva da natureza da produção, pois quando esses bens são produzidos fora de casa, o trabalho que os produz é remunerado; por outro lado, quando realizado no âmbito doméstico é gratuito.

social”, trata-se de uma teoria geral das relações sociais. Para esta última, a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, em que o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino (Hirata, 2010:2).

Nesse sentido, a maioria das análises econômicas aceita essa divisão entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado como algo natural e inquestionável. A própria economia tradicional vai buscar nas análises das relações de troca a explicação sobre as decisões dentro das unidades familiares, acerca da divisão do trabalho entre os sexos. Ela parte do pressuposto de que são as habilidades adquiridas pelo indivíduo que orientam a decisão em relação à opção pelo trabalho não mercantil por parte das mulheres, e o trabalho voltado para o mercado no caso dos homens.

Tampouco a economia política marxista, desenvolvidas por Marx e Engels, para a qual as relações entre as classes são caracterizadas por interesses conflitantes quanto à produção e distribuição da mais-valia do produto e da mais-valia do tempo de trabalho, desenvolveu uma interpretação sobre as diferentes esferas de produção e reprodução da vida social e o papel econômico das mulheres³.

As primeiras formulações da teoria de classe não aprofundam a relação entre classe e gênero. Para Marx, os indivíduos que estavam fora do processo de produção capitalista, como as donas de casa, se proletarizariam à medida que a acumulação avançasse. Portanto, as diferenças entre os que não possuíam propriedade seriam eliminadas à medida que o trabalho fosse se tornando cada vez mais homogêneo.

Contudo, a diferença baseada no sexo é uma das formas mais profundas de exploração humana, ela está enraizada nas relações de gênero, nas instituições sociais básicas, como a família, e nas estruturas econômicas e políticas. São múltiplas as suas manifestações e se estendem por todos os níveis da sociedade. Essas manifestações constituem um complexo sistema de relações de poder que tipifica a subordinação das mulheres em diferentes níveis sociais. Essa relação de subordinação sobreviveu a diferentes tipos de sociedade e persiste até os dias atuais, assumindo diferentes formas e graus de intensidade.

Para Faria, uma das principais justificativas ideológicas para a divisão sexual do trabalho é a naturalização da desigualdade, que empurra para o biológico as construções sociais e as práticas de homens e mulheres. Ou seja, atribui a uma essência biológica, como parte da natureza, a construção do masculino e

³ Entende-se “mais-valia do tempo de trabalho” como a parte da produção social acima e além do que é necessário para a reprodução da sociedade em seu atual nível de produção, bem como o tempo necessário para produzir esse excedente.

do feminino. Para a autora, é preciso articular a ideologia, a reprodução simbólica, com a existência de uma base material (Faria, 2010).

O caráter social presente nas desigualdades entre homens e mulheres é uma contribuição dos movimentos feministas que eclodiram na década de 1960, conhecidos como “segunda onda do feminismo”.

O debate acerca do trabalho produtivo e reprodutivo

Podemos identificar dois momentos em relação ao debate sobre trabalho produtivo e reprodutivo. No início do século XX e na década de 1960.

As pioneiras dos estudos sobre o reconhecimento da atividade doméstica como trabalho foram Charlotte Perkins Gilman (1898–1994) e Helen Stuart Campbell (1839–1918). Campbell analisa a relação entre a economia individual e a economia social. Reconhece a casa como centro de produção e sustenta que ela precisa ser estudada pelos economistas sob esse ponto de vista.

Para Gilman, as condições em que a produção doméstica era realizada – diferentemente da produção industrial – não tinham evoluído. Mantinha-se, portanto, uma estrutura antiga e pouco produtiva (Carrasco, 2006:10). Ela também conclui que seria necessário transferir uma série de atividades realizadas em casa para o mercado, com isso reduziria os custos domésticos e as mulheres passariam a dispor de mais tempo para dedicar-se ao trabalho no mercado.

Nos Estados Unidos, Margaret Gilpin Reid (1896)⁴ propõe diversos métodos para dar um valor monetário ao trabalho realizado em casa. E seu pensamento continua sendo uma das principais referências para os estudos de valorização do trabalho doméstico, desenvolvimento das contas nacionais e produção doméstica.

Na década de 1960 surge o interesse pelos estudos da produção doméstica, mas com enfoques teóricos absolutamente distintos. A economia tradicional estuda o comportamento das famílias tendo como referência a microecono-

⁴ Margaret Gilpin Reid também produziu uma obra importante sobre a produção doméstica, “*The Economics of Household Production*” (1934). A autora reconhece a dificuldade conceitual para diferenciar consumo de produção em casa, e propõe uma definição de produção doméstica que tenha como referência a produção de mercado.

mia. As famílias são unidades de decisão que maximizam uma função de utilidade submetida a restrições - *Nova Economia da Família* (Becker, 1987).

O debate de tradição marxista e feminista centra-se, fundamentalmente, no reconhecimento da atividade doméstica como “trabalho”, nas relações que essa atividade mantém com a produção capitalista e em reconhecer quem são os principais beneficiados por esse tipo de trabalho.

Para as marxistas feministas resgatar a dimensão do trabalho reprodutivo, invisibilizado pelo capitalismo, foi fundamental para o enfrentamento ao neoliberalismo e a percepção de que a economia é vista unicamente a partir do mercado e operado por homens brancos, relegando as mulheres ao domínio social.

Contudo, articular produção e reprodução é necessário, mas não suficiente. É preciso pensar em termos de relações sociais (as práticas sociais), apresentar as contradições, trazer o antagonismo entre grupos sociais para o centro da análise. Segundo Daniele Kergoat (2007), significa articular produção e reprodução, e trabalhar, simultaneamente, grupos de relações sociais (relação entre sexos e relação de classe).

Já para Antonella Picchio, a única maneira de compreender as características gerais e persistentes do trabalho assalariado é estudando o lado oculto do trabalho das mulheres: o trabalho de reprodução, habitualmente definido como “trabalho doméstico”. A insuficiência teórica que impede ver o trabalho de reprodução, em termos analíticos, deu lugar à invisibilidade social desse trabalho e, em certo sentido, à invisibilidade das próprias pessoas que o realizam. Na verdade, a ocultação se dá em relação à produção-reprodução que caracteriza o sistema capitalista.

Assim, para além de uma ampliação da definição do termo “trabalho”, incorporando o trabalho doméstico, trata-se de especificar a relação entre produção e reprodução – e entre mercado e reprodução.

Segundo Picchio, o trabalho doméstico não é simplesmente a combinação de tarefas necessárias para a reprodução cotidiana do núcleo familiar e para a satisfação das necessidades físicas e psicológicas de seus membros. O verdadeiro papel do trabalho doméstico é reconstruir uma relação entre produção e reprodução que tenha sentido para as pessoas. Espera-se que, graças ao trabalho das mulheres, a relação alienada que estrutura o sistema de produção e o sistema social se inverta no seio da família, ou, ao menos, que esta absorva os seus conflitos.

O trabalho doméstico tem como objetivo o bem-estar das pessoas, sendo que o objetivo da produção de mercadorias é a acumulação de benefícios. O processo de acumulação se utiliza das energias humanas como mercadorias – e a tarefa do trabalho doméstico é reproduzir essas energias como parte integrante das pessoas, tarefa que, sem dúvida, deve se desenvolver dentro dos limites de sua reprodução como mercadoria (Picchio, 1994).

É impossível estabelecer uma fronteira entre tarefas materiais e cuidados como parte do trabalho de reprodução. A diferença de gênero se manifesta, entre outras coisas, nessa enorme quantidade de energias que as mulheres dedicam a outras pessoas, em um sistema que trata a todos como mercadorias. O trabalho de reprodução foi confiado historicamente às mulheres – ou seja, delas se exige que compensem as insuficiências dos serviços públicos e os efeitos destrutivos do mercado de trabalho (Finch y Groves, 1983; Picchio, 1994).

Para evidenciar a estrutura do mercado de trabalho, a partir do trabalho de reprodução das mulheres, Picchio utilizará a teoria clássica do excedente. O preço natural do trabalho é definido como preço que reflete o custo de reprodução, historicamente dado pela população trabalhadora. Na teoria clássica de determinação dos salários, estes não vêm determinados, em geral, pela produtividade do trabalhador individual na fábrica, mas refletem o processo de reprodução social do trabalhador, de sua família e da classe trabalhadora em seu conjunto.

Com isso, os capitalistas poderão remunerar o equivalente às necessidades de produção e reprodução da classe trabalhadora, que terá parte de suas necessidades realizadas de forma gratuita pelo trabalho das mulheres no âmbito doméstico. Desta forma, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho gera um conflito sobre a possibilidade de conciliar o trabalho remunerado com as suas obrigações de mãe e esposa.

Análise sobre o mercado de trabalho brasileiro na última década

Um dos aspectos mais marcantes dessas duas últimas décadas diz respeito à recuperação do mercado de trabalho, ao crescimento da formalização e dos rendimentos do trabalho, da redução da pobreza e da desigualdade social.

Um conjunto de fatores impulsionou a retomada da atividade econômica a partir de 2003 entre eles, os programas de transferência de renda, as políticas de valorização do salário mínimo e a própria recuperação da economia internacional. Dessa forma, o produto interno cresceu a uma taxa média de 4,8%, entre 2004 e 2008, e a renda do trabalho em termos reais evoluiu a uma taxa média anual de 4,7%, entre 2004 e 2012. Enquanto que as taxas de desemprego atingiram seu menor patamar histórico.

No entanto, quando se examinam os dados por gênero não se identifica mudanças significativas na estrutura do mercado de trabalho, na distribuição das ocupações, nas diferenças de remuneração e no compartilhamento do trabalho doméstico entre os sexos.

O crescimento da economia estimulou a incorporação de mulheres, que se encontravam fora do mercado de trabalho, a taxa de participação evoluiu de 45,6%, em 2001, para 47,7% em 2012, esse crescimento ocorreu especialmente nas faixas etárias entre 16 e 39 anos. Já a taxa de participação masculina em 2012 era de 68,2%, sofreu queda de 0,29 em relação a 2001.

Tanto a queda na taxa de participação dos homens, quanto a elevação entre as mulheres podem ser atribuídas ao mesmo processo, mas com efeitos distintos sobre os sexos. A retomada da atividade econômica e a melhoria dos rendimentos familiares, ao mesmo tempo em que contribuiu para retardar a entrada dos jovens do sexo masculino no mercado de trabalho, também estimulou o ingresso de mulheres que estavam até então em uma condição de não atividade, na maior parte das vezes pelo próprio mercado de trabalho não oferecer oportunidades.

No período compreendido entre 1998-2003 do total da população que se encontrava na condição de não economicamente ativo, na faixa entre 25 e 39 anos de idade, 87,3% eram mulheres. Essa proporção cai para 83,5% entre 2009 e 2011. Mesmo assim, o total de mulheres nesta condição continua expressivo, representa em torno de 33.600 milhões em 2011, enquanto que entre os homens o total é 14.100 milhões.

Essa condição de inatividade não pode ser explicada apenas pelas intermitências decorrentes da idade reprodutiva das mulheres, é necessário buscar outras explicações para a persistência de um elevado número de mulheres nessa condição. Ao mesmo tempo em que devemos refutar as teses que se apoiam

na cultura para reforçar a divisão sexual do trabalho, e atribuem às mulheres a responsabilidade pelo espaço privado, precisamos contestar as explicações econômicas que resumem a uma escolha racional baseada nos custos de oportunidades definidos no interior das famílias.

Outro aspecto diz respeito à necessidade de se reavaliar o conceito de inatividade, considerando que a maior parte das 33 milhões está envolvida nas atividades de reprodução social, constituída pelos afazeres domésticos e pelas atividades de cuidados essenciais para a produção econômica, e que ocultam um valor que embora não seja monetizado, não significa que não possa ser medido monetariamente.

Por outro lado, ao se ampliarem as oportunidades de emprego para as mulheres, a pressão sobre o mercado de trabalho exigirá medidas concretas sobre a própria distribuição do tempo entre o trabalho e o não trabalho, com a ampliação do tempo livre e a redução da jornada de trabalho como medida positiva para incorporar todos que desejam trabalhar com uma remuneração justa, mas, para isso, são necessárias mudanças profundas na estrutura produtiva, de forma que essa ampliação não resulte na elevação da taxa de desemprego, ou na incorporação das mulheres no setores de baixos salários, perpetuando uma estrutura que em nome de um falso pleno emprego segmenta e discrimina as mulheres por meio de postos precários.

Tabela 1– Pessoas de 16 anos ou mais de idade não economicamente ativas, por sexo e grupos de idade (1000 pessoas)

Brasil	Total				Mulheres			
	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
1998-2003	19.376	14.360	18.189	21.108	67,1%	87,3%	79,5%	65,6%
2004-2008	9.902	7.174	10.316	13.367	64,4%	85,1%	78,8%	64,9%
2009-2011	10.213	7.584	11.470	16.148	62,5%	83,5%	78,7%	64,0%

Fonte: PNAD/IBGE

Na média, compreendida entre 2004-2008 e 2009-2011, a evolução da população ocupada feminina, que passou de 42,4% para 42,6%, praticamente

te não se alterou⁵, a alteração mais significativa ocorreu entre as mulheres indígenas e de origem asiática, com queda de quase 2%. Como então se explica a queda da população em idade não ativa, se os seus efeitos não se fazem perceber entre as ocupadas? A explicação para isso se encontra na taxa de desemprego que aumentou na comparação com os homens.

No período entre 2004 e 2008, as mulheres representavam 58,1% do total de desempregados, esse percentual passou para 59,1% no período entre 2009 e 2011. Ou seja, as mulheres, atraídas pela retomada da atividade econômica, ingressaram na população economicamente ativa, mas não se inseriram no mercado de trabalho. Em 2012, o desemprego entre as mulheres, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad, IBGE) era de 8,9%, a queda foi significativa quando comparada a 2003, a maior taxa de desemprego para as mulheres da década, 13,6%. Entretanto, a queda entre os homens foi mais significativa, elevando desta forma a proporção de forma negativa para as mulheres.

Tabela 2 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo e cor (1000 pessoas)

Brasil	Total				Mulheres			
	Total	Branca	Negra	Outra	Total	Branca	Negra	Outra
1998-2003	72.025	39.170	32.309	546	40,9%	42,0%	39,5%	43,4%
2004-2008	86.137	43.935	41.525	677	42,4%	43,8%	40,8%	45,6%
2009-2011	91.325	44.872	45.689	764	42,6%	44,4%	40,7%	43,7%

Fonte: PNAD/IBGE

No período analisado se mantém a trajetória de elevação da escolaridade das mulheres em relação aos homens, elas são maioria entre os que detêm mais de oito anos de estudo. Portanto, não se sustenta a tese que atribui à baixa escolaridade como responsável pelas diferenças de remuneração entre homens e mulheres, como veremos mais adiante.

⁵ Na série entre 2003 e 2011, a população ocupada feminina passou de 41,7% para 42,3%, mantendo os mesmos resultados.

Tabela 3 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo (1000 pessoas)

Brasil	Total				Mulheres			
	Sem instrução e menos de 4 anos	4 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Sem instrução e menos de 4 anos	4 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
1998-2003	32.289	45.098	26.955	10.864	51,1%	50,5%	54,4%	55,1%
2004-2008	30.825	47.178	39.620	15.943	51,0%	50,2%	53,7%	56,4%
2009-2011	29.776	46.300	46.784	20.678	50,9%	49,9%	53,2%	57,0%

Fonte: PNAD/IBGE

Um dos aspectos mais perversos das relações desiguais entre homens e mulheres no mundo do trabalho se refere às diferenças salariais. O debate sobre as desigualdades salariais teve início no século XIX. Naquele período, prevalecia o entendimento de que os salários das mulheres solteiras deveriam ser iguais ao que custava o sustento delas – e não superior. No que se refere a um homem, contudo, o mínimo deveria sempre estar acima disso, porque para os homens o salário deveria ser suficiente para sustentar a si mesmo, uma mulher e um número adequado de filhos (Carrasco, 2008:8).

Já para Stuart Mill⁶, quando a eficiência é igual e o salário desigual, a única explicação é o “costume” fundado em preconceito, existente na estrutura da sociedade que faz da mulher um apêndice do homem. Stuart Mill foi um dos poucos economistas de projeção que, à época, reconhecia o direito das mulheres à independência profissional e social (Mill, 1983:260).

Para os autores clássicos, contudo, prevalecia o entendimento de que cabem às mulheres o espaço privado (âmbito familiar), e aos homens a responsabilidade pelo sustento da família. A presença das mulheres no mercado de trabalho era vista como circunstancial e passageira, uma vez que a sua atividade principal era de reprodutora e dona de casa.

⁶ Stuart Mill, filósofo e economista inglês que viveu no século XIX. É um dos principais pensadores econômicos.

Para Antonella Picchio, a teoria da produtividade marginal vai operar uma substituição das ideias baseadas nas necessidades de subsistência e custos de reprodução da força de trabalho (Carrasco, 2008: 8). É um dos primeiros debates socioeconômicos relacionados ao trabalho das mulheres, que tem lugar depois do nascimento da economia neoclássica, é o “debate sobre a igualdade salarial”. Embora o debate sobre igualdade salarial tenha sua origem no final do século XIX, foi durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que se manifestou com mais força.

Para Beatrice Potter Webb (1858-1943), a experiência de trabalho das mulheres que passaram a substituir os homens durante a Primeira Guerra foi fundamental para que o movimento por igualdade de condições de trabalho ganhasse força (Pujol, 1992). As autoras que participam desse debate enfrentam as posições, por exemplo, que sustentam que os salários mais baixos das mulheres se deviam ao fato de que suas necessidades de subsistência são menores (Carrasco, 2008:9), uma vez que não possuíam obrigações familiares. Trata-se, sem dúvida, de uma construção ideológica, uma vez que não havia base material que comprovasse tal afirmação.

Nesse conceito, aliás, está implícita a ideia da mulher como força de trabalho secundária. Há, nitidamente, uma separação e hierarquização entre as esferas do público e do privado, da produção e da reprodução. Uma concepção de família nuclear, na qual o homem é o principal ou o único provedor, e a mulher responsável pela esfera privada. Ou seja, a inserção das mulheres é sempre vista de forma complementar e está condicionada a essa lógica mais geral.

No entanto, o conceito de família mudou muito desde a segunda metade do século XX. Hoje já não é mais possível falar de uma família padrão, constituída por pai, mãe e filhos, pois novos arranjos familiares se formaram. O número crescente de mulheres chefes de família é uma realidade no mundo inteiro. No Brasil, as mulheres chefes de família representam hoje 36%.

Esse é um dos aspectos que persiste a despeito do dinamismo do mercado de trabalho registrado nessa última década. À medida que se eleva a escolaridade, as diferenças são maiores, para as mulheres com 12 anos ou mais de estudo os salários médios correspondem a 67,5% do salário masculino. Esse percentual aumenta quando se compara com a média do período

anterior, entre 1998 e 2003. As diferenças se estreitam entre a população ocupada com baixa escolaridade, certamente como efeito do salário mínimo (SM). Pelas suas características de inserção o percentual de mulheres que recebem até um SM é de 33,3%, entre os homens o percentual é de 23,7%. Portanto, as mulheres se encontram entre as principais beneficiadas pela valorização do SM.

A persistência de setores com baixa remuneração sugere que o padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil gerou um excedente estrutural de força de trabalho, estratificando o mercado de trabalho em distintas formas de inserção e mesmo nos períodos de recuperação econômica as atividades que concentram maior demanda por trabalho estão na base da pirâmide salarial.

No caso das mulheres, a retomada da atividade econômica não representou uma redução das disparidades salariais para os extratos mais elevados, sugerindo o que muitas autoras já vêm afirmando sobre o teto de vidro, ou seja, as mulheres alcançam um determinado nível na hierarquia das empresas e desse limite não ultrapassam.

Além disso, não se alterou a sua forma de inserção, uma vez que seguem em grande número concentradas no trabalho doméstico remunerado e nos setores econômicos de baixos salários.

Tabela 4 – Rendimento-hora no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo e grupos de anos de estudo

Brasil	Homens				Mulheres			
	Sem instrução e menos de 4 anos	4 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Sem instrução e menos de 4 anos	4 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
1998-2003	3,31	5,49	9,03	27,57	89,9%	77,9%	79,0%	75,3%
2004-2008	3,50	5,33	7,72	23,00	85,8%	72,1%	69,0%	63,4%
2009-2011	4,88	6,59	9,41	24,76	80,0%	74,5%	68,1%	67,5%

Fonte: PNAD/IBGE

Agora sob outro ângulo, um olhar sobre os rendimentos médios tendo como referência a classificação cor/raça confirma que as diferenças entre mulheres e homens persistem. A remuneração média das mulheres brancas no período entre 1998 e 2003 correspondia a 65% da remuneração masculina, passa para 70% na média entre 2009 e 2011, como parte dos efeitos positivos que a valorização do salário mínimo teve sobre os rendimentos mais baixos. Entre as mulheres negras a diferença caiu de 29,1% para 26,8%, para o mesmo período.

Ao comparar com os dados de rendimento da **Tabela 4** pode-se concluir que as mais escolarizadas e com maiores salários apresentavam maiores diferenças na comparação com os homens, e que essas diferenças se reduzem entre as menos escolarizadas e, por pressuposto, que percebem menores remunerações, o que favorece as mulheres negras uma vez que as mesmas estão concentradas, pelos fatores ligados ao preconceito e à discriminação, em ocupações menos reconhecidas socialmente. A grande concentração de mulheres negras, na base da pirâmide social, que recebe até um salário mínimo tende a se aproximar aos homens negros que também se concentram nessas faixas.

Além disso, os rendimentos médios das mulheres negras no período analisado evoluíram 36%, enquanto que entre as brancas a evolução foi de 16%.

Tabela 5 – Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas, por sexo e cor

	Homens			Mulheres					
	Branca	Negra	Outra	Branca		Negra		Outra	
1998-2003	1.734,28	818,88	2.784,13	1.127,69	65,0%	580,55	70,9%	1.832,04	65,8%
2004-2008	1.671,95	886,36	2.313,84	1.125,99	67,3%	640,91	72,3%	1.492,09	64,5%
2009-2011	1.878,22	1.076,96	2.238,26	1.312,00	69,9%	788,73	73,2%	1.500,20	67,0%

Fonte: PNAD/IBGE

Visto sob a perspectiva dos setores econômicos principais, as diferenças salariais se mantêm mesmo para aqueles que em há uma predominância de mulheres, a exemplo dos serviços de alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos e serviços coletivos, sociais e pessoais.

Tabela 6 – Redimento médio feminino em comparação com o rendimento médio masculino, por atividade principal (2011)

	Total
Agrícola	63%
Outras ativ. industriais	123%
Indústria de transformação	62%
Construção	155%
Comércio e reparação	68%
Alojamento e alimentação	70%
Transporte, armazenagem e comunicação	85%
Administração Pública	85%
Educação, saúde e serviços sociais	60%
Serviços domésticos	69%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	68%
Outras atividades	70%
Atividades mal definidas	92%
Total	73%

Fonte: microdados - PNAD/2011

Sem dúvida, o desenvolvimento da estrutura econômica por si só não é suficiente para elevar a parcela de bons empregos, que demanda alta qualificação e está associada aos setores de alta produtividade. Quando se analisa a evolução da posição na ocupação, nesses últimos 15 anos, do ponto de vista das mulheres, há uma ampliação do emprego com carteira assinada de 28,0% para 32,7%, compreendendo os períodos 2004-2008 e 2009-2011, respectivamente. Entretanto, se somarmos todas as demais formas de trabalho não formalizadas, o percentual é superior a 55%. Em 2004 esse percentual era de 62%. Trata-se de uma redução importante, mas não significativa considerando todos os aspectos positivos que marcaram essa última década. Por exemplo, as mulheres ocupadas em trabalho para produção para o próprio consumo, e construção para o próprio uso, e o trabalho não remunerado representa mais de 10%, é superior, por exemplo, ao total de mulheres empregadas nas atividades de funcionalismo público, 9,8%.

Tabela 7 – Distribuição de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas por posição na ocupação

Brasil	Homens			Mulheres		
	1998-2003	2004-2008	2009-2011	1998-2003	2004-2008	2009-2011
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Empregado com carteira	33,5%	37,2%	41,1%	25,7%	28,0%	32,7%
Empregado sem carteira	21,1%	20,3%	17,9%	12,5%	13,7%	12,3%
Trabalhador doméstico com carteira	0,3%	0,4%	0,4%	4,4%	4,2%	4,6%
Trabalhador doméstico sem carteira	0,5%	0,5%	0,5%	12,6%	12,1%	11,6%
Militar ou Funcionário público estatutário	5,2%	5,3%	5,4%	9,2%	9,3%	9,8%
Conta própria	28,0%	25,3%	24,8%	16,6%	16,3%	15,9%
Empregador	5,6%	5,6%	5,0%	2,50%	2,8%	2,5%
Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	2,0%	2,5%	2,9%	7,4%	6,4%	5,4%
Outro trabalho não remunerado	3,8%	3,1%	2,0%	9,1%	7,1%	5,2%

Fonte: PNAD/IBGE

No que se refere à distribuição do trabalho doméstico, não ocorreram alterações significativas na distribuição dos afazeres domésticos entre homens e mulheres, nessa última década. Enquanto que entre as mulheres brancas cresceu a proporção, comparativamente aos homens brancos, entre as mulheres negras, asiáticas e indígenas, houve uma pequena melhora na distribuição, com mais homens declarando que realizavam afazeres domésticos.

Tabela 8 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas que realizam afazeres domésticos, por sexo e cor (1000 pessoas)

Brasil	Total				Mulheres			
	Total	Branca	Negra	Outra	Total	Branca	Negra	Outra
1998-2003	47.037	25.902	20.777	149	57,2%	57,4%	57,0%	58,5%
2004-2008	55.577	28.480	26.645	452	58,8%	59,4%	58,2%	59,7%
2009-2011	60.140	29.727	29.875	539	57,9%	59,0%	56,9%	55,0%

Fonte: PNAD/IBGE

A média de horas semanais no trabalho principal para as mulheres é de 36,7 horas, em virtude de sua inserção em setores com jornadas mais reduzidas, como nas áreas de saúde, educação e no próprio setor público. Entretanto, quando se soma as jornadas, incluindo as horas gastas com as tarefas domésticas, entre as mulheres a jornada total é de 58,4 horas, são 6 horas a mais do que a dos homens, que somam 53 horas por semana.

Medir o tempo do trabalho remunerado e não remunerado é o primeiro passo para o reconhecimento do trabalho realizado no âmbito doméstico, como essencial para a reprodução da vida humana e para a própria sustentação das atividades de mercado.

Tabela 9 – Média de horas semanais no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo

Brasil	Média de horas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos das pessoas ocupadas			Jornada total		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2003	40,7	44,4	35,5	22,7	11,0	28,2	63,3	55,4	63,7
2004-2008	40,1	43,5	35,5	21,1	10,5	26,2	61,3	54,0	61,7
2009-2011	40,4	43,0	36,7	16,5	9,8	21,6	57,0	52,9	58,4

Fonte: PNAD/IBGE

Considerações finais

Os avanços econômicos e sociais observados nessas duas últimas décadas são inegáveis. No bojo desse processo se deu a recuperação do mercado de trabalho com o crescimento do trabalho assalariado formal, da renda do trabalho e, por conseguinte, a ampliação de sua participação no conjunto da renda nacional, simultaneamente às quedas da pobreza e da desigualdade. Além disso, a valorização do salário mínimo beneficiou a população com menores rendimentos, especialmente as mulheres negras.

Entretanto, as desigualdades, tanto salariais quanto de inserção de homens e mulheres na estrutura produtiva, praticamente não se alteraram. Trata-se de elementos estruturantes que, em uma sociedade desigual e capitalista, não se superam apenas por ação do crescimento da atividade econômica e pela ampliação do mercado de trabalho.

Na medida em que as relações econômicas e sociais somente se efetivam por meio da articulação dessas duas dimensões: a produção para o mercado e o trabalho de reprodução da vida humana, as soluções que superem a divisão sexual do trabalho e a desvalorização de tudo o que se refere ao feminino, não virão da própria dinâmica do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho reproduz uma determinada estrutura econômica cujo centro dinâmico está alicerçado nas atividades produtivas voltadas para o agronegócio e para a produção de bens de consumo, como os setores eletroeletrônico, eletrodoméstico, automóveis e de transporte, de um lado, e os setores intensivos em trabalho, por outro lado, como o setor da construção civil. Nesses segmentos há uma predominância de trabalho masculino.

Portanto, a estrutura de produção reitera a permanência das mulheres nos espaços tradicionalmente destinados a elas, além de produzir poucas alterações em relação à ampliação de sua presença em setores tradicionalmente masculinos. Em qualquer dos aspectos em que se analisa a remuneração, a média dos rendimentos femininos sempre será inferior a dos homens, mesmo naquelas atividades em que há uma predominância de mulheres.

Portanto, na medida em que se avance no questionamento de um determinado padrão de produção voltado exclusivamente para bens comercializáveis, e se inverta a lógica de produção para bens públicos que representem a

ampliação do bem-estar da sociedade como um todo, ou seja, na produção de bens que reforcem o bem-estar coletivo, se estará dando passos concretos para superar a dicotomia de que tudo que é realizado pelo mercado vale mais do que aquilo que se destina à reprodução da vida humana.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Laís Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* Dissertação de Doutorado, São Paulo, USP, 2007.
- CARRASCO, Cristina. *La economía feminista: Una apuesta por otra economía*. In: Estudios sobre género y economía. Vara, María Jesús (Coord.). Madrid: Ed. Akal, 2006.
- _____. *Introducción: hacia una economía feminista*. In: Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. Carrasco, C. (Ed.). Barcelona: Icaria Editorial, 1999.
- CARRASCO, Luis P. *La evolución del espacio doméstico en la Europa contemporánea*. Disponível em: <http://www.photographicsocialvision.org/domestic/pdf/luis_pizarro_cast.pdf>.
- DEDECCA, Claudio S. *Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres*. Mimeo.
- FARIA, Nalu. *A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero*. In: Portal da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 11 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/textos/11>>
- FERBER, M. A.; NELWON, J. A. (Ed.). *Más Allá del hombre económico*. Economía y teoría feminista. Madrid: Universitat de València, 2004, p. 256.
- FRASER, Nancy. *Multiculturalismo, antiesencialismo y democracia radical - Una genealogía del impasse actual en la teoría feminista*. In: Iustitia Ininterrupta – Reflexiones críticas de la posición “postsocialista”. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombres Editores, Universidad de los Andes. Facultad de Derecho, 1997, p. 229-235.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, v. 3.
- _____; _____; Lênin, V. I. *Sobre a Mulher*. 3. ed., São Paulo, Global, 1981.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução: HOBBSAWN, Eric. São Paulo: Paz e Terra, 4. ed., 1985a.
- PUJOL, Michele A. *Feminism and anti-feminism in early economic thought*. USA: Edward Elgar Publishing limited, 1998.
- ROBEYNS, Ingrid. *Há uma metodologia econômica feminista?* v. 3, 14 out. 2000. Cambridge, Reino Unido: Faculdade Wolfson. (versão em português).
- ROWBOTHAM, Sheila. *Women Resistance and Revolution*. Nova York: Vintage Books, 1974.
- RUBERY, J. et alli. *Indicadors on gender segregation*. In: CETE – Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Jan. 2003.

- SCOTT, Joan W. *El género: una categoría útil para el análisis histórico*. In: Historia y género: las mujeres en la Europa Moderna y contemporánea. AMELAN, J. S.; NASH, M. (Ed.). Edicions Alfons el Magnànim, Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1990, p. 265-302.
- _____. *Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría posestructuralista*. In: Los usos de la teoría. Debate feminista, n. 5, mar. 1992.
- _____. *O enigma da igualdade*. In: Estudos Feministas. Florianópolis, jan./abr. 2005, 13 (1): 216.
- _____. *La mujer trabajadora en el siglo XIX*. DUBBY, C.; PERROT, M. (Coord.). Historia de las mujeres em Occidente. Madrid: Taurus, 1993, p. 405-435.
- TAYLOR, Harriet. *La liberación de las mujeres*. In: ABAROA, E. Gallego. (2005) Mujeres economistas 1816-1898, Madrid: Delta, 1851.
- _____. *Un ensayo temprano*. In: HAYEK, F. A. (1951) John Stuart Mill and Harriet Taylor. The friendship and Subsequent Marriage. Londres: Routledge, 1832.
- ZARETSKY, Eli. *Capitalism, the family and personal life*. Nova York: Harper and Row, 1976.

Quem precisa de uma definição de classe média?

Diana Coutinho

Ricardo Paes de Barros

Este texto explora a relação entre a transformação na distribuição de renda brasileira nos últimos dez anos e a conveniência de se adotar uma definição de classe média para a adequação da política social às mudanças nas necessidades das famílias brasileiras. Em grande medida reflete e se referencia diretamente ao relatório produzido pela *Comissão para definição da classe média no Brasil*¹ – criada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), composta por pessoas de notório conhecimento teórico e prático, com origem mista (academia, institutos de pesquisa e governo brasileiro) –, e lançado em maio de 2012.

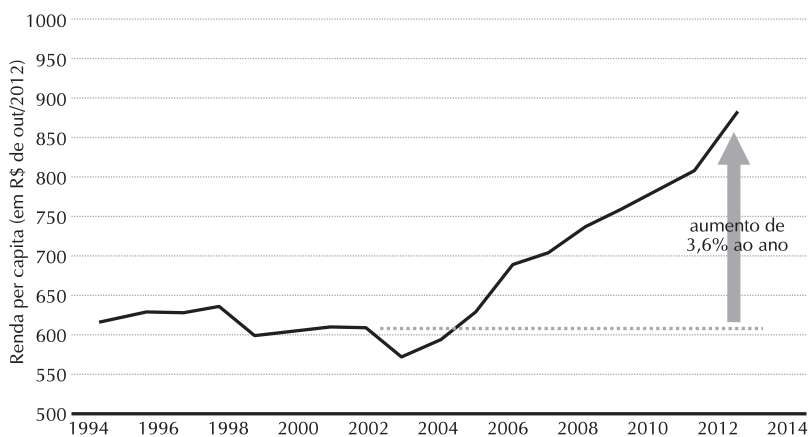
Sobre a transformação na distribuição de renda brasileira

Ao longo da última década², a distribuição de renda brasileira passou por dramáticas mudanças. A renda familiar per capita cresceu 43%, o que corresponde a uma taxa média de crescimento de 3,6% ao ano (veja **Gráfico 1**).

¹ O relatório encontra-se disponível na área de publicações de <www.sae.gov.br>.

² Dada a disponibilidade de informações, para efeito desta seção, a última década será considerada como sendo o período entre setembro de 2002 e setembro de 2012.

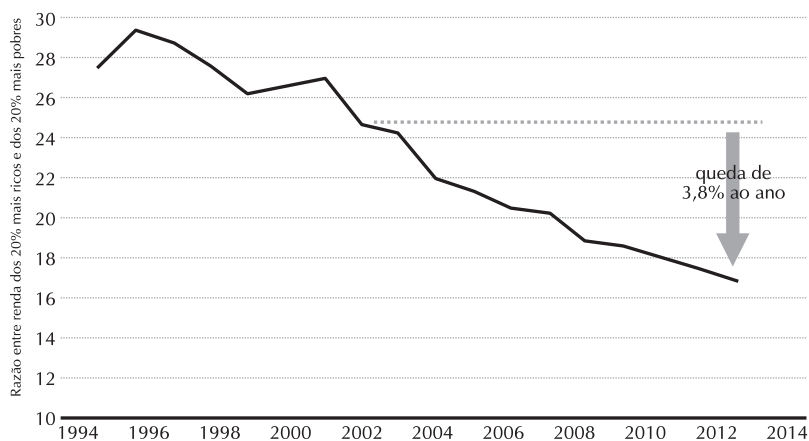
Gráfico 1 – Evolução da renda per capita no Brasil – 1995 a 2012



Fonte: SAE/PR, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

O grau de desigualdade – medido pela razão entre a renda dos 20% mais ricos e a renda dos 20% mais pobres – declinou a 3,8% ao ano (veja **Gráfico 2**). Como resultado desse crescimento altamente inclusivo, as famílias com baixa renda cresceram a taxas bem mais elevadas que aquelas com renda alta.

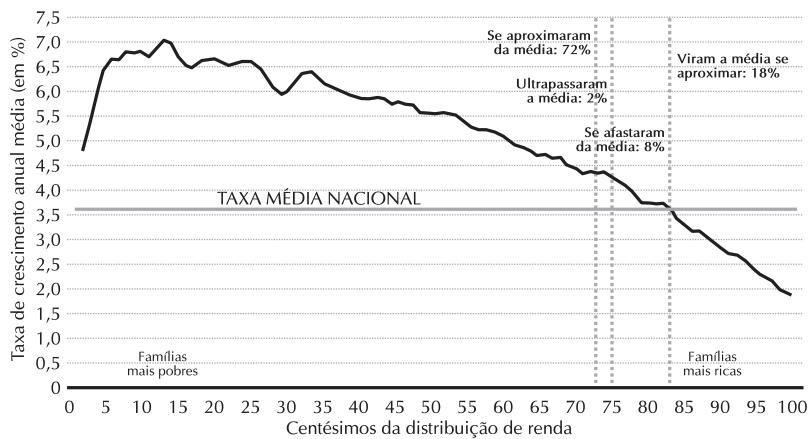
Gráfico 2 – Evolução do grau de desigualdade no Brasil – 1995 a 2012



Fonte: SAE/PR, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

Com efeito, enquanto a taxa média de crescimento da renda dos 20% mais pobres alcançou 6,7% ao ano – o equivalente ao dobro da média nacional –, entre os 20% mais ricos correspondeu a 2,6% ao ano – valor inferior à média nacional. O **Gráfico 3**, que divide a população brasileira em 100 pedaços (percentis), do mais pobre ao mais rico, demonstra o crescimento favorável aos mais pobres no período.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento anual média por centésimo da distribuição de renda – 2002 e 2012



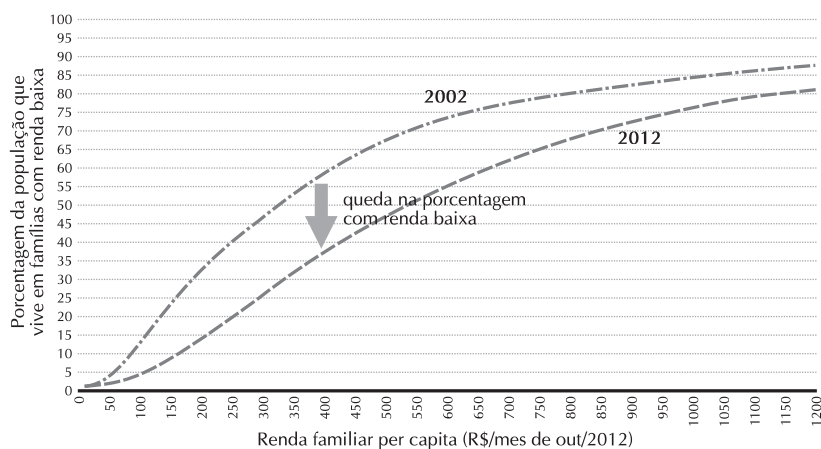
Fonte: SAE/PR, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

Graças ao crescimento particularmente acentuado na renda dos mais pobres, declinou de forma significativa a porcentagem da população com renda baixa, em particular, a porcentagem de pobres e extremamente pobres. Esse declínio ocorreu independentemente da linha (ponto de corte) que se utilize, embora sua intensidade varie com a escolha dessa linha (**Gráfico 4**).

O declínio foi particularmente mais acentuado para linhas entre 230 e 600 reais: a porcentagem de pessoas com renda abaixo de pontos de corte, nesse intervalo, declinou de 20 a 25 pontos percentuais (**Gráfico 5**).

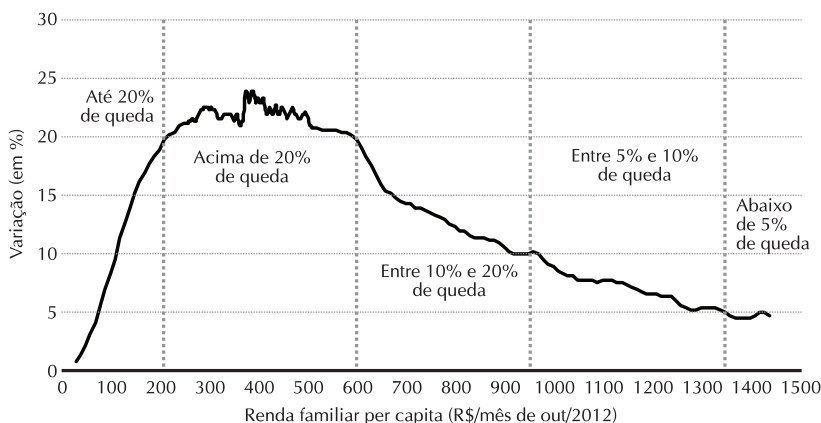
Caso se adotasse como linha de pobreza um valor no mencionado intervalo, o país teria hoje entre 40 e 50 milhões de pessoas a menos na pobreza do que teria caso a distribuição de renda não tivesse se alterado. O maior declínio

Gráfico 4 – Queda na frequência de pessoas com baixa renda – 2002 e 2012



Fonte: SAE/PR, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

Gráfico 5 – Queda percentual da população com renda abaixo de um dado nível – 2012/2002

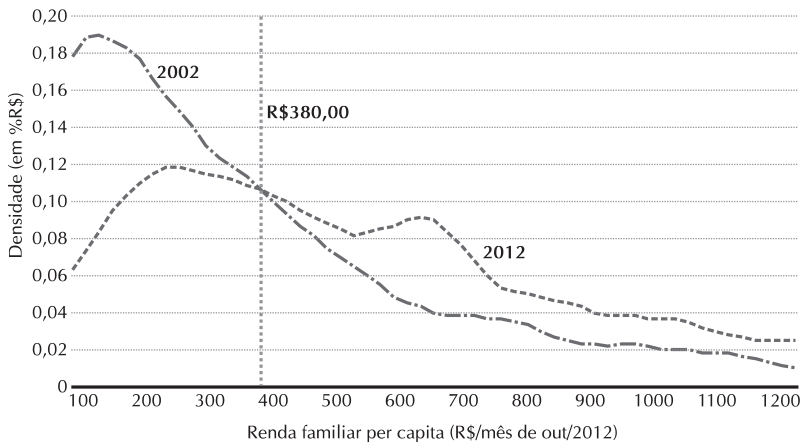


Fonte: SAE/PR, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

na porcentagem de pessoas vivendo em famílias com renda baixa, entre 2002 e 2012, ocorre quando se utiliza a linha de 380 reais. Pode-se dizer, portanto, que foi esse ponto o divisor da mobilidade de renda no Brasil dos últimos dez

anos: a porcentagem de pessoas vivendo em famílias com renda per capita inferior a 380 reais declinou; cresceu a porcentagem de pessoas em famílias com renda superior a 380 reais (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 – Evolução na distribuição da população com um dado nível de renda – 2002 e 2012



Fonte: SAE/PR, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

Precisamente porque o crescimento foi acompanhado por acentuada queda no grau de desigualdade, o crescimento acelerado na renda dos mais pobres não foi acompanhado por um crescimento de magnitude similar entre os grupos de alta renda. Enquanto os 82 percentis de menor renda da população brasileira cresceram a taxas acima da média nacional (veja novamente o **Gráfico 3**), os 18 percentis de maior renda cresceram a taxas inferiores à média. Em 2002, 74% da população tinha renda per capita abaixo da (renda per capita) média nacional, todos estes cresceram a taxas acima da (taxa de crescimento) média nacional e, dessa forma, se aproximaram da renda média (ocorreu com 72 dos 74 percentis, inicialmente abaixo da média) ou mesmo ultrapassaram-na (ocorreu com 2 dos 74 percentis, inicialmente abaixo da média). Em contrapartida, os 18 percentis de maior renda, todos com renda inicial acima da média nacional, cresceram ao longo da última década a taxas inferiores à (taxa) média do país e, dessa forma, viram a média deles se apro-

ximar (**Gráfico 3**)³. Como resultado desse crescimento mais lento nas rendas mais elevadas, a porcentagem da população com rendas elevadas cresceu de forma bem mais lenta. Por exemplo, a porcentagem da população com renda acima de qualquer ponto superior a 950 reais cresceu menos de dez pontos percentuais e, em pontos superiores a 1.350 reais, cresceu menos de cinco pontos percentuais (**Gráfico 3**).

A combinação do crescimento acelerado, nos grupos de baixa renda, com o crescimento modesto entre os grupos de alta renda levou a uma acentuada redução da população com renda baixa, sem um concomitante crescimento na porcentagem da população com renda alta. O resultado foi um crescimento sem precedentes na porcentagem da população com rendas intermediárias. De fato, enquanto em 2002 quase metade da população brasileira vivia em famílias com renda inferior a 300 reais (a renda mediana⁴ era, em 2002, de 312 reais), em 2012 mais da metade já vivia em famílias com renda entre 300 e 1.000 reais (o 1º e o 3º quartis⁵ passaram a ser em 2012, respectivamente, 296 e 950 reais).

Em suma, o crescimento inclusivo da última década deve ser lembrado e caracterizado não apenas pela queda sem precedentes na porcentagem da população com baixa renda, mas também pelo crescimento sem precedentes na porcentagem da população com renda intermediária.

Sobre a necessidade de reordenamento dos gastos públicos

As mudanças na distribuição de renda descritas na seção anterior têm uma relação bidirecional com os gastos públicos. Por um lado, não teriam acontecido se um amplo conjunto de políticas públicas não tivesse sido implementado

³ Os oito percentis restantes, aqueles que vão do 74º ao 82º, cresceram mais rápido que a média e, como já haviam partido de um ponto acima da média, dela se afastaram ainda mais.

⁴ A mediana corresponde ao ponto que divide uma dada população em duas partes iguais, no caso da renda mediana, metade da população possui renda inferior a este ponto e a outra metade, renda superior.

⁵ O 1º quartil corresponde ao ponto que tem abaixo de si um quarto da população e acima de si três quartos da população; o 3º quartil corresponde ao ponto que tem abaixo de si três quartos da população e acima de si um quarto da população.

com o explícito objetivo de elevar a renda dos mais pobres. Por outro lado, sua ocorrência fez com que 40 a 50 milhões de pessoas, originalmente com baixa renda, passassem a viver com rendas intermediárias. Na medida em que as necessidades de uma família variam com seu nível de renda, a intensa mobilidade de renda requer um substancial reordenamento do gasto público, se este pretende se manter permanentemente adequado às necessidades das famílias que busca atender.

Alguns poderiam argumentar que famílias com maior renda requerem menores gastos públicos e que, por essa razão, melhorias na distribuição de renda estariam naturalmente associadas a reduções na necessidade de gastos públicos. Embora seja indiscutível que quanto mais pobre uma família maior a necessidade de recursos públicos, existem várias razões para que o gasto público com a política social não decline com a redução da porcentagem da população com renda baixa. Ao menos duas merecem destaque.

Em primeiro lugar, a despeito do progresso, é possível que os gastos públicos ainda não sejam suficientes para garantir a cada família todas as oportunidades a que teriam direito. Segundo esta argumentação, existe um *déficit* crônico de recursos públicos alocados a programas sociais. Dessa forma, a redução das carências das famílias resultantes da melhoria na distribuição de renda, serviria apenas para tornar a oferta de gastos públicos mais próxima do desejável.

Em segundo lugar, pode-se argumentar pelo lado da demanda por serviços. A redução das carências mais básicas agora permite que as famílias possam aproveitar oportunidades que antes, embora tivessem direito, não tinham condições de aproveitar. Por exemplo, quando a maior parte da população ainda luta sem grande sucesso para conseguir completar o fundamental, existe pouca pressão pela expansão das oportunidades de educação técnica. Da mesma forma, quando a mortalidade infantil ainda luta contra causas facilmente evitáveis, existe pouca pressão para a expansão de serviços médicos de média e alta complexidades.

Assim, seja porque (devido à redução da necessidade de recursos para atender necessidades mais básicas) agora temos os recursos para garantir um leque maior de direitos, seja porque agora as famílias estão em condições de beneficiar-se de um leque maior de direitos, não existe razão para reduzirmos o volume de recursos públicos direcionados a programas sociais.

Se toda essa argumentação demonstra que não existe razão para reduzir gastos, ela também demonstra que é indispensável que os gastos sejam reordenados e redirecionados. Como as necessidades de uma família e as oportunidades que conseguem aproveitar variam com seu nível de renda, em um país onde 40 a 50 milhões de pessoas deixaram de viver com renda baixa para viver com renda intermediária, as demandas por serviços públicos se transformaram substancialmente. O que as famílias agora mais precisam é certamente distinto do que necessitavam há uma década. Por conseguinte, as políticas públicas precisam se reinventar e se adequar a novas necessidades e condições das famílias brasileiras.

Sobre a necessidade de uma definição de classe média

Que pessoas com níveis de renda diferentes possuam necessidades e condições de usufruir de seus direitos de formas diferentes, é um fato. Ajustar a política pública a mudanças na distribuição de renda não implica, porém, necessidade de divisão em classes de renda. Em princípio, a relação das necessidades e comportamento das famílias com a renda é contínua. Na prática, contudo, assim como as empresas no atendimento a seus clientes, o governo nas suas iniciativas acaba por desconsiderar pequenas diferenças e trabalhar com grupos relativamente homogêneos.

A opção por categorizar o contínuo é evidente no Critério Brasil (que divide a população nas classes A, B, C, D e E), proposto pela Abep⁶, e extensamente utilizado pelas empresas envolvidas em pesquisas de opinião e padrão de consumo. No caso governamental, a opção por categorizar as famílias é evidente na proliferação de faixas de renda utilizadas para determinar os beneficiários de programas sociais. Para efeito de acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo, as famílias são organizadas em três faixas; o mesmo ocorre no programa Minha Casa, Minha Vida.

A categorização das famílias reduz o custo do atendimento, simplificando o que seria infinitamente diferenciado em número reduzido de tipos. Permite

⁶ Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep).

acompanhar com mais rapidez os tamanhos absoluto e relativo dos diversos grupos e controlar como os recursos públicos são distribuídos entre eles. A divisão das famílias em categorias também facilita o estabelecimento do volume de recursos necessários e a sua alocação. A distribuição dos gastos por classe social é ainda mais importante se combinada com informações sobre a distribuição da carga tributária entre os grupos e a sua satisfação, e opinião sobre disponibilidade, qualidade e adequação dos serviços públicos a que têm ou deveriam ter acesso.

Um dos objetivos centrais da política social é promover a ascensão e prevenir o descenso. Os mecanismos utilizados pelas famílias para isso variam por nível de renda. Mas, a forma com que desejam interagir com o Estado é distinta. É possível que parte da população prefira que um determinado serviço seja gratuito e provido pelo setor público, ao passo que outra prefira acessar este mesmo serviço em um mercado bem regulamentado. Enquanto para uns a questão pode ser a disponibilidade de um serviço, para outros pode ser mais relevante a sua readequação.

Para as políticas públicas brasileiras a categorização não é nem de longe uma novidade. Focalização nos grupos mais pobres e atendimento diferenciado de acordo com o nível de renda e outros indicadores socioeconômicos são práticas correntes. Faltam aos sistemas de seleção de beneficiários utilizados, porém, duas características com que a categorização única das famílias por nível de renda poderia contribuir.

Em primeiro lugar, a categorização pode unificar sistemas, tornando mais fácil: a operação dos programas; a compreensão pelas famílias das regras em uso; e a determinação sobre distribuição de recursos entre grupos e gastos por pessoa em cada grupo.

Em segundo lugar, muitos programas sociais continuam indexando seu processo de seleção de beneficiários ao salário mínimo, o que fazia sentido em períodos de descontrole inflacionário. Mas como as necessidades das famílias não dependem do valor do salário mínimo, e sim do valor da sua própria renda, os sistemas de seleção adotados são inadequados e muito se beneficiariam de um sistema classificatório único, independente do valor do salário mínimo e que categorize em poucos grupos o espectro da distribuição de renda brasileira.

Elegendo uma definição para a classe média no Brasil

Em acordo com a oportunidade e a conveniência de se adotar uma definição para a classe média no Brasil com fim de adequação das políticas públicas às novas necessidades e condições das famílias brasileiras, resta saber como fazer isso. Como definir onde começa e onde termina a classe média no Brasil? Muitas opções estão presentes na literatura acadêmica e nas práticas de instituições governamentais e de pesquisa. Qual seria a mais adequada do ponto de vista da reorganização das políticas públicas?

Com a missão de obter resposta a essa pergunta, a *Comissão para definição de classe média no Brasil*, criada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no final de 2011 estudou uma série de opções, comparando as vantagens e desvantagens de cada uma e, finalmente, optou por propor uma definição nova, construída a partir da junção de duas definições existentes. Não é possível aqui descrever em detalhes cada definição examinada, por isso a alternativa será apresentar algumas em grupos e outras mais pormenorizadamente, notadamente aquelas que deram origem à definição sugerida pela Comissão.

Em primeiro lugar, existem as definições baseadas puramente na variável renda e nas posições relativas que as pessoas ocupam da distribuição de renda. O primeiro exemplo seria uma classe média que começaria no primeiro quartil da distribuição e terminaria no terceiro quartil da distribuição. Com esta definição, a classe baixa abrigaria um quarto da população, a classe média abrigaria metade da população e a classe alta um quarto com renda mais alta. O resultado no ano de 2009, último ano para o qual havia informações disponíveis quando do trabalho da Comissão e, portanto, ano de referência para a definição da classe média, resultaria numa classe média com renda familiar per capita entre R\$ 231 e R\$ 802⁷. Fixando esse valor e olhando para os anos anteriores (descontando-se devidamente a inflação), a classe média teria passado de 42% da população para 50% da população.

Outra definição também recorrente na literatura e na prática institucional consiste no entorno da mediana. Caso organizássemos a população brasileira de acordo com a sua renda, a mediana nos daria o valor exato da renda que dividiria a população ao meio, com 50% de pessoas abaixo (mais pobres) e

⁷ Valores expressos em reais (R\$) de abril de 2012.

50% de pessoas acima desse valor (mais ricas). Esta definição toma o entorno desse valor como referência para o início e o fim da classe média. Por exemplo, a metade do valor da mediana e duas vezes o seu valor, resultando em uma classe compreendida entre 220 e 878 reais de renda familiar per capita e situada entre os 24^º e o 79^º percentis da distribuição de renda. Fixando esse valor e olhando retrospectivamente, a classe média teria passado de 45% da população, em 2001, para 55% da população em 2009. A OCDE⁸ adota uma definição desse tipo, no entanto, define o fim da classe média em 150% do valor da mediana. Com esta definição, a classe média teria renda entre 220 e 660 reais, estaria situada entre a 24^a e a 69^a posição na distribuição de renda, e teria passado de 39% para 45% da população.

Insatisfeitos com a dose de arbitrariedade das definições descritas acima, alguns acadêmicos defendem a adoção de métodos baseados na renda, que eliminem completamente a arbitrariedade na escolha dos limites da classe média. Afinal, quem disse que a classe média deve começar no primeiro quartil da distribuição de renda e terminar no terceiro? Quem disse que tem que começar na metade da mediana e terminar no dobro de seu valor? Tal método alternativo seria o da polarização, que divide a população em grupos, de forma a minimizar a desigualdade interna dos grupos e maximizar a desigualdade entre os diferentes grupos, considerando uma determinada variável. No caso da definição de classe média, o objetivo seria dividir a população em três grupos (classe baixa, classe média e classe alta), considerando a renda. Dada uma distribuição de renda, irá existir apenas um limite inferior e outro superior que maximiza a desigualdade de renda entre os grupos – ou minimiza a desigualdade dentro de cada um. Aplicando este método, a classe média começaria entre 310 e 1.096 reais, estaria situada entre o 35^º e o 84^º percentis, e teria partido de 38% da população, em 2001, para 49% em 2009.

Embora se consiga eliminar a arbitrariedade na escolha de limites da classe média usando o método/conceito da polarização, uma parte da literatura prefere a adoção de outras variáveis relacionadas ao bem-estar. São exemplos: o consumo calórico, o padrão de despesa (com bens essenciais/bens supérfluos) e o grau de vulnerabilidade. A escolha de outra variável como referência não

⁸ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

deve, contudo, ser vista como um abandono da leitura dos limites da classe média em termos da renda. Em princípio, se pode tomar qualquer variável que sempre cresce (ou sempre decresce) com o aumento da renda, isto é, uma variável que varie monotonicamente com a renda. Daí basta definir os limites da classe média, em termos da variável escolhida, e verificar os valores de renda associados aos limites inferior e superior.

O caso do consumo calórico, por duas razões, revelou-se um dos menos propícios à definição para classe média: a) a partir de um certo nível, as pessoas não passam a consumir mais calorias somente porque ficam mais ricas, o que dificulta a identificação do limite superior da classe média (levando à necessidade de adoção de um critério misto, um para o limite inferior e outro para o superior); e, b) o consumo calórico diário tradicionalmente recomendado, de 2.100 kcal, não é consumido qualquer que seja o ponto da distribuição de renda, o que faria com que toda a população fizesse parte da classe baixa (assim, teria que arbitrar um novo nível de consumo calórico mínimo para se obter o limite inferior da classe média).

Olhando para a despesa com bens essenciais e com bens supérfluos, dado o nível de renda, é preciso arbitrar abaixo de que parcela do orçamento gasto com bens essenciais se inicia a classe média e acima de que parcela do orçamento gasto com supérfluos ela termina. A Comissão, neste exercício, adotou como critério 80% da parcela gasta com bens essenciais, pelos 5% mais pobres (para o limite inferior), e com bens supérfluos pelos 5% mais ricos (para o limite superior). Tal exercício resultaria em uma classe média com renda entre 288 e 1.154 reais, situada entre a 33ª e a 85ª posição na distribuição de renda, e que passaria de 40% da população, em 2001, para 52% em 2009.

O conceito de grau de vulnerabilidade, desenvolvido originalmente pelo Banco Mundial, precisa ser adaptado às bases de dados disponíveis no Brasil. Este conceito traz uma nova ótica: famílias que formam a classe média têm em comum a capacidade de planejar e desenhar o futuro. Não só os pobres, mas também todos aqueles que percebem que têm elevada probabilidade de se tornarem pobres no futuro próximo, adotam estratégias defensivas e mais imediatistas voltadas a mitigar os efeitos da pobreza e reduzir as chances de retornar à pobreza ou de agravar seu grau de pobreza. Esse tipo de atitude leva a formas de atuação preventivas e que envolvem poucos investimentos.

Segundo essa perspectiva, as classes baixa, média e alta são determinadas por diferenças na probabilidade de virem a ser pobres (ou permanecerem pobres) no futuro imediato. Assim, a classe alta seria aquela formada por pessoas com baixo grau de vulnerabilidade, isto é, com baixíssima probabilidade de se tornarem pobres no futuro imediato. De forma similar, a classe baixa seria aquela formada por pessoas com alto grau de vulnerabilidade, ou seja, com elevada probabilidade de se tornarem pobres no futuro imediato. A classe média seria, então, formada por aquelas com nível intermediário de vulnerabilidade, suficientemente elevado, no entanto para que passem a ter genuíno interesse pelo longo prazo restaria agora arbitrar quais os níveis de vulnerabilidade à pobreza associados ao início e ao fim da classe média. A Comissão arbitrou o limite inferior da classe média como sendo aquele correspondente a 7% de probabilidade de queda (ou permanência) à pobreza⁹, em algum momento dos próximos cinco anos, e o limite superior no correspondente a 3% de probabilidade de retorno (ou permanência) à pobreza. As rendas associadas a estes níveis de probabilidade resultariam em uma classe média com renda entre 288 e 1.151 reais, iniciando no 33º percentil e terminando no 85º, e que teria passado de 40%, em 2001, para 52% da população em 2009.

A Comissão considerou que o grau de vulnerabilidade à pobreza, por estar relacionado à mudança na capacidade de planejamento e controle da trajetória de vida, seria o conceito mais coerente com a finalidade de ajustes às políticas públicas. No entanto, havia um descontentamento com a arbitrariedade nele envolvida. Quem disse que a classe média deve começar quando a probabilidade de queda à pobreza alcança 7%? Quem disse que deve terminar quando alcança 3%? Para escapar à arbitrariedade, a Comissão decidiu testar a mistura do conceito de grau de vulnerabilidade com o método da polarização, gerando uma nova forma de se definir os limites da classe média.

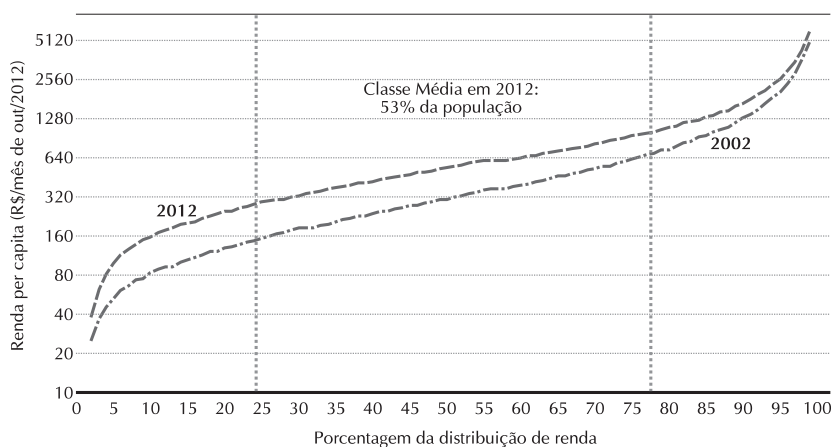
O exercício consiste na aplicação do método da polarização na própria distribuição da probabilidade de vir a ser pobre, dada a renda observada (lembre que, na versão original, o método da polarização é aplicado diretamente na distribuição de renda). Assim, o exercício passou ao seguinte problema: como

⁹ Adotou-se como linha de pobreza aquela definida pelo programa Bolsa Família, para a identificação de seus beneficiários (140 reais familiar per capita, corrigidos pela inflação).

dividir a população brasileira em três grupos – considerando a probabilidade de queda à pobreza, dada a renda observada –, de forma que o grau de vulnerabilidade seja o mais homogêneo possível, do ponto de vista interno de cada grupo, e o mais diferente possível entre os diferentes grupos. Este exercício estatístico resultou na probabilidade de queda à pobreza (grau de vulnerabilidade) associada aos 34^º e 82^º percentis da distribuição de renda. Assim, com este método, a classe média teria renda familiar per capita iniciando em 291 e terminando em 1.019 reais.

Dado que o exercício de polarização aplicado ao grau de vulnerabilidade trouxe resultados razoáveis, quando comparado aos demais, e que ele atendia a duas preferências sinalizadas pela Comissão – a) preferência por uma definição baseada no conceito de vulnerabilidade à pobreza e capacidade de planejamento familiar; e, b) preferência pela ausência de arbitrariedade –, este foi o método eleito para a definição da classe média. Com ele, a classe média passou de 38% da população, em 2001, para 48% da população em 2009. Hoje (2012) tem seus limites situados entre as 24^a e 77^a posições de distribuição de renda e abrange 53% da população brasileira.

Gráfico 7 – A evolução da distribuição de renda no Brasil – 2002 e 2012



Fonte: SAE/PR, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

Cidades e luta de classes no Brasil

Ermínia Maricato

Com muita frequência, (...), o estudo da urbanização se separa do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse, de algum modo, ser considerado um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação a mudanças sociais mais importantes e fundamentais. (Harvey, 2005, p. 166)

Nunca é demais lembrar, como já fizeram numerosos autores, que a existência das cidades precede o capitalismo. No entanto, com ele as cidades mudam. E mudam a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas. Especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo colonial-industrial, ou global financeiro, nos países centrais ou periféricos.

Desde o período da revolução industrial, quando os efeitos de aglomeração nas cidades ofereceram condições indispensáveis para o processo de acumulação de base fabril até as chamadas “cidades globais”, que concentram poder internacional, o espaço urbano e, mais recentemente, metropolitano e regional, constitui força produtiva fundamental, além de participar do processo de dominação hegemônica.

Os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que compõem uma aliança. Mas esse molde, ou paisagem, ou ambiente construído, não resulta sem contradições.

A cidade pode ser objeto de diversas abordagens: pode ser lida como um discurso, como querem os semiólogos e semióticos, como ambiente de alienação e dominação, por meio da arquitetura e urbanismo do espetáculo, como manifestação de práticas culturais e artísticas mercadológicas ou rebeldes, como legado histórico, como palco de conflitos sociais e luta de classes, como espaço de reprodução do capital, entre outras. Essas diferentes, ou dispersas, formas de ver a cidade, certamente torna mais difícil situá-la como um objeto central estruturador das relações sociais. Mas isso não é suficiente para explicar porque a política urbana está tão ausente dos debates partidários de esquerda, e das propostas de políticas públicas, em especial, políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social no Brasil. É inconcebível que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um dos maiores fomentadores de desenvolvimento econômico e social (sic) na América Latina, em um governo de centro-esquerda, ignore o impacto de seus investimentos nas cidades ou regiões, mas é o que acontece.

A incrível ausência do estudo da questão urbana, nos cursos acadêmicos de economia, sociologia, engenharia e direito, além do desconhecimento dos setores de esquerda já mencionados, nos remetem às muitas considerações feitas por intérpretes da “formação nacional”, para adotar a expressão de Plínio Sampaio Jr. (1999) sobre a alienação do intelectual brasileiro em relação à realidade do país (Viotti, 1999; Fernandes, 1977; Furtado, 2008; Schwarz, 1973; Tavares e Fiori, 1997; Oliveira, 1972; entre outros).

O presente texto vai tratar rapidamente da: 1) abordagem marxista sobre o tema da cidade; 2) cidade no capitalismo periférico; e, 3) a cidade na conjuntura brasileira.

Portanto, vamos evitar um extenso e abstrato texto acadêmico e buscar, dentre os marxistas que estudaram a questão urbana, algumas formulações que poderão ajudar a reconhecer o que parece óbvio, mas não é tomado como tal.

A cidade é o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho. Não há como não entender essa formulação. Cada vez mais, na cidade, essa reprodução que se faz de modo coletivo ou “ampliado”, dependente do Estado como desenvolveu Castells no clássico livro *La question urbaine*, de 1972. Transporte coletivo, educação, saúde, água, esgoto, moradia são necessidades que, apesar do fim do “welfare state” ou da tendência à privatização dos

serviços públicos, após a década de 1980, ainda permanecem como questões centrais da luta social nos países, periféricos ou centrais, da atualidade. Diferentemente da chamada reprodução simples da força de trabalho, a reprodução ampliada não depende apenas do salário – ou em termos mais precisos, da taxa de salário –, mas também das políticas públicas, parte das quais são especificamente urbanas, como se estas constituíssem um salário indireto.

Como mencionamos, o capital em geral busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades, mas interessa destacar aqui um conjunto deles, que têm interesse específico na produção do espaço urbano por meio do qual se reproduzem obtendo lucros, juros ou rendas.

Faz parte desse grupo específico os seguintes capitais: incorporação imobiliária (um tipo de capital comercial inicialmente estudado por Christian Topalov, em 1974), construção de edificações, construção pesada ou de infraestrutura, e capital financeiro imobiliário. Harvey localiza nesse grupo também os proprietários de terra, que podem constituir obstáculos ao processo de reprodução desses capitais ou se associar a eles¹.

A classe trabalhadora – entendida aqui num sentido amplo, incluindo os informais e domésticos, quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos, mais baratos e de melhor qualidade. Entenda-se, mais barato e de melhor qualidade referenciados ao seu poder de compra.

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles a cidade é a mercadoria. É um produto resultado de determinadas relações de produção. Se lembramos que a terra urbana, ou um pedaço de cidade, constitui sempre uma condição de monopólio, ou seja, não há um trecho ou terreno igual a outro e sua localização não é reproduzível, estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob a forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária seu motor central.

Como já apontou inicialmente Marx e desenvolveu Harvey, entre o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da cidade condição necessária

¹ Poderíamos lembrar outros capitais envolvidos com os serviços urbanos como transportes coletivo e individual, iluminação pública, comunicação, limpeza, mas para o que nos interessa vamos nos restringir àqueles ligados à produção do espaço físico.

de vida para a classe trabalhadora, há uma profunda oposição que gera um conflito básico (Harvey, 1982).

Ao lado deste, outros conflitos (secundários?) são gerados pela forma anárquica que o ambiente construído cresce. Dependendo das circunstâncias históricas podem ser notáveis as divergências entre o capital em geral e o capital imobiliário, divergências internas a frações do capital imobiliário pela disputa dos ganhos, além da divergência entre proprietários de imóveis e capital imobiliário.

Podem ser notáveis ainda as divergências entre os próprios trabalhadores, especialmente entre os que são proprietários e os que não são. Todos nós já testemunhamos a oposição feita por pequenos proprietários de imóveis populares a favelas que, localizada na vizinhança, pode causar depreciação no preço de sua propriedade. Os trabalhadores proprietários participam do conjunto dos privilegiados que se apropriam de rendas imobiliárias, ou seja, se apropriam de uma riqueza que parece flutuar no espaço e aterrissa em determinadas propriedades, graças a atributos que podem estar fora delas – postura da lei de zoneamento, um novo investimento público ou privado feito nas proximidades etc. Evidentemente a capacidade de absorção dessa riqueza que, aparentemente, paira no ar e se “cola” à propriedade imobiliária sob a forma de renda ou valorização da mesma, é maior por parte dos capitalistas do ramo imobiliário do que pelo trabalhador que tem uma modesta moradia. Mas ela pode chegar até mesmo nos cômodos das favelas.

E sempre é bom lembrar, há uma parte dos trabalhadores que são explorados diretamente por esses capitais que ganham com a produção do espaço urbano: trata-se dos trabalhadores de construção que estão entre as categorias mais exploradas da classe trabalhadora e, segundo alguns autores, fontes extraordinárias de extração de mais-valia (Ferro, 2006).

Para completar esse quadro esquemático resta lembrar o papel, cada vez mais importante, do Estado na produção do espaço urbano. É dele o controle do fundo público para investimentos e cabe a ele, sob a forma de poder local, o controle sobre o uso e a ocupação do solo (planos e leis). É, portanto, o principal intermediador na distribuição de lucros, juros, rendas e salários (direto e indireto), entre outros papéis.

As megaobras sempre, na história das cidades, tiveram um papel especial na afirmação do poder religioso ou, simplesmente, político, mas, a associação

entre a arquitetura e o urbanismo dos grandes cenários, os processos imobiliários agressivos e a gentrificação, parece ter se tornado parte essencial das cidades, após a reestruturação capitalista ocorrida no final do século XX.

Cidade na periferia do capitalismo: A urbanização dos baixos salários²

Desigual e combinado, ruptura e continuidade, modernização do atraso, modernização conservadora, capitalismo travado, são algumas das definições que explicam o paradoxo evidenciado por um processo que se moderniza alimentando-se de formas atrasadas, e, frequentemente, não capitalistas, *stricto sensu*. As cidades são evidências notáveis dessa construção teórica e nelas, o melhor exemplo talvez seja a construção da moradia (e parte das cidades) pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda), aos poucos, durante seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanística, em áreas ocupadas ilegalmente.

Francisco de Oliveira forneceu a chave explicativa para a gigantesca prática da autoconstrução da moradia ilegal (uma espécie de produção doméstica) pelos trabalhadores ou pela população mais pobre de um modo geral. Ela está no rebaixamento do custo da força de trabalho, que ocupa seus fins de semana (horários de descanso) na construção da casa (Oliveira, 1972).

Essa prática contribuiu para a acumulação capitalista durante todo período de industrialização no Brasil, particularmente de 1940 a 1980, quando o país cresceu a taxas aproximadas de 7% ao ano e o processo de urbanização cresceu 5,5% ao ano (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE). À industrialização com baixos salários correspondeu a urbanização com baixos salários (Maricato, 1976, 1979, 1996). O exemplo revela que uma certa modernização e um certo desenvolvimento (industrialização de capital intensiva, produção de bens duráveis) dependeram de um modo pré-moderno, ou mesmo pré-capitalista (a autoconstrução da casa) de produção de uma parte da cidade. Essa imbricação foi (e ainda é) fundamental para o processo de

² As ideias aqui sumarizadas estão mais desenvolvidas em *The future of global cities in Brazil*, trabalho apresentado pela autora no II Lemann Dialogues, Universidade de Harvard, em outubro de 2012.

acumulação capitalista nacional e internacional. Ela se aplicou perfeitamente à produção das cidades que receberam a indústria automobilística a partir de 1950 – Volkswagen, Chrysler, Mercedes Benz –, e se aplica hoje nas cidades que são chamadas de globais.

A terra urbana, assim como a terra rural, ocupa um lugar central nessa sociedade. Os poderes social, econômico e político sempre estiveram associados à detenção de patrimônio, seja sob a forma de escravos (até 1850), seja sob a forma de terras ou imóveis (de 1850 em diante). Essa marca – o patrimonialismo – refere-se também à privatização do aparelho de Estado, tratado como coisa pessoal. O patrimonialismo está ligado à desigualdade social histórica, notável e persistente que marca cada poro da vida no Brasil. E essas características, por outro lado, estão ligadas ao processo de exportação da riqueza excedente para os países centrais do capitalismo. Celso Furtado, em seus trabalhos, mencionou várias vezes o convívio da exportação da riqueza excedente com uma estreita elite nacional consumidora de produtos de luxo. Esse quadro forneceria as características de um mercado, por assim dizer, travado (Furtado, 2008).

Recente relatório da ONU-Habitat, *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012*, mostra que o Brasil, a sexta economia do mundo, mantém uma das piores distribuições de renda no continente, mesmo após os avanços, nesse sentido, verificados nos governos do presidente Lula. São mais desiguais do que o Brasil, na América Latina, apenas a Guatemala, Honduras e Colômbia. Essa marca, a da desigualdade, está presente em qualquer ângulo pelo qual se olha o país e, portanto, também nas cidades.

Evidentemente para esse capitalismo “funcionar”, como parte da divisão internacional do trabalho, os trabalhadores urbanos integrados ao processo produtivo, mas excluídos de grande parte dos benefícios que o mercado de consumo assegura e, especialmente, excluídos da cidade, são submetidos a uma poderosa máquina ideológica quando não pode ser simplesmente repressora. Além da poderosa máquina midiática, a generalização do débito político, o favor como mediação universal, são relações que explicam muito a cidade e uma *sui generis* forma de cidadania no Brasil: Direitos para alguns, modernização para alguns, cidade para alguns... (Castro e Silva, 1997).

Nem todos os indicadores sociais são negativos no processo de urbanização, concomitante ao processo de industrialização, que se deu no decorrer

do século XX e, mais exatamente, a partir de 1930. A mortalidade infantil, a expectativa de vida, o nível de escolaridade, o acesso à água tratada, a coleta do lixo, a taxa de fertilidade feminina, apresentam uma evolução positiva, a partir de 1940 até nossos dias, exatamente devido à mudança de vida com a urbanização (IBGE, 2008). No entanto, os efeitos da doutrina neoliberal que acompanhou a chamada globalização afastou a perspectiva de crescimento ainda que acompanhado com concentração de renda (Schwarz, 2007)

A população moradora de favelas cresceu mais do que a população total ou do que a população urbana nos últimos 30 anos, isto é, de 1980 a 2010 (IBGE).

Não cabe qualquer dúvida sobre o forte efeito negativo que a globalização dominada pelo ideário neoliberal impôs, com a anuência das elites nacionais, às metrópoles brasileiras, nas décadas de 1980 e 1990. As principais causas dessa tendência, já tratada em vasta bibliografia, se deveram à queda brusca do crescimento econômico com aumento do desemprego e à retração do investimento público em políticas sociais. A sistematização das propostas contidas no Consenso de Washington mostra a força de tal dominação política que consegue impor, a uma sociedade desigual, em parceria com as elites locais, ações que seguem um caminho contrário ao interesse e necessidades da maior parte da população (Cano, 1995; Tavares e Fiori, 1997) As três políticas públicas urbanas estruturais (ligadas à produção do ambiente construído) – transporte, habitação e saneamento – foram ignoradas ou tiveram um rumo errático, com baixo investimento, por mais de 20 anos. Os precários times de funcionários públicos existentes no Estado brasileiro e as instituições que se formaram, estavam em ruínas, quando investimentos foram lentamente retomados em 2003, na gestão do presidente Lula (Maricato, 2011b).

Talvez, o indicador que mais evidencia o que podemos chamar de tragédia urbana é a taxa de homicídios, que cresceu 259% no Brasil entre 1980 e 2010. Em 1980, a média de assassinatos no país era de 13,9 mortes por 100 mil habitantes, em 2010 passou para 49,9.

Certamente essa ocorrência não se deveu apenas a esses fatores e nem se limita às cidades brasileiras. Não é possível abordar um assunto tão estudado em poucas palavras. Mas não há dúvida de que ela compõe o quadro de abandono do Estado provedor. Ainda que tratemos do provedor na periferia capitalista, onde a previdência não era universal, assim como a saúde ou a ha-

bitação. O tema da violência, cujas origens estão na sociedade escravista que formalmente resistiu até 1888, se transformou numa das principais marcas das cidades brasileiras.

Nas décadas perdidas: luta social pela cidade democrática

Movendo-se contra a corrente mundial de enfraquecimento dos partidos de esquerda, do declínio do crescimento econômico e da retração do Estado provedor, o Brasil dos anos 1980 mostrava um quadro contrastante. Enquanto a economia mostrava uma queda acentuada, ao mesmo tempo em que lutavam contra o governo ditatorial, movimentos sociais e operários elaboravam plataformas para a mudança política com propostas programáticas. Na década de 1980 foram criados novos partidos, outros partidos de esquerda saíram da clandestinidade, novas entidades operárias foram criadas e ainda havia os movimentos sociais urbanos – uma novidade na cena política brasileira, pelo menos com a expressão vivida na ocasião.

Um vigoroso movimento social pela reforma urbana recuperou as propostas elaboradas na década de 1960, no contexto das lutas revolucionárias latino-americanas. Tratava-se de construir a ponte com uma agenda que a ditadura havia interrompido a partir de 1964. Na década de 1960, o Brasil tinha 44,67% da população nas cidades (cf. censos IBGE). Em 1980 já eram 67,59%. Houve um acréscimo de cerca de 50 milhões de pessoas nas cidades e os problemas urbanos se aprofundaram. Esse movimento reunia entidades profissionais (arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogados, assistentes sociais), entidades sindicais (urbanitários, sanitaristas, setor de transportes), lideranças de movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, professores, intelectuais, entre outros. Por sua influência foram criadas comissões parlamentares e foram eleitos prefeitos, vereadores e deputados.

No que se refere ao destino das cidades, na agitada cena política estavam presentes: a) as mobilizações sociais, os sindicatos e os partidos políticos; b) a produção acadêmica que passa a desvendar a cidade real (com diagnósticos sobre as estratégias de reprodução dessa força de trabalho de baixos salários), desmontando as construções simbólicas e ideológicas dominantes

sobre as cidades; e, c) governos municipais inovadores que experimentaram novas agendas com programas sociais, econômica e politicamente, inclusivos e participativos.

Durante o regime de exceção (1964-1985) os prefeitos das capitais eram indicados pelos governadores, que eram indicados pelo presidente da República, que era indicado pelas Forças Armadas e suas forças econômicas associadas. Portanto, as experimentações de gestão local democrática se davam nos demais municípios onde havia eleição direta para prefeito. Entre os urbanistas ganhou importância nessa fase as experiências de Diadema, município operário da Região Metropolitana de São Paulo, com suas propostas de inclusão social e urbana elaboradas em contexto de forte luta social. Após 1985, quando a eleição direta retorna às capitais, ganhou destaque a inovadora experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Em São Paulo, duas mulheres foram eleitas com um intervalo entre elas – Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001-2004) para governar a cidade mais importante do país. Propostas originais podem ser encontradas nas áreas de habitação, assistência social, transporte coletivo, cultura entre outras. Muitas outras cidades também apresentaram novidades que extravasam o espaço desse artigo: Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Aracaju, entre outras.

Os governos municipais que inauguraram gestões inovadoras, autodenominada de “democrática e popular”, priorizavam a “inversão de prioridades” na discussão do orçamento público e a participação social em todos os níveis. Os governos do PT foram tão bem sucedidos que passaram a se diferenciar sob a marca do “modo petista de governar”. As propostas eram criativas e efetivas, respondendo com originalidade aos problemas colocados pela realidade local. Nesse sentido, os projetos arquitetônicos, urbanísticos e legais, relacionados ao “passivo urbano” (cidade ilegal, autoconstruída e precariamente urbanizada) ganha importância, pois sempre foi ignorado pelo urbanismo do *main stream*. Por isso, os programas de governo se dividiam entre os que buscavam recuperar a cidade ilegal consolidada (onde não houvesse obstáculo ambiental para isso) e a produção de novas moradias e novas áreas urbanas.

Apenas para registrar um exemplo importante, uma das iniciativas mais bem sucedidas que buscava dar mais qualidade para a vida de crianças e adolescentes nos bairros pobres foi a construção e operação dos Centros Educa-

cionais Unificados (CEUs). Tratava-se de criar um edifício de destacada qualidade arquitetônica, bem equipado, com oferta de cursos regulares, cinema, ginástica, artes plásticas, programas teatrais e musicais, inéditos nos bairros pobres. Incluiu-se no centro dos bairros periféricos um pedaço de um universo discrepante em relação ao entorno precário.

CEU da Paz – Brasilândia. Fonte: Google Maps, 2012.



Fonte: Google Maps

A inexperience inicial daqueles que alimentavam a utopia de construir uma cidade mais democrática obrigou muitos ativistas a refletir sobre as limitações e a consequente adaptação que deveria ser feita nas propostas. Os conflitos diários vinham dos movimentos sociais, que cobravam mais agilidade por parte do governo, e também de adversários que podiam fazer parte da Câmara Municipal, do Judiciário quase sempre conservador, mas, em especial e de modo generalizado, da mídia do *main stream*, que atuou como partido político representando a elite do país.

Com o passar do tempo, durante as décadas de 1980 e 1990, pesquisadores, professores universitários e profissionais de diversas áreas, socialmente engajados, criaram o que podemos chamar de Nova Escola de Urbanismo. Se antes esses agentes eram críticos do Estado e das políticas públicas, a partir da conquista das novas prefeituras, e com o crescimento dos partidos de esquerda, notadamente do PT, eles foram se apropriando de parcelas do aparelho de Estado nos executivos, parlamentos e com menos importância, até mesmo do judiciário. Novos programas, novas práticas, novas leis, novos projetos, novos procedimentos, sempre com participação social, permitiram o desenvolvimento também de quadros técnicos e de *know-how* sobre como perseguir maior qualidade e justiça urbana. As travas da macroeconomia estavam colocadas como obstáculos a serem resolvidos no futuro.

Esse movimento pela reforma urbana avançou conquistando importantes marcos institucionais: Dentre eles destacam-se: a) um conjunto de leis que, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, aporta instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, sendo o Estatuto da Cidade a mais importante delas; b) um conjunto de entidades, como o Ministério das Cidades (2003) e as secretarias nacionais de Habitação, Mobilidade Urbana e Saneamento Ambiental, que retomavam a política urbana agora de forma democrática; e, c) consolidação de espaços dirigidos à participação direta das lideranças sindicais, profissionais, acadêmicas e populares como as conferências nacionais das Cidades (2003, 2005, 2007) e Conselho Nacional das Cidades (2004).

Cidades na conjuntura atual: A retomada do investimento público e a surpreendente subordinação do espaço urbano ao capital

Não há dúvida de que as políticas sociais implementadas pelos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva fizeram diferença na vida de milhões de brasileiros. Os principais programas sociais do governo Lula que tiveram continuidade na gestão de Dilma Rousseff foram: Bolsa Família, Crédito Consignado, Programa Universidade para Todos – ProUni (bolsa de estudo em universidades privadas trocadas por impostos), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e Programa Luz para Todos. Garantiu-se um aumento

real do salário mínimo (cerca de 55%, entre 2003 e 2011, conforme Dieese). Além desses programas, o crescimento da economia e do emprego, propiciado por condições de troca internacional, trouxeram alguma perspectiva de dias melhores.

Ao invés de reforçar explicações que veem, no aumento da renda de uma grande camada, a emergência de uma nova classe média, Marcio Pochmann classifica como um reforço das camadas que se encontram na base da pirâmide social. Estes aumentaram sua participação relativa na renda, que estava abaixo de 27%, para 46,3%, entre 1995 e 2009. Os classificados em “condição de pobreza” diminuíram sua representação de 37,2% para 7,2%, nesse mesmo período. Parte dessa população que migrou da condição de pobreza para a base da pirâmide empregou-se na construção civil (Pochmann, 2012).

A construção civil foi um dos setores prioritários da política de crescimento econômico graças aos investimentos em obras de infraestrutura e habitação. Outro setor que teve muito incentivo para crescer, com forte impacto para as cidades, foi a indústria automobilística. Vamos tratar dessa trinca de capitais – capital imobiliário, capital de construção pesada e indústria automotora – que garantiram uma reação anticíclica positiva em relação à crise internacional de 2008, mas conduziram as cidades para uma situação caótica após quase 30 anos de baixo investimento.

A retomada dos investimentos públicos começou lentamente, freada pelas travas neoliberais que proibiam gastos sociais, mas a partir de 2007 o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em 2009 lançou o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Com o primeiro, a atividade de construção pesada começa a decolar e com o segundo é a construção residencial que decola³.

O PAC se destina a financiar a infraestrutura econômica (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e toda a infraestrutura de geração e distribuição de energia) e a infraestrutura social (água, esgoto, drenagem, destino do lixo, recursos hídricos, pavimentação).

O PAC federalizou o Programa de Urbanização de Favelas. Finalmente o Estado brasileiro reconhecia a cidade ilegal e o passivo urbano, buscando requa-

³ Fonte: CBIC 2012. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/home/>>.

lificar e regularizar áreas ocupadas ilegalmente. Muitos bairros pobres de um universo gigantesco passaram por projetos de recuperação urbanística, elevando a condição sanitária e de acessibilidade, entre outras. Com o MCMV é diferente. Retoma-se a visão empresarial da política habitacional, ou seja, de construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto, e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade.

Com a finalidade explícita de enfrentar a crise econômica de 2008 o MCMV apresenta pela primeira vez uma política habitacional com subsídios do governo federal. Desenhado pela Casa Civil do governo federal (com Dilma Rousseff à frente) em parceria com os maiores empresários do setor, o programa inclui regras para a securitização do empréstimo. Buscava-se evitar o saldo desastroso que havia caracterizado o fim do sistema que foi realizado durante a ditadura com as instituições centrais – Banco Nacional de Habitação, Plano Nacional de Saneamento e Agência Nacional de Transporte Urbano.

Vivemos um paradoxo, quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada a “mais alta do mundo”. Entre janeiro de 2008 e setembro de 2012 o preço dos imóveis subiu 184,9%, no Rio de Janeiro, e 151,3%, em São Paulo, à semelhança de tantas outras cidades brasileiras (FipeZap – Índice de Preços de Imóveis Anunciados). E tudo especialmente porque a terra se manteve com precário controle estatal apesar das leis e dos planos que objetivavam o contrário. No mais dos casos as Câmaras municipais e prefeituras flexibilizaram a legislação, ou apoiaram iniciativas ilegais para favorecer empreendimentos privados. Uma simbiose entre governos, parlamentos e capitais de incorporação, de financiamento e de construção promoveu um “boom” imobiliário que tomou as cidades de assalto. Se nos EUA o mote da bolha imobiliária foi a especulação financeira, cremos que no Brasil o “core do boom” foi a histórica especulação fundiária (patrimonialista) que se manteve – provavelmente ainda como espaço reservado à burguesia nacional – agora no contexto da financeirização. O “nó da terra” continua como trava para a superação do que podemos chamar de subdesenvolvimento urbano.

Para não remeter todas as críticas ao governo federal é preciso lembrar que a questão urbana/fundiária é de competência constitucional dos municípios,

ou estadual quando se trata de região metropolitana. Mas nenhuma instância de governo tocou nas propostas da Reforma Urbana, sequer em discurso. Em relação ao poder local houve um retrocesso. O “modo petista de governar” recuou. A centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu. Aparentemente a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento. Os planos, como sempre, cumpriram o papel do discurso e não orientaram os investimentos. Outros fatores como os interesses do mercado imobiliário, o interesse de empreiteiras, a prioridade às obras viárias ou de grande visibilidade, deram o rumo para aplicação dos recursos. O que mais se vê na conjuntura atual são planos sem obras e obras sem planos seguindo interesses de articulações de capitais e proprietários.

Os motivos do enfraquecimento das forças que lutaram pela Reforma Urbana ou que puseram de pé e implementaram uma política urbana que contrariou, ainda que por um período limitado, a cidade selvagem, ainda estão à espera de melhores análises mas sem dúvida muitos dos participantes dessa luta foram engolidos pela esfera institucional. Atualmente, a maior parte deles está em cargos públicos ou ao redor deles (Maricato, 2011a).

Com os megaeventos Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 (no Rio de Janeiro) vemos uma radicalização da febre que acompanha o atual “boom” imobiliário. Seguindo a trajetória dos países que sediam esses grandes eventos, a “máquina do crescimento” (uma articulação de entidades internacionais, governos e capitais) é posta a funcionar buscando legitimar, com o urbanismo do espetáculo, gastos pouco explicáveis para um país que ainda tem enorme precariedade nas áreas da saúde, educação, do saneamento e dos transportes coletivos.

Muitos exemplos poderiam ser dados sobre a truculência com que as grandes obras expulsam moradores das redondezas, para viabilizar um processo de expansão imobiliária e de construção de um pedaço do cenário urbano global. Boa parte dessas grandes obras resta subutilizada após abocanhar um significativo naco dos cofres públicos em sua construção. A dinâmica que acompanha os megaeventos articula, de um modo geral, os arquitetos do *star system*, como nomeia Otilia Arantes, legisladores que acertam um conjunto de regras de exceção para satisfazer as exigências das agências internacionais esportivas ou culturais, governos de diversos níveis que investem em obras visando a visibilidade e os retornos financeiro e político sob a forma de apoio à futura cam-

panha eleitoral, e empresas privadas locais e internacionais (Leal de Oliveira *et alli*, 2013; Paulo Romero⁴). A bibliografia repete a receita dessa nova frente de acumulação de determinados capitais analisando casos de diferentes países.

O império do automóvel. Transporte coletivo em ruínas

Após muitos anos de ausência de investimentos nos transportes coletivos (de 1980 até 2009, aproximadamente), com algumas exceções, a condição de mobilidade nas cidades tornou-se um dos maiores problemas sociais e urbanos. É importante dar alguns dados para qualificar esse quadro de inacreditável irracionalidade para a mobilidade social, mas de efetiva racionalidade para certos capitais.

O tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos. Para um terço da população esse tempo é superior a 3 horas. Para um quinto são mais de 4 horas, ou seja, uma parte da vida é vivida nos transportes, seja ele um carro de luxo ou então o que é mais comum e atinge os moradores da periferia metropolitana, num ônibus ou trem superlotado. Estresse, transtornos de ansiedade, depressão, são doenças que acometem 29,6% da população de São Paulo segundo pesquisa do Núcleo de Epidemiologia Psiquiátrica da Universidade de São Paulo (USP). Dentre cidades de 24 países pesquisados, São Paulo é a cidade que apresenta o maior comprometimento da população e parte importante dessas mazelas é atribuída ao tráfego de veículos.

Os congestionamentos de tráfego nessa cidade, onde circulam 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros de vias. A velocidade média dos automóveis em São Paulo, entre 17h e 20h em junho de 2012 foi de 7,6 km/h, ou seja, quase a velocidade de caminhada a pé. Durante a manhã a velocidade passa a ser de 20,6 km/h, ou seja, de uma bicicleta. Todas as cidades de porte médio e grande estão apresentando congestionamentos devido à avalanche de automóveis que entram nelas a cada dia. O consumo é incentivado pelos subsídios dados pelo governo Federal e alguns governos estaduais para a compra de automóveis. Em 2001, o número de automóveis em 12 metrópoles brasileiras

⁴ Disponível em: <http://rls.org.br/texto/pesquisador-exp%C3%B5e-exemplos-de-impactos-da-copa-do-mundo-e-prop%C3%B5e-alternativas-jur%C3%ADdicas#.Um_PwJV-N4OM.facebook>.

era de 11,5 milhões, e em 2011 era de 20,5 milhões. Nesse mesmo período e nessas mesmas cidades o número de motos passou de 4,5 milhões para 18,3 milhões. Em diversas metrópoles o número de automóveis dobrou nesse período.

O governo brasileiro deixou de recolher impostos no valor de 26 bilhões de reais desde o final de 2008 (nesse mesmo período foram criados 27.753 empregos), e 14 bilhões de dólares (quase o mesmo montante dos subsídios) foram enviados ao exterior, para as matrizes das empresas que estão no Brasil aliviando a crise que estas estavam vivendo na Europa e Estados Unidos.

Sabemos todos que, em todo mundo, mesmo cidades que contam com boa rede de transporte apresentam congestionamentos de tráfego devido ao conforto e ao fetiche representado pelo automóvel. Mas é preciso conhecer os impactos econômicos, ambientais e na saúde que esse modo de transporte implica nas cidades brasileiras para compreender e passar à perplexidade inevitável.

Comparado com os transportes coletivos, os automóveis são responsáveis por 83% dos acidentes e 76% da poluição.

Segundo o Ministério da Saúde, nos últimos cinco anos morreram em acidentes de trânsito 110 pessoas por dia e aproximadamente 1.000 ficaram feridas. Quase o dobro do número de pessoas mortas em acidentes de trânsito fica com algum grau de deficiência. Em São Paulo, no ano de 2011 morreram em acidentes de trânsito 1.365 pessoas, sendo que 45,2% (617) foram atropeladas, o que revela a insegurança de pedestres. Desses acidentes ainda, 512 vitimaram motociclistas. A moto foi a forma encontrada para driblar os congestionamentos e fazer entregas rapidamente. Raramente esses chamados motoboys respeitam regras de trânsito, pois a rapidez é sua vantagem competitiva.

Conforme o Relatório Geral de Mobilidade Urbana 2010 da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), que reúne dados sobre o modo das viagens nas 438 cidades brasileiras com mais de 60 mil habitantes, chama a atenção o número de viagens à pé, correspondente a pelo menos um terço dos moradores das cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Esse dado não indica que as cidades atingiram o equilíbrio de aproximar casa, trabalho, estudo e demais equipamentos e serviços urbanos que demandam viagens diárias. Ao contrário, nas periferias metropolitanas raramente há bons equipamentos de saúde, abastecimento, educação, cultura, esporte etc. E como o transporte é ruim e caro, os moradores, em especial os jovens, vivem o destino do “exílio

na periferia”, como cunhou Milton Santos (1990). Nunca é demais lembrar que pobreza e imobilidade é receita para a violência.

Em que pese a ainda baixa participação dos automóveis no número de viagens e o estímulo dado ao seu consumo, falta lembrar que as obras viárias ganham prioridade sobre, por exemplo, as obras de saneamento, nos orçamentos municipais. De fato elas têm mais visibilidade e prestígio acabando por influenciar os votos nas eleições.

O impacto da poluição do ar promovida por tal condição de mobilidade sobre a saúde vem sendo estudado pelo professor da USP, Paulo Saldiva e sua equipe. Vamos reproduzir suas próprias palavras:

De acordo com a [Organização Mundial da Saúde] OMS, os elevados níveis de poluição na cidade de São Paulo são responsáveis pela redução da expectativa de vida em cerca de um ano e meio. Os três motivos que encabeçam a lista são: câncer de pulmão e vias aéreas superiores; infarto agudo do miocárdio e arritmias; bronquite crônica e asma. Estima-se que a cada 10 microgramas de poluição retiradas do ar há um aumento de oito meses na expectativa de vida.

Aproximadamente 12% das internações respiratórias em São Paulo são atribuíveis à poluição do ar. Um em cada dez infartos do miocárdio são o produto da associação entre tráfego e poluição. Os níveis atuais de poluição do ar respondem por 4 mil mortes prematuras ao ano na cidade de São Paulo. Trata-se, portanto, de um tema de saúde pública.

Poderíamos citar outros impactos negativos que a mobilidade baseada no automóvel acarreta para a qualidade de vida em qualquer cidade como impermeabilização do solo, espraiamento da urbanização ou outras mazelas que ocuparam longas horas em seminários acadêmicos ou profissionais. Muito papel com análises críticas e muitas propostas foram elaboradas para melhorar esse quadro, mas essa prioridade indiscutível que é dada ao automóvel na matriz urbana não está afirmada em nenhum documento, discurso ou plano, no Brasil. Ao contrário, todos os anos as autoridades comemoram o Dia Mundial sem Carro (22 de setembro) com repetidas ênfases sobre a importância da bicicleta e da caminhada para a saúde.

Tanta irracionalidade, como foi descrito aqui, haveria de merecer uma resposta. E ela veio às ruas, a partir de 11 de junho de 2013 quando tem início

manifestações sociais contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos. Desde então, até o momento em que essas páginas são escritas, novembro de 2013, manifestantes de diversas causas e matizes não deixaram as ruas, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Quando novíssimos atores entram em cena

Para os que acompanham as condições de vida das cidades brasileiras, a adesão massiva aos primeiros chamados do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, em junho de 2013, não surpreendeu. Mas as conquistas sim, a começar pelo fato de que mais de 100 cidades voltaram atrás no reajuste das tarifas e está colocada uma forte tensão sobre o sistema de mobilidade e os aumentos dos próximos anos.

Organizados em rede – negando a hierarquia e a centralização –, informados, politizados, persistentes (o MPL luta contra o aumento das tarifas nos transportes públicos há oito anos), criativos, inovadores, bem humorados, apartidários mas não antipartidos, críticos à política institucional, formados especialmente por integrantes de classe média (mantendo, porém, forte vínculo com movimentos da periferia), essas são algumas das características dos novíssimos atores, grupos organizados de forma fragmentada e reunidos sob diferentes bandeiras.

As manifestações, que continuam a acontecer, pelo menos nas duas maiores cidades brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro – até o momento em que essas linhas são escritas, mostraram uma diversidade enorme de agentes e matizes ideológicos, o que dificulta uma análise mais consolidada. Para o que interessa na conclusão deste texto, vamos nos ocupar daqueles que contam para mudanças de caráter progressista.

Talvez o fato de ser constituído por integrantes de classe média é o que explica a decisão do MPL, naquele 11 de junho de 2013, de enfrentar a polícia nas jornadas de junho. Dessa vez, como em anos anteriores, a polícia não iria tirar os manifestantes das ruas. Os celulares ajudaram muito nessa tática de organização das manifestações. Há um movimento cultural febril nas periferias urbanas, mas cada proletário sabe o quanto lhe custa enfrentar a polícia. Não é necessário decidir-se pela confrontação. Ela se dá todos os dias.

Ao contrário da esquerda tradicional, os novíssimos atores querem mudanças aqui e agora. Ao invés das abordagens holísticas construídas em torno das grandes reformas ou revoluções. As demandas podem ser pontuais, mas referidas a pontos estratégicos, de grande impacto político e social. A recusa radical ao reajuste das tarifas está ligada a um radicalíssimo mundo sem catracas. Tarifa zero. Mobilidade total para todos. O que é mais importante na vida urbana do que ter mobilidade? Acessar a tudo que a cidade oferece independente do local de moradia? Como abrir a caixa preta dos jurássicos sistemas de transportes de nossas metrópoles sem impactar tudo e todos na cidade? Incluindo o uso do solo, o meio ambiente, a moradia, a segregação, o exílio dos jovens na periferia, os acordos de campanha eleitoral, as “prioridades orçamentárias”, o sofrimento dos que dependem desse transporte, a dominação urbana rodoviária, imobiliária, entre outros.

Algumas conquistas das jornadas de junho e a urgência com que foram atendidas seriam impensáveis antes de junho de 2013. Para dar um salto na compreensão do que está acontecendo e diante da dificuldade de análise, vamos apresentar alguns fatos, uma lista de conquistas surpreendentes que aconteceram a partir das chamadas “jornadas de junho”, que tocam no coração das cidades.

Além de recuperar a discussão sobre o transporte urbano na sociedade brasileira, após quase 30 anos em que o tema foi banido pelas políticas neoliberais, outros temas de políticas públicas foram despertados⁵. Um deles, o mais paradigmático foi sobre a política de segurança. Por milhares de registros fotográficos e vídeos evidenciou-se que a polícia cria, frequentemente, a insegurança e o pânico. Como não ver muitos dos policiais como vítimas de uma política que prioriza o patrimônio ao ser humano? De uma corporação que tem tradição de torturar e matar negros e pobres? O sumiço de um morador, o pedreiro Amarildo, que havia sido preso pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro foi transformado em caso exemplar pelas manifestações em várias partes do país. Criou-se um movimento tão avassalador, uma verdadeira campanha espontânea – “Cadê o Amarildo?” –, que o governo do Rio de Janeiro não teve outra alternativa

⁵ As obras de transportes previstas no conjunto de investimentos ligados à Copa do Mundo nem sempre correspondem àquelas que são mais necessárias para a mobilidade dos trabalhadores nas cidades.

senão investigar o caso que culminou numa, antes impensável, revelação de morte sob tortura e ocultação de cadáver. Os *Amarildos* são muitos. O precedente foi aberto.

Outras conquistas feitas sob o clamor das ruas em São Paulo

Foi criada a CPI dos Transportes Públicos na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) – votada sob a pressão de 60 jovens manifestantes que tomaram a Câmara. Eles prometem acompanhar os trabalhos da CPI.

Foi suspensa a licitação do transporte coletivo sobre ônibus no valor aproximado de 43 bilhões de reais. Está dada a chance de ordenar os trajetos de cada companhia de ônibus na cidade, subordinando-as a um plano municipal e metropolitano. A tarifa deverá decorrer desse novo arranjo administrativo e espacial.

Foi suspenso, pelo prefeito Fernando Haddad (PT), o início da obra do túnel (que o ex-prefeito se apressou em deixar licitado) no valor inicial de 3 bilhões de reais (equivalente a 50% do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde). O projeto, que tem lógica mais imobiliária que viária, não admitia a circulação de ônibus, mas tão somente de automóveis. A lei da Operação Imobiliária Águas Espreadas, que contém o projeto do túnel, contraria princípio básico do Plano Diretor de prioridade ao transporte coletivo.

Os corredores de ônibus passaram a ser implantados imediatamente, mostrando que nem tudo depende de obras e grandes recursos. O tempo gasto no transporte coletivo em alguns trajetos já diminuiu.

A prefeitura rejeitou alvará de licença para um aeroporto privado em área ambientalmente frágil – Área de Proteção aos Mananciais, APM – ao sul do município⁶.

Sobre a cidade do Rio de Janeiro muito haveria para dizer, mas do ponto de vista urbano, para começar nossa lista, há dois eventos importantes que merecem destaque:

⁶ O Rodoanel, obra bilionária de trajeto questionável, que os governos estaduais tucanos estão promovendo nos arredores da Região Metropolitana de São Paulo, cortou a Área de Proteção aos Mananciais e agora os capitais privados tentam “plugar” na megaobra viária.

- Desistência da privatização do Maracanã. A privatização previa a destruição de um parque aquático, uma praça esportiva e de uma escola pública de ensino fundamental que servem aos jovens da região. Ao desistir de demolir esses equipamentos a privatização perdeu a atração para os capitais privados (ao menos por enquanto).
- Fim do despejo da Comunidade do Autódromo. Após uma longa queda de braço entre os moradores, que contaram com a ajuda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ) e a prefeitura, esta desistiu de removê-los.

Enfim, a partir de 11 de junho já foram desmontadas muitas tentativas de assalto às cidades brasileiras, e os direitos sociais se afirmaram em muitas ocasiões, o que estava ficando raro. Para explicar os acontecimentos, analistas lembraram a falência das representações políticas, o completo despreparo da polícia para se relacionar com manifestações democráticas (embora a presença dos Black Blocs questione essa classificação), a exigência de melhores condições de vida por parte de uma classe média que emergiu com as políticas sociais dos últimos anos, entre outras causas. Para nós, faz parte dessa explicação a piora nas condições de vida urbana, como foi visto aqui, causada, principalmente por: *a) disputa pelo fundo público, que ao invés de se dirigir à reprodução da força de trabalho se dirige à reprodução do capital; e, b) esquecimento da Reforma Urbana cuja centralidade é a função social da propriedade prevista na Constituição Brasileira, no Estatuto das Cidades e em todos os planos diretores dos municípios brasileiros.*

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Spectrum: from right to left in the world of ideas*. London: Verso, 2005.
- ARANTES, O.; ARANTES, P. *Sentido da formação*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- ARANTES, Otília. *Berlim e Barcelona, duas imagens estratégicas*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012.
- _____. *Chai-na*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2011.
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- COSTA, Emilia V. da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Unesp, 1999.

- FERNANDES, Florestan. *Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina*. In: ZENTENO, Raúl B. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. ARANTES, Pedro (Org.). São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado, Campinas, IE Unicamp, 2011.
- FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento*. Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- _____. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GENRO, T.; DUTRA, O. *O desafio de administrar Porto Alegre*. Porto Alegre, 1989.
- HARVEY, David. *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. In: Rev. Espaço e Debates. São Paulo: Cortez, n. 6, jun./set. 1982.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.
- HEREDA, J. F.; ALONSO, E. *Política urbana e melhoria da qualidade de vida em Diadema*. In: BONDUKI, Nabil (Org.). *Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- LESSA, C.; DAIN, S. (1980). *Capitalismo Associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento*. In: BELLUZZO, L.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, v. 1, 4. ed. Coleção 30 Anos de Economia - Unicamp, n. 9. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p. 247-65.
- MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Org.) *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011a.
- _____. *Metrópoles desgovernadas*. Estudos Avançados (USP), São Paulo, n. 25, p. 7-22, 2011b.
- _____. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- _____. *Metrópole na periferia do capitalismo: desigualdade, ilegalidade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- OLIVEIRA, F. L.; SANCHEZ, F.; NOVAIS, P.; BIENENSTEIN, G. (Org.). *A cidade e a copa*. Rio de Janeiro: EDUFF (no prelo).
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. In: Estudos CEBRAP 2, Edições CEBRAP, 1972.
- _____. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ONU – Habitat. *Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana*. Pnud, 2012.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? Trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- ROLNIK, Raquel. *Copa e Olimpíadas vão deixar gente sem teto. Galileu* (São Paulo), Rio de Janeiro, v. -, p. 82 - 82, 01 jun. 2012.
- ROYER, L. Financeirização da política habitacional. Tese de Doutorado, São Paulo, FAU-USP, 2009.
- SAMPAIO Jr., Plínio A. *O impasse da formação nacional*. In: FIORI, José L. Estudo e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, 1990.
- SCHWARCZ, R. *As ideias fora do lugar*. In: Estudos Cebrap, n. 3, 1973.
- _____. *Desapareceu a perspectiva de um progresso que torne o país decente*. Entrevista ao Jornal Folha de S.Paulo, 11 ago. 2007.
- SILVA, H.; CASTRO, C. *A legislação, o mercado e o acesso à habitação em São Paulo*. In: Workshop Habitação: Como Ampliar o mercado? São Paulo, 1997.
- TAVARES, M.; FIORI, J. (Org.). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- VAINER, C. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano*. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

As mudanças sociais recentes e a questão racial

Mário Theodoro

Os limites do enfrentamento da pobreza e da desigualdade

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo em 2002 constituiu um marco no enfrentamento ao renitente quadro de iniquidade nacional. As conquistas sociais de redução dos índices de pobreza e miséria, notáveis do ponto de vista de nossa história, lograram a reversão de uma tendência de aumento dos índices de desigualdade que nos acompanhava desde os anos 1980. Programas como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, de inegável sucesso, são hoje referências para o mundo. A redução da pobreza e da miséria é incontestável: até 2011, o programa Bolsa Família havia retirado 14 milhões de pessoas da miséria; e a partir de 2011, o Programa Brasil Sem Miséria, de forma complementar, possibilitou a outros 22 milhões de brasileiros saírem da extrema pobreza. Esses números demonstram a pujança do projeto de mudança social que vem sendo posto em prática pelos governos do PT.

Mas, essa ascensão social da população mais pobre ainda é restrita e grandemente dependente da existência desses programas. Além disso, os níveis de desigualdade e da própria incidência da pobreza e da miséria continuam extremamente altos. Segundo dados publicados em recente relatório intitulado Estado da insegurança alimentar do mundo em 2012, da ONU, o Brasil ainda tem

cerca de 13 milhões de pessoas em situação de fome ou desnutrição. A mudança estrutural almejada, aquela que vai dar a esse nosso país um perfil distributivo mais equânime e uma sociedade mais igual, para ser efetivada, deverá contar com a utilização de outras ações e instrumentos de políticas públicas, que venham a complementar os programas de enfrentamento direto da pobreza e da miséria.

Não podemos perder de vista o fato de que nossa sociedade é historicamente desigual. Uma desigualdade que deixou sequelas significativas, entre as quais a própria resistência às mudanças. Apesar dos já mencionados resultados de redução da pobreza e da miséria obtidos nos últimos dez anos, há ainda no Brasil, de um modo geral, um grupo restrito de muito ricos, um contingente um pouco maior detentor de um padrão de vida que poderia ser considerado como verdadeiramente de classe média e, finalmente, uma enorme parcela mais pobre. E a clivagem racial acompanha a segmentação social. Nos estratos de mais alta renda há a predominância da população branca, nos de mais baixa renda, prevalecem os negros.

Por outro lado, a persecução de um projeto igualitário já começa a se avizinhar dos limites impostos por essa nossa sociedade estruturalmente desigual. Os discursos dos aeroportos lotados, do aparecimento de “gente diferenciada” nos shoppings centers, das consequências nefastas para o trânsito nas grandes cidades, pela excessiva popularização da venda de automóveis, entre outros, são sinais do desconforto que um perfil mais equânime pode trazer para nossa sociedade. Uma sociedade que estremece ao pensar em viver sem o serviço doméstico, sem os prestadores de serviços diversos que por todo lado pontuam nossas vidas, vigiando ou lavando nossos carros nas ruas, organizando a parte mais caótica de nosso cotidiano.

O ponto que gostaríamos de destacar nesse artigo é o de que a desigualdade no Brasil tem como cerne a questão racial. E quando estamos falando de desigualdade, o fazemos em seu sentido amplo, não apenas no que tange a disparidades nos salários e outros rendimentos, mas também quanto ao acesso à terra, aos serviços urbanos etc. Neste artigo, o que intentaremos abordar tem a ver com a existência de disparidades sociais que fazem com que, lado a lado, ainda convivam grupos de alta e média rendas, assistidos por políticas públicas e pelo chamado Estado de Direito, e populações em situações que o professor Pedro Demo chamou de pobreza política, sem acesso aos serviços públicos

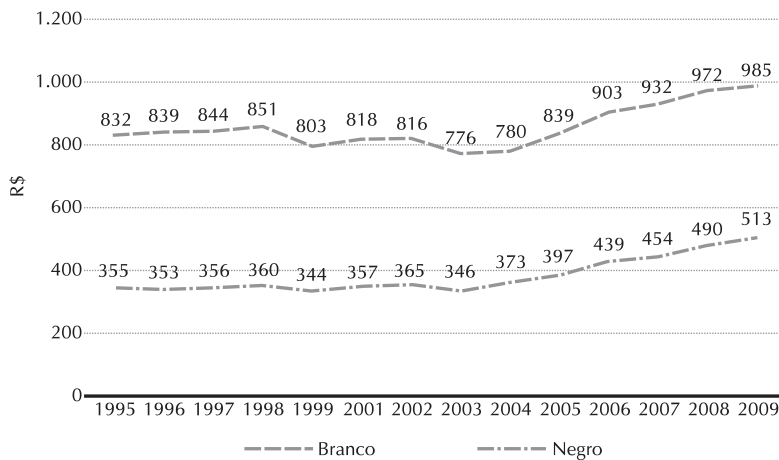
básicos de educação, saúde, saneamento, segurança pública e equipamentos urbanos, além baixos rendimentos.

Os dados recentes demonstram que, a despeito dos avanços sociais já descritos, os diferenciais raciais continuam presentes. O **Gráfico 1** traz a evolução da renda domiciliar per capita média das populações negra e branca, entre 1995 e 2009. Observamos que a partir de 2003, com a chegada do governo Lula, houve uma visível alteração de comportamento que fez com que os rendimentos de um modo geral assumissem uma trajetória consistentemente ascendente. Cresceram os rendimentos dos negros e dos brancos. Entretanto, a despeito desse cenário positivo, observamos que, em termos absolutos, não houve aproximação entre os dois grupos. Os rendimentos crescem nos dois casos, mas mantêm uma trajetória de paralelismo. Não se tocam, nem mesmo se aproximam, preservando uma diferença da ordem de 450 reais, ainda que relativamente haja uma aproximação.

O que importa aqui fixar é que as atuais políticas de combate à pobreza e à miséria, por não serem complementadas por outras políticas, estão produzindo ou reproduzindo as desigualdades causadas pela vigência do racismo em suas diferentes facetas. O diferencial entre os rendimentos de negros e brancos não será eliminado sem a adoção de políticas direcionadas especificamente para o enfrentamento do problema racial. A despeito da pujança de programas, como Bolsa Família e Brasil Sem Miséria, muitas das portas e janelas sociais continuam fechadas à população negra. Em uma palavra: a sociedade brasileira não comungará com um projeto igualitário sem que os nós e as amarras do racismo sejam desfeitos.

Outro dado que vem corroborar nossa assertiva se refere ao perfil da população que ainda se mantém em situação de miséria, aqueles que não lograram sair da pobreza extrema, pois não foram ainda contemplados pelas ações governamentais. Segundo se depreende dos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em recente publicação sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2012, entre 2002 e 2012, justamente o período de atuação dos programas direcionados à redução da pobreza e da miséria, a participação da população negra entre os miseráveis cresceu 15%. Isso significa dizer que a população branca está sendo atendida em primeiro lugar, deixando a população negra para traz.

Gráfico1 – Renda Domiciliar per capita média por cor/raça de chefes de família – Brasil e Regiões, 1995 a 2009



Fonte: Ipea, a partir dos microdados da Pnad, IBGE.

A ausência do ano 2000 no gráfico decorre de não ter havido Pnad nesse ano.

E quando observamos acaso da evolução contingente de pobres por raça/cor e gênero, temos a comprovação do viés. Entre 2002 e 2012, a participação da população branca entre os pobres caiu 19,6% enquanto que a participação da população negra subiu 8,2%. Quando fazemos o corte por gênero e raça/cor, observamos que a maior redução se deu no caso dos homens brancos, cuja participação caiu 22,4%, seguido das mulheres brancas cuja participação entre os pobres caiu 17%. Já para o caso da população negra, o maior aumento incidiu sobre a mulher negra, cuja participação entre os pobres cresceu 10,6%, enquanto que no caso dos homens negros esse percentual subiu 5,9%.

É um velho filme que insiste em se repetir. Os mais contemplados pelas políticas públicas, mesmo aquelas direcionadas para os mais necessitados, têm sido sempre os grupos de população branca. Esse privilegiamento foi identificado por muitos estudiosos das políticas públicas e da questão racial. Autores como Maria Aparecida Bento, Hélio Santos, Eliane Cavalleiro, Hédio Silva Jr., entre outros, têm chamado a atenção em seus trabalhos para o fenômeno. O racismo está plena e ostensivamente presente nesse processo de filtragem, e, enquanto não for enfrentado, continuará fazendo do Estado e de suas ações mais um possante motor de reprodução da desigualdade com a clivagem racial.

No caso brasileiro é, portanto, notória e explícita a desigualdade social, plotada sobre uma clivagem racial, fruto de uma história de racismo e exclusão da população negra. É a partir da existência do racismo como ideologia dominante, que se molda um cenário de naturalização da desigualdade e de imobilismo institucional. A desigualdade naturalizada habita nosso dia a dia, nossos corações e nossas mentes.

O resultado final é que seguimos sendo extremamente desiguais e, mais do que isso, abusamos da desigualdade. Somos campeões nesse quesito. O país mais rico da América Latina é também um dos mais iníquos, concentrando, assim, pobreza e indignidade em níveis exacerbados. Esse é um estigma que carregamos há séculos e com o qual convivemos até com grande resignação. Qual a explicação para o fato de que o país Brasil, que apresentou taxas de crescimento das mais expressivas no século passado, conviva ainda com nichos importantes de pobreza e desigualdade? Como entender a renitência da pobreza em meio à abundância? Que processo histórico particular é esse que possibilita a convivência de extremos – muito ricos e muito pobres – que se complementam em uma, até certo ponto, harmoniosa ambiência?

Sobre essas questões têm-se debruçado diversos autores. Wanderley Guilherme dos Santos utiliza-se do conceito de Cidadania Regulada para explicar, de um prisma mais institucional, tal cenário. Milton Santos percebeu a existência de dois circuitos, um inferior, outro superior, conviventes no mesmo espaço econômico como característica mais importante da reprodução da desigualdade. Raimundo Faoro nos fornece as pistas históricas da formação de uma elite cuja concretude se apóia no patrimonialismo oligarca. Patrimonialismo este que Sérgio Buarque de Holanda tão bem decifrou em sua obra e que, de acordo com o autor de Raízes do Brasil, vai forjar uma história de pactos e concertos internos a essa mesma elite para nortear nossa trajetória social.

Trata-se, é bom que se diga, de uma elite que nunca perdeu; que em nenhum momento foi colocada efetivamente no canto do ringue. Uma elite que jamais se viu constrangida a abrir mão de privilégios, que tem sido, através dos séculos, a protagonista maior das efetivas mudanças políticas e institucionais e que tem logrado manter-se no poder, seja incorporando novos segmentos, seja ressignificando velhas alianças, mas sempre com um projeto de dominação e de país, que passa ao largo da dimensão da equidade.

A continuidade da trajetória, não apenas de erradicação da pobreza e da miséria, mas de construção de uma sociedade de iguais, a que se propôs o Partido dos Trabalhadores (PT) quando da chegada ao governo, só será garantida se enfrentarmos o cerne dessa desigualdade: o racismo e seus desdobramentos. É esse enfrentamento que se constitui na pedra angular de um projeto de país há muito sonhado.

O racismo e seus desdobramentos

O Brasil é naturalmente diverso, étnica e culturalmente; e historicamente desigual. A convivência entre indivíduos racialmente distintos, fruto de uma trajetória histórica específica forjou, de outro lado, uma sociedade extremamente desigual. O passado escravista foi um marco importante em nossa história. Sua superação não logrou a supressão do racismo. Ao contrário, o racismo ganhou novos contornos, e evidenciou-se como elemento fulcral da desigualdade brasileira.

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, de outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, abrindo oportunidades para uns, cerceando caminhos de outros, moldando uma sociedade desigual baseada justamente na clivagem racial.

A sociedade racista desenvolve mecanismos, uns mais sutis, outros nem tanto, de exclusão, restrição, limitação, sujeitando o indivíduo negro a condições de imobilidade social associada à pobreza e à miséria, quando não a situações ainda mais graves que levam à alienação e, no limite, à morte.

O racismo se desdobra em duas grandes vertentes. A discriminação e o preconceito racial. A discriminação é o racismo em ato. Pode ser um xingamento, uma agressão física, um impedimento de circulação em determinados ambientes tidos como “refinados”, entre outros. A discriminação geralmente é um ato personalizado. Um indivíduo ou um grupo submete outro indivíduo ou grupo a esse tipo de ato. No Brasil, desde a década de 1950, a discriminação foi tipificada como ilícito penal. Primeiramente como contravenção,

com a Lei Afonso Arinos de 1951, e mais tarde, nos anos 1980, como crime imprescritível e inafiançável (Constituição Federal, de 1988, e Lei Caó, de 1989). Ainda que a legislação atual fale em preconceito racial, ela está direcionada para as práticas de discriminação racial.

O preconceito é algo menos explícito. Ao contrário da discriminação, não consubstancia ato manifesto. Antes, o preconceito é algo velado, é a intromissão dos valores racistas pelos indivíduos que assim passam a nortear suas práticas cotidianas. Do preconceito, o que se percebe é apenas o seu resultado: a não ascensão profissional do indivíduo negro a despeito de suas qualidades profissionais, a escolha recorrente de alunos brancos como representantes de sala, etc. Por sua natureza de ação que se desenvolve de forma oculta, encoberta, o preconceito atinge dimensões gigantescas em sua velatura. A ausência de negros em posições de comando nas grandes empresas, a inexistência de negros em postos de destaque no Estado ou na Igreja são marcas indeléveis do preconceito em sua dimensão maior, também conhecida como racismo institucional. O racismo institucional é a forma mais sofisticada e bem acabada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico-institucional. Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil.

Também é certo que em muito contribui o racismo como ideologia, na medida em que, como já enfatizada, por seu intermédio a condição de pobreza e de miséria finda por naturalizar-se. A sociedade não vê a existência de pobres, de mendigos, de população habitando lixões, como algo a ser enfrentado. Ao contrário, tudo isso faz parte da paisagem social brasileira. O racismo impede que as pessoas vejam os pobres e miseráveis como seus iguais. É como se existissem categorias distintas de pessoas. Para um grupo a cidadania plena, para outros, “a vida como ela é”... Está criado assim o caldo de cultura para a perpetuação da desigualdade. E o racismo e seus desdobramentos têm papel central nesse processo.

O lugar das políticas de ação afirmativa

Se e discriminação racial é um caso de polícia, visto que a legislação prevê penas importantes para os casos tipificados, o preconceito é um caso de

política. Política de ação afirmativa. As ações afirmativas constituem-se nos instrumentos de ação concebidos especificamente para o enfrentamento do preconceito e do racismo institucional. São políticas talhadas para a abertura de oportunidades aos segmentos historicamente prejudicados, valorizando esses segmentos como grupo, proporcionando a ascensão social e revertendo expectativas e estereótipos.

Jaccoud e Beghin (2002) caracterizam as ações afirmativas como aquelas que:

(...) visam tratar de forma diferenciada e privilegiada por um espaço de tempo restrito, os grupos historicamente discriminados. Seu objetivo é buscar garantir a igualdade de oportunidades adotando um tratamento preferencial para permitir que tais grupos alcancem um nível de competitividade similar aos demais grupos sociais. (...) Dessa forma, aparecem como centrais nas políticas de ação afirmativa aquelas medidas que objetivam preparar, estimular e promover a ampliação da participação dos grupos discriminados nos diversos setores da vida social, especialmente nas áreas de educação, mercado de trabalho e comunicação (op. cit., p. 47).

Assim as ações afirmativas constituem o cerne do enfrentamento ao preconceito racial e, em decorrência do próprio racismo, sua preponderância aumenta em função da importância da clivagem racial. No caso brasileiro, por tudo que foi aqui apresentado, as ações afirmativas assumem papel fundamental.

Nessa perspectiva, as ações afirmativas são instrumentos basilares na complementação das políticas sociais de forma mais ampla, bem como das ações de combate à pobreza e à miséria. Sem a adoção de programas de ação afirmativa, as políticas sociais ficam à mercê do preconceito e do racismo institucional.

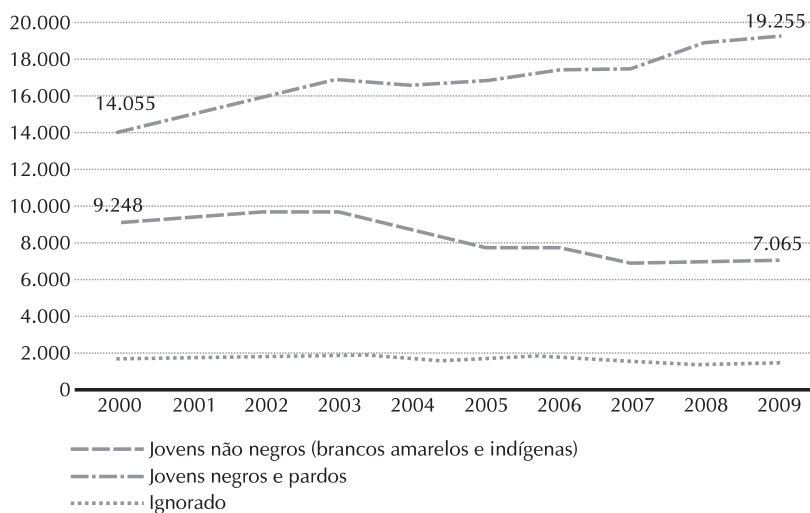
Isso se verifica para o exemplo anterior, do **Gráfico 1**, para o qual só será possível a aproximação da renda entre negros e brancos se forem implantados os programas de ação afirmativa que combaterão o preconceito e seu fechar de portas, proporcionando a possibilidade da ascensão social e econômica do Negro.

Outro cenário não menos importante da presença do racismo se refere à absurda e ignominiosa taxa de homicídios da nossa juventude negra. O **Gráfico 2** apresenta a evolução do número de mortes por homicídio, entre jovens negros e brancos, no período de 2000 a 2009.

Em 2000, a diferença entre a incidência de morte por homicídios de jovens brancos e jovens negros era da ordem de 52% (9.248 homicídios de jovens

brancos, contra 14.055 de jovens negros), passou para 173% (7.065 brancos contra 19.255 negros). Duas constatações a se ressaltar. A primeira tem a ver com a bem-vinda redução dos homicídios contra jovens brancos, o que deve ser saudado como alvissara. Mas, no caso da juventude negra o quadro foi radicalmente diferente. Ao invés da redução, houve um aumento explosivo e contundente. Os dados mais recentes do Mapa da Violência já demonstram que já são mais de 20 mil jovens negros mortos por homicídio por ano no Brasil. Isso significa que, a cada 25 minutos, temos um jovem negro assassinado. São números de país em guerra.

Gráfico 2: Número de homicídio entre jovens de 15 a 29 anos por cor/raça



Fonte: O mapa da violência 2011.

O que mais impressiona é o silêncio da sociedade face a tais números. Um silêncio que cala fundo na alma do país e que tem relação direta com a presença do racismo. Enquanto convivemos com o racismo, não teremos um país de iguais. As situações de penúria e de vulnerabilidade social de um grupo não causarão a comiserção e a solidariedade. O racismo necessita ser enfrentado sob pena de não virmos a conhecer uma sociedade mais justa e solidária...

Considerações finais

Intentamos aqui mostrar a necessidade de dar-se a real importância às políticas de ação afirmativa, como complemento indispensável das políticas sociais clássicas, e mesmo aquelas direcionadas ao combate à pobreza e à miséria. O racismo é um velho conhecido nosso. Ele atua segregando espaços e restringindo oportunidades para a população negra.

A sociedade impregnada pelo racismo molda instituições racistas. O racismo institucional é a forma mais acabada de mecanismo de exclusão e de negação da igualdade. Em um projeto de sociedade democrática e pluralista o Estado deve ser o motor das mudanças. E essas mudanças só ocorrerão na medida em que as ações afirmativas sejam utilizadas de forma efetiva e associadas ao conjunto das ações governamentais, sem o que continuaremos a reproduzir desigualdades, ainda que em patamares menores de pobreza e miséria.

Referências bibliográficas

- CEBELA/FLACSO. *O mapa da violência*. Rio de Janeiro, 2012 e 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). *Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE*. Comunicado n. 159, out. 2013. Brasília: Ipea, 2013.
- JACCOURD, L.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório sobre estado da insegurança alimentar no mundo - 2012*, 9 out. 2013, Roma, Itália.
- THEODORO, M. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil - 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

O lulismo e o petismo

Lincoln Secco

Os primeiros dez anos do novo século assinalaram uma renovação profunda da sociedade brasileira¹. Ao contrário do que os críticos dizem, Lula marcará uma era. A maior prova de sua importância histórica é que mesmo aqueles que preferem ver estagnação ou até retrocesso nos dois governos Lula sentiram-se atraídos por uma experiência intelectual que todos consideravam superada: a busca da síntese.

O artigo de André Singer sobre o lulismo foi o trabalho de maior relevância entre as diversas tentativas de interpretação do primeiro decênio do século XXI. Para a esquerda, o impacto só pode ser comparado a outro texto, escrito 30 anos antes em circunstâncias muito distintas: *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho².

Entre os méritos da tese havia a demonstração empírica da *popularização* do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo pesquisa do Instituto Gallup,

¹ Agradeço à leitura crítica de Eduardo Bellandi, Antonio David, Jean Tible e Sergio Domingues.

² Depois, o artigo transformou-se em núcleo de uma tese de livre docência brilhantemente defendida na USP e que se publicou como: SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Há muito tempo também não se via uma tese ou livro daquela instituição que retomasse a linha do ensaísmo provocador e capaz de ditar novos conceitos para a compreensão da realidade brasileira.

em janeiro de 1989 o partido tinha 20% de seus simpatizantes na “classe A” e 15,1% na “classe E”. Ao longo de sua história ele cresceu nas classes desprotegidas e se espalhou pelo Nordeste. Outras contribuições sobre as coalizões de classe e a natureza do reformismo lulista são inovadoras.

Um estudo afirmou que em 2006 houve “um esvaziamento da dimensão ideológica e do confronto de classes para explicar a vitória de Lula nas eleições de 2006”³. André Singer, por sua vez, aventou a hipótese de que houve uma diluição do embate entre esquerda e direita e uma repolarização entre ricos e pobres. Mas por que a contradição entre ricos e pobres não poderia ser lida como confronto de classes fora dos registros da “esquerda tradicional”?

Para André Singer, é porque “o subproletariado, a menos que organizado por movimentos como o MST, tende a ser politicamente constituído desde cima, como descobriu Marx a respeito dos camponeses da França em 1848. Atomizados pela sua inserção no sistema produtivo, necessitam de alguém que possa, desde o alto, receber a projeção de suas aspirações”.

O autor nos conduz a uma hipótese:

A hipótese que desejamos sugerir neste artigo é que a emergência do lulismo expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização. Por isso, aos esforços despendidos até aqui para analisar a natureza do lulismo, achamos conveniente acrescentar a combinação de ideias que, a nosso ver, caracteriza a fração de classe que por ele seria representada: a expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida.

Mas, diante deste fenômeno (popularização) cabia uma pergunta: ele se deu de forma abrupta devido à uma política de governo *depois* da vitória de Lula, ou havia um processo de longo prazo caracterizado pela moderação do discurso simultaneamente à *conscientização* da parcela mais pobre da classe trabalhadora? Ou seja: *quem moderou quem?* O PT havia se adaptado ao eleitorado mais pobre, mas será que este não havia aprendido nada durante 30 anos de participação política na democracia?

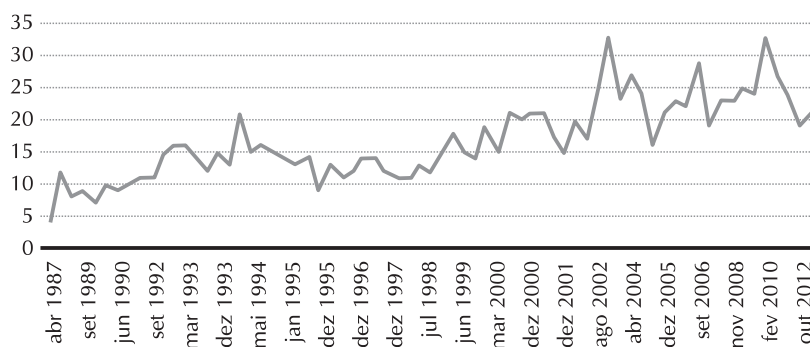
³ HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. *Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006*. Opinião Pública, v. 13, n. 2, Campinas, nov. 2007.

A preferência partidária pelo PT foi uma ascensão quase contínua. Os momentos de subida brusca teriam que ser longamente avaliados à luz de fatos da história política. Por exemplo: o esquentamento da campanha pelo *impeachment* aumentou o apoio ao PT no segundo semestre de 1992. O lançamento da campanha de Lula à Presidência, em 1994, promoveu o mesmo fenômeno. Por outro lado, as oscilações bruscas de 1989 podem derivar da campanha atípica e de grande violência verbal ou mesmo da metodologia dos diferentes institutos de pesquisa consultados, bem como da margem de erro (no caso do Ibope, quatro acima ou abaixo).

O ano-chave de 1989, embora resultasse de ampla mobilização popular e se expressasse no radicalismo do programa petista, deu a Lula uma ampla votação. Segundo dados de André Singer, entre os “descamisados” da época e que percebiam até dois salários mínimos (2 SM), Collor teve 51% e Lula 41%. Embora seja diferença significativa, não se pode considerar que o PT tivesse ali muito mais apoio entre os mais ricos, e bem menos entre os mais pobres. Não deixam de ser surpreendentes os 41%, se considerarmos a imagem radical do PT na época.

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a preferência pelo PT forma um “vale” no gráfico, caindo de 21%, em março de 1994, a 9% em dezembro de 1995. A recuperação com oscilações abaixo e acima é assinalada por uma clara linha de tendência ascendente no **Gráfico 1**, a partir de março de 1998 e, de forma consistente, desde o início de 2002.

Gráfico 1 – Preferência partidária pelo PT – 1987-2013

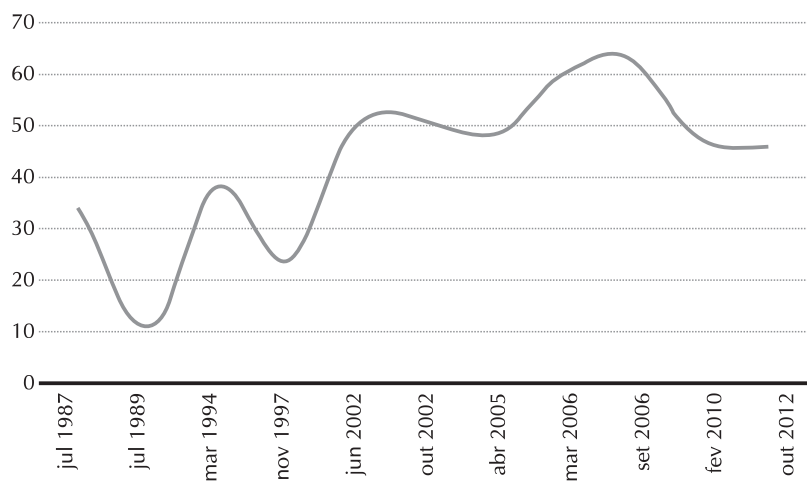


Fontes: Institutos Datafolha, Ibope (O Estado de S. Paulo), Fundação Perseu Abramo e Criterium.

Como se vê no **Gráfico 1**, a preferência pelo PT aumentou mais no período 1998-2002, do que no período 2002-2006. Entre 1998 e 2002, quando o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) enfrentou uma nova crise econômica, a simpatia geral pelo PT teve uma forte inclinação ascendente e o mesmo se pode dizer dos eleitores até 2 SM. Os eleitores nesta faixa de renda que preferiam o PT aumentaram de 8% a 15%, durante o segundo mandato de FHC, e apenas de 15% a 17% no primeiro governo Lula. Por isso, André Singer declarou com razão que “o partido já tinha em parte se popularizado ao receber o apoio inédito de eleitores de menor renda em 2002”. A simpatia pelo PT continuou a crescer entre os mais pobres nos anos seguintes, *mas a uma taxa menor*. No segundo governo Lula, o aumento voltou a ser expressivo, ainda assim foi menor do que no segundo governo FHC (de 17% a 22%)⁴.

A mudança pode ser também aferida na percentagem de apoio dos mais pobres apenas no universo de aderentes ao PT.

Gráfico 2 – Participação dos eleitores até 2 salários mínimos como porcentagem do total de apoiadores do PT.



Fontes: Fundação Perseu Abramo e Ibope para 2012.

⁴ SINGER, A. Op. cit., p. 107.

O grupo até 2 SM representava 24%, em 1997, e subiu a 52% (outubro de 2002) entre os que preferiam o PT; foi a 64% (setembro de 2006), mas em outubro de 2012 ficou em 46%, *abaixo do valor que alcançava antes da eleição de Lula*.

É verdade que se pode invocar o resultado efetivo das eleições. A estratificação social do voto entre 2006 e 2010 parece comprovar a popularização do partido. Só que não nega que não tivesse ocorrido antes. Todo o problema está em ocultar outros momentos de intensa popularização dos simpatizantes e até dos eleitores do PT, como 1989, 1994 ou o esquecido período 1998-2002. Em 11 de julho de 1994, por exemplo, quando Lula liderava a campanha, ele tinha 34% de apoio entre eleitores até 5 SM, contra 22% de FHC, segundo o Instituto Datafolha. Por que naquele momento os mais pobres tinham intenção de votar em Lula, apesar do discurso petista supostamente radical?

A contagem do peso do eleitorado pobre, entre os que preferem o PT, tem um significado histórico inconcluso. É que em julho de 1987, o PT tinha só 4% de preferência geral, mas entre seus apoiadores 34% recebiam até 2 SM. Era um partido proletário? Em 1989 eram somente 10%. Por que a preferência geral subiu? Era um partido de classe média? Em 2012, foram 46% de preferência entre os mais pobres: voltou a ser popular?

Evidentemente as perguntas estão fora de lugar porque cada conjuntura é totalmente diferente das demais. O tamanho do partido mudou e também a renda dos trabalhadores. Em 2002, 41% do eleitorado estavam nas chamadas classes de renda “D” e “E”. Caíram para 24%, em 2010. A Camada “C” saltou de 41% a 57%, no mesmo período⁵.

Se o nível de renda é uma variável importante para definir as classes e o seu comportamento político, seria necessário mostrar que os eleitores de baixa renda que apoiavam o PT em 1989, e apoiaram a reeleição de Lula em 2006, perceberam depois o dobro da renda. Em julho de 1989, o mínimo não chegava a US\$ 100. Em junho de 2007, devido à valorização cambial, o salário chegou a 200 dólares. Mas, o fato é que o salário mínimo subiu 74% acima da inflação durante os oito anos de Lula.

⁵ O Estado de S. Paulo, 8 ago. 2011.

Estrutura e conjuntura

Uma explicação para a popularização do PT parece estar em duas conjunturas decisivas. Mas elas são muito diferentes entre si.

A primeira, de 1998 a 2002, pode ser aferida pela avaliação do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele iniciou o primeiro mandato com apenas 16% de avaliação negativa, mas no primeiro ano do segundo mandato 56% dos eleitores avaliavam-no como ruim e péssimo. Em dezembro de 2002 eram 36%⁶. Porém, desta conjuntura o PT só saiu como alternativa de poder obviamente *por causa de sua história*. Afinal por que o PDT ou o PSB não foram competitivos em lugar do PT?

Decerto escolhas táticas ajudaram o partido. Mas, a vitória de 2002 não foi resultado da *Carta ao povo brasileiro* ou de mudanças do programa partidário. Aliás, quem o lê? Lula subiu nas pesquisas a partir de agosto, mas já partia de um patamar alto (39% pelo Ibope, divulgado em 4 de setembro). A *Carta ao povo brasileiro* pode ter tido importância tática, todavia só um partido capaz de se posicionar estrategicamente como oposição poderia servir-se daquele expediente.

Para isso, o PT viveu antes uma *história*! Ele teve que se desvencilhar da concorrência do PDT e do brizolismo, foi ajudado pelas opções conservadoras e impopulares do PSDB e pela decadência ideológica do PMDB. Também soube resistir às tendências internas que defendiam a adesão ao governo Itamar Franco, não se aliou ao PSDB (como também queriam muitos de seus dirigentes), e manteve seu papel de principal oposição organizada nos governos que ocupava *e nas ruas*.

Entre 1990 e 1994, o PT viveu a crise interna do fim do socialismo real, manteve sua identidade socialista, pagou por certo isolamento e até elegeu uma direção de esquerda. Nos oito anos de governo FHC a situação mudou. O neoliberalismo guiou a política brasileira, mas, graças à oposição (principalmente do PT), os valores neoliberais não se impuseram integralmente.

Entretanto, houve uma interpenetração dos contrários e o PT cresceu como alternativa de governo no mesmo ritmo em que os seus dirigentes aceitavam

⁶ Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=21>. Consulta em: 6 set. 2012.

parte das premissas neoliberais. Dessa forma, o PT, que chegou ao governo federal, optou por manter-se como oposição interna ao neoliberalismo e não como antagonista radical⁷. Decerto, ele mudou os rumos do país, só que no interior do quadro ideológico dominante. Talvez a América Latina como um todo, malgrado as diferenças de radicalismo verbal, tenha afirmado uma descontinuidade, no quadro da continuidade do eixo fundamental, de sua história recente.

Como se explica isto?

É que esses valores não eram exclusivos até 2002, porque o PT se lhes opunha. Uma vez no governo, o próprio PT deixou de ser um dique de contenção àquela ideologia e, paradoxalmente, foi aí que ela se enraizou em parte expressiva da população. Trata-se da hegemonia tardia do neoliberalismo. A partir daí, o PT ocupou um poder político assediado que lhe minaram ainda mais suas chances de radicalização.

A segunda conjuntura decisiva que explica a popularização do PT foi bem caracterizada por André Singer, quando ele escreveu que aconteceu uma “nova fornada de popularização por subtração, ao perder a simpatia dos eleitores de classe média”⁸, depois dos escândalos de 2005.

O problema é que se acreditarmos que a popularização do PT se deu em 2005, isto significaria que ela foi produto direto do governo, e não da história do partido e da ação de suas bases sociais. Mas, se considerarmos que ela é fruto do fracasso do governo FHC e da força do PT, como alternativa nos seus primeiros 20 anos de atividade, isto implicaria dizer que a popularização não é apenas um resultado das políticas sociais do governo Lula.

Parece então que o cerne do problema está no lugar social que André Singer só revelou subsidiariamente. Mais do que uma questão setentrional, como ele assinalou, havia uma questão meridional⁹. Invertida, é claro. Uma

⁷ Não se trata apenas de uma escolha subjetiva de dirigentes. Alterações “objetivas” que aqui não podem ser analisadas contribuíram para o *aggiornamento* petista. Ver: SECCO, L. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 3 ed., 2012.

⁸ SINGER, A. Op. Cit. p. 108.

⁹ Gramsci tratava da questão meridional como necessidade de quebrar o apoio do bloco agrário do sul (que incluía os camponeses) aos industriais do norte. No Brasil, esta questão seria

pista disso é o fato de que malgrado o PT manter-se no poder ele se viu cada vez mais acuado pelo tema da corrupção. De novo cabia a pergunta: é um assunto de interesse dos mais pobres? De fato é, mas sob uma ótica diferente, como veremos.

A subtração da classe média

Em 2005, os principais líderes do PT foram acusados de liderar o maior esquema de compra de deputados da história da Câmara: o mensalão¹⁰. Em dezembro daquele ano Lula desceu a 29% de popularidade, segundo o Instituto Datafolha. Depois que José Dirceu e vários outros dirigentes foram afastados da cena principal, os holofotes se dirigiram para o presidente e ele ficou à beira do *impeachment*. A pergunta de todos era: “Ele sabia?”.

Mas, esta questão não atingia a raiz do problema, pois era para ser formulada, não para ser respondida. A resposta implicava uma derrota, um apoio objetivo aos adversários do PT que, bem ou mal, apresentava-se como uma agremiação política voltada ao atendimento das carências das classes desamparadas. *Apesar de tudo*, elas apoiaram a reeleição do presidente Lula.

Com o fracasso eleitoral do PSDB, a imprensa assumiu a condição de um partido de oposição. No jornal *O Estado de S. Paulo* a palavra *corrupção* no período Lula (2003-2010) aparece 18.766 vezes, contra 14.118 das edições do período FHC (1995-2002): um aumento de 33%. Na revista *Veja*¹¹ este aumento foi bem maior.

É só um índice, pois se ignora o contexto da palavra. Contudo, uma pesquisa mais apurada em veículos impressos de grande circulação constatou que em 2005, na revista *Época*, 84% das referências ao governo Lula eram negativas, e na revista *Istoé* 93%. A revista *Veja* apresentou 100% de enquadramentos ne-

a mesma, só que geograficamente se trataria de uma questão setentrional, como lembrou Otto Maria Carpeaux num artigo pioneiro sobre Gramsci. No caso do PT, a sua questão é invertida não espacialmente, mas socialmente. Ele precisa conquistar as classes médias.

¹⁰ Foi o suposto pagamento de uma mensalidade aos deputados para que apoiassem propostas do governo Lula no Congresso Nacional.

¹¹ Cotejo do período 1995-2002 com 2003-2009. O ano de 2010 ainda não havia sido digitalizado.

gativos¹²! Mesmo assim, em pesquisa encomendada pelo próprio PSDB, 31% disseram que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o mais corrupto de que têm lembrança, contra 21% que viram mais corrupção sob Lula¹³.

Por que parte da classe média tradicional desertou? A oposição ao PT resultava tanto de uma *base material* quanto de uma ideologia disseminada pelos meios de comunicação.

A pequena burguesia atacava os impostos porque sua racionalidade microeconômica os revelava como contração de sua margem de lucros. A classe média tradicional mimetizava aquele comportamento. Para ela não era o capital o seu adversário, e sim o Estado, acusado de contrair os seus salários por meio de uma tributação regressiva, gastos sociais com os pobres, burocracia e corrupção. A corrupção seria também responsável pela diminuição das receitas estatais, portanto da manutenção de impostos supostamente altos.

Isto explica a força do discurso midiático contra a corrupção e o “aparelhamento do Estado”. Que a classe média tradicional repercuta a propaganda é esperado, posto que ela não tivesse razões materiais imediatas para votar no PT. Sobrava o voto pseudo-ideológico que aparecia como “consciente”, mas se baseava no ódio. Enquanto o verdadeiro voto consciente (aquele que apreende os limites da ação governamental e da escolha eleitoral) aparecia como não ideológico, simplesmente porque não se enquadrava na camisa de força da esquerda ou da direita partidárias.

Que o PT não resolveu sua relação com a classe média resulta tanto de uma questão material, portanto, quanto do erro de naturalizar um comportamento social: *a classe média seria assim mesmo...* Esta é a razão pela qual o partido oscilou, desde 2005, entre a defesa envergonhada de seus dirigentes apeados do poder pelo mensalão e o seu simples abandono político. É que a corrupção, como nós vimos, se tornou o mantra da *direção política da classe média: a grande imprensa monopolista*.

Aqui reside mais um ingrediente da ideologia lulista. Os dirigentes do partido acreditaram que entregar numa bandeja a cabeça de José Dirceu acalmaria a imprensa e livraria os demais de uma perseguição infinita. Mas, aconte-

¹² SILVA, Vevila Junqueira. *O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento*. Bauru: Unesp, 2008, p.108.

¹³ Folha de S.Paulo, 24 set. 2011.

ceu o contrário. O escândalo de 2005 continuou a pairar como eterna nuvem ameaçadora. Neste caso, a ilusão de que podia recusar o confronto foi pior, embora pareça ter sido justificada *a posteriori* com o triunfo eleitoral.

Ao recusar-se a defender abertamente seus velhos dirigentes, o PT não evitou o confronto simplesmente porque a ofensiva estratégica não era dele. A oposição não precisava ter uma máquina partidária, nem a capilaridade social petista. Bastava-lhe apelar para a guerrilha eletrônica e obter esmagadora maioria só nos locais e momentos de ataque. Por isso, a recuperação da preferência geral do eleitorado pelo PT (conforme o **Gráfico 2**) não se deu por ausência de confronto (“ignorado” só pela direção petista), *mas apesar dele ou talvez por causa dele*.

A resistência aos ataques desde 2005 adveio das bases petistas (Processo de Eleição Direta, PED de 2005) e, especialmente, da rede de comunicações alternativa que se esboçou naquele período (desde a internet até as conversas miúdas do dia a dia). Também pesou a favor o fato de que os petistas cassados recusaram-se a assumir uma culpa que não tinham, e, aos poucos, aceitaram a natureza política do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mesmo no Estado de São Paulo, onde o PT nunca governou (embora tenha administrado municípios importantes), Dilma Rousseff obteve 46% dos votos válidos em 2010. Isto pode significar que a classe média vive uma crise de representação (atestada pela crise do DEM e do PSDB) e que até o PT poderia lhe disputar o apoio, ou ao menos dividi-la se o lulismo não necessitasse da conciliação com o grande capital. Para não fazer este enfrentamento, é mais fácil caracterizar a classe média como *naturalmente* reacionária.

Mas o lulismo naturalizou outro comportamento de classe, como veremos.

Conservadores?

A ideia de que os mais pobres são sempre desorganizados é equivocada. O setor “desorganizado” também luta e se organiza, embora não da maneira politizada pelos valores tradicionais da esquerda. A classe trabalhadora de baixíssima renda porta valores, consciência e projeto político como todas as demais frações de classe.

Tais classes desamparadas se compõem de pessoas cuja condição comum é a incerteza do dia seguinte e o caráter trágico da existência cotidiana. E é verdade

que ao menos nos centros urbanos muitas vezes as pessoas pobres, formalmente assalariadas ou não, moram próximas e têm empregos rotativos, o que torna um exercício meramente acadêmico separá-las. Elas passam de uma condição a outra com facilidade, sem deixar de agir como os desassistidos de sempre.

Esta classe desamparada defendia a ação do Estado, o qual sempre se confundia com a Ordem estabelecida, mas também com o impulso para a mudança, *aparentemente* a partir de cima. Isto significa que a base social de Lula não é passiva e manipulada pelo líder e nem conservadora ou desorganizada. Os pobres só aceitavam mudar a partir do Estado, porque a sociedade civil era desestruturada e a repressão os levava à derrota em seu estágio final de lutas.

Os pobres *aparecem* sempre desagregados. Se os de cima se unificam *no* Estado (como ensinava Gramsci), os de baixo o fazem muitas vezes de forma esporádica e sob a tutela das violências estatais. Isso lhes traz uma desvantagem. Historicamente, os que se organizavam para a luta de classes permanentemente eram eliminados pelos aparatos de repressão. Mas, as populações do campo e da cidade também agiam “espontaneamente” e modificavam as instituições que se criavam para tutelá-las.

A mobilização dos pobres é que exigiu o direito de voto e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por exemplo. Derrotadas pela violência estatal, às classes desprotegidas restava a delegação da representação a um líder, como *outra opção*. Ungido como demiurgo do real, este lhes roubava a iniciativa histórica, sequestrava seu passado de lutas e se acreditava o doador dos direitos trabalhistas.

Mas isto só era possível porque o atendimento das expectativas dos de baixo se tornara uma *necessidade histórica*. As massas participariam de qualquer maneira do consumo do capitalismo periférico. “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”, sintetizaria o político mineiro Antonio Carlos, em 1930. Por isso, *na história do Brasil o momento da afirmação dos direitos carrega em si o de sua negação*.

A *forma* que abrigou este movimento de contrários foi o varguismo, capaz de defender os trabalhadores e, ao mesmo tempo, impedi-los de se tornar ameaça à Ordem. Só que eles se tornaram uma ameaça mesmo assim e, por isso, foi “necessário” o golpe militar de primeiro de abril de 1964.

É verdade que a ascensão da renda das frações mais desprotegidas da classe trabalhadora não se fez necessariamente acompanhar dos valores políticos

do petismo. Deixo ao largo a discussão sobre o consumismo como imperitante¹⁴. Mas é comum lermos que a inclusão social sob Lula se deu pelo consumo: daí o viés consumista e conservador da “nova” classe trabalhadora. Ora, ainda que uma parte das pessoas que ingressam no mercado possa querer se diferenciar pela compra de serviços privados, não há nenhuma correlação comprovada entre consumo e ideologia política. Pessoas da classe média tradicional consomem mais e se consideram politizadas. Por que no momento em que os pobres ascendem, não teriam capacidade de consumir e manter suas preferências políticas?

É inegável que o governo petista deu um salto *quantitativo* no atendimento às carências da população. O que também era uma marca do petismo nas prefeituras. Lula duplicou, em termos reais, os gastos com a educação e quase quadruplicou o número de beneficiados por programas sociais¹⁵.

O número de pessoas que vivia abaixo da linha de pobreza (até um quarto do salário mínimo) caiu de 21,3%, em 2003, para 10,5% em 2008. Em 1995, o índice de Gini estava em 0,600. No final do governo de Fernando Henrique Cardoso era de 0,566¹⁶ e sob o governo Lula reduziu-se a 0,524¹⁷, embora seja uma queda modesta e sujeita a interpretações díspares, já que há uma discussão aberta sobre o comportamento da desigualdade funcional da renda.

Aqui reside a outra face da insatisfação da “classe média”. O lulismo não confrontou as grandes fortunas. Dados da Receita de 2011 revelaram que mais de 97% dos que declaram imposto de renda possuem apenas 49% do patrimônio. E 0,1%, ou cerca de 18 mil pessoas, concentram 26% do patrimônio. Por isso, “momentos em que houve uma melhora na distribuição de renda (...) jamais se consolidaram porque a concentração de patrimônio continuou basicamente a mesma”¹⁸.

¹⁴ Aliás, não encontramos em André Singer este erro.

¹⁵ DUTRA, J. E.; FERRO, F. *O Brasil no rumo certo: realizações do governo Lula*. Brasília, 2010.

¹⁶ Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

¹⁷ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pnad 2009. Quanto mais o índice é próximo de zero, menor é a concentração de renda.

¹⁸ DOMINGUES, Sérgio. *Lulismo e capitalismo continuam dando certo. Infelizmente*. Pímulas Diárias, 25 set. 2012.

Atribuir o lulismo a expectativas a-históricas de uma classe subproletária é um erro. A condição de classe conta. Mas, conta ainda mais como os indivíduos vivem sua experiência de classe. Se o discurso eleitoral apela ao “povo”, aos “empreendedores” etc, ele remodela a experiência de classe. A pessoa é trabalhadora, mas é interpelada como se fosse de outra classe.

Se ela fosse interpelada como membro da classe de origem, o Partido teria escolhido o caminho da revolução dentro da ordem. Mas a “revolução dentro da ordem” ou a conciliação não estavam dadas de antemão, não faziam parte de uma “essência” da classe. Uma vez colocadas em prática, as políticas públicas do lulismo condicionaram a luta de classes e a percepção que elas tiveram daquele processo.

O lulismo foi uma estratégia do petismo. Dizer que ela era a única capaz de manter o PT no governo foi algo conveniente para o campo majoritário do partido, mas no universo de possibilidades de 2002 havia outras escolhas.

Dessa forma, a principal qualidade do conceito, que é a de explicar um sistema de conciliação de classes dentro do qual se desenvolve um “reformismo fraco”, faz-se acompanhar de seu lado oposto: ele é resignado e, por isso mesmo, serve de amparo à *ideologia lulista* a qual naturaliza as classes sociais com o objetivo de apaziguar a luta de classes.

Ao se impor pela violência, pela *coterie* de amigos, e não pela forma do partido organizado, os de cima puseram o seu contrário: uma classe desprotegida e cujo protesto não se organizava na forma partidária ou sindical. Ainda assim, quando podia (e pelo voto) esta massa delatava as violências sofridas. O PT deu “um chute na porta”, entrou pela frente enquanto os demais adentraram pelos fundos. Não foram convidados, mas eles já chegaram à cozinha, olham de soslaio pela sala e, desde o mês de junho de 2013, já perguntam a um Lula visivelmente surpreso o que há nos quartos de cima.

Estrutura de classe do capitalismo industrial em transição

Marcio Pochmann

Desde a transição da velha sociedade agrária – predominante no mundo até o século XVIII –, ao novo capitalismo urbano e industrial, a estrutura social não tornou-se mais simplificada. Pelo contrário, ao longo do tempo passou a ser cada vez mais complexa e diversificada.

Isso porque o modo de produção capitalista requer, para a sua expansão, a existência de um centro dinâmico estruturado por economias satélites, apontada para a conformação de padrões de desenvolvimento desiguais e combinados. No centro dinâmico do capitalismo verificam-se mais claramente as principais implicações para a estrutura social, embora a periferia do sistema não deixe de revelar distinções significativas no interior das sociedades.

As modificações recorrentes na Divisão Social do Trabalho, no tempo e no espaço territorial, expressaram-se incondicionalmente como fenômenos históricos determinados pelo funcionamento de distintos modos de produção. É neste sentido que as classes sociais podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos. Ou melhor, como produto de um conjunto de estruturas, e suas relações com esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Em função disso, busca-se apresentar a seguir um conjunto de elementos sintéticos da transformação no modo de produção capitalista e suas conexões

com a estrutura de classe social. Contudo, são considerados alguns aspectos da relação entre capitalismo e classe sociais.

Capitalismo e classes sociais em transição

A natureza da diferenciação entre indivíduos e classes, bem como a sucessão de destinos pessoais e geracionais, encontram-se direta e indiretamente associadas à diversidade de organização das sociedades. Dois tipos fundamentais de estruturação social podem ser identificados, pelo menos, enquanto medida de mudança no interior das sociedades.

O primeiro tipo vincula-se ao sistema de castas, cuja existência de grupos hereditários apresenta-se praticamente impermeável às mudanças sociais. Assim, a estrutura de sociedade, ao longo tempo, terminou sendo referência geral das antigas sociedades agrárias, sem sinais importantes de mobilidade social.

O desenvolvimento das sociedades sem classes desconhecia, em geral, a presença da propriedade privada, mantendo por longo tempo a estabilidade nas relações sociais. Mas o estatuto social, definido pela hereditariedade, predominou até a consolidação do sistema de classes sociais, sobretudo com a emergência das sociedades urbanas e industriais, a partir da segunda metade do século XVIII.

O desenvolvimento da base industrial capitalista permitiu difundir um segundo tipo de estruturação da sociedade, caracterizado por significativas mudanças intra e interclasses sociais. Não obstante, a difusão da propriedade privada combinada à estruturação da sociedade em classes, ocorreu um conjunto de mudanças sociais significativas na passagem do velho agrarismo para o capitalismo industrial.

Em síntese, a repetição no tempo de segmentos similares e homogêneos foi o traço marcante das primitivas sociedades agrárias, enquanto nas sociedades industriais capitalistas generalizou-se a noção moderna de classe social.

Com o avanço da produção manufatureira, além de sua origem inglesa, especialmente pela difusão dos padrões de industrialização retardatária e tardia desde o século XIX, a estruturação da sociedade em classes passou a ser compreendida por dimensão global, ainda que prisioneira de condições fundamentalmente nacionais. A diversidade de possibilidades nas trajetórias pessoais e geracionais associou-se à consolidação da produção de manufatura,

gerando a expectativa da conformação de sistemas de relações sociais, relativamente menos heterogêneos entre países.

Nesse sentido, a inserção no mundo do trabalho configurou-se como referência na delimitação constitutiva e de desenvolvimento dos distintos estratos sociais. O aparecimento do termo “classe média não proprietária”, por exemplo, vinculou-se à diferenciação das ocupações assalariadas intermediárias, no interior da estrutura produtiva de base industrial. O que permitiu ser distinguida do tradicional conceito de classe média proprietária.

Em grande medida, a difusão do fordismo nas sociedades industriais ocorreu como norma na organização do trabalho e no estilo de desenvolvimento da produção de bens de consumo duráveis, ao longo do século XX. Ainda que marcadamente estadunidense, a estruturação do mercado de trabalho efetou-se considerando a menor insegurança no emprego e o rendimento associado a planos de cargos e salários praticados na grande empresa. Isso ocorreu, em geral, onde a produção de manufatura aumentou substancialmente, como nos países do centro do capitalismo mundial.

Também teve importância o papel do Estado, na definição do padrão de mobilidade social assentado nas sociedades industriais. As políticas públicas voltadas ao pleno emprego da força de trabalho, especialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, contribuíram decisivamente para uma nova estruturação social, em que a classe média possuía papel importante. Essa dimensão da classe média, mais associada ao desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, circunscreveu os países europeus no segundo pós-guerra.

Desde o último terço do século XX, contudo, o padrão de mobilidade social motivado pelos avanços da sociedade urbana e industrial sofre importantes alterações, inicialmente nos países de capitalismo avançado. O esvaziamento da produção industrial, combinado com a expansão do setor de serviços na economia, fez regredir a estrutura de classes até então existente.

Adiciona-se a isso que o predomínio das políticas neoliberais reorientou o papel do Estado, favorecendo o avanço da globalização desregulada e cada vez mais orientada pelo poder da grande corporação transnacional. A autonomização do poder das altas finanças ocorreu simultaneamente ao maior movimento de deslocamento das plantas industriais do antigo centro do capitalismo estadunidense para regiões periféricas, sobretudo asiáticas.

Resumidamente, o ambiente anterior de homogeneização do mercado de trabalho deu lugar a desiguais situações de trajetórias ocupacional e social. A passagem para um assalariamento multipolar levou, por exemplo, ao estilhaçamento da tradicional classe média não proprietária.

Em certo sentido, percebe-se a decomposição da classe média fordista, com a desconstrução da identidade, frente à crescente desvalorização dos diplomas, em meio à massificação dos ensinos técnico e superior, e à precarização generalizada dos postos de trabalho. Tudo isso consagrou a fase de ruptura do modelo, voltado à sociedade de classe média.

Ademais, com a transição da sociedade industrial para a de serviços, o peso da indústria decaiu mais rapidamente desde a década de 1970, acelerando um movimento já observado desde os anos de 1950. Nessa circunstância, a temática da classe média ganhou novas perspectivas a partir dos serviços.

Para alguns autores, a estrutura de classes até então existente sofreu pressão direta das ocupações derivadas do trabalho imaterial, relacionado ao maior peso do conhecimento. Ou seja, a gradual alteração da estrutura social, compatível cada vez mais com a ascensão de uma economia desmaterializada, cuja diferenciação das formas de ocupação fez crescer também a noção de *insider* e *outsider* no interior do próprio assalariamento.

O antigo movimento de estruturação do mercado de trabalho até passou a dar lugar a trajetórias do desemprego, do contrato parcial de trabalho, entre outras formas de ocupação precária. Em grande medida, a passagem do fordismo para o novo sistema de produção (toyotista) terminou sendo acompanhada de crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante da incorporação dos ganhos de produtividade, sem proteção do Estado e ausência de regulação pública.

Pela sociedade dos serviços generalizados, nas economias capitalistas avançadas, a transição do padrão de mobilidade social ocorre seguida de importantes debates a questionar a utilização recorrente das clássicas categorias de classe social, conformadas anteriormente para a dinâmica própria do capitalismo industrial. Sociedade individualizada, sociedade líquida, classes de serviços, sociedades sem classes, multidões, classes globais, entre outros termos têm sido referências em profusão, nos estudos sobre transformações recentes nas estruturas sociais, no centro do capitalismo mundial.

Por conta disso, o desenvolvimento da produção com menor participação do setor industrial tem gerado certo paradoxo com o instrumental de análise a respeito da estruturação das sociedades. Tanto assim, que há sinais que apontam nova conformação social criada pelo capitalismo global, nem sempre comprometida com o regime democrático e com a expansão econômica e social.

De todo o modo, o debate a respeito da mobilidade social nas economias avançadas parece diferenciar-se em relação ao curso dos novos acontecimentos em diversos países, sobretudo os subdesenvolvidos. Isso porque observa-se tanto a difusão ainda em curso da industrialização tardia, por diversos países asiáticos, como em outros que mesmo sem completar plenamente a industrialização (América Latina) registram sinais de esvaziamento da produção de manufatura, em meio à emergência da sociedade de serviços.

Especialmente em relação à dimensão e ao conceito de classe média, a realidade das economias não desenvolvidas aponta para uma diversidade de situações pouco contempladas pelos estudos originados nas nações ricas. Se há o deslocamento na geografia global da produção industrial, a Divisão Internacional do Trabalho, particularmente da classe média, sofre alterações significativas, nem sempre consideradas pelos estudos recentes de mudança social.

Capitalismo da livre concorrência

Desde a primeira Revolução Industrial e Tecnológica, ocorrida na Inglaterra, que a velha estrutura social herdada do feudalismo entrou em decomposição. O entendimento a respeito da emergência do capitalismo, e suas consequências na estruturação da nova sociedade urbana e industrial, encontrou interessantes esforços interpretativos naquela oportunidade.

Na perspectiva anglo-saxônica, a transição do servo, pertencente à antiga sociedade feudal europeia, para a condição de operário urbano nas indústrias inglesas, em plena manutenção da nobreza, resultaria no aparecimento de segmento intermediário, identificado por classe média. Na realidade, tal classe seria a expressão da própria burguesia nascente e representada por industriais e comerciantes capitalistas emergentes.

Essa interpretação, contudo, não tardou a ser contestada. Pela perspectiva marxista, poderia haver uma classe intermediária aos extremos do desenvolvi-

mento capitalista concorrencial, estruturada entre ao pauperismo dos operários urbanos e a riqueza apropriada pela nobreza.

O avanço de uma onda da industrialização retardatária, disseminada em países como Alemanha, França e Estados Unidos, gerou novas interpretações a respeito de classes sociais presentes no capitalismo de livre concorrência. Além da perspectiva anglo-saxônica da classe média, como expressão da burguesia em ascensão, surge a visão de classe média associada ao desenvolvimento dos serviços urbanos, portadores da autogestão no interior do próprio trabalho.

Resumidamente, seriam segmentos sociais constituídos por trabalhadores intelectuais com interesses materiais e perspectivas ideológicas comuns, incapazes de serem estabelecidos na classe operária e na burguesa. A classe média dos serviços, expressa por ocupações mais intelectualizadas, foi uma contribuição dos anarquistas no final do século XIX.

Diferentemente disso, Karl Marx procurou afastar qualquer possibilidade da existência de classes intermediárias à polarização estabelecida entre as classes estruturais (operária e burguesa) da sociedade capitalista em expansão. Isso porque, o movimento de acumulação de capital se configuraria como o processo de proletarização do trabalho.

Mesmo havendo classes intermediárias, acima dos antagonismos diretos entre proletários e burgueses, elas seriam concebidas como provisórias. De um lado, a presença de uma pequena burguesia constituída por pequenos proprietários na agricultura, comércio e produção urbana, que seria apresentada como uma espécie de resíduo de sociedades pré-capitalistas.

De outro, a existência de segmentos assalariados compostos por empregados e técnicos superiores e portadores de relações ambíguas entre operários e burgueses. Esses segmentos intermediários estariam em fase de transição para a condição de proletarização, decorrente do movimento geral do capital.

Capitalismo oligopolista

Desde a segunda metade do século XIX, a força da segunda Revolução Industrial e Tecnológica e a irradiação da industrialização retardatária para outros países como Itália, Rússia e Japão, geraram mudanças ainda mais profundas no padrão de desenvolvimento capitalista. O impacto sobre a estrutura social

urbana e industrial não tardou a ocorrer, impulsionando um rico e diversificado debate, acerca do desenvolvimento capitalista e as classes sociais.

Isso porque com a grande empresa, o capitalismo de livre competição direcionou-se para uma estrutura competitiva oligopolizada, cujo preço final da grande empresa expressou-se pelo afastamento do exclusivo movimento entre oferta e demanda, para evoluir na definição de uma margem de lucro adicionada ao custo total de produção. O tamanho da margem de lucro tenderia a refletir o grau de monopólio da cada empresa.

Com isso, o preço da mão de obra empregada tornou-se custo fixo na grande empresa, cujo contingente de ocupados passou para a casa de milhares, ao invés dos perfis de micro e pequenas empresas vigentes até então. Neste sentido, a administração de múltiplas tarefas, associadas a grandes empresas, determinou o aparecimento de novas ocupações tecnificadas da produção, além das necessidades do chão de fábrica, como na supervisão, gerência e diretoria, entre outras tarefas da burocracia empresarial nas áreas de vendas, recursos humanos, compras, *marketing*, entre outras.

Em síntese, o predomínio das técnicas do fordismo compreendeu o formato de um novo contingente de quadros de níveis técnico e superior nas grandes empresas públicas e privadas. Ao mesmo tempo, a passagem do antigo Estado Mínimo, vigente no capitalismo de livre competição, para o Estado de Bem-Estar Social do capitalismo oligopolista, significou a ampliação do emprego público para cerca de um quarto da população ocupada.

De maneira geral, o emprego público representou uma absorção significativa de mão de obra qualificada, para dar conta de uma variedade de serviços de educação, saúde, assistências, entre outros de maior remuneração. Em virtude disso, a somatória do emprego de quadros médios e superiores, nas grandes empresas públicas e privadas e no setor público, permitiu ampliar a definição inicial de classe operária para a de classe trabalhadora.

Essa mudança importante na estrutura das sociedades urbanas e industriais convergiu para interpretações distintas, como no caso da definição da classe média. Logo na passagem para o século XX, ganhou destaque a controvérsia, gerada entre comunistas e social-democratas europeus, sobre estrutura social. De um lado, aqueles que identificaram o surgimento e fortalecimento de uma nova classe média relacionada às ocupações de gestores e técnicos, que não

diretamente associadas à relação capital-trabalho, mesmo que submetida às condições gerais de reprodução ampliada do capitalismo.

Por essa concepção, uma nova classe média viria a substituir a antiga, formada por pequenos burgueses (micro e pequenos empresários, artesãos, comerciantes e profissionais liberais, entre outros), que fora contida gradualmente pelo processo de centralização e concentração do capital oligopolizado. A ampliação dos segmentos ocupacionais intermediários resultaria da expansão da grande empresa fordista, capaz de alterar a velha estrutura social.

Por outro lado, a redução relativa da classe operária, identificada em relação ao total dos ocupados, seria percebida como insuficiente para diminuir o seu protagonismo no processo de transformação da sociedade capitalista. Tampouco comprometeria o papel da luta de classes, estabelecida no interior da sociedade gerada pelo modo de produção capitalista.

O caminho de “medianização” da sociedade seria observado como intrínseco à geração ampliada de ocupações de classe média e ao movimento de homogeneização do assalariamento regulado e estruturador do conjunto do funcionamento do mercado de trabalho. Isso tornou-se mais evidente nos países onde o Estado de Bem-Estar Social, com garantia de renda e a difusão do consumo de massa, mostrou-se uma realidade capaz de contrair o grau de polaridade entre as classes operária e a burguesia, especialmente durante os trinta anos gloriosos (1945-1975) de queda na pobreza absoluta, elevação da renda e pleno emprego da mão de obra nas economias centrais.

Capitalismo pós-industrial

A reconstrução europeia, ocorrida a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), transcorreu simultaneamente à difusão do processo de industrialização tardia em alguns países capitalistas da América, Ásia e África (África do Sul, Argentina, Brasil, Coreia, Índia, México, entre outros). A difusão do fordismo pelo padrão manufatureiro estadunidense impactou, generalizadamente, a ocupação nos países sem resultar, necessariamente, em mudanças semelhantes na estrutura social.

Ademais, as nações de industrialização madura (EUA, Japão, França, Inglaterra, por exemplo) passaram a conviver com decréscimo relativo da população

ocupada no setor industrial, comparativamente ao gigantismo do setor terciário, sobretudo serviços, a partir da segunda metade do século XX. Adiciona-se aqui, o processo de transição dos padrões de produção fordista da grande empresa para o toyotista, assentado na empresa enxuta, de menor hierarquia e contida burocratização nas bases técnica e superior, por meio da generalização das terceirizações, inicialmente nas ocupações de menor remuneração.

Com isso, uma série de interpretações surgiu buscando entender seus impactos sobre a estrutura das classes sociais, bem como acerca da classe média. De imediato, com a expansão do setor de serviços reacendeu o debate em torno do trabalho produtivo e improdutivo.

Em geral, o entendimento de que no capitalismo, ao final do século XX, não haveria mais sentido diferenciar o trabalho produtivo e improdutivo, uma vez que o conjunto dos assalariados estaria submetido à lógica do capital, sejam nas fábricas, escritórios, nos comércios, bancos, entre outros. Alguns traços disso associaram-se à redefinição da classe média assalariada, que encontrava-se tanto no setor privado – gerência, entre operários e proprietários –, como no Estado associado à administração do fundo orçamentário, intermediado por interesses públicos e privados.

Além disso, a mudança na composição das ocupações, estimulada pela queda relativa dos setores primário e secundário da economia, e elevação significativa dos serviços (produção, distribuição, social e pessoal), gerou interessante discussão sobre a natureza do capitalismo. Uma nova classe média dos serviços estaria sendo influenciada pela transição para a sociedade pós-industrial, capaz de alterar a polarização na estrutura tradicional de classes entre proletários e burgueses. Ao invés do conflito capital-trabalho, emergiram conflitos maiores entre detentores e não detentores das informações estratégicas.

É nesse sentido que se trataria de uma nova classe média portadora de futuro, com significativo poder sobre as formas de controle e técnicas racionais de dominação, que atingem a todas as esferas da vida social. Essa concepção, acerca da existência de uma nova classe média dos serviços, não tardou a sofrer reação de parte de outras visões distintas.

Por um lado, aquelas interpretações que identificavam o movimento geral do desenvolvimento capitalista como responsável por levar à perda de centralidade do trabalho, o que terminava por esvaziar, assim, o seu fundamental

papel à integração social. Por outro lado, os estudos que reforçavam as transformações no interior da classe trabalhadora, frente às mudanças no capitalismo geradas pela revolução informacional.

Assim, a multipolarização da identidade do conjunto dos assalariados, de base informacional, levaria ao esvaziamento do papel da representação dos sindicatos e ao rebaixamento da convergência em favor do Estado de Bem-Estar Social. Em virtude disso, a identificação de uma nova classe média com expressão política, seria a perspectiva de alguns autores a desenvolver a hipótese da “medianização” da sociedade presente, nas ocupações descentralizadas e não hierarquizadas em expansão no capitalismo pós-industrial.

Outros autores, contudo, rebateram com descrença esse movimento na estrutura social, insuficiente para mover avanços de um liberalismo libertário, sem alteração profunda no modo de exploração dos assalariados. Isso fica claro na perspectiva daqueles autores convictos do avanço do trabalho imaterial como reorganizador da nova estrutura social.

Capitalismo monopolista transnacional

A diversidade de estruturas sociais vigentes, no início do século XXI, reflete o curso de uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Quanto mais acelerada for a dinâmica econômica, maior tende a ser a força das mudanças sociais, cujo peso da ocupação e renda ganha destaque.

Não sem motivo, os estudos sobre mobilidade social ascendente tendem a concentrar-se nos países da região sul do mundo, uma vez que são eles, cada vez mais, que respondem pela maior parcela da produção global. Quanto maior o crescimento econômico sustentado pela força do capitalismo industrial, mais ampla tende a ser a modificação da estrutura social.

O deslocamento do passado das sociedades agrárias, sem praticamente grandes mudanças sociais, para o presente das sociedades de classes, amparadas pelo curso da industrialização e suas consequências em termos de mobilidade intra e intergeracional, tem sido apresentada como referência destacada nos estudos sobre estruturas sociais. Destacou-se, ainda, a conformação de uma classe média, intermediária à polarização entre as duas classes estruturadoras do capitalismo industrial (proletários e burgueses).

Em países de conteúdo dinâmico, associado à exploração dos recursos naturais, a estrutura social tendeu a distanciar-se pouco das antigas sociedades agrárias, cuja classe média existente se manteve prisioneira à posse de pequenas propriedades e negócios. As economias vinculadas à base dos serviços, cujas ocupações sem apoio à estrutura produtiva industrial e agropecuária, demonstraram ser divergentes com a perspectiva de classe média assalariada.

Na realidade, ocorreu expansão, em geral, das ocupações simples e relacionadas aos serviços pessoais e domésticos, ambas dependentes da renda das famílias ricas. Diferentemente disso, constata-se que somente nos países de maior desenvolvimento industrial vigorou uma densa classe média, não proprietária e assalariada, estruturada.

Reconhecendo-se que a maior dimensão da classe média assalariada relaciona-se à estrutura produtiva industrial, percebe-se que o deslocamento da produção manufatureira, em grande parte das regiões norte para as regiões sul do planeta, impõe novas consequências para a estrutura social dos países.

Adeus ao partido classista: a luta do SPD pelas camadas médias da população (um aporte ao debate sobre classe média da Alemanha e do ano 1999)¹

Peter Lösche

Adeus ao partido classista – a luta do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) pelas camadas médias da população – e a luta em prol do partido popular: eis um tema quase tão antigo como o próprio SPD, desenvolvido nas diversas variantes da teorização, da formulação de programas, na agitação, na propaganda eleitoral e no trabalho sobre os grupos-alvo. A sequência desses conceitos, cronologicamente ordenada em *staccato*, sugere que nesse processo ocorreu uma transformação não apenas do que se compreendeu nos diversos momentos por “camadas médias”, mas também do próprio movimento operário e da social-democracia. Em oposição a expectativas originariamente alimentadas pelo marxismo vulgar, a polarização de capital e trabalho deixou de acontecer na sociedade real. As camadas médias não caíram no proletariado. Pelo contrário, houve – para dizê-lo de maneira simplificada – um processo contínuo de desproletarização, aburguesamento, terceirização, individualização, e em suma, de diferenciação social. Mas não quero encobrir aqui a história com fragmentos de teoria e jargão da Ciência Política e da Sociologia.

Em minha contribuição, defendo a tese de que o adeus ao partido classista e a abertura na direção das camadas médias foram proclamados pela social-

¹ O presente texto foi traduzido por Peter Naumann.

-democracia na República de Weimar, com os correspondentes ensaios de novos passos que, no entanto, fracassaram sem exceção. Eles foram exitosos e puderam lograr quando, em virtude de transformações sociais fundamentais, começou a erosão daqueles ambientes social-democratas, que tinham fragmentado a cultura política alemã o mais tardar desde o fim do século XIX. Mais concretamente, a comunidade solidária social-democrata caracterizou-se por um lado pela *auto-estabilização* – por uma rede de organizações, por determinadas posturas e mentalidades, por símbolos e rituais e por uma visão específica do mundo, e, por outro lado, pela *estabilização-alheia* – pela espécie de relações que o meio social-democrata mantinha em sua totalidade com o seu entorno, caracterizado pela perseguição estatal, pela exclusão social e pela luta de classes, e constituído como meio social-democrata no fim do século XIX. A dialética de auto e heteroestabilização conferiu à comunidade solidária social-democrata a sua forma específica e o seu conteúdo particular².

Apenas quando essa dialética foi rompida, suspensa, pôde ser dado o passo de distanciamento do partido classista, em direção ao partido popular. Só então foi possível angariar com sucesso a confiança das camadas médias.

Abandonar o gueto do “partido classista” não era possível graças a um mero ato de vontade, nem graças aos maiores esforços de agitação e organização. Pelo contrário, foi necessário que as transformações sociais chegassem ao ponto no qual o SPD esteve em condições de sair da própria fortaleza que ele mesmo construíra e que lhe fora imposto de fora, também em virtude da modernização política e social interna. Mais concretamente, no plano político isso quer dizer que foi necessária a pressão reformista de fora, imposta pelas derrotas eleitorais de 1953 e 1957, e a existência de um grupo reformista no partido, para que fossem possíveis a Reforma Organizacional de Stuttgart (1958) e o Programa de Godesberg (1959). Tudo isso baseou-se no surto modernizador dos anos 1950, que ocorrera sob a cobertura do Neo-*Biedermeier*³, da era do chanceler Konrad Adenauer.

² Cf. sobre a dialética de auto- e hetero-estabilização do meio socialdemocrata WALTER, F.; DÜRR, T.; SCHMIDTKE, K. *Die SPD in Sachsen und Thüringen zwischen Hochburg und Diaspora*. Bonn, 1993, p. 347.

³ O termo Biedermeier designa um estilo vigente na Alemanha entre a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte, em 1815, e o ano das revoluções europeias, em 1848. Caracteriza-se

Partido classista e partido popular são dois conceitos trivializados pelo uso generalizado, usados tanto por historiadores e cientistas políticos, bem como por estrategistas populistas e jornalistas na Alemanha.

No meu entendimento, partido popular designa uma organização política de cidadãos, que, à diferença do partido classista, não se limita – na composição social dos seus eleitores, membros e funcionários – em primeiro lugar a uma camada ou classe, mas abrange várias e, em princípios, todas as camadas e grupos sociais, devendo assim ser considerado como socialmente não-homogêneo, mas heterogêneo. Isso, contudo, não significa que a estrutura social dos eleitores se repete de modo especular no partido popular. À multiplicidade social correspondem a amplitude programática, o caráter multiforme, colorido e também contraditório.

Partidos populares empenham-se em abordar sistematicamente e captar o maior número possível de grupos de eleitores com os respectivos métodos mais modernos de propaganda. Mais especificamente, as ofertas são feitas àquelas camadas do eleitorado que limitam os próprios eleitores tradicionais e estão dispostas a migrar entre vários partidos. A ênfase dos empenhos e esforços de um partido popular está em maximizar votos na forma de coalizões eleitorais instáveis, não em ganhar intelectualmente, como fazem os partidos classistas, a simpatia dos eleitores e vincularem-se no longo prazo.

Por fim, partidos populares só são imagináveis como instituições e agentes num sistema político democrático de tipo representativo: no caso da República de Weimar, num sistema governamental parlamentarista com forte componente presidencialista; no caso da República Federal da Alemanha, num sistema parlamentarista puro do tipo Westminster. Isso quer dizer, concretamente, que os partidos populares devem querer e poder assumir a responsabilidade de governo, sozinhos ou em coalizão com outros partidos, ou seja, exercer o poder e aceitar a divisão dos poderes da maioria governamental (conselho de ministros e maioria parlamentar) e oposição. Só partidos que – à semelhança dos partidos populares e à diferença dos partidos classistas puros – não reivindicam a pretensão de dominação e imposição absolutas, podem acordar

pelo sentimentalismo e intimismo, expressões de uma burguesia condenada à inatividade pela política restauracionista das potências europeias.

soluções de compromisso com outros partidos, formar coalizões e governar em conjunto⁴.

Em 1945-1946, Kurt Schumacher podia retomar os esforços da social-democracia da República de Weimar em direção de um partido popular, continuando a sua luta para conquistar as camadas médias da população. Não há dúvida, na República de Weimar o SPD entrou no caminho rumo a um partido popular, fracassando por razões externas e internas.

O critério de um partido popular, a saber, conta com a prática de uma democracia parlamentar, e foi matéria controvertida na social-democracia da República de Weimar. Será que o partido não teve uma relação ambivalente com o poder, será que ele – ou minorias no seu interior – não receou formar coalizões, entrar no governo, indicar o chanceler? Será que não sentia-se melhor no papel de uma oposição fundamental, que fora obrigada a assumir no período imperial? A política de ressarcimentos, a fixação de compromissos, a política de tolerância e a política reformista, tudo foi feito de sã consciência. O parlamentarismo foi percebido como um passo e um meio para o caminho rumo ao socialismo; não foi aceito como valor em si – sobretudo com a observância e prática dos direitos humanos, o que revela uma concepção instrumental do parlamentarismo⁵.

Houve durante a República de Weimar inclinações a favor de um sistema plebiscitário de governo, que contradizia um sistema representativo com a relativa autonomia das suas instituições e a liberdade – temporariamente limitada – da ação política do parlamento e do governo. Aqui ecoavam as ideias de Moritz Rittinghausen sobre a atividade legislativa direta do povo e as correspondentes formulações dos Programas de Eisenach e Erfurt⁶.

A social-democracia da República de Weimar empenhou-se sistematicamente pelos diferentes grupos sociais, contabilizados entre as antigas e novas camadas médias: em favor dos empregados e funcionários públicos, das pessoas

⁴ LÖSCHE, P.; WALTER, F. *Die SPD, Klassenpartei, Volkspartei, Quotenpartei*. Darmstadt, 1992, pp. 2 s.

⁵ Concordo aqui com Heinrich August Winkler. Cf., entre outros, Winkler, Heinrich August. *Der Weg in die Katastrophe. Arbeiter und Arbeiterbewegung in der Weimarer Republik 1930-1933*. Berlin, Bonn, 1987, pp. 123 s.

⁶ LÖSCHE & WALTER, op. cit., pp. 5 s.

com formação universitária e dos intelectuais, dos agricultores e trabalhadores rurais, artesãos e comerciantes, mas também em favor das pessoas pertencentes a outro meio clássico de profissão de uma moral social, dos cristãos de confissão católica. Com isso, o partido demonstrou não apenas sensibilidade diante de transformações da sociedade real, mas procurou absorver tais transformações em sua práxis organizacional e em sua política. Os resultados do censo dos habitantes e das profissões, realizado em 1925, mostram que a expansão do setor industrial era um fenômeno do passado e dava-se início ao futuro da sociedade de serviços. Desde 1907, o percentual dos trabalhadores da indústria, na totalidade da população economicamente ativa, caíra ligeiramente ao passo que o segmento dos empregados aumentara vertiginosamente em 11%. No início da década de 1930, o SPD acumulou notáveis êxitos eleitorais nas camadas médias: mais de 40% dos eleitores do partido provinham desse segmento social. Era relativamente exitoso entre empregados e funcionários públicos, mas não angariava tantos votos entre os profissionais autônomos da classe média. Ao mesmo tempo, os operários (especializados) ainda formavam o núcleo dos membros do partido (59,5%), mas o ancoramento entre os empregados e funcionários públicos (14%) não podia ser ignorado – especialmente em alguns centros de serviços de perfil urbano-protestante e nas organizações da juventude social-democrata. A composição social dos membros do partido ficava só um pouco atrás da terceirização da sociedade (16,5% de empregados e funcionários no conjunto da População Economicamente Ativa)⁷.

“A luta pelo voto das camadas médias”, isso estava na agenda das discussões internas do partido e nos esforços fora de seu âmbito. Consulte-se, a esse respeito, o debate multifacetado, diferenciado e engajado na revista *Das Freie Wort*: “A social-democracia é o verdadeiro partido popular no sentido mais amplo do termo, mas as nossas armas para a agitação e nossos recursos propagandísticos provêm em parte ainda do tempo da conscientização dos primeiros trabalhadores. Diante disso, deveríamos ter em mente que Paul Levi já advertia, em 1920, que *se não lograrmos fincar pé à direita na burguesia, não avançaremos*. Essa descoberta continua plenamente justificada nos dias atuais⁸.”

⁷ Op. cit., pp. 13 ss.

⁸ JERICHO, Ferdinand. *Die Totengräber des Kleinhandels*. In: *Das Freie Wort*, a. 3, n. 1, 4 Jan. 1931, pp. 6 s.

“Em cada distrito devemos tomar providências para que haja ao menos um, mas se possível vários consultores e instrutores especializados [Fachreferenten] para os segmentos dos artesãos, dos proprietários de lojas, dos funcionários públicos e dos professores⁹.”

“Precisamos sair do nosso isolamento funesto e obter contato com as camadas médias. Para tanto, a tarefa dos nossos companheiros será, nas igrejas, agitar, agitar e mais uma vez agitar¹⁰.”

Tais citações, não importa quão modernas possam parecer, mas para os padrões da época, remetem às causas internas pelas quais revelam que a abertura na direção das camadas médias não foi exitosa. Isso também no tempo da presidência de Kurt Schumacher, conforme veremos adiante foram aplicados os métodos tradicionais, a saber, a agitação e a diferenciação da organização partidária, mas sem levar a sério as necessidades, os interesses, as posturas e os modos de comportamento específicos dos destinatários, das camadas médias.

Para formular em termos simples: a ignorância da organização e a ideologia proletária necessariamente afastavam os grupos de eleitores que o partido abordava com ofertas, a fim de conquistá-lo. De acordo com essa ideologia, o proletariado continuava o sujeito do processo histórico e o redentor do socialismo, enquanto a concentração econômica avançava e as camadas médias despenavam no proletariado¹¹. No entanto, esse radicalismo verbal do marxismo popular não era uma ideologia artificialmente adotada, mantinha sua referência concreta na realidade social e política da República de Weimar em uma realidade definida pela justiça com viés classista, ciência com viés classista e luta de classes de cima para baixo¹². Na realidade da sociedade de classes sobrevivia a necessidade de expressar-se em categorias proletárias, de formar um bloco de classe e identificar o arrimo e o pertencimento na rede organizacional do partido. Para compreender essa evolução, é praticamente impossível subestimar o significado das grandes crises econômicas da Repúbli-

⁹ SCHWAHN-DELITZSCH, Fritz. *Wir brauchen Spezialreferenten*. In: *Das Freie Wort*, a. 4, n. 25, 19 Juni. 1932, p. 17.

¹⁰ MÜHLBERG, Walter. *Partei und evangelische Kirche*. In: *Das Freie Wort*, a. 4, n. 32, 7 Aug. 1932, p. 24.

¹¹ LÖSCHE & WALTER, op. cit., p. 64.

¹² LÖSCHE & WALTER, op. cit., pp. 64 s.

ca de Weimar, a hiperinflação e a crise econômica mundial. Genericamente, podemos dizer que os meios social-democratas blindavam-se uns contra os outros. As abissais diferenciações político-culturais na sociedade da República de Weimar, em campos dotados de pretensões ideológicas absolutistas, impediram e por fim evitaram a reforma e abertura da social-democracia. Se o SPD empenhava-se em conquistar eleitores e membros de camadas, confissões religiosas e regiões que até então lhe tinham sido inacessíveis, deparava-se com o problema de chegar aos limites de outros meios, de opiniões, ressentimentos, posturas e modos comportamentais coletivos, amiúde inimigos e agressivos diante do partido. Mas, os interesses e as expectativas do movimento operário e das camadas médias também estavam em posições antagônicas: o segmento dos profissionais autônomos, nas camadas médias, resistia por motivos econômicos intrínsecos à jornada de trabalho de oito horas, à proteção do trabalho, às cooperativas de consumo e construção de habitações populares e, genericamente, à política social de matriz social-democrata. Os artesãos e camponeses tinham sido assustados pelas exigências de socialização. Temores correspondentes perduraram mesmo quando a social-democracia abandonou tais exigências. Os empregados e funcionários públicos foram frustrados nas suas expectativas de ascensão social e carreira pelo SPD, que hesitava – mesmo na Prússia governada pelos “vermelhos” – entrar em cena de modo consciente e disposto como uma organização que oferece apadrinhamento, que não apenas ocupava os postos de comando, mas também os postos de suboficiais na burocracia estatal.

Assim a dialética funesta da auto e heteroestabilização da comunidade solidária social-democrata produziu efeitos na República de Weimar, embora a abertura social da social-democracia tivesse sido visível nos meses revolucionários de 1918-19 e o “Programa de Görlitz” possa ser interpretado, entre outros aspectos, como consequência da ampliação social efetivamente efetuada no curto prazo e, embora justamente as lideranças do partido, personalidades tão contrárias como Otto Wels e Rudolf Hilferding, estivessem do lado dos reformistas empenhados em abrir o SPD na direção das camadas médias.

Esses enfoques e esforços da República de Weimar na conquistar das camadas médias para o SPD, e transformá-lo num partido popular, não desapareceram no Terceiro Reich, nos campos de concentração, nas redes organizacionais

informalmente existentes no país e na emigração. Citemos apenas um exemplo: foi Erich Ollenhauer, mais tarde difamado como soldado do partido, político aparelhista e mero homem de bem, quem definiu num discurso programático proferido em dezembro de 1942, perante a “União das Organizações Socialistas Alemãs na Grã-Bretanha”, os contornos de um futuro partido popular social-democrata: “Pertence à essência de um partido socialista democrático e de orientação libertária, o empenho necessariamente permanente em convencer e entusiasmar camadas sempre novas da população, com relação à correção das suas posições e tarefas. [...] O novo partido deve estar disposto a assumir, sem estreiteza doutrinária, a liderança dessas forças na população e desenvolver-se na direção de um centro da luta em prol da ordem social justa para todas as camadas da população. Isso ele poderá fazer somente se tolerante diante de todas as motivações de uma postura socialmente progressista do indivíduo, oriundas da visão de mundo, religião e posição filosófica”. As experiências colhidas na República de Weimar e na Inglaterra manifestaram-se quando Ollenhauer sugeriu, no mesmo discurso, reflexões sobre como um sistema de governo parlamentarista haveria de funcionar. Defendeu o voto majoritário, esboçou uma cláusula de barramento para prevenir a atomização dos partidos, bem como um procedimento que aproximou-se do voto construtivo de desconfiança, e exigiu para a nova social-democracia a separação da burocracia e da liderança política, antecipando, portanto, a reforma organizacional do partido efetuada em 1958, em Stuttgart, contra a sua vontade¹³.

Assim, os discursos programáticos de Kurt Schumacher, depois de 1945, e suas exigências de transformar o SPD num partido de massas e conquistar “a camada média” não caíram sem precedentes do céu azul de Hannover, mas situavam-se em uma tradição histórica e tinham surgido no contexto social e político atual dos primeiros anos depois da Segunda Guerra Mundial. Schumacher sempre enfatizou que o SPD deveria estar aberto a todas as pessoas dispostas a reconstruir o país e não comprometidas com o nazismo: defendeu a ampliação das fronteiras entre as classes, a abordagem e conquista dos intelectuais, empresários de médio porte e pequenos camponeses, mas também a

¹³ Vf. a esse respeito SEEBACHER-BRANDT, Brigitte. *Ollenhauer. Biedermann und Patriot*. Berlin, 1984, p. 264, 269; e LÖSCHE & WALTER, op. cit., p. 108.

conquista dos membros do partido nazista que não tinham-se comprometido durante o Terceiro Reich, e sobretudo a conquista da juventude¹⁴.

Na convenção do partido, no início de 1946 em Hannover, Schumacher disse enfaticamente: “Vejam a nossa tarefa histórica, a conquista das camadas médias da população alemã”¹⁵.

A social-democracia deveria “conhecer muitos lares para muitos tipos de pessoas”, não importando as razões da filiação dos novos membros. “Não importa o que determinou o ingresso do novo membro, se o espírito do Manifesto Comunista ou o espírito do Sermão da Montanha, as descobertas do pensamento racionalista, ou de qualquer outro pensamento filosófico, ou ainda motivações de ordem moral: no nosso partido há lugar para todos. A sua unidade espiritual não será abalada por tais convicções distintas¹⁶”.

A social-democracia somente se tornaria um partido popular caso se liberasse do dogmatismo rígido, também do marxismo como dogma. Como método, porém, o marxismo figurava inatacável aos olhos de Schumacher¹⁷.

Tudo isso não era novidade, também fora dito antes de 1933. A novidade foi a ênfase, com a qual Schumacher defendeu o pluralismo e a equivalência das fundamentações intelectuais e de visão do mundo, subjacentes ao ingresso na social-democracia¹⁸.

Mas o próprio Schumacher parecia sentir que a sua mensagem, a sua “luta pela conquista das camadas médias” (para retomar o nosso tema) não era bem recebida pelo partido, mais concretamente, pelos delegados da Convenção de Nürnberg: “[...] tenho a impressão de que o aplauso foi exteriorizado no momento adequado, mas não sei se todos se deram conta do que aplaudiram. Afinal, queremos a política e o perfil de um partido, de um partido com nome

¹⁴ *Protokoll SPD-Parteitag*, 1947, p. 221; *Protokoll SPD-Parteitag*, 1950, p. 80; KLOTZBACH, Kurt. *Der Weg zur Staatspartei. Programmatik, praktische Politik und Organisation der deutschen Sozialdemokratie 1945-1965*. Berlin; Bonn, 1982, p. 46 (nova edição 1996).

¹⁵ *Protokoll SPD-Parteitag*, 1946, p. 47.

¹⁶ Citado ap. WESEMANN, Fried. *Kurt Schumacher*. Frankfurt am Main, 1952, p. 109. Cf. a esse respeito também Klotzbach, op. cit., p. 58.

¹⁷ V. a esse respeito BRAUNTHAL, Julius. *Kurt Schumacher und die Sozialistische Internationale*. In: SCHOLZ, A.; OSCHILEWSKI, W. G. (Ed.). *Turmwächter der Demokratie. Ein Lebensbild von Kurt Schumacher*. v. I. Berlin, 1954, pp. 510 ss.

¹⁸ Aqui concordo com Klotzbach, op. cit., p. 58.

antigo, mas rosto novo, só que queremos que o novo rosto tenha uma forma e não consista apenas de maquiagem e pó de arroz¹⁹”.

O fato da mensagem de Schumacher não ser incorporada pelo partido tem a ver com a sua personalidade, com o partido e com a situação social e política do pós-guerra. Por um lado, Schumacher apelava às camadas médias, procurava conquistá-las como “ampliação da classe trabalhadora”, falava nesse contexto do “partido de todas as pessoas produtivas” (Partei aller Schaffenden). Por outro lado, não chegou a elaborar nenhum conceito com conteúdo empírico e político das camadas médias, não reconheceu a sua relativa autonomia, percebeu as suas posturas, mentalidades, modos comportamentais, sempre específicos. O líder do partido ficou num discurso abstrato, falava quase sempre sem maior diferenciação “da camada média”, não distinguia nem entre a velha e a nova camada média, afirmava com deselegância e de forma esquemática, depois que o SPD deveria “apelar a eleitores segmentos de várias classes”, “uma vez que, de acordo com os dados estatísticos, nem os votos absolutos da classe trabalhadora bastariam para assegurar-lhe a maioria”²⁰.

De forma similarmente esquemática, Schumacher caracterizou a sociedade alemã do pós-guerra, em 1946, nos seguintes termos: “Hoje temos um povo, no qual aproximadamente 25% ainda possuem tudo o que possuíram outrora, e até mais do que isso, porque experimentaram uma valorização do seu patrimônio. Outros 25% não têm quase nada, mas ainda assim a possibilidade de compensar as piores necessidades da vida por meio da ajuda pessoal e humanitária, mas 40% não possuem nada”²¹.

Schumacher tinha uma ideia bastante difusa da “classe média”, das camadas médias, que incluía, de uma ou outra maneira, os comerciantes, industriais e agricultores²². Não chegou a formular uma política material específica para as camadas médias, que partia das suas mentalidades e posturas, e mesmo teria sido diferenciada segundo os segmentos profissionais individuais²³.

¹⁹ Protokoll SPD-Parteitag, 1947, p. 221.

²⁰ SCHUMACHER, Kurt. *Die Wandlungen um den Klassenkampf*. In: *Id. Reden und Schriften*. Berlim, 1962, p. 297.

²¹ Protokoll SPD-Parteitag, 1946, p. 38.

²² KLOTZBACH, op. cit., p. 58.

²³ LÖSCHE & WALTER, op. cit., p. 109.

Pelo contrário, seus apelos à camada média eram alimentados pela vontade de transformação política, eram politicamente intencionais²⁴.

Em várias das suas manifestações, depois de 1945, o presidente do SPD voltou ao estilo da agitação, ao simbolismo e à polarização que no fundo não deixavam espaço para as camadas médias e eram típicas da social-democracia da República de Weimar ou mesmo da Alemanha no período de governo do imperador Guilherme II. Preferia os fortes contrastes em preto e branco, não se interessava pelos muitos matizes cinzentos, opunha o bem ao mal, o movimento operário democrático à burguesia clerical-reacionária, uma classe social contra a outra²⁵.

Na opinião de Schumacher não era correto abandonar conceitos socialistas tradicionais, que continuariam válidos, tal como, sobretudo, o conceito da “luta de classes”, em benefício da conquista das camadas médias²⁶.

Correspondentemente, a retórica de Schumacher estava carregada de emoções antiburguesas. Ele mantinha a tese da missão histórica especial do movimento operário de inspiração social-democrata, mas sem fundamentá-la em termos de teleologia da história e argumentando, pelo contrário, que a burguesia liberal teria fracassado nas década de 1920 e no início da década de 1930.

Schumacher deixava entrever traços dogmáticos na sua argumentação, quando acreditava que as camadas médias teriam sido enganadas pelos “grandes proprietários” acerca da social-democracia e que, por isso, os “grandes capitalistas” teriam logrado (antes de 1933) atrair politicamente a classe média para o seu lado²⁷.

Schumacher assegurava aos artesãos, pequenos comerciantes e agricultores, que eles “não seriam ameaçados por expropriações”. Procurou aliviá-los

²⁴ Cf. a esse respeito RITTER, Waldemar. *Kurt Schumacher. Eine Untersuchung seiner politischen Konzeption und seiner Gesellschafts- und Staatsauffassung*. Hannover, 1964, p. 172, e KLOTZBACH, op. cit., p. 59.

²⁵ SCHUMACHER, Kurt. *Demokratie und Sozialismus zwischen Osten und Westen* In: Id. Reden und Schriften, op. cit., p. 66; Wesemann, op. cit., p. 229; LÖSCHE & WALTER, op. cit., p. 109.

²⁶ ALBRECHT, Willy. *Kurt Schumacher. Ein Leben für den demokratischen Sozialismus*. Bonn, 1985, p. 41.

²⁷ SCHUMACHER, Kurt. *Konsequenzen deutscher Politik*. In: Id. Reden und Schriften, op. cit., p. 39; Scholz, Arno. *Leben und Leistung*. In: SCHOLZ, A.; OSCHILEWSKI, W. G. (Ed.). *Turmwächter der Demokratie*. v. I, op. cit., p. 107.

de temores da socialização: “O que separa as classes não é o fato em si da propriedade, mas a sua extensão, intensidade e os métodos da sua aplicação. A exploração capitalista traça as fronteiras entre as classes sociais. Em todos os lugares, nos quais o proprietário gere com sua própria força de trabalho, a da sua família ou de poucos auxiliares, a sua propriedade artesanal ou rural, a exploração capitalista em sua essência inexistente”²⁸.

Seria, portanto, necessário explicar aos pequenos proprietários que eles não pertenciam à classe dos “defensores da propriedade”, mas dos “despossuídos”²⁹. Na pauta estaria, portanto, o esclarecimento socialista no lugar da “propaganda enganosa” dos grandes capitalistas. Schumacher, no entanto, não formulou a questão central (não apenas sociológica, mas política) por que “a camada média” deixou-se enganar, por que ela apreciou a “propaganda enganosa” e não aceitou o esclarecimento socialista.

A compreensão esquemática da história e da sociedade de Schumacher expressou-se também no fato de ater-se “rigidamente à tese da inevitabilidade e necessidade política do esfacelamento da União”, no caso do CDU (União Cristã-Democrática). Ele via o futuro da Alemanha ameaçado caso esse partido “não se cindisse na ala direita dos burgueses proprietários e ala esquerda, comprometida com uma atuação em conformidade com sua consciência cristã-social”³⁰. Aqui, o presidente do partido social-democrata subestimava as forças de auto-renovação das camadas médias, não percebia seu papel econômico, social, político-cultural e também político específico, que lhe permitia fazer, no CDU, o elemento de ligação entre interesses e alas divergentes.

A contribuição *sui generis* e inegavelmente original de Schumacher à política social-democrata diante das camadas médias foi sua orientação peremptoriamente nacionalista, com a qual ele conseguia captar a simpatia de diversos segmentos da burguesia, mas também cidadãos mais jovens.

Entretanto, a sua retórica agressiva da luta de classes, a sua postura rígida nas políticas alemã e europeia e as exigências de planejamento e socialização do seu partido, que se figuravam burocráticas, deixaram de levar em conta

²⁸ SCHUMACHER, Kurt. *Konsequenzen deutscher Politik*. In: Id. *Reden und Schriften*, op. cit., p. 39.

²⁹ ALBRECHT, op. cit., p. 41.

³⁰ KLOTZBACH, op. cit., p. 112.

o clima fora das tradicionais camadas sustentadoras da social-democracia, e também das camadas médias. Desse modo, o que uma conhecida escreveu a Kurt Schumacher depois de ter assistido a dois discursos públicos do presidente do partido, nos quais ele abordara a questão do funcionalismo público, valia também para outros integrantes das camadas médias:

Ora, queremos e devemos conquistar o funcionalismo. As suas afirmações somente indignaram os funcionários públicos, ferindo-os na sua sensível autoestima. Muitos, que antes do seu discurso estavam indecisos quanto a votar ou não no SPD, na minha opinião agora não votarão no partido, pois não se sentem suficientemente estimados como estamento social³¹.

As discussões nas convenções do partido no período pós-guerra transcorreram de modo semelhante. O presidente do partido e os funcionários concordavam no seu radicalismo verbal. As proclamações figuravam-se polarizadoras, eram em última instância estéreis e dominadas pela teleologia da história e por expectativas praticamente não fundamentadas com relação ao futuro. Por um lado, a abertura na direção das camadas médias era exigida quase que com a regularidade de um ritual, por outro, o partido não conseguia descolar-se dos dogmas tradicionais. A busca direcionada e consciente do voto das camadas médias não ocorria, faltava a compreensão da situação social, econômica, mental e política específica dos diversos segmentos das camadas médias.

Por um lado, Schumacher e outras lideranças partidárias polemizavam com veemência contra a reconstrução da velha social-democracia concentrada nos trabalhadores especializados e no seu meio estreito. Queriam uma nova construção, não uma reconstrução. E, com efeito, pareceu que nos primeiros anos depois da guerra o SPD estava abrindo-se em direção a um partido popular de esquerda: o partido atraiu refugiados, algumas pessoas mais jovens, e também funcionários públicos nos municípios governados por ele. Se, no entanto, procedermos a um exame mais acurado, diferenciando segundo as dimensões regional e local, bem como em relação à sequência temporal, constataremos,

³¹ GARNER, Curt. *Schlussfolgerungen aus der Vergangenheit? Die Auseinandersetzungen um die Zukunft des deutschen Berufsbeamtentums nach dem Ende des Zweiten Weltkrieges*. In: Volksmann, Hans-Erich (Ed.). *Ende des Dritten Reiches - Endes des Zweiten Weltkriegs*. Eine perspektivische Rückschau. Munique, Zúrique, 1995, p. 625.

num primeiro momento, no tocante ao período imediatamente posterior a 1945, um quadro contraditório, que num segundo momento assume um perfil bastante unívoco: o que estava pautado era continuidade e tradição. Em 1945-46, mais de dois terços dos membros do SPD tinham sido socializados na República de Weimar e na comunidade solidária anterior a 1933. Mais uma vez constatou-se um *déficit* de pessoas mais jovens e de integrantes das camadas médias. A composição social, as posturas e os modos comportamentais de membros do SPD, funcionários e mandatários, tinha traços do que foi ironicamente denominado “companhia da tradição”. Também em termos de organização houve uma continuidade quase ininterrupta com relação ao SPD da República de Weimar, embora a rede organizacional não tenha sido restaurada integralmente – em clara adaptação às transformações sociais e políticas e na esperança de dominar determinados segmentos da sociedade, como o esporte. Em suma, nos anos 1950 o SPD era claramente um partido ligado a um determinado meio social, que extraía os critérios de definição do seu sentido, as fórmulas linguísticas, as manifestações e os rituais do passado, embora sem os recursos organizacionais estáveis no entorno associativo de outrora e claramente permeado de elementos novos, modernos³².

Justamente os apelos às camadas médias mostram quão fortemente o SPD daqueles anos ainda estava acorrentado à sua própria tradição. Assim, Ollehauer enfatizou, em 1948, que a “nossa tarefa” consistiria em avançar “além do segmento dos nossos eleitores e seguidores sobre o núcleo daqueles segmentos de eleitores, que até o momento, vinculados à tradição, não votaram nos sociais-democratas, mas nos partidos burgueses, embora [e aqui o velho dogmatismo histórico e social se manifesta – P.L.] pertençam, no tocante aos seus interesses sociais e intelectuais, às fileiras de um partido democrático e socialista”³³.

Formulando em termos estilizados: partiu-se da hipótese de que as camadas médias pertenciam à social-democracia em virtude de seus interesses objetivos e deveriam, por conseguinte, ser esclarecidas, e não da hipótese de que o SPD deveria ampliar e abrir-se. E Agartz, Nölting e Kriedemann também dispunham do velho e bom instrumento social-democrata, as cooperativas de

³² WALTER, Franz. *Milieus und Parteien in der deutschen Gesellschaft. Zwischen Persistenz und Erosion*. In: *GWU*, ano 46, p. 489.

³³ Protokoll SPD-Parteitag, 1948, p. 83.

produção, comercialização e consumo, com cuja ajuda os camponeses, artesãos e pequenos comerciantes deveriam ser “social-democratizados”³⁴. O partido não perguntou se os grupos mencionados queriam mesmo organizar-se e gerir suas atividades em cooperativas.

Sem entrar em detalhes, formulo aqui de forma simplificada: depois de 1945-46, e mesmo nos anos 1950, as condições sociais e políticas ainda não eram de modo que o SPD pudesse dar o passo em direção ao partido de massas e conquistar as camadas médias. Muito pelo contrário, os meios social-democratas, apesar das transformações havidas, visíveis em 1945-46 nos cenários urbanos destruídos, tinham sido preservados nos seus traços essenciais, a cultura política era atomizada e fragmentada como na República de Weimar, ocorriam também agora embates entre visões de mundo antagônicas, as velhas visões herméticas tinham-se formado. Como sabemos, Jürgen Falter mostrou que a primeira eleição para o Parlamento Federal alemão, em 1949, foi a última eleição da República de Weimar. Isso vale também para o SPD e sua campanha eleitoral, realizada com a típica dureza da luta de classes e que assumiu, em julho-agosto de 1949, as dimensões de um verdadeiro conflito entre culturas [Kulturkampf]³⁵. Perdida a eleição, as grandes massas do povo alemão foram acusadas de terem votado “contra os seus genuínos interesses econômicos e sociais”. Aos olhos da direção do partido, os culpados eram os eleitores politicamente não-esclarecidos e sem consciência no tocante à política social. As concepções políticas próprias, o discurso desenvolvido na campanha eleitoral, nada disso foi questionado³⁶.

Assim, não havia como conquistar as camadas médias. Mesmo nas eleições para o Parlamento Federal, em 1953 e 1957, o SPD não logrou romper com suas limitações sociais tradicionais, remanesceu preso no gueto dos seus eleitores tradicionais vinculados aos universos protestante, urbano e dos trabalhadores especializados. Em suma, a dialética de auto e heteroestabilização da comunidade solidária social-democrata produzia efeitos ainda, embora a sua superação pudesse ser vista no horizonte.

³⁴ Protokoll SPD-Parteitag, 1946, p. 69. (Agartz); Protokoll SPD-Parteitag, 1947, p. 160 (Nölting); Protokoll SPD-Parteitag, 1947, p. 186-202 (Kriedemann).

³⁵ KLOTZBACH, op. cit., p. 175.

³⁶ KLOTZBACH, op. cit., p. 177.

Diferente das zonas ocidentais de ocupação da Alemanha (entre 1945 e 1949, antes da fundação da República Federal de Alemanha) foi a evolução do SPD berlinense. Aqui o caminho rumo ao partido popular foi vislumbrado nos primeiros anos do período pós-guerra – caminho este que o partido só trilhou ou pôde trilhar mais de uma década depois na República Federal da Alemanha. O caso berlinense permite identificar os critérios, que asseguravam a conquista do voto das camadas médias ou, em termos simplificados, desenvolver a receita (no jargão sociológico, o paradigma) dos sucessos eleitorais.

Num primeiro momento, o SPD berlinense foi refundado por companheiros da República de Weimar. Numa segunda fase entraram no partido, desde fins de 1945, pessoas que antes não se tinham organizado na social-democracia, ou em sindicatos livres, e cuja motivação era visível, encontrar um emprego nas administrações distritais, co-governadas pelo SPD, e na administração municipal, e fazer carreira. A situação em Berlim ainda não deve ter sido diferente de outros municípios, nos quais a social-democracia podia oferecer apadrinhamento. De decisiva importância para a conquista das camadas médias foi o fato de que o SPD berlinense soube usar em seu proveito o tema que dominava todos os conflitos políticos e sobrepunha-se a eles. Na guerra fria em vias de acirramento, na votação primária de 1946 e durante o bloqueio a Berlim, passou a ser o símbolo da luta libertária contra a União Soviética, o efetivo “Partido da Liberdade em Berlim”. E houve representantes populares dessa política, Louise Schroeder, Franz Neumann, Ernst Reuter, e mais tarde, Willy Brandt. Nos poucos anos de 1946 a 1950, o SPD berlinense abriu-se na direção de um partido popular. Mudou sua estrutura social em relação a funcionários, membros e eleitores, pois ingressaram jovens, caiu o percentual de operários, de assalariados, dos com estudos de segundo grau, e aumentou o percentual daqueles com curso superior completo e de funcionários públicos. A abertura social do SPD berlinense foi favorecida essencialmente por três fatores:

1. O SPD foi um partido dos serviços públicos, podia oferecer apadrinhamento.
2. Foi politicamente atraente e dispunha, como se diz hoje, da capacidade de oferecer soluções concretas.

3. A “capacidade de oferecer soluções”, e o próprio partido em Berlim, foram representados por personalidades populares, portanto eram personalizados.

A tríade de apadrinhamento, a capacidade de oferecer soluções e a personalização tornou-se depois decisiva para o SPD no plano federal na sua luta exitosa pelo voto das camadas médias, na sua abertura na direção de um partido popular nos anos 1960 e 1970, com foco nas eleições para o Parlamento Federal, em 1969. Neste ano, foi o principal partido governista – competência na política econômica e política do relacionamento da Alemanha com os países socialistas do Leste Europeu [Ostpolitik] – com Schiller e Brandt. Num primeiro momento, determinados pré-requisitos sociais e políticos deviam ser cumpridos, para viabilizar o adeus ao partido classista.

Simplifico a questão, mais uma vez, apenas para finalizar a minha tese. Nos anos 1950, a sociedade alemã começou a “destradiconalizar-se”. Os salários reais aumentaram de modo impressionante e abriram também aos trabalhadores e às camadas médias possibilidades até então insuspeitas de consumo. Nos anos 1960, a terceirização e a revolução educacional e cultural transformaram a estrutura interna do operariado e – em conflitos que nos planos local e regional quase beiraram uma revolução cultural – a composição social de associações social-democratas nos planos municipal, distrital e subdistrital. O consumo de ofertas comerciais de lazer passou a ser um bem comum, culturas de massa substituíram as tradicionais culturas centradas em meios sociais. O modo de vida urbana avançou sobre as aldeias, pequenas e médias cidades. A televisão, a revista semanal ilustrada e o jornal regional substituíram os periódicos dos partidos. Nesse processo, a modernização pôde transcorrer na República Federal da Alemanha com menor carga do passado do que na República de Weimar, o funcionalismo e o Poder Judiciário foram democratizados, não em último lugar por meio do apadrinhamento partidário, sem os gravames dos orgulhos autoritários de elites pré-industriais. O nacionalismo estava desacreditado, o protestantismo sofrera uma purificação política. Mas foi sobretudo o crescimento econômico que ensejou as possibilidades de ação e de celebração de acordos nos conflitos entre o capital e o trabalho³⁷.

³⁷ WALTER, Franz. *Milieus und Parteien in der deutschen Gesellschaft*. In: GWU, op. cit., pp. 490 s.

Em duas palavras, a dialética funesta de auto e heteroestabilização da comunidade solidária social-democrata foi suspensa com a modernização dos anos 1950 e 1960. Com isso, iniciou-se o adeus ao partido classista.

Se quisermos demarcar no plano intrapartidário para o SPD, o ponto de partida no caminho para fora do entorno tradicional e rumo à modernidade, a escolha recairá provavelmente na Convenção de Dortmund e no programa de ação ali deliberado e os discursos de Karl Schiller, Helmut Schmidt e Georg Kurlbaum, nos quais apareceram de repente deixas como a “aceitação da livre concorrência”, “estabilidade monetária”, “nível estável de preços” e “política de comércio exterior com orientação europeia”, com as quais a União Cristã-Democrata (CDU) foi superada 15 anos depois, em matéria de competência econômica³⁸.

No entanto, a virada propriamente dita não veio com o Programa de Godesberg, mas com a reforma da organização decidida em Stuttgart, em 1958, que poderíamos denominar “parlamentarização” da social-democracia alemã, a saber, a adaptação do partido às estruturas e ao modo de funcionamento do sistema parlamentarista de governo, que significou concretamente o primado da bancada e, eventualmente, do governo diante do partido. A ambivalência diante do sistema parlamentarista de governo, própria do partido na República de Weimar, não se transformara agora apenas numa profissão clara do parlamentarismo e dos seus valores, os direitos humanos, mas essa profissão de fé foi efetivamente praticada³⁹.

De qualquer modo, a reforma organizacional de Stuttgart traçou o caminho para o desenvolvimento, que acabaria por desembocar na multiplicidade organizacional, variedade programática e também contraditoriedade e heterogeneidade social, típicas da social-democracia enquanto partido popular⁴⁰.

Agora as camadas médias tinham sido conquistadas. Nas eleições para o Parlamento Federal, em 1969, o SPD obteve, pela primeira vez na história da República Federal da Alemanha, mais votos entre os empregados e funcionários públicos do que o CDU; esses eleitores foram também os eleitores de Karl

³⁸ Protokoll SPD-Parteitag, 1952, pp. 140 ss., 146 ss., 150 ss.

³⁹ LÖSCHE & WALTER, op. cit., pp. 186 ss.

⁴⁰ LÖSCHE & WALTER, op. cit., p. 189.

Schiller. Marcantes foram as vitórias em centros majoritariamente católicos de prestação de serviços, como Colônia; significativo foi o número de votos tomados ao CDU no segmento dos eleitores entre 21 e 29 anos de idade. Mesmo entre os eleitores com formação escolar até o segundo grau, que até meados dos anos 1960 tinham sido uma reserva segura do CDU, o SPD conseguiu equiparar-se ao seu concorrente em 1969 e 1972⁴¹.

Nos anos 1970 ocorreu entre os membros do SPD, seus funcionários e mandatários, o que poderíamos resumir de forma simplificada nos seguintes três termos – também utilizados pelo partido durante a República de Weimar em acepções polêmicas distintas:

- “aburguesamento”, no sentido de que o SPD transformou-se em partido das novas camadas médias, dos assalariados, professores, assistentes sociais, técnicos e, com isso, também no partido dos servidores públicos;
- “academização”, devido ao fato de que, paralelamente à revolução educacional e cultural desde meados dos anos 1960 e depois com uma politização oriunda sobretudo da oposição extraparlamentar, estudantes secundaristas e universitários, bem como de profissionais liberais mais jovens, entre eles também representantes das ciências naturais e tecnológicas, ingressaram no SPD;
- “rejuvenescimento”, precisamente por causa da adesão de estudantes universitários e jovens no início da carreira profissional⁴².

Todos sabemos que a social-democracia perdeu novamente, a partir dos anos 1970, a competência de política econômica e parte das camadas médias. Um segmento da camada média – os representantes da geração de 1968 – domina o partido, fornece a elite média do partido. O SPD estreitou-se na direção do estilo de vida e do jargão desse segmento, por isso dá hoje a impressão de ser tão conservador, tão comprometido com o passado. Apesar disso, o SPD é o partido mais multifacetado e colorido em termos sociais e político-culturais. Isso encerra uma oportunidade e um risco. O velho meio social-democrata sofreu uma ampla erosão, ainda faz-se ouvir longinquamente na tentativa de mobilizar os eleitores tradicionais. Continua atual a luta pelas

⁴¹ LÖSCHE & WALTER, op. cit., pp. 92 s.

⁴² LÖSCHE & WALTER, op. cit., pp. 152 s.

camadas médias. Com elas as eleições são decididas, e com elas a velha tríade, o paradigma do sucesso eleitoral, recebe a sua devida importância: apadrinhamento, consideração dos interesses específicos da clientela tradicional de eleitores e obtenção da “capacidade de oferecer soluções concretas” na política econômica e personalização.

Conheça o **material completo**
do Ciclo de Debates sobre
Classes Sociais realizado pela
Fundação Perseu Abramo
e Fundação Friedrich Ebert

André Singer

Leia também: <http://tinyurl.com/q2lmzhq>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/kgprn6f> (**editado**)

<http://tinyurl.com/mwl8adq> (**Parte 1**)

<http://tinyurl.com/lppq4l2> (**Parte 2**)

<http://tinyurl.com/l5pn58d> (**Parte 3**)

Gustavo Venturi e Vilma Bokany

Leia também: <http://tinyurl.com/oqbrbcl>

Jessé de Souza

Leia também: <http://tinyurl.com/kd5l3w6>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/m2qljmk>

Giuseppe Cocco

Leia também: <http://tinyurl.com/l5lqvw>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/ktrg9q5>

Marilena Chaui

Leia também: <http://tinyurl.com/o7n3dxu>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/pkreu5b> (**editado**)

<http://tinyurl.com/mt2nejn> (**integral**)

Marilane Teixeira

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/mnlq6cm>

Diana Grosner

Leia também: <http://tinyurl.com/kx2r7jp>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/qjf8e7b>

Ermínia Maricato

Leia também: <http://tinyurl.com/o96dp4j>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/kgmj4p> (**editado**)

<http://tinyurl.com/nh9pv5m> (**integral**)

Mário Theodoro

Leia também: <http://tinyurl.com/npuynwu>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/nhqfmhc>

Marcio Pochmann

Leia também: <http://tinyurl.com/ohbazum>

Assista na tevêFPA: <http://tinyurl.com/pq66ja8> (**integral**)

Assista a outras entrevistas, seminários e lançamentos no canal da Fundação Perseu Abramo (**tevêFPA**) no Youtube: <http://bit.ly/1cGX400>

Sobre os autores

André Singer é formado em ciências sociais e jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Departamento de Ciência Política da USP (desde 1990), onde fez mestrado, doutorado e livre-docência. É autor de *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro* (Edusp) e *Os sentidos do lulismo* (Companhia das Letras), entre outros livros. Em quase três décadas de jornalismo, foi secretário de redação da Folha de S. Paulo e porta-voz da Presidência da República.

Diana Coutinho é economista e mestre em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB). Gestora pública do Ministério do Planejamento, atualmente é diretora de Programa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

Ermínia Maricato é urbanista, leciona na Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e é professora visitante da Unicamp. Coordenou o curso de Pós-Graduação da FAU-USP (1998-2002). Foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo (1989-1992) e secretária-executiva e criadora do Ministério das Cidades (2003-2005). Autora do livro *O impasse da política urbana no Brasil* (Vozes).

Giuseppe Cocco, cientista político, é doutor em História Social pela Universidade de Paris 1. Professor da UFRJ e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Cientista do Nosso Estado da Faperj. É autor de vários livros, entre os quais *Trabalho e Cidadania* (Cortez) e *MundoBraz: o devir-Brasil do Mundo e o devir-mundo do Brasil* (Record). Com Antonio Negri escreveu *GlobalAL: Biopoder e luta em uma América Latina globalizada* (Record).

Gustavo Venturi é professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Estruturou e coordenou o Núcleo de Opinião Pública (NEOP) da Fundação Perseu Abramo (1997-2008). Atualmente articula temas de cultura política e estudos sobre marcadores sociais de diferença em pesquisas sobre moralidade, tolerância e direitos humanos. É assessor científico *ad hoc* do NEOP da Fundação Perseu Abramo.

Jessé Souza é sociólogo, doutor e livre-docente pela Universität Heidelberg, Alemanha. Pós-doutorado em Filosofia e Psicanálise na New School for Social Research (NY, EUA). Leciona Sociologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordena o Centro de Pesquisa sobre Desigualdade Social (Cepedes/UFJF). Foi professor visitante da Universität Bremen, Alemanha (1999 e 2000). É autor e organizador de 23 livros traduzidos para diversos idiomas, sobre pensamento social brasileiro, estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo.

José Reinaldo Riscal é estatístico formado pelo Instituto de Matemática da Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduado em Pesquisa pela ESPM. Atualmente é professor do curso de especialização em Coordenação Pedagógica na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Trabalhou também no Grupo Ipsos de pesquisa, Grupo Nielsen Brasil, The Gallup Organization e Datafolha.

Josué Medeiros é doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e também da entidade de estudos sobre memória do movimento operário *Informação, Intercâmbio, Estudos e Pesquisas* (IIEP). Foi professor substituto de Interpretações do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2013.

Lincoln Secco é professor livre-docente de História Contemporânea e coordenador do Laboratório de Economia Política e História Econômica (Lephe) e do grupo de pesquisa GMARX da USP. É membro do Conselho de Redação da revista *Teoria e Debate* e do Conselho Editorial da *Revista Perseu*. Entre outros livros publicados, é autor de *A Revolução dos Cravos* (Alameda Editorial), *Gramsci e o Brasil* (Cortez), *História do PT* (Ateliê, 3ª. ed.) e *Caio Prado Junior: O Sentido da Revolução* (Boitempo).

Marilane Oliveira Teixeira é economista, mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutoranda do Instituto de Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é assessora sindical e colaborada para os temas de relações de trabalho e gênero.

Marilena Chaui é filósofa, doutora, livre-docente pelo Departamento de Filosofia da FFLCH e professora aposentada da USP. É especialista nos estudos das filosofias de Espinosa e Merleau-Ponty e em questões de ideologia, democracia e cultura. Integra o Grupo de Conjuntura da FPA, a Associação de Pós-graduação em Filosofia (Anpof),

SBPC, Collège International de Philosophie (França), Spinoza Institute of Jerusalém (Israel), Center of Brazilian Studies - King's College (Inglaterra). Foi secretária de Cultura no governo Luiza Erundina (1989-1992).

Márcio Pochmann é economista, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com especialização em Ciências Políticas e em Relações do Trabalho. Mestre e doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde é professor livre-docente licenciado na área de economia social, e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). Foi secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo (2001-2004). Presidiu o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) até 2012. Atualmente é presidente da Fundação Perseu Abramo.

Mário Theodoro é doutor em Ciências Econômicas pela Université Paris I - Sorbonne. É consultor legislativo do Senado Federal e pesquisador associado dos cursos de Mestrado e Doutorado em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Foi diretor de Estudos Internacionais do Ipea, onde organizou o curso de Mestrado em Planejamento para o Desenvolvimento. Foi secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir-PR).

Peter Lösche é cientista político, com formação também em história e geografia na Universidade de Berlim, Göttingen. Professor aposentado em Ciência Política em 2007, lecionou entre 1973 e 2007 na Universidade de Göttingen. Foi professor visitante na Universidade de Stanford, na Universidade de Santa Barbara e Universidade de Hamburgo. Seus principais interesses de pesquisa são a história do movimento operário, anarquismo, partidos políticos, associações e lobbies.

Ricardo Paes de Barros é economista com doutorado pela Universidade de Chicago. Subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Vilma Bokany é mestre em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Coordenadora de projetos do Núcleo de Opinião Pública (NOP) da Fundação Perseu Abramo (FPA). Organizou, junto com Gustavo Venturi, o livro *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil* (Editora FPA), resultado de pesquisa da FPA em parceria com a Fundação Rosa Luxemburg (rls). Na área de sociologia, vem pesquisando temas como exclusão social, preconceito, racismo e direitos humanos.

